



**do português arcaico ao
português brasileiro**



Universidade Federal da Bahia

Reitor

Naomar de Almeida Filho

Vice Reitor

Francisco José Gomes Mesquita



**Editora da Universidade
Federal da Bahia**

Diretora

Flávia M. Garcia Rosa

Conselho Editorial

Angelo Szaniecki Perret Serpa
Carmen Fontes Teixeira
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti
Fernando da Rocha Peres
Maria Vidal de Negreiros Camargo
Sérgio Coelho Borges Farias

Suplentes

Bouzid Izerrougene
Cleise Furtado Mendes
José Fernandes Silva Andrade
Nancy Elizabeth Odonne
Olival Freire Júnior
Sílvia Lúcia Ferreira

Publicado com o apoio do FINEP/CT INFRA III/PRPPG-INMOTEC

Sônia Bastos Borba Costa
Américo Venâncio Lopes Machado Filho
(organizadores)

do português arcaico ao português brasileiro

EDUFBA
2004

©2004 by Sônia Bastos Borba Costa e Américo Venâncio Lopes Machado Filho
Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade Federal da Bahia.
Feito o depósito legal.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, a não ser com a
permissão escrita do autor e da editora, conforme a Lei nº 9610 de 19 de fevereiro de 1998.

Projeto Gráfico e Edição

Josias Almeida Junior

Imagens das Separatrizes

COSTA, A. Fontoura da. "A marinharia dos descobrimentos".
4ª ed. Lisboa: Ed. Cultural da Marinha, 1983.

Capa

Josias Almeida Junior

Revisão

Os autores

D631 do português arcaico ao português brasileiro / Sônia Bastos Borba Costa e Américo
Venâncio Lopes Machado Filho (organizadores). - Salvador : EDUFBA, 2004.
254 p. : il., tabs.

ISBN 85-232-0328-1

1. Língua portuguesa – Português arcaico. 2. Língua portuguesa - Português antigo
- Séc. XV-XVI. 3. Língua portuguesa – Brasil – História. I. Costa, Sônia Bastos
Borba. II. Machado Filho, Américo Venâncio Lopes. III. Título.

CDU - 81-112
CDD – 469.702

EDUFBA

Rua Barão de Geremoabo, s/n Campus de Ondina

40170-290 Salvador Bahia

Tel: (71) 263-6160/6164

edufba@ufba.br www.edufba.ufba.br

en hũa obra que muytos fazẽ.
tanto deue áauer oque trabalha
persa oraçõ. come oque trabalha
Persas maãos.

Flos Sanctorum (Manuscrito Serafim
da Silva Neto - séc. XIV - fólho 43r)

Boa noite, home e menino
E muié deste lugá!
Quero que me dê licença
Para uma histora contá.
como matuto atrasado
Eu dêxo as língua de lado
Pra quem as língua aprendeu,
Eu quero a licença agora
Mode eu contá minha histora
Com a língua que Deus me deu.

Patativa do Assaré (*A escrava do dinheiro* - fragmento).



Os autores

Therezinha Maria Mello Barreto

Professor Adjunto de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia

Lucas Santos Campos

Professor Assistente de Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Sônia Bastos Borba Costa

Professor Adjunto de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia

Tânia Conceição Freire Lobo

Professor Adjunto de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia

Américo Venâncio Lopes Machado Filho

Professor Adjunto de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia

Rosa Virgínia Mattos e Silva

Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia

Klebson Oliveira

Doutorando em Letras pela Universidade Federal da Bahia

Mariana Fagundes de Oliveira

Mestranda em Letras pela Universidade Federal da Bahia

Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio

Professor Adjunto de Latim da Universidade Federal da Bahia

Ilza Maria Ribeiro

Professor Adjunto de Lingüística da Universidade Federal da Bahia

Dilcélia Sampaio

Doutoranda em Letras pela Universidade Federal da Bahia

Eliete Oliveira Santos

Mestranda em Letras pela Universidade Federal da Bahia

Emília Helena Portella Monteiro de Souza

Professor Adjunto de Metodologia e Prática de Ensino de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia



Sumário

Prefácio.....	11
Esboço de estudo multissistêmico do item conjuncional <i>conforme</i> Therezinha Maria Mello Barreto	13
O desempenho do <i>não</i> como prefixo no português brasileiro contemporâneo Lucas Santos Campos	31
Espaço e tempo em advérbios portugueses quinhentistas Sônia Bastos Borba Costa	47
A concordância de número entre verbo e sujeito em textos escritos por negro forro na Bahia do século XIX Tânia Conceição Freire Lobo Ilza Maria Ribeiro	67
<i>Ende</i> e <i>hi</i> no período arcaico do português Américo Venâncio Lopes Machado Filho	83
O português brasileiro: sua formação na complexidade multilingüística do Brasil colonial e pós-colonial Rosa Virgínia Maltos e Silva	115
E agora, com a escrita, os escravos! Klebson Oliveira	139
A voz passiva no período arcaico do português e inícios do moderno Mariana Fagundes de Oliveira	163
Considerações sobre a gramaticalização da forma verbal de futuro do latim ao português Rosaura Maria Galvão Fagundes Poggio	175
A mesóclise no português arcaico Ilza Maria Ribeiro	193
O imperativo no português do século XVI Dilcéia Almeida Sampaio	213
Alguns provérbios no período arcaico da língua portuguesa Eliete Oliveira Santos	227
A referência do <i>onde</i> em textos do português arcaico e em dados de língua falada contemporânea Emília Helena Portella Monteiro de Souza	239



Prefácio

O sonho vem do futuro
e voa para o passado
donde volta como névoa
donde volta reforçado¹

Esta quadrinha de Agostinho, espero, fará perfeito sentido com o que pretendo contar neste *Prefácio*. Quando, no dia oito de dezembro de 1991, escrevia o texto que veio a ser informalmente chamado de “texto programático” do futuro Grupo de Pesquisa *Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR)*, pensava, enquanto ouvia, na minha sala, a música baiana que a brisa da noite trazia da Conceição da Praia à suave colina da Avenida Sete de Setembro: o que aqui e agora estou escrevendo, para ser apresentado ao grupo que então se formava, parece poesia; porque a poesia, quando o poeta a faz, considero eu que poderá ser lida, amada, louvada ou poderá perder-se entre os sonhos do poeta.

O que pretendia com aquele texto? Apenas propor uma linha de trabalho/pesquisa para uma reconstrução do passado lingüístico da língua portuguesa, com base na documentação escrita remanescente do seu período arcaico, ou seja, das suas origens – que hoje recuam para a segunda metade do século XII (embora não consensual) e, a partir do século XVI, a pesquisa infletiria para a sócio-história e para a história lingüística do português que se foi constituindo e elaborando no território que veio a ser chamado de Brasil. Estabelecia-se assim o arco temporal sobre o qual pesquisaria o PROHPOR.

Em um dos textos mais antigos que escrevi sobre a sócio-história do português brasileiro – *Português brasileiro: raízes e trajetórias (para a construção de uma história)* (1993:79)² digo, no seu início:

As reflexões que seguem pretendem apenas ser um convite para a construção da história do português brasileiro, obra que não pode deixar de ser coletiva e conjuntamente sonhada. E todos sabemos o Poeta Pessoa nos ensinou que sem antes sonhar a obra não nasce, Deus querendo.

Sonhamos, planejamos, trabalhamos, Deus querendo, e o Grupo PROHPOR que se esboçava em 1991, com quatro professores do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia, hoje é constituído de vinte e um membros: professores, doutorandos, mestrandos, graduandos.

É com verdadeira alegria que vejo nosso Grupo apresentar sua terceira coletânea de estudos: a primeira, por mim organizada e publicada em 1996 – *A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*³, fundou-se em um projeto coletivo do PROHPOR sobre a *Carta* do “achamento

do Brasil”; a segunda, organizada por mim e por Américo Venâncio Lopes Machado Filho, publicada em 2002 – *O português quinhentista: estudos lingüísticos*⁴, fundou-se em outro projeto coletivo do Grupo, de mesmo nome. E esta, organizada por Sônia Bastos Borba Costa e Américo Venâncio Lopes Machado Filho, recobre estudos que vão do português arcaico e avançam ao português brasileiro contemporâneo, passando pelos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, recuando, em alguns casos, ao latim.

Dedicam-se ao período arcaico os trabalhos de Machado Filho, Mariana Oliveira, Ilza Ribeiro e Eliéte Santos; centram-se no século XVI os estudos de Sônia Costa e Dilecia Sampaio; dos séculos XVII e XVIII, trata Therezinha Barreto; do XIX, são os estudos de Tânia Lobo e Ilza Ribeiro, também o de Klebson Oliveira; sobre a formação sócio-histórica do português brasileiro, há o estudo de Mattos e Silva; comparando o português arcaico ao português brasileiro contemporâneo, apresenta-se o trabalho de Emília Helena Souza e sobre o português brasileiro contemporâneo, o de Lucas Campos.

Esse percurso de longa duração – do século XIII ao XX – aborda apenas aspectos lingüísticos e/ou sócio-históricos, fundados em projetos individuais ou coletivos do PROHPOR.

Seus autores ou já são pesquisadores dos inícios do Grupo, como Therezinha Barreto, Sônia Costa, Tânia Lobo e Ilza Ribeiro; ou são doutores mais ou menos recentes, como Rosauta Poggio, Emília Helena Souza e Machado Filho; outros são doutorandos – Klebson Oliveira, Dilecia Sampaio e Lucas Campos e outras são mestrandas, Mariana Oliveira e Eliéte Santos.

Esses treze estudos, a meu ver, representam bem o tipo de pesquisa que vem desenvolvendo o PROHPOR, ao longo de pouco mais de uma década de sua existência. Seguiu-se o arco temporal definido no chamado “texto programático” do Grupo, o que justifica o título escolhido para a coletânea. Além disso, vem-se obedecendo outro ponto definido no texto referido: partir sempre de uma descrição dos dados a analisar e aplicar teorias da mudança adequadas aos dados e da escolha do Autor. Assim, há nos estudos desta coletânea os que seguem orientação Funcionalista, Gerativista, Variacionista e Sócio-histórica, também discursiva.

Para finalizar, resalto que, entre os jovens graduandos, cada vez mais há maior interesse pelos estudos da língua portuguesa numa perspectiva histórica. Termino com parte da quadrinha em epígrafe:

O sonho vem do futuro
E voa para o passado

Rosa Virgínia Mattos e Silva

1 Agostinho da Silva. *Uns poemas de Agostinho*. Lisboa: Ulmeiro, 1990. p. 27.

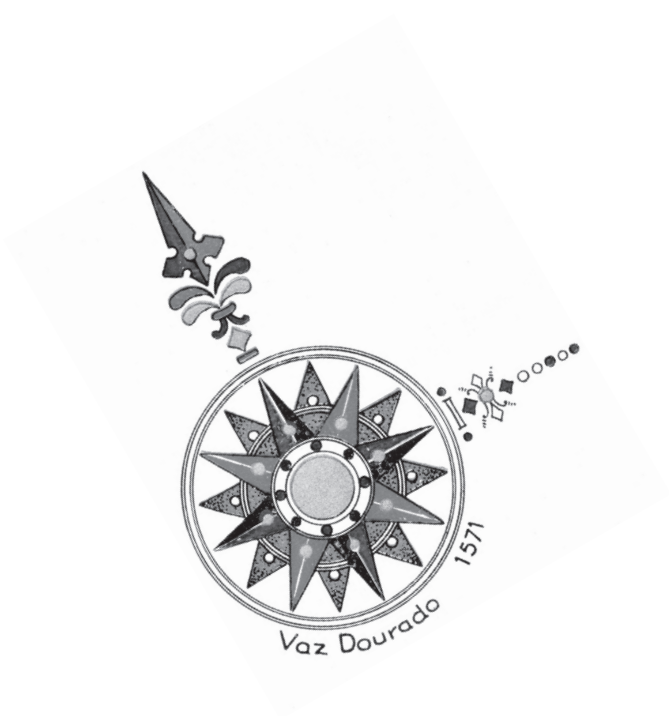
2 In: *Discursos: estudos de língua e cultura portuguesa*, 3:75-91, Lisboa: Univesidade Aberta.

3 Salvador: EDUFBA/UEFS/CNPq/EGBA.

4 Salvador: EDUFBA/UEFS.

Esboço de estudo multissistêmico do item conjuncional *conforme*

Therezinha Maria Mello Barreto





Introdução

Este trabalho apresenta duas partes distintas: na primeira, faz-se um confronto entre um conjunto de itens conjuncionais empregados no séc. XVI e um conjunto de itens conjuncionais empregados no séc. XVIII, com o objetivo de demonstrar a contínua renovação que apresenta essa classe gramatical; na segunda, esboça-se um estudo multissistêmico da conjunção *conforme*, com base na teoria exposta por Castilho (2003).

1 Itens conjuncionais: séc. XVI x séc. XVIII

O estudo dos itens conjuncionais, a partir do português arcaico, revela a grande produtividade dessa classe gramatical que, através dos séculos, vem renovando os seus elementos componentes, apresentando perdas e ganhos e, sobretudo, formações diversas, englobando itens de todas as classes gramaticais.

Observando, por exemplo, os itens conjuncionais empregados no século XVI, com base em um *corpus* constituído pela obra pedagógica de João de Barros (Cartinha, Gramática, Diálogo da Viciosa Vergonha, Diálogo em louvor de nossa linguagem – 1540), vinte e duas Cartas de D. João III (1523-1557) e 173 Cartas da Corte de D. João III (1524-1562) e comparando-os com os itens conjuncionais empregados no século XVIII, detectados em um *corpus* constituído por 93 cartas e 14 documentos oficiais escritos por comerciantes portugueses residentes no Brasil (Rio de Janeiro: 1791 a 1798), editados por Afrânio G. Barbosa, na sua tese de Doutorado / UFRJ e por 126 cartas e uma devassa (1783-1796), pertencentes ao Acervo Público do Estado da Bahia – APEP – editadas por Permínio Ferreira, Klebson Oliveira e Uilton Gonçalves, sob a orientação de Tânia Lobo e publicadas pela FFLCH / Humanitas (2001), com o título de Cartas Baianas Setecentistas, ver-se-á que, no séc. XVIII, os itens conjuncionais já apresentam um quadro diferente:

Século XVI

Itens conjuncionais coordenativos:

Aditivos: e ~ y ~ he, nem ~ neem ~ nẽ que

Disjuntivos ou adversativos: toda via ~ todavya ~ todavia, mays, porem ~ porẽ, però que = senam, senam ~ senõ, senã ~ senom, cõ tudo ~ com tudo ~ contudo ~ con tudo, ante ~ antes

Alternativos: ou, e = ou

Conclusivos: logo, por tanto ~ portamto ~ portanto, por isso ~ por isso, por conseguinte

16 do português arcaico ao português brasileiro

Explicativos: pois ~ poys, però, però que, porem, ca, que

Itens conjuncionais subordinativos:

Causais: perque ~ porque ~ por que, posto que, pois ~ poys, dado que, como, que, como que, ya que ~ já que, uma vez que, por quanto, sendo que

Concessivas: ainda que ~ aynda que ~ aỹda que ~ imda que ~ ĩda que ~ aimda que, però que, dado que, posto que, que, mais que, cõ quanto ~ com quanta ~ com quanto, por quanta ~ por quanto

Condicionais: se, senõ ~ senã ~ senãa ~ senão, caso que

Conformativas: segundo ~ segũ ~ segũdo, como

Comparativas: como, como se ~ como que, assi como

Consecutivas: assi que

Finais: pera que ~ para que, por que ~ porque ~ per que

Modais: como, assi como ~ asy como ~ asi como, de maneira que, de modo que, de feição que, que.

Temporais: ãquanto ~ em quanto ~ ã quãto ~ em quãto ~ enquanto, quando ~ quãdo ~ quãdo ~ cando, depois que ~ depoys que ~ depois que, tanto que ~ tâto que ~ tamto que, primeiro que ~ prymeiro que

Integrantes: que, se.

Correlações conjuncionais coordenativas:

Aditivas: nam somente... como ~ nam somente ... mas ~ nã somente ... mas ~ nam somente ... mas ainda ~ nam somente ... mas aynda ~ nam ... mas ~ não ... mas ~ não ... mas antes

Alternativas: ou ...ou, ora ... ora, quer .. quer, nem ... nem ~ nẽ ... nẽ ~ nem ... nẽ, mais ... que ~ mais ... quanto mais

Adversativas: nõ ... senõ ~ nã ... senã ~ nã ... que ~ all ... senam

Correlações conjuncionais subordinativas:

Concessivas: por mais ... que

Comparativas: mais ... que ~ mais que ~ mais ... de que ~ mais do que ~ mais ... que ~ mais ca, maior ... que ~ maior ... do que ~ moor ... que, menos ... que ~ menos de que ~ menos do que ~ menos ... do que, assi ... como ~ assy ... como ~ asy como, como ... assi ~ bem como ... assi ~ tanto ... como ~ tâto como ~ tam ... como ~ tâ ... como, melhor ... que ~ melhor ... que ~ mylhor do que, tanto ... quanto, tam ... quãto ~ quãto ... tâto, tal ... como

Consecutivas: tam ... que ~ tanto ... que ~ tamto... que ~ tanto ... qua ~ tâ ... que, tão... que, ante ... que, assi ... que ~ assy ... que, mais ... que, tamanho... que ~ tamanho que, tal ... que ~ (tal) ... que ~ tall ... que, melhor ... que, muito ... que

Modais: assi como ... assi ~ assi ... assi

Proporcionais: quanto ... tanto ~ tanto quanto ~ quanto mais ... tanto mais ~ quãto mays ... tanto ... mays ~ quãto mays ... tâto mays, quãto mays ... tanto menos

Século XVIII

Itens conjuncionais coordenativos:

Aditivos: e, sendo que, assim tãobem, nem
Alternativos: ou
Adversativos: mas, porem, contudo ~ com tudo, entretanto
Explicativos: pois ~ poiz, que
Conclusivas: por conseguinte

Itens conjuncionais subordinativos:

Causais: pois que, já que, por que ~ porque, que, por quanto ~ porquanto, como, pois que, posto que, visto que
Concessivas: seabem que, ainda que ~ inda que
Condicionais: a não ser que, cazo ~ cazo que ~ no caso que, senão, sem que, com tanto que
Conformativas: segundo, como
Comparativas: assim como, como que, como
Consecutivas: tal ... que, tão ... que
Finais: que, para que
Modais: como que, assim como, deforma que ~ de forma que, sem que, de modo que, de sorte que, de maneira que, tanto assim que, que
Temporais: ate (que) atéque, quando, primeiro que, logo que, assim que, antes que, em quanto ~ emquanto ~ no emquanto, tanto que, dipois que, desde que
Integrantes: que, se

Correlações conjuncionais coordenativas:

Aditivas: não só ... senão ~ não ... mas ~(não) ... como também ~ não só ... como também ~ não ... como também ~ não só ... mas ~ não ... mas sim, nem ... nem
Alternativas: já ... já
Adversativas: não ... que ~ não ... senão

Correlações conjuncionais subordinativas:

Comparativas: tanto ... como, menos ... do que, mais ... que ~ mais .. de que ~ mais que
Proporcionais: tanto ... quanto

Como se pode observar, no séc. XVIII, diferentemente do séc. XVI:

1 são empregados os itens conjuncionais:

coordenativos aditivos: *sendo que, assim tãobem*;
coordenativo adversativo: *entretanto*;
subordinativo causal: *visto que*
subordinativos condicionais: *sem que e a não ser que, cazo*;

18 do português arcaico ao português brasileiro

subordinativos modais: *de sorte que, tanto assim que, como que, sem que* (expressando as relações de modo e de condição);

2 deixa de ser empregado o item *peró que* e surgem dois novos itens concessivos: *se bem que e sem embargo que* ;

3 o item conjuncional final *pera que* assume a forma *para que*; o item *por que ~ porque ~ per que* deixa de ser empregado para expressar a relação de finalidade, e aparece o item *a fim de que*.

No que se refere às correlações conjuncionais, é empregada a correlação alternativa: *já ... já e a aditiva não só ... mas também* apresenta duas novas variantes: *não só ... como também e não ... como também*.

Disso se conclui ter havido, no decorrer dos séculos, processos de lexicalização, semanticização, gramaticalização e discursivização que deram origem a novos itens conjuncionais ou a novos empregos de um mesmo item.

Deve-se ressaltar que nem todos os itens que correspondem às inovações acima citadas são oriundos do séc. XVIII; alguns já se encontram em textos do séc. XVII, anteriormente analisados, contudo, o que aqui se estabelece é a comparação entre os sécs. XVI e XVIII, no que se refere aos itens conjuncionais empregados.

O confronto é válido para: 1) precisar a data de conclusão do processo de gramaticalização de alguns itens conjuncionais; 2) demonstrar que determinados itens conjuncionais, ainda no séc. XVIII não haviam concluído o processo de gramaticalização, apresentando certa instabilidade do ponto de vista sintático ou mesmo semântico; 3) detectar itens conjuncionais surgidos no decorrer do séc. XVIII; 4) verificar que itens conjuncionais detectados em textos do séc. XVI e não encontrados em textos do séc. XVII voltam a ocorrer no séc. XVIII, comprovando a continuidade do seu emprego.

No primeiro caso está o item conjuncional *se bem que*, o qual representa a associação da conjunção *se* ao advérbio *bem* e à conjunção *que*. Ocorre nas Cartas de Vieira do Maranhão (CVM), texto do séc. XVII, com a forma *se bem*, estabelecendo uma relação de contração:

O governo eclesiástico padece a falta de prelado se bem no que pertence à instrução dos neófitos e conversão dos gentios se tem acrescentado muito, com as novas missões e exercícios de doutrina... (CVM, CLXXXI, l. 29-30).

Nota-se que o item *se bem* estabelece a relação de contração, num período em que a oração precedente possui um sentido negativo, expresso pelo verbo, seguido do seu argumento: *padece a falta*. Pode-se supor, pois, que, empregada inicialmente para indicar a elipse do verbo expresso na oração anterior, por um processo metonímico, *se bem*, empregada em sentenças afirmativas que se seguiam a sentenças negativas tenha adquirido o sentido de contração. Assim, de:

O governo eclesiástico padece a falta de prelado se bem (padece a falta de prelado) no que pertence à instrução dos neófitos e conversão dos gentios se tem acrescentado muito com as novas missões e exercícios de doutrina...

passou a:

O governo eclesiástico padece a falta de prelado se bem (= entretanto) no que pertence...

Nos textos do séc. XVIII, o item conjuncional *se bem* ocorre acrescido do *que* expressando a relação de concessão.

Tendo em vista o conteúdo semântico bem próximo dos dois tipos de conjunções, uma vez que a adversativa liga palavras ou orações que estabelecem uma oposição, e a concessiva inicia oração que exprime uma oposição, um obstáculo – real ou suposto – que, entretanto, não impede a realização da ação expressa na oração principal, pode-se admitir que, por um processo metafórico, o conteúdo adversativo tenha se atenuado, tornando-se concessivo, quando o item conjuncional era empregado após orações afirmativas e que a associação com o *que* tenha se dado por analogia a outros itens conjuncionais da língua portuguesa.

... e Seos navios tiverem algum em Conveniente que Deus tal não permita nesse Cazo fica o Risco Sobre mim. Sebem que dizem que aParecida Vai para oPorto mas ainda emthe agora não mudou deviaagem... (CCP, XI, I.33 - 4)¹

No exemplo acima observa-se que o verbo da sentença iniciada pelo item conjuncional concessivo encontra-se no modo indicativo.

Almeida (1978:566) afirma que era freqüente entre os clássicos, o emprego do indicativo com itens conjuncionais concessivos e que esse tempo é ainda empregado, no português contemporâneo, quando se quer enfatizar um fato real:

Ainda que a noite era de junho, não fazia apeteçível a temperatura.

No português contemporâneo, o subjuntivo é o modo empregado em orações iniciadas por conjunções concessivas na modalidade escrita; na modalidade oral, entretanto, um ou outro tempo é empregado, como pode ser verificado nos exemplos a seguir, retirados de diálogos ente informantes e documentadores (DIDs) do Projeto NURC/Brasil:

... carne nós comemos muito no sul... *se bem que* a viagem que eu fiz ao sul foi há muitos anos... (RJ, inf. 402, I. 217-8).

... eh tem realmente... sua grande beleza... natural: simples... *se bem que* de um tempo prá cá a transformação tem sido grande... (Re, inf. 293, I. 454-6).

No segundo caso, isto é, entre os itens conjuncionais que ainda no séc. XVIII não haviam adquirido as características inerentes a essa classe gramatical, apresentando instabilidade do ponto de vista sintático ou semântico, podem-se citar as conjunções constituídas pela justaposição de preposições a pronomes indefinidos: *contudo*, *em quanto*, *por quanto*.

Apesar de ocorrer nos textos do séc. XVII já com valor semântico adversativo, como reforço adverbial ou encadeador da narrativa, *contudo* aparece também em textos do mesmo século, com o significado de origem ‘com tudo isso’, como se pode verificar no exemplo abaixo:

... e posto que se puseram em campo por nós, *contudo* contra um povo furioso ninguém prevalece. (CVM, LXIV, I. 424-6).²

No séc. XVIII, a forma *comtudo* e a sua variante *com tudo* continuam a ocorrer com o valor semântico explícito de ‘com tudo’ ou ‘com tudo isso’, como em:

... elogio que eu não tenha chegado a fassão por não dar mayor incomodo, que medou por saptisfeito *comtudo* quanto fizerem (CCP, XIV, I. 09-11).³

Devo com afidelidade que sou obrigado, expor a Vossa Excelência os motivos das minhas suspeitas, que suposto não tenham grão de probabilidade, *com tudo* em materia tão milindroza, não he justo deixar dedizer os fundamentos do juízo que formo. (CCP, CVIII, l. 266-70).⁴

o que parece indicar que ainda no séc. XVIII a forma continuava em processo de gramaticalização, apresentando também oscilação quanto ao seu conteúdo semântico.

O mesmo se pode dizer das formas *enquanto* e *por quanto*. Justaposta ao *indefinido*, a preposição *em* deu origem à conjunção temporal *enquanto* ‘no momento que’, empregada na língua portuguesa, desde o séc. XIII, nas formas *enquanto*, *em quanto*, *ẽ quãto*, *em quãto*.

Embora a forma *enquanto*, já ocorra em textos do séc. XIII, a justaposição definitiva da preposição ao pronome parece ter se dado muito tempo depois, já que no séc. XVIII, era comum ainda, a variante em que a preposição aparecia separada do pronome. Quanto à função sintática e ao conteúdo semântico, ainda no séc. XVIII, oscilava entre conjunção temporal, indicando ‘tempo concomitante’ e locução prepositiva, significando ‘quanto a / ao’ ou ‘quanto às / aos’.

A conjunção *em quanto* coocorreu, nos sécs. XIII e XIV, com a conjunção *mentre* ~ *mentre que* ~ *dementre* ~ *dementre que* de idêntico teor semântico, o que provavelmente contribuiu para que uma das duas conjunções fosse eliminada e outra permanecesse na língua.

Do mesmo modo *por quanto* podia representar a preposição *por* seguida do pronome indefinido *quanto* ‘por isso’ ou a conjunção causal.

Como representantes do terceiro caso, isto é, dos itens conjuncionais surgidos no séc. XVIII, podem-se citar: *a fim de que* (final), *de forma que* e *de modo que* (modais), *visto que* (causal) e *sem embargo que* (concessivo).

O item conjuncional *a fim de que* começa a aparecer nos textos do séc. XVIII e resulta da associação da conjunção *que* à locução prepositiva *a fim de*, que também aparece nos textos desse século, locução formada, possivelmente, por um processo metafórico, tendo em vista que o conteúdo semântico por ela expresso está intimamente relacionado com o conteúdo semântico expresso pelo substantivo *fim*: ‘objetivo’, ‘intenção’, ‘termo’, ‘remate’.

É interessante observar, entretanto, que, tanto nos textos do séc. XVI, como nos do séc. XVIII, as orações finais, na maioria das vezes, são reduzidas de infinitivo, introduzidas pela preposição *para*, sendo esporádicas as orações finais iniciadas pelas conjunções *para que*, ou *que*.

Ocorrem também no séc. XVIII, duas outras variantes *de modo que* e *de forma que*, para expressar a relação de modo que, no séc. XIII e XIV, era expressa pelo item conjuncional *de guisa que* ~ *em guisa que* ~ *per guisa que* cujo núcleo era constituído pelo substantivo *guisa*, proveniente do germânico ocidental *wisa*, ‘modo’ ‘maneira’.

De curta duração, *de guisa que* parece ter caído em desuso no século XIV, sendo substituída, no século seguinte, pela conjunção *de maneira que*, a qual, no séc. XV, apresenta ainda a forma *de maneiras... que*, não gramaticalizada:

Este rrei Don Pedro era muito gago; e foi sempre grande caçador e monteiro, em sendo effante e depois que foi rrei, tragendo gram casa de caçadores e moços de monte e d'aves e caães *de todas maneiras que* pera taaes jogos eram pertencentes. (CDP, Cap. I, l. 11-4).⁵

No século XVI, aparece a conjunção *de feição que*, de idêntico teor semântico:

E se sua alteza tem vôtade que eu Receba d'elle esta merce, seja esta Resposta *de feição que* me pareça a mi que quer sua alteza conclusão... (CJ, LXXXIX, l. 71-3).⁶

Nos textos do séc. XVII, encontra-se a conjunção *de sorte que*, ainda empregada no português contemporâneo:

As correntes aqui são muito arrebatadas, a largura do rio, quase a mesma mais menos limpa por estar todo ele embicado de pedras, que não deixam de fazer grande estorvo à grande navegação. O rumo com que navegamos estes dias é inclinado cada vez mais para leste, *de sorte que* ao amanhecer, já o sol é quase pela proa. (CVM, LXV, l. 705-7).⁷

Nos textos do séc. XVIII, ocorrem como já foi explicitado, as formas *de modo que* e *de forma que*.

... porque tratou menos de expor as circunstâncias delle, doque Requerer justificar-se das queixas que entendia delleformava o ViceRey, prezistindo neste empenho *de modo que* foi necessário que oViceRey lhe dicesse, que hia a sua prezensa tratar daquellas matérias... (DO, XVIII, l. 326-31).⁸

...e Juntamente tenho ainda alguma trinta peças dedita emcaza por que amaldita fazenda embarraniou, mas sera perçizo para eu concluir, mas *deforma que* não muleste vossa mercê bem me intendo. (DO, LXXXIV, l. 11-4).⁹

Tem-se, pois, a seguinte escala de substituição:

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XVIII
de guisa que						
de maneira que						
de feição que						
de sorte que						
de modo que						
de forma que						

Nota-se que todos esses itens conjuncionais são formados por um processo metafórico com substantivos pertencentes à mesma área semântica. Com base nos dados, pode-se afirmar ser a conjunção *de maneira que*, a conjunção modal por excelência, a qual, no momento da interação verbal tem o seu núcleo substituído, pelo falante, por palavras mais expressivas que lhe pareçam mais significativas para a comunicação das idéias.

22 do português arcaico ao português brasileiro

Também o item conjuncional causal, *visto que*, constituído pelo participípio passado do verbo *ver* associado à conjunção *que*, começa a aparecer nos textos do séc. XVIII. Assim como as conjunções *dado que*, *posto que* e *suposto que*, já encontradas em textos de séculos precedentes, *visto que* é fruto de uma reanálise, isto é de uma nova interpretação ou reestruturação de períodos. A forma do participípio passado do verbo *ver*, inicialmente seguida de uma oração subordinada substantiva subjetiva, introduzida pela conjunção integrante *que*, foi reanalisada, passando a conjunção integrante a constituir, juntamente com o verbo, por um processo metonímico, um item conjuncional causal:

... que neste cazo se devião aplicar na falta de Regimento proprio, *visto que* elles pertendião que em conformidade dos mesmos artigos fossem punidos aqueles Reos. (CCP, XC, I. 90-2).¹⁰

Ocorre, ainda uma única vez, nos textos do séc. XVIII, o item conjuncional concessivo *sem embargo que* ‘não obstante que’, ‘apesar de que’:

Meu compadre remeto 40 [SC] de Arros que leva omestre da charua Nossa Senhora da Esperança e Princexa Real *sem embargo que* menão passarão recibo nem conhecimento. (CCP, XLV, I. 03-5).¹¹

O fato de essa carta apresentar, em dois momentos, grafias que imitam grafias galegas: *princexa*, *dexejo*, e a existência, no galego e no castelhano, da locução adverbial *sin embargo*, levamos a admitir a possibilidade de ter tido o seu remetente ascendência galega ou espanhola ou contato com galegos e espanhóis e assim ter empregado essa conjunção constituída pela associação do *que* a uma locução adverbial dessa língua.

Finalmente no último grupo, isto é, entre os itens conjuncionais que ocorreram no séc. XVI, não foram detectados em textos do século XVII, e, voltam a ocorrer nos textos do séc. XVIII podem-se apontar: *primeiro que* e *caso que*.

Primeiro que, item conjuncional constituído do advérbio *primeiro*, proveniente do numeral ordinal *primeiro*, do latim *primariu*, associado à conjunção *que*, ocorreu, no *corpus* consultado anteriormente, apenas uma única vez, no *Diálogo da Viciosa Vergonha*, de João de Barros, texto do séc. XVI, significando ‘antes que’.

Não foi encontrado nos textos do séc. XVII, já pesquisados; também não aparece nos elencos das conjunções apresentados pelos gramáticos contemporâneos, nem foi documentado nos 30 diálogos do Projeto NURC/Brasil ou nos 140 extratos de entrevistas do Português Fundamental, utilizados também como *corpora* de pesquisas anteriores, já citados.

Nos textos do séc. XVIII, o item conjuncional *primeiro que* é empregado, quer como conjunção subordinativa temporal significando ‘antes que’, quer com valor de locução prepositiva, significando ‘antes de’ na expressão *primeiro que tudo* = ‘antes de mais nada’:

[Po] r meperçuardir esta lhe chegue amão *primeiro que* eu chegue aessa; (CCP, IV, I. 03-4).¹²

Primeiro que tudo estimarei esteja de saude, eque lhezprezista como lhedesejo (CCP, XC, I. 28-9).¹³

É interessante ressaltar que, embora não conste dos elencos das conjunções citadas pelos gramáticos contemporâneos consultados, esse item conjuncional é bastante empregado no português falado do Brasil, especialmente no registro popular, em frases do tipo:

Vou sair, *primeiro que* você.
 Vou chegar, *primeiro que* você.

Também a expressão “primeiro que tudo” é bastante usada na língua falada, em frases como:

Primeiro que tudo, deixe que lhe explique o que ocorreu.

Primeiro que tem hoje emprego restrito. O fato de ter ocorrido em um texto do séc. XVI e em textos do séc. XVIII permite concluir não ter havido interrupção no seu emprego. Como para o séc. XVII foram, anteriormente, apenas consultados textos de Vieira (4 sermões e 41 cartas) pode-se supor que, sendo um item conjuncional característico da língua falada, não tenha sido empregado pelo autor, nos seus textos, por receio do mesmo, de afastar-se da tradição, empregando em textos escritos um item típico do falar usual.

O fato de ainda ser usado apenas na língua falada parece indicar ser um item conjuncional empregado exclusivamente para satisfazer necessidades comunicativas, no processo de interação verbal.

A conjunção *caso que* é constituída do substantivo *caso* associado à conjunção *que*. *Caso* provém do substantivo masculino latino *casu* - que, como afirma Gaffiot (1934), significava: ‘ação de cair’, ‘chegada súbita’, ‘acidente’, ‘ocasião’, e ‘caso gramatical’. Passou para o português significando, inicialmente, ‘acontecimento’, ‘fato’, ‘circunstância’ e assumiu, posteriormente, os sentidos de ‘faculdade’, ‘aventura amorosa’, ‘importância’, ‘desavença’, passando ainda a fazer parte de *lexias* como ‘não fazer caso’, ‘não vir ao caso’.

Caso ocorre, em um documento do séc. XVI, especificamente na CT¹⁴, CXIX, associado à conjunção *que*, constituindo a conjunção subordinativa condicional *caso que*, a qual, segundo Said Ali (1921: 219), é uma forma reduzida de *sendo caso que*.

... depois que entrey na ydade da Rezão, e pude conhecer quanta pera isso tynha, que he oferecer a vosa alteza, a vontade muy subjecta e obidiente a tudo o que me mãdar e de my ouver seu serviço. E *caso que* estas palavras cõ as obras, de que outros podem dar testemunho, mostrem aver em my a obidencia que digo, todavia não me acabo de satisfazer, por que mayor he e muito mays conte em sy do que posso escrever (CM, CLXXI, I. 10-5).

Said Ali afirma ainda que a conjunção *caso que* possuía também um valor concessivo decorrente de *posto caso que*, especialmente entre os autores quinhentistas. Entretanto, no *corpus* consultado, essa conjunção não foi encontrada com esse específico significado.

Como se pode observar, nem no séc. XVI, nem no séc. XVIII ocorre o item conjuncional subordinativo *conforme* que, nos textos dos citados séculos, aparece apenas como preposição ou como locução prepositiva, *conforme a*, vindo a ocorrer como conjunção, só em textos do século XX, daí o interesse pela análise dos processos de mudança por ele empreendidos na sua trajetória do latim ao português.

2 Análise multissistêmica de *conforme*

Como explica Castilho (2003), os textos disponíveis sobre gramaticalização demonstram que os seus autores parecem entender a língua como entidade heteroclita, estática, passível de representação através de uma linha na qual se pode reconhecer pontos e estabelecer derivações

entre eles. O autor manifesta-se contrário a algumas das afirmações feitas pelos gramaticalizadores, tais como, as de que:

- 1 as línguas naturais são constituídas por um conjunto de signos dispostos numa linha, de tal modo que as alterações desses signos se dão por estágios unidirecionais, obedecendo a uma relação de seqüencialidade;
- 2 as categorias lexicais, depositadas sobre essa linha, dão origem a categorias gramaticais e essas a categorias ainda mais gramaticais;
- 3 fenômenos diversos são concebidos em um mesmo nível: erosão fonética, descategorização/recategorização morfológica, ampliação dos empregos sintáticos, perda semântica e pressões do Discurso sobre o sistema.

Desse modo, apresenta uma proposta de cunho cognitivista-funcionalista que considera a língua um multissistema radial, tendo ao centro o Léxico, e em volta, a Semântica, o Discurso e a Gramática. Esses subsistemas, independentes uns dos outros, dispõem cada um de categorias próprias, o que equivale a dizer que qualquer expressão lingüística exhibe simultaneamente propriedades lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, salientando-se um ou outro tipo de propriedade, por razões pragmáticas.

O Léxico é definido como um conjunto de categorias cognitivas prévias à enunciação (visão, objeto, espaço, tempo, movimento, etc.) que servem de base à determinação de traços semânticos inerentes. A cada item lexical corresponde determinado arranjo de traços, não sendo necessário afirmar que um Nome dá origem a um Advérbio e esse a uma Preposição, etc.

A Semântica é a criação de significados e se baseia em estratégias cognitivas, como: o emolduramento da cena, a hierarquização dos seus participantes, a metáfora, a metonímia, etc.

O Discurso é entendido como uma espécie de contrato social, baseado na localização das pessoas envolvidas no Espaço e no Tempo. Satisfeitas essas condições prévias, dá-se a interação, através de estratégias pragmáticas como: turno conversacional, tópico, unidades discursivas, etc.

A Gramática é o conjunto de estruturas ordenadas nos subconjuntos da Fonologia, Morfologia e Sintaxe e governadas por regras de determinação interna. Essas estruturas se expressam por meio das categorias gramaticais definíveis em termos de classes, relações e funções.

Castilho identifica três mecanismos que apresenta como princípios, cujo fundamento se encontra nas estratégias de gestão dos turnos convencionais. São eles: o princípio de ativação ou princípio de projeção pragmática, o princípio da reativação ou o princípio de correção e princípio de desativação ou princípio do silêncio.

Tais princípios atuam sobre os diferentes sistemas: o Léxico, a Semântica, o Discurso e a Gramática, promovendo, em cada um deles, as devidas alterações.

Com base na teoria exposta por Castilho (2003), tentar-se-á apresentar um estudo multissistêmico do item conjuncional *conforme*.

Lexicalização

Lexicalização é a criação de palavras, mediante o agrupamento de propriedades cognitivas e a sua concentração em uma forma. O estudo da lexicalização parte, pois, da etimologia. Assim, para analisar a lexicalização do item *conforme*, partir-se-á do seu étimo, ou melhor, do étimo das suas partes componentes: *cum* + *formãre*, de onde deriva o adjetivo que lhe serviu de origem *conformis*, e.

Segundo Machado (1967, s. v. *cum*) a preposição latina *cum*, já no latim arcaico, apresentava a variante *com* e indicava ‘companhia’, em sentido próprio ou figurado.

Gaffiot (1934, s. v. *cum*) especifica que, já no latim, a preposição *cum* possuía as seguintes propriedades cognitivas de base:

LUGAR: ‘companhia’, ‘sociedade’

Habitate cum aliquo ‘habitar com alguém’ (Cic. Att., 14, 20, 24)

TEMPO: ‘acompanhamento no tempo’:

exit cum nuntio ‘sair com a notícia’ (Caes. G. 5. 46)

QUALIDADE: ‘qualificação material’:

magnu cum luctu et genitis totius civitates ‘no meio da desolação e dos gemidos da cidade inteira’ (Cic. Verr. 4.76)

‘instrumento’:

cum língua lingere ‘mexer com a língua’ (Catul. 98,3)

‘conseqüência’:

Flaminius cecidit apud Trasumennum cum magno rei publicae vulnere.

‘Flamínio sucumbiu a Tresiméne, com um golpe terrível à república’

(Cic. Nat., 2,8,C)

No português contemporâneo, como afirma Borba (1971, p. 83) e Michaelis (org. 1997, s. v. *com*), essa preposição amplia as possibilidades das propriedades cognitivas de base, passando a indicar:

LUGAR: ‘ponto de junção’:

No cruzamento com a praia de Botafogo, o bonde teve que parar

TEMPO: ‘duração’:

A viagem será direta, com 7 horas

‘tempo futuro’:

Com mais dois anos, ele não jogará mais

‘idade’

Qualquer criança com três anos poderá fazer isso’

QUALIDADE: ‘instrumento’:

matou com a faca

‘interação’:

conversar com alguém

‘modo’:

falou-me com os olhos baixos

‘causa’:

as plantas murcham com o calor

‘oposição’:

lutou com o ladrão

‘posse’:

rapaz com dinheiro

‘conteúdo’

caixas com remédios

26 do português arcaico ao português brasileiro

Justaposta ao verbo *formāre*, ‘dar forma’, a preposição latina *cum* ‘companhia’, ‘sociedade’ deu origem ao verbo *conformāre*, do qual deriva o adjetivo *conformis*, e ‘exatamente’, ‘semelhante’ (Gaffiot, 1934, s.v. *conformis*, *conformis*, *ẽ*, origem, no português, da locução prepositiva *conforme a*, que começa a aparecer em textos do séc. XVI, apresentando as variantes gráficas *cõforme a*, *confforme a* e *comforme a*.

No séc. XVII, encontra-se a locução prepositiva *conforme a*, assim como a preposição *conforme*: Exs.:

Torno a Lisboa, ao conde Odemira, dou-lhe a notícia da nova ordem de El-Rei, e conforme a ela se mandou aos capitães mores que aquela se embarcassem para dar á vela pela manhã, porque já não havia tempo, nem maré. (CVM, LV, l. 158-62).¹⁵

Chegamos ás dez horas da noite e aqui achamos o Padre Ribeiro que ia em demanda da cidade, conforme o aviso que recebera. (CVM, LXV, l. 239-41).¹⁶

Nos documentos do séc. XVIII consultados, encontra-se também a locução prepositiva *conforme a*, ao lado da preposição *conforme*: Exs.:

... ao lastro se lhes fês de Taboado Vinhático para ser avaliado *conforme* ao valor. (CS, XL, l. 03-4)¹⁷

... o que assim se verifica com os Autos da Renuncia, e ouro aprehendidi, que ponha na Presença de Vossa Excelência para os mandar julgar, *conforme* as Leis. (CS, XCIV, l. 07-10)¹⁸

A locução prepositiva apresenta a propriedade cognitiva QUALIDADE, ‘submissão’, ‘acordo’, conceito abstrato derivado metaforicamente de TEMPO.

QUALIDADE: ‘submissão’, ‘acordo’

Essa propriedade se mantém também quando o item *conforme* é empregado como preposição.

Muyto vos encomendo que confforme ao que se deve esperar de vossa prudentia e de quem vos soeys, asy vos ajaes no sentimento d’este caso, posto que seja cousa tam difficil de fazer. (CR. LXV, l. 08-11).¹⁹

Mantém-se também quando a palavra é empregada como substantivo ou adjetivo.

Discursivização

Como afirma Castilho (2003), a discursivização deve incluir indagações sobre hierarquia tópica, digressões, parênteses, tratamento da informação, etc.

No caso do item em estudo, o fato de indicar na maior parte das vezes ‘submissão’, ‘concordância com algo’ faz com que, como conjunção ou preposição, introduza, na maior parte das vezes, o tópico discursivo, tomando por escopo toda a sentença (se conjunção), itens lexicais ou sintagmas (se preposição), uma vez que fornece o quadro de referência dentro do qual ocorre a informação que se segue.

Pode, pois, indicar *determinação*, como na expressão: *estar tudo nos seus conformes* e na sentença: *Este documento está conforme* ou *indeterminação*, como na expressão: *Ter os seus conformes* ou em um diálogo do tipo:

- *Você irá à festa?*

- *Conforme ...*

Nesse último exemplo, *conforme* ocupa sozinho o lugar de um enunciado completo.

Semanticização

Observando-se o conteúdo semântico do item *conforme* a partir do latim, vê-se que o sentido de ‘exatamente’, ‘semelhante’ ‘que tem a mesma forma’, do adjetivo latino, mantém-se ainda no adjetivo português *conforme*: Dois vasos conformes.

O adjetivo pode ainda significar ‘com a forma devida’: Esta certidão está *conforme*.

Esse item, a partir do século XVII, passou, por um processo metafórico, a significar ‘de acordo com’ ‘segundo’, podendo referir-se, como preposição, a:

LUGAR: ‘distância’

Conforme o local, poderemos ir de carro ou de avião.

TEMPO: ‘ocasião’

Conforme o dia, vestiremos uma roupa mais leve ou mais pesada.

QUALIDADE: ‘submissão’, ‘acordo’

Conforme ficou combinado, sairemos juntos.

Conforme ele disse, não deveremos fazer isto.

No séc. XX passa a ser empregado como conjunção, podendo expressar relações de:

TEMPO: ‘concomitância’

Conforme ele entrou, o ladrão pulou a janela.

PROPORÇÃO: ‘à medida que’

Conforme os alunos iam chegando o professor os encaminhava aos lugares já reservados.

Na língua falada, *conforme* atua como substantivo, constituindo expressões do tipo: ‘*estar tudo nos seus conformes*’, ‘estar tudo como era esperado’ ‘*ter os seus conformes*’, ‘ter as suas restrições’. Como se pode observar, nessas expressões, o item conserva a propriedade cognitiva de base: QUALIDADE.

Algumas palavras derivadas de *conforme* apresentam também esta propriedade cognitiva, como:

Conformidade:

O texto foi produzido em conformidade com o que se pediu.

Conformismo:

Ele sempre está de acordo. Que conformismo!

Conformista:

Esse jovem é um conformista, nunca se rebela contra alguém.

Gramaticalização

Do ponto de vista fonológico, a palavra sofreu pouca alteração. A preposição *cum* latina, já no latim apresentava a variante *com*, com a vogal alterada de vogal alta para vogal média, forma que conservou ao constituir o verbo *conformare* > *conformar* e *conformis*, e > *conforme*.

Do ponto de vista morfológico, houve apenas a justaposição da preposição latina ao verbo *formâre* passando ao português a forma já pronta do verbo e do adjetivo dele derivado.

Operando sobre os traços lexicais, o dispositivo sociocognitivo deu origem a palavras de outras classes gramaticais, como já foi visto anteriormente:

- locução prepositiva, substantivo e adjetivo, ativando a propriedade QUALIDADE:
- preposição, ativando as propriedades: LUGAR, TEMPO e QUALIDADE
- conjunção, ativando as propriedades TEMPO e QUALIDADE.

Do ponto de vista sintático, *conforme* apresenta diversidade de propriedades funcionais, atuando:

- no sintagma nominal, como adjunto adnominal e no sintagma verbal, como predicativo (se adjetivo);
- como conector de itens lexicais sintagmas ou sentenças (se preposição, locução prepositiva ou conjunção), introduzindo, nesse caso, adjuntos adverbiais;
- como objeto direto (se substantivo), funcionando como um argumento selecionado pelo predicador.

Castilho afirma que esses subprocessos, fonologização, morfologização e sintaticização, ocorrem simultaneamente, sem que haja uma precedência entre eles.

Como se pode observar, na visão do autor, a qual difere bastante da visão das primeiras propostas referentes ao estudo da gramaticalização, cada processo deve ser estudado separadamente, pois cada um representa um diferente aspecto da mudança lingüística.

Este estudo preliminar é apenas uma tentativa de aplicar a proposta apresentada por Castilho (2003) à análise dos processos de mudança empreendidos pelos itens conjuncionais portugueses.

¹ Cartas de Comerciantes Portugueses, n° XI, l. 33-34.

² Cartas de Vieira do Maranhão, n° LXIV, l. 424-6.

³ Cartas de Comerciantes Portugueses, n° XIV, l. 09-11.

⁴ Cartas de Comerciantes Portugueses, n° CVIII, l. 266-70.

⁵ Crônica de D. Pedro, (séc. XV), Cap.I, l. 11-4.

⁶ Carta de Jaime, (Duque de Bragança), n° LXXXIX, l. 71-3. In: Cartas da Corte de D. João III.

⁷ Cartas de Vieira do Maranhão n° LXV, l. 705-7.

⁸ Documento Oficial, n° XVIII, l. 326-31.

⁹ Documento Oficial, n° LXXXIV, l. 11-4.

¹⁰ Cartas de Comerciantes Portugueses n° XC, l. 90-2.

¹¹ Cartas de Comerciantes Portugueses n° XLV, l. 03-5.

¹² Cartas de Comerciantes Portugueses n° IV, l. 03-4.

¹³ Cartas de Comerciantes Portugueses n° XC, l. 28-9.

¹⁴ Carta n° 119, de Theodosius, filho do Duque de Bragança. In: Cartas da Corte de D. João III – séc. XVI.

¹⁵ CVM – Carta de Vieira, do Maranhão – n° LV, l. 158-62.

¹⁶ CVM – Carta de Vieira, do Maranhão – nº LXV, l. 239-241.

¹⁷ CS – Cartas Setecentistas, nº XL, l. 03 - 4.

¹⁸ CS – Cartas Setecentistas, nº XCIV, l. 07 - 10.

¹⁹ CR – Carta da Rainha nº LVC, l. 08-11 In: Cartas da Corte de D. João III, séc. XVI.

Referências

AZEVEDO, G. Lucio de. *Cartas de Vieira do Maranhão*. Lisboa: Imprensa Nacional, tomo primeiro, 1970.

AZEVEDO, G. Lucio de. . *Cartas de Vieira da Bahia*. . Lisboa: Imprensa Nacional, tomo segundo, 1971.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos lingüísticos em Cartas de Comércio*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das Conjunções na História do Português*. Salvador: UFBA, Tese de Doutorado, 1999.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Em busca da trajetória de gramaticalização das conjunções portuguesas: século XVIII*. Comunicação apresentada na XIX Jornada de Estudo Lingüísticos do Nordeste, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2002.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Itens conjuncionais nas Cartas Setecentistas*. Comunicação apresentada no II Encontro de Ciências Aplicadas ao Ensino – ECLAE, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2003.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *A procura de novas pistas*. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Argumentadores discursivos na prosa medieval*. Comunicação apresentada no V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Medievais. Salvador – BA, Universidade Federal da Bahia, 2003.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Conjunções: duas sincronias em confronto*. Comunicação apresentada no VI Congresso Nacional de Estudos Lingüísticos e Literários. Feira de Santana – BA, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2002.

BORBA, Francisco da Silva. *Sistemas de preposições em português*. Tese apresentada ao Concurso de Livre-Docência do Departamento de Lingüística e Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo. São Paulo (mimeo), 1971.

BUESCU, Maria Leonor C. (Ed) *Gramática da Língua Portuguesa de João de Barros: a) Cartinha; b) Gramática; c) Dialogo em louvor da nossa linguagem; d) Dialogo da viciosa vergonha*. Lisboa: IN/CM, 1971.

CASTILHO, Ataliba T. de. *A gramaticalização*. Estudos Lingüísticos e Literários 19 : 25-63. UFBA, 1997.

30 do português arcaico ao português brasileiro

CASTILHO, Ataliba T. de. *Reflexões sobre a Teoria da Gramaticalização*: contribuição ao debate sobre a teoria da gramaticalização no contexto do PHPB (inédito), 2003.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Perspectivas sobre a Gramaticalização* no “Projeto para a História do Português Brasileiro” (inédito), 2003.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Análise multissistêmica das preposições no eixo transversal no português brasileiro*: espaço anterior ~ posterior. (inédito), 2003.

FORD, J. D. M (Ed.). *Letters of John III, King of Portugal*. Cambridge / Massachusetts: Harvard University Press, 1931.

FORD, J. D. M (Ed.). *Letters of the court of John III, King of Portugal*. Cambridge / Massachusetts: Harvard University Press, 1933

GAFFIOT, Albert. *Dictionnaire du latin*. Paris, Hachette, 1947.

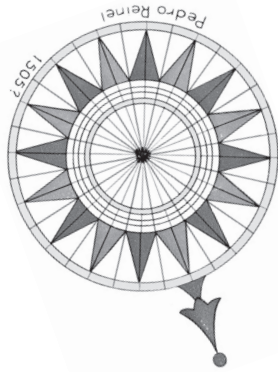
HEINE, Bernd, CLAUDI., Ulrike e HUNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

LOBO, Tânia Conceição Freire et al. *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2001.

MARTELOTTA, Mário, VOTRE, Sebastião J. e CEZARIO, Maria Moura (Orgs.). *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SOUZA, Emília Helena Portela Monteiro de. *A multifuncionalidade do onde na fala de Salvador*. UFBA: Tese de Doutorado, 2003 (inédita)

TRAUOGOTT, Elizabeth C, HEINE, Bernd (eds.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publisheng Company, 2 vols, 1991.



Ó desempenho do *não* como prefixo no português brasileiro contemporâneo

Lucas Santos Campos





Introdução

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado *A trajetória de gramaticalização dos prefixos de negação na história da língua portuguesa*, estudo que se insere na linha de pesquisa *Constituição histórica da língua portuguesa*, coordenada pela prof^a. Dr^a. Rosa Virgínia Mattos e Silva, no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. O projeto global visa a (i) observar historicamente os elementos hoje cristalizados como prefixos e (se possível) determinar o momento em que representavam um item lexical independente; (ii) descrever a trajetória de gramaticalização dos mesmos.

Esta etapa do projeto, que se intitula *A gramaticalização do não como prefixo no português brasileiro contemporâneo*, teve, como ponto de partida, a observação direta do constante emprego do *não*, antes de substantivos, adjetivos e participios empregados como adjetivos, tendo em vista que esse item, atuando ao lado de verbos, apresenta-se desempenhando a sua tradicional função de advérbio de negação, como se pode verificar nos exemplos de 1 a 3:

- (1) *Não descuide* de seu negócio. (1/367)¹
- (2) O preço do combustível *não é* o único inimigo dos motoristas. (1/371)
- (3) Os catadores de lixo *não diferem* dos... (1/385)

Anteposto a substantivos, adjetivos e participios, empregados como adjetivos, porém, observa-se que o *não* desempenha uma função diversa daquela que lhe é atribuída pela *Gramática Normativa*. Julgou-se, a princípio, que o *não* estaria substituindo os prefixos tradicionais e em seguida levantou-se a hipótese de que esse advérbio poderia estar gramaticalizando-se como prefixo, ampliando, assim, os recursos comunicativos da língua, especialmente para expressar novos conceitos, surgidos a partir do desenvolvimento político, econômico e social, como o de *organizações NÃO-GOVERNAMENTAIS*.

Uma visão geral dos dados revelou que, para atender ao caráter plural da ordem social contemporânea, o *não* é empregado como prefixo eficientemente:

i) em situações nas quais se necessita estabelecer uma referência restritiva a alguns segmentos sociais, como nos exemplos 4 a 6 a seguir:

- (4) Ódio aos estrangeiros, principalmente aos NÃO-BRANCOS. (1/168)

34 do português arcaico ao português brasileiro

- (5) Entrevistas com (...) e com NÃO-COMUNISTAS brasileiros. (1/477)
- (6) ...não só para índios, mas para os NÃO-ÍNDIOS. (2/352)

ii) quando essa restrição refere-se a grupos que se caracterizam por alguma prática, como no exemplo 7:

- (7) Os NÃO-FUMANTES não devem torcer o nariz. (1/35)

iii) E ainda para a indicação de especificidades como nos exemplos de 8 a 10:

- (8) Houve um aumento de 320% nas [tarifas] NÃO-RESIDENCIAIS. (1/59)
- (9) Para agricultores (...) e empreendimentos NÃO-AGRÍCOLAS. (1/70)
- (10) Marca de produtos NÃO-CIRÚRGICOS da clínica. (1/80)

Fundamentação teórica

Uma vez que a hipótese dessa pesquisa está ligada ao processo de gramaticalização, torna-se necessário não só conceituar esse tipo de mudança lingüística, como também a corrente em que se insere, o Funcionalismo.

O Funcionalismo

Caracterizar o *funcionalismo* é uma tarefa difícil, já que os rótulos que se conferem aos estudos ditos “funcionalistas” mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam (Neves, 1997: 01).

Neves afirma, pois, que dentro do que vem sendo denominado ou autodenominado *funcionalismo*, existem modelos muito diferentes. Contudo, entre esses modelos, podem ser destacadas similaridades suscetíveis de se constituírem num denominador comum, capaz de fornecer a caracterização básica do que seja uma teoria funcionalista da linguagem. Martinet (1978 *apud* Neves, 1997: 02) aponta como objeto da verdadeira lingüística, a determinação do modo como as pessoas conseguem comunicar-se pela língua. Neves indica que:

Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente.

Assim, o que a análise funcionalista examina é a competência comunicativa, considerando as estruturas das expressões lingüísticas como em um quadro de funções, no qual cada função é vista como um diferente modo de significação na oração; portanto, paralelamente à noção de que a linguagem é um instrumento de comunicação, encontra-se, no funcionalismo, um tratamento *funcional* da própria organização interna da linguagem.

Neves define a gramática funcional, como uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura se integrar em uma teoria global da interação social e entende a gramática como acessível às pressões do uso.

Em relação à competência comunicativa, o funcionalismo avalia a capacidade que os indivíduos têm tanto para codificar e decodificar expressões, quanto para usar e interpretar essas expressões satisfatoriamente.

Gramaticalização

O processo de *gramaticalização* tem sido objeto de estudos variados e conceituação diversa.

Lehmann (1982: VI) denomina *gramaticalização*, o *processo que consiste na passagem de um item lexical para um item gramatical*.

Heine e Reh (1984 *apud* Castilho, 1997: 26) conceituam *gramaticalização* como “uma evolução na qual as unidades lingüísticas perdem em complexidade semântica e em substância fonética”. Consideram-na um tipo especial de mudança lingüística situada no *continuum* que se estabelece entre unidades independentes e unidades dependentes tais como clíticos, partículas auxiliares, construções aglutinativas e flexões.

Hopper e Traugott (1993: 18) a definem como “the study of grammatical forms, however defined, viewed as entities undergoing processes rather than as static objects.”²

Castilho (1997: 31) especifica que gramaticalização é:

o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (=recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema.

A preocupação com a origem e o desenvolvimento de categorias gramaticais é, como explicam Heine, Claudi e Hünemeyer (1991: 05-26) muito antiga e parece datar do séc X, quando já os chineses distinguiam símbolos lingüísticos plenos de símbolos lingüísticos vazios. Os autores fazem referência ao chinês *Zhou Bo-qi*, que, já nos séculos XIII e XIV, desenvolveu estudos relacionados a esse tipo de mudança lingüística.

A idéia de que as formações gramaticais advêm de itens lexicais (*lexemes*) e de que afixos provêm de formas livres foi expressa na França, em 1746, pelo filósofo Etienne Bonnot de Condillac. Mais tarde, em 1786, John Tooke declarou que os advérbios, as conjunções e as preposições derivavam de *abreviação* ou *mutação* das *palavras necessárias*: nomes ou verbos. Desse modo, Tooke é considerado o pai dos estudos de gramaticalização.

No séc XIX, vários estudiosos referiram-se ao assunto:

Wüllner (1831) tratou instâncias do desenvolvimento de palavras independentes para flexões e discutiu a transição de construções perifrásticas para morfemas temporais.

Whitney (1875) apresentou etimologias insustentáveis, mas ofereceu importantes reflexões sobre mudança semântica intra-lexical e passagem de verbos plenos a auxiliares de tempo e modo.

Wegener (1885) formulou descrições de padrões pragmático-discursivos que desenvolvem constituintes morfossintáticos.

Gabelentz (1891) apresentou a proposta de que a mudança lingüística desenvolve-se em espiral; estabeleceu que *os afixos de hoje foram, anteriormente palavras independentes* e admitiu duas forças propulsoras da mudança: “indolência ou facilitação e distintividade”.

Bréal (1897) aponta que itens (lexicais) de dadas categorias se afastam das mesmas e se tornam os expoentes da concepção gramatical neles embutida.

Como se pode verificar, a preocupação com esse tipo de mudança é realmente antiga e vem se desenvolvendo através dos séculos.

No panorama da lingüística contemporânea, destacam-se os estudos de:

Traugott (1980) que propõe uma abordagem baseada em princípios de mudança de sentido, fundamentada nas funções da linguagem de *Halliday* (1970b) e nos princípios de Heine e Reh (1984) que relacionam algumas observações mais gerais que ocorrem durante o processo de gramaticalização.

Bybee e Pagliuca (1985) influenciados por Givón (1981), dedicam-se ao estudo da alta frequência de uso do elemento em processo de gramaticalização e do processo de *bleaching* (enfraquecimento semântico).

Hünemeyer (1985) realiza estudo detalhado, em Ewe, do *continuum* que parte dos verbos em direção às preposições.

Haiman e Thompson (1988) defendem que os processos de coordenação e subordinação emergem de estruturas discursivas que se tornam convencionais e daí gramaticalizam-se; desse modo, combinações de orações podem ser interpretadas como gramaticalização da organização retórica do discurso.

Sweetser (1988) propõe que o *bleaching* (desbotamento) seja analisado como processo de dispersão dos aspectos centrais do significado em direção a domínios-alvo; o único componente que permanece inalterado é a estrutura tipológica, imagético-esquemática das entidades concernentes. Contudo, o que parece perda representa também ganhos, visto que o significado do domínio-alvo é adicionado ao significado da entidade transferida.

Willet (1988) apresenta hipóteses sobre a generalização semântica que pode ser observada nos processos de gramaticalização, sugerindo que essa generalização é decorrente, em grande parte, do que ele denomina *hipótese de extensão metafórica*, através da qual o significado concreto de uma expressão é aplicado a contextos mais abstratos.

Heine Claudi e Hünemeyer (1991) formulam a proposta de que, no processo de *gramaticalização* as formas assumem significados cada vez mais abstratos a partir da noção de espaço, passando (ou não) pela noção de tempo e atingindo a categoria (mais abstrata ainda) de texto.

Finalmente, a mais nova linha de pesquisa, *A Teoria da cognição*, representada por Sweetser (1988) e Heine *et alii* (1991) encara a gramaticalização como um fenômeno externo à estrutura da língua e pertencente ao domínio cognitivo.

Neste trabalho lançou-se mão também dos métodos da Sociolingüística Laboviana em virtude de a gramaticalização do advérbio *não*, como prefixo, envolver fatores de ordem social e pelo fato de essa teoria possibilitar a quantificação e análise da variação dos dados, através do pacote de programas *Varbrul*.

Corpora

Foram utilizados, como *corpora*, um jornal de grande circulação no estado da Bahia – *Jornal A Tarde* e o *Dicionário da Língua Portuguesa* (1999) de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

Foram consultados 123 exemplares desse jornal, correspondentes a todos os dias dos meses de julho e agosto; novembro e dezembro do ano 2000.

O levantamento das amostras nos exemplares consultados caracterizou-se como um *levantamento lexical*, isto é, foram registrados os contextos nos quais se apresentou a primeira ocorrência de um substantivo, adjetivo e/ou particípio empregado como adjetivo, portador de um dos prefixos tradicionais (*a-*, *des-*, *in-*) ou antecedido do *não*, prefixal.

Nos exemplares do jornal, foram recolhidas 898 ocorrências de bases com prefixos tradicionais e 199 bases prefixadas com o *não*, totalizando 1097 ocorrências de itens lexicais com prefixos negativos.

No Dicionário da língua portuguesa, foram recolhidos 2.349 itens lexicais, portadores dos prefixos tradicionais de negação (*a-*, *des-* e *in-*) e 53 entradas de itens lexicais prefixados com o *não*.

Os itens lexicais portadores de prefixos tradicionais foram registrados em dois quadros distintos: o primeiro, contendo os itens lexicais cuja descrição do sentido apresenta-se de forma analítica, isto é, a partir do emprego de orações do tipo: *Que não é...*, *Que ou quem não é...*, *Que não está*, etc., ou através de um antônimo lexical. O segundo, contendo os itens lexicais cuja descrição principal ou auxiliar do significado, é feita de forma sintética, isto é, a partir do emprego do *não*, como prefixo.

Análise dos dados

Verificou-se que os dois processos tradicionais de antonímia (prefixação e antonímia lexical)³, com os quais o *não* prefixal tem vindo a concorrer no português contemporâneo, ocorrem de forma variável, consoante o item lexical que se considere.

O quadro 1 apresenta bases que, a despeito de possuírem antônimos formados com um dos prefixos tradicionais e de disporem de um antônimo lexical, receberam o *não*, como prefixo.

Quadro 1: Exemplo de itens lexicais que possuem antônimos com prefixos tradicionais antônimos lexicais, mas apresentam, no *corpus*, antônimo constituído com o *não* prefixal:

FORMA BÁSICA	ANTONÍMIA POR PREFIXAÇÃO	ANTONÍMIA LEXICAL	ANTONÍMIA PELA PREFIXAÇÃO DO <i>NÃO</i>
Igual	desigual	diferente	não-igual
Definido	indefinido	genérico	não definido
Perecível	imperecível	perdurável, eterno	não-perecível

O quadro 2 apresenta exemplo de palavras que não dispõem de antônimos lexicais, possuem antônimos com os prefixos tradicionais, no entanto aparecem no *corpus* prefixadas pelo *não*.

Quadro 2: Exemplo de itens lexicais que possuem antônimos formados com prefixos tradicionais, não possuem antônimos lexicais e aparecem, no *corpus*, prefixados pelo *não*:

FORMA BÁSICA	ANTONÍMIA POR PREFIXAÇÃO	ANTONÍMIA LEXICAL	ANTONÍMIA PELA PREFIXAÇÃO DO <i>NÃO</i>
alfabetizado	analfabeto	-	não-alfabetizado
Execução	inexecução	-	não-execução
Formal	informal	-	não-formal
Racional	irracional	-	não-racional
Satisfeito	insatisfeito	-	não satisfeito
Tóxico	atóxico	-	não-tóxico
autorizado	desautorizado	-	não autorizado

38 do português arcaico ao português brasileiro

O quadro 3 refere-se a itens lexicais que não se submetem ao fenômeno da prefixação com nenhum dos prefixos tradicionais. Formam a antonímia a partir da oposição com outro item lexical e aparecem no *corpus* tendo o *não* como prefixo.

Quadro 3: Exemplo de itens que não possuem antônimos formados por prefixos tradicionais, possuem antônimos lexicais, mas ocorrem no *corpus* tendo o *não*, como prefixo:

FORMA BÁSICA	ANTONÍMIA POR PREFIXAÇÃO	ANTONÍMIA LEXICAL	ANTONÍMIA PELA PREFIXAÇÃO DO <i>NÃO</i>
Declarado	-	omitido	Não declarado
Descartável	-	reutilizável	Não descartável
Desperdício	-	economia	Não desperdício
Divulgação	-	ocultação, omissão	Não divulgação
Exclusão	-	inclusão	Não exclusão
Incluso	-	excluso	Não incluso
Livre	-	preso, dependente	Não livre
Oficial	-	oficioso	Não oficial
Pequena	-	grande	Não pequena
Plural	-	singular	Não plural
Preenchida	-	vaga	Não preenchida
Proibida	-	permitida	Não proibida
Remunerada	-	voluntária	Não remunerada
Virtual	-	real	Não virtual

O quadro 4 mostra itens que, além de não aceitarem qualquer um dos prefixos tradicionais para gerar a antonímia, também não dispõem de outro item lexical com sentido contrário e, assim, receberam o *não*, como prefixo.

Quadro 4: Exemplo de itens que não possuem antônimos lexicais, nem antônimos formados com prefixos tradicionais e, assim, apresentam um antônimo com o *não* prefixal:

FORMA BÁSICA	ANTONÍMIA POR PREFIXAÇÃO	ANTONÍMIA LEXICAL	<i>NÃO</i>
Adventista	-	-	não adventista
Agrícola	-	-	não agrícola
Alimentício	-	-	não alimentício
Anotada	-	-	não anotada
Aparentado	-	-	não aparentado
Aplicação	-	-	não aplicação
Apresentação	-	-	não apresentação
Argilosa	-	-	não argilosa
Associado	-	-	não associado
Atendimento	-	-	não atendimento
Atualização	-	-	não atualização
Cadastrada	-	-	não cadastrada
Cantor	-	-	não cantor
Carlista	-	-	não carlista
Cercado	-	-	não cercado

Analisando-se o emprego do *não* como prefixo em confronto com os processos tradicionais de antonímia na linguagem jornalística verificou-se que o *não* ocorre, mais freqüentemente, antecedendo formas que não dispõem de antônimo lexical nem de antônimos formados com prefixos tradicionais.

Como já foi visto, julgou-se, a princípio, que o *não* estaria substituindo os prefixos tradicionais; constatou-se, contudo, que, ao invés disso, como se pode observar a partir do quadro 5, o

não está sendo mais empregado junto a formas que não possuem antônimos com prefixos tradicionais, nem dispõem de antônimo lexical do que substituindo os referidos prefixos.

Quadro 5: Frequência do emprego do *não* em posição prefixal conforme os processos tradicionais de antonímia

CONTEXTOS	N.º DE OCORRÊNCIAS/TOTAL	FREQUÊNCIA
FBS com antônimos lexicais e antônimos formados com PTs	05/255	02 %
FBS que não dispõem de antônimo lexical, mas possuem antônimos formados por um dos PTs	31/675	05%
FBS dispõem de antônimo lexical, mas não possuem antônimos formados com PTs	09/09	100%
FBS que não dispõem de antônimo lexical nem de antônimos com PTs	154/154	100%
TOTAL	199/1.093	18%

Quanto à variação entre o uso do *não* e dos prefixos tradicionais, ficou comprovado que a penetração do *não* prefixal, concorrendo com os mesmos, tem-se dado, com maior intensidade, com o prefixo *a-*. Deve-se ressaltar, contudo, que, numericamente falando, o volume de ocorrências de substituição do *a-* pelo *não* prefixal, é de apenas 2, em um total de 8 registros, como se pode verificar a partir do quadro 6:

Quadro 6: Frequência do emprego do *não*, como prefixo, substituindo os prefixos tradicionais (*a-*, *des-*, *in-*)
Nível de significância: .029

PREFIXO	Nº de ocorrências do não/Total	Frequência	Peso relativo
des-	11/367	3%	.25
In-	23/559	4%	.65
a-	2/8	25%	.96
TOTAL	36/934	4%	-

Com relação aos prefixos *des-* e *in-*, os índices de substituição, ainda que superiores em termos absolutos ao do *a-*, podem ser considerados tímidos.

Foram arrolados fatores que poderiam estar condicionando o emprego do *não* com valor prefixal; para isso, foram estabelecidas, previamente, as seguintes variáveis lingüísticas explanatórias: (i) classe gramatical da forma base; (ii) natureza do fonema inicial da forma base; (iii) constituição morfológica da FB; e (vii) natureza do texto.

No que diz respeito à variável *classe gramatical*, observou-se, a partir do quadro 7, que o emprego do *não* prefixal tem ocorrido com maior frequência junto aos participípios, constituindo os substantivos, a classe mais refratária ao emprego do *não* prefixal.

Quadro 7: Frequência da variável classe gramatical da forma base
Nível de significância: .020

Classe gramatical	Nº de ocorrências/total	Frequência absoluta	Peso relativo
Substantivo	53/382	14%	.38
Adjetivo	85/491	17%	.50
Participípio	61/224	27%	.69
TOTAL	199/1097	18%	--

40 do português arcaico ao português brasileiro

Esses resultados ajustam-se, perfeitamente, à conclusão de que o *não* está gramaticalizando-se como prefixo. Do ponto de vista da trajetória seguida pelo *não*, pode-se admitir que, sendo empregado como advérbio, normalmente em orações subordinadas adjetivas desenvolvidas, como por exemplo:

O veículo era dirigido por pessoa QUE NÃO ERA HABILITADA

E, evidentemente, também em orações reduzidas:

O veículo era dirigido por pessoa NÃO HABILITADA (1/404)

uma vez que o participio é empregado, em muitos casos, como adjetivo, o emprego do *não* estendeu-se aos adjetivos.

Nesse estágio, os limites entre a forma livre do advérbio e a forma presa do prefixo, ambos representados pelo item lexical *não* se enfraqueceram, criando uma área de intersecção entre as duas categorias propostas. O passo seguinte é a extensão do uso do *não* com adjetivos – agora efetivamente como uma partícula anteposta:

NÃO SATISFEITOS, alguns fiscais investiram contra os estudantes. (1/151)

Assim, o *não* já pode ser interpretado como prefixo negativo, e se verifica a extensão do seu emprego com os substantivos, como em:

A NÃO-OCORRÊNCIA de acidentes pode ser creditada à sorte. (1/22)

Nesse momento, não se sustenta mais a análise tradicional do *não* como advérbio, já que, normalmente, o escopo de atuação dessa categoria não inclui os substantivos. Caracteriza-se, assim, a gramaticalização do *não* como prefixo. E o emprego do hífen nada mais é do que a chancela que a escrita aporta à mudança em curso, na língua oral.

O quadro 8 refere-se aos resultados da variável fonema inicial da forma base.

Quadro 8: Frequência da variável fonema inicial da forma base:
Nível de significância: 020

Valor	nº de ocorrências/total	Frequência absoluta	Peso relativo
Vogal	51/276	18%	.62
Consoante	148/821	18%	.46
TOTAL	199/1097	18%	--

Embora a frequência absoluta, 18%, revele-se igual para as duas variáveis, o peso relativo .62, registrado com FBs iniciadas por vogal parece indicar estarem essas formas favorecendo o emprego do *não* como prefixo.

O quadro 9 apresenta o resultado da variável constituição morfológica da forma base.

Quadro 9: Resultados da variável forma base portadora de sufixo
Nível de significância: .029

Sufixos	Nº de ocorrências com o <i>não</i> /total	Frequência absoluta	Peso relativo
Presença	155/882	18%	.45
Ausência	44/215	20%	.70
TOTAL	199/1097	18%	--

Conquanto a frequência absoluta indique um equilíbrio entre as duas variáveis, o peso relativo .70, para ausência de sufixo, indica que as palavras que não possuem sufixo favorecem o emprego do *não* como prefixo.

O quadro 10, revela os resultados da análise do valor semântico do *não*, como prefixo.

Quadro 10: Frequência da variável significado do *não*, como prefixo:

Significado expresso pelo <i>não</i> como prefixo	nº de ocorrências/total	Frequência absoluta
Negação/privação	199/1019	20%
Ação contrária	0/76	Zero
TOTAL	199/1096	18%

Verificou-se que, em todas as 199 ocorrências, o *não*, prefixal, aparece com o sentido de ‘negação/privação’ ou ‘falta de’. Deduz-se assim que, pelo seu valor semântico, o *não*, empregado como prefixo, acrescenta às estruturas nas quais se insere, apenas o valor de ‘negação’, ‘privação’ ‘falta de’. Por outro lado, observou-se uma baixa ocorrência do emprego do *não* prefixal em substituição ao *des-*, como foi visto no quadro nove, o que pode ser atribuído ao fato de ser mais próprio do *des-* indicar ‘ação ou processo contrário’: *burocratização x DESburocratização*. Observe-se que o *não* prefixal, o *a-* ou o *in-* não apresentam esse valor semântico. Com isso, pode-se definir um limite para a expansão do *não* prefixal: o seu emprego em substituição ao *des*, dificilmente se dará em contextos em que o *des-* expresse ‘ação ou processo contrário’.

O quadro 11 indica os resultados da variável natureza do texto, confirmando a proposição de que nas matérias/reportagens, textos redigidos por profissionais da imprensa, houvesse uma maior frequência absoluta e um maior peso relativo do emprego do *não* como prefixo do que nos outros tipos de texto, uma vez que a linguagem jornalística, muitas vezes, necessita lançar mão da economia das palavras.

Quadro 11: Frequência da variável natureza do texto

Natureza do texto	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Carta	15/212	7%	.30
Matéria/reportagem	179/842	21%	.56
Entrevista	5/43	12%	.30
TOTAL	199/1097	18%	---

Foi feita, ainda:

(i) uma análise comparativa sobre a incidência do *não* prefixal, entre os dois elementos do *corpora*, o jornal e o dicionário; e

4.2 do português arcaico ao português brasileiro

(ii) a análise de como o Dicionário da língua portuguesa retrata o emprego do *não* como prefixo em sua organização interna.

Verificou-se que o registro lexicográfico da prefixação com o *não* ainda é muito restrito, o que não significa que o Dicionário da língua portuguesa não seja sensível ao fenômeno de gramaticalização do *não* como prefixo, uma vez que, comparando a edição de 1999, com uma das edições anteriores, a de 1978, observou-se que esse instrumento vem expressando, de forma crescente, o uso do *não* como prefixo na descrição do sentido dos itens lexicais portadores dos prefixos tradicionais e que o registro de 53 itens lexicais prefixados pelo *não* na edição de 1999 é consideravelmente superior ao da edição de 1978 na qual encontram-se apenas duas entradas de itens lexicais dessa natureza: *não-euclidiana* e *não-intervenção*.

O quadro 12 refere-se aos resultados da análise do emprego do *não*, como prefixo na descrição, pelo dicionário, dos itens portadores de prefixo tradicional.

Quadro 12: Frequência do emprego do *não*, como prefixo, na descrição do DLP (Dicionário da Língua Portuguesa).
Nível de significância: .029

Descrição	Nº de ocorrências/Total	Frequência absoluta	Peso relativo
Analítica	10/639	2%	.46
Sintética	9/196	5%	.62
Total	19/835	3%	--

Verificou-se que a descrição apresentada pelo dicionário coincide, em linhas gerais, com o uso do *não* prefixal em substituição aos prefixos tradicionais observado na linguagem jornalística, na qual foram registradas 36 ocorrências de emprego do *não* prefixal em substituição aos PTs, num total de 934 ocorrências, o que corresponde a 4% do total.

Na descrição do sentido de 2315 itens lexicais recolhidos do dicionário, 1817, ou seja, 78% foram descritos analiticamente, e 498 foram descritos de maneira sintética, isto é, a partir do emprego do *não* como prefixo.

Esses dados podem representar um indicativo de possibilidade de substituição dos prefixos tradicionais pelo *não* prefixal nos itens lexicais descritos sinteticamente.

Para a análise das variáveis lingüísticas explanatórias aplicadas ao DLP (Dicionário da Língua Portuguesa), foram testadas as seguintes: *classe gramatical* e *constituição morfológica da forma base*.

O quadro 13 refere-se aos resultados da variável classe gramatical das formas base nos dados do dicionário.

Quadro 13: Frequência da variável classe gramatical dos itens prefixados
Nível de significância: .001

Classe gramatical	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Substantivo	6/307	2%	.12
Adjetivo	156/394	40%	.77
Participio	30/125	24%	.76
Total	192/826	23%	--

O quadro 14 demonstra os resultados estatísticos da análise da variável *forma base portadora de sufixo*:

Quadro 14: Frequência da variável forma base portadora de sufixo
Nível de significância: .001

Sufixo	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Presença	144/655	22%	.46
Ausência	48/171	28%	.65

Estabelecendo-se uma comparação dos valores expressos por esse quadro 14, com os do quadro 9, que apresentam os números da mesma análise aplicada aos itens recolhidos do jornal consultado, pode-se observar que ocorre uma coincidência, uma vez que a oscilação numérica entre os dois resultados pode ser considerada estatisticamente irrelevante: o quadro 9 apresenta 155 ocorrências do *não* com bases que apresentam sufixo, 18%, num total de 882 registros, com peso relativo de .45 e apresenta 44 ocorrências de emprego do *não*, com FBs não-sufixadas (20%) em 215 registros, com peso relativo de .70.

Verificou-se, portanto, um expressivo paralelo entre a linguagem jornalística e o registro lexicográfico, no sentido de que ambos apontam para o emprego do *não* como prefixo, o que favorece a tese de gramaticalização do *não*, defendida neste trabalho.

Considerações finais

Com base nos estudos realizados, pode-se indicar, por um lado, que o *não*, sem abandonar a sua função de advérbio, está se recategorizando como prefixo, o que está em conformidade com os princípios da *estratificação* e da *divergência*, previstos na trajetória de um item lexical em processo de gramaticalização.

No campo semântico evidencia-se a generalização do sentido do *não*, (antes associado apenas aos verbos); essa generalização *avança* em direção aos adjetivos e substantivos, com o valor de '*privação*', '*falta de*'.

Atentando-se, portanto, para a observação de Bybee e Paliuca (1985:72) de que um item lexical em processo de gramaticalização é caracterizado pela frequência e generalização do seu uso, pode-se defender que a gramaticalização do *não* é um fato evidente.

¹ O código que aparece ao lado de cada exemplo retirado do *corpus* refere-se ao período e à folha do jornal do qual o mesmo foi destacado.

² O estudo das formas gramaticais como elementos em processo, não como objetos estáticos.

³ Além dos dois processos acima citados, Câmara Jr. (1992:53) considera também o processo em que palavras com a mesma raiz opõem-se por prefixos de significação contrária; ex.: *excluir* x *incluir*, *progredir* x *regredir*. Foram incluídos, contudo, esses casos, na antonímia lexical, pois não se pode depreender nesses vocábulos uma forma base que possa funcionar, na língua, de maneira autônoma, sem o *prefixo*. Assim, por exemplo, não existe uma forma *cluir*, que funcione sem os prefixos *ex-* ou *in-*.

Referências

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*, 43. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- ALVES, Ieda Maria. A produtividade do prefixo *não-* no português contemporâneo. *SBPC, Ciência e Cultura*, v. 39, n. 11. p. 1026-28. 1987
- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical* São Paulo: Ática, 1990.
- BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1988.
- BARROS, João de. *Grammatica da língua portuguesa*. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1540.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus*. 20. ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- BOMFIM, Eneida. *Advérbios*. São Paulo: Ática, 1988.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar, tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CAMARA JR., J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *A gramaticalização*. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador: EDUFBA, 1997. p. 25-61.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 38. ed. São Paulo: Nacional. 1995.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. . 4. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- CUNHA, Celso, CINTRA, Lindlley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. *A formação de palavras por prefixo em português*. Fortaleza: EUFC, 1999.
- DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. O prefixo segundo o critério da produtividade. *Revista de Letras*, v. 1-2, n. 20. p. 81-85. 1998.
- FARIA, Ernesto. *Gramática da língua latina*. 2. ed. rev. e aum. Brasília: FAE, 1995.
- FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

- HALLIDAY, M. A. K.. *Explorations in the functions of language*. Londres: Edward Arnold, 1973.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F.. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P. *Some recent trends in grammaticalization*. Annu. Ver. Anthropol 25, 1996.
- HOPPER, P.. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E.. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo* Trad. de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1972 a.
- LABOV, William. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1972 b.
- LEHMANN, Christian. *Thoughts on grammaticalization a programatic sketch, akup*, n.48. v.1. 1982.
- LOPES, C. R. *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português: percurso histórico*. 1994 Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 1994.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião; CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização e desgramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Teorias contemporâneas da mudança lingüística*. Apresentação do Inter-GT: Breves reflexões sobre a mudança lingüística, ANPOLL, 1996.
- MEILLET, A.. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A.. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Édouard Champion, 1948.
- MEILLET, A.. Renouveau des conjonctions. In: MEILLET, A.. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Édouard Champion, 1948. p.159-174.
- MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário da língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Bloch, 1988.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa - introdução, leitura actualizada e notas* por M.L.C. Buescu. Lisboa: Nacional/ Casa da Moeda, 1975.
- OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de; SCHERRE, Maria Marta. Pereira. *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de*

46 do português arcaico ao português brasileiro

Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1992. Prefácio de Serafim da Silva Neto.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 5. ed., melhorada e aumentada em Lexeologia e Formação de palavras e Sintaxe do Português Histórico. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SANDMANN, Antônio José. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. 2. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

SCHERRE, Maria Marta. Pressupostos teóricos e suporte quantitativo. In: OLIVEIRA, Giselle Machline de; SCHERRE, Maria Marta (Orgs.) *Padrões sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1996. p. 37-50.

SILVA-CORVALÁN, C. *Sociolingüística: Teoria y análise*. Madrid: Alhambra, 1988.

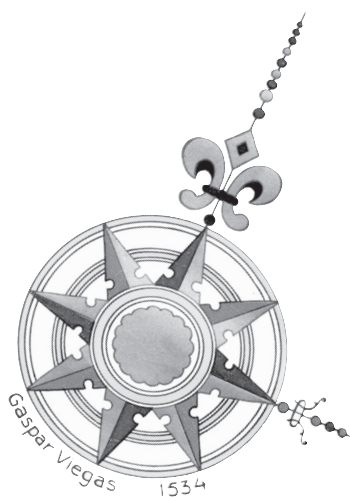
TARALLO, Fernando. *A pesquisa sócio-lingüística*. São Paulo: Ática, 1990.

TRUGOTT, E. C.; HEINE B. *Approaches to grammaticalization*. v 2, Philadelphia: John Publishing, 1991.

TRUGOTT, E. C.. *Pragmatic strengthening and grammaticalization*. Philadelphia: BLS, 1988.

Espaço e tempo em adverbiais portugueses quinhentistas

Sônia Bastos Borba Costa





Introdução

Se solicitado a apresentar palavras que expressem tempo e espaço, um falante de português provavelmente nelas incluirá advérbios, já que tais noções estão comumente associadas a essa categoria morfossintática, geralmente definida como afeta a palavras que expressam circunstâncias. Poderá, por outro lado, não atentar de pronto para as nuances espaciais e temporais escondidas em nomes, adjetivos, verbos e alguns outros advérbios, por exemplo, as sutis distinções semânticas entre quase-sinônimos, como *caminho – trajeto – percurso; lugar – local – locação – localização; perto – próximo; prévio – anterior; próximo – imediato* ou *de novo – outras vezes*.

A curiosidade sobre a origem das palavras remete aos primórdios das indagações filosóficas de civilizações conhecidas e, embora largamente abordada por variadas teorias, não apenas lingüísticas, ainda é motivo de curiosidade, quiçá de perplexidade. Se as ditas palavras lexicais são capazes de produzir esses questionamentos, que dizer das palavras gramaticais, cuja origem ainda mais se esconde no entretecido das línguas? Como é sabido, a teoria da Gramaticalização, bastante desenvolvida nas últimas décadas, mas de inspiração bem mais antiga (a bibliografia sobre o tema cita os chineses, no século X, como os primeiros a se indagarem sobre as diferenças entre palavras lexicais e gramaticais), propõe-se a rastrear esse percurso de surgimento, admitindo que itens ditos lexicais, de referentes concretos ou abstratos, vão gradativamente assumindo sentidos e funções intralingüísticos, num crescendo funcional e abstratizante, a partir de processos fônicos (justaposições, fusões, reduções, reforços) e de processos semânticos (generalizações metafóricas, contaminações metonímicas). Assim, admite-se que as palavras gramaticais são etapas de processos diacrônicos, resultantes de mudanças que afetaram palavras lexicais, nos níveis semântico, sintático, mórfico e fônico. Postula-se, então, que uma forma atual de nome (categoria lexical) pode, no devir diacrônico, tornar-se uma forma de advérbio (categoria intermediária) e, posteriormente, uma conjunção ou preposição (categorias funcionais); ou pode tornar-se um morfema (forma presa) e depois esvaziar-se semanticamente, constituindo um elemento fônico, sem significado próprio: uma sílaba, um som apenas, e vir até a desaparecer. A Gramaticalização tenta explicitar essa passagem, pelo estudo do uso, detecção dos contextos semântico-sintáticos e aproximações distributivas ou de sentido que a teriam possibilitado. Se se concentra a observação no estudo do significado, postulam-se metáforas e processos assemelhados, que fazem um signo lingüístico “descolar” suas partes constituintes, permitindo seu deslizamento, no âmbito do significado e/ou do significante, através da estrutura lingüística.

Nessa compreensão estão subentendidos dois tipos de *continuum* que se inter-relacionam: o *continuum* conceitual, que aqui se identifica como tipo **a**, e o *continuum* morfossintático, que aqui se identifica como tipo **b**, os quais se podem caracterizar como a seguir:

Tipo a) **conceitos-fonte → conceitos-alvo**: este *continuum* diz respeito a processos produtores de significado, relativos ao mundo extra-lingüístico, que ligam o mundo real ao mundo mental;

Tipo b) **discurso → sintaxe → morfologia → fonologia → Ø**: diz respeito à passagem do mundo mental ao lingüístico e, neste, de níveis de estruturação mais amplos a mais restritos, tanto no sentido paradigmático quanto sintagmático;

Os advérbios são bastante interessantes, quando estudados do ponto de vista da Gramaticalização, pois a classe é considerada categoria intermediária, ponto de passagem diacrônica de nomes, adjetivos, verbos e talvez outras categorias do “patamar” do léxico para o “patamar” da gramática, admitindo-se, em princípio, uma separação entre esses dois conjuntos de elementos lingüísticos. E, dentre os advérbios, parece razoável supor que os espaciais e temporais sejam prototípicos, para a maioria dos falantes, admitindo-se aqui o conceito de categoria lingüística prototípica, segundo o qual, sendo a língua, ao mesmo tempo, produto da cognição humana e instrumento de utilização cotidiana, é espelho de habilidades mais gerais, uma das quais é, precisamente, a capacidade de categorização. Com efeito, estudos relativos à cognição humana, admitem, pacificamente, que a noção de que um elemento pertence a uma dada categoria é uma noção psicologicamente muito real (cf., por exemplo, Rosch, 1975, *apud* Taylor, 1992: 43). Sendo a língua um sistema simbólico convencional, impõe, portanto, a seus usuários, um conjunto de categorias, que reflete, não só as repartições do mundo, mas categorias que se reconhecem no próprio material que se utiliza. Para esse processo é crucial a noção de protótipos, entendidos como membros centrais, exemplares, da categoria, aos quais se associam membros periféricos.

Para a teoria da Gramaticalização, associa-se a esse entendimento do processo de categorização, como instrumental de fundamental importância, a compreensão do mecanismo da metáfora, pensada em termos de Lingüística Cognitiva, ou seja, considerando que as línguas naturais se estruturam em paralelo ao desenvolvimento do processo de cognição, processo mental primitivo, formulando conceitos básicos que modelam, por projeção, outros conceitos, tornando-se motores de expressões lingüísticas de variados níveis de abstração.

A partir desses pressupostos, explora-se a fronteira possível, que torna contíguas, cognitiva e, por conseqüência, lingüisticamente, as noções de tempo e espaço. Lembre-se, por exemplo, a hipótese de interpretação semântica das línguas denominada Localismo, assumida por Lyons (1980 [1978]), Hjemlev, Pottier e Anderson (Heine, Claudi e Hünemeyer, 1991: 113), para a qual as expressões espaciais são mais fundamentais, cognitiva, lexical e gramaticalmente, que diversas outras espécies de expressões não-espaciais, porque servem de modelo estrutural para essas outras. A hipótese localista foi absorvida e ampliada pela Semântica Cognitiva, teoria que postula, segundo Pires de Oliveira (1999: 309-310), não serem as línguas naturais que se constroem sobre uma pré-existente estrutura lógica, mas ser a lógica que se estrutura através da linguagem natural, o que chama a atenção para a importância de ser entendida a metáfora como “um processo cognitivo ubíquo”, contrariamente ao entendimento de certas abordagens, que a tratam como um desvio.

Na classificação dos referentes de elementos semânticos utilizada por Lyons (1980: 126 e ss.), que os subdivide em *participantes* e *circunstantes*, o espaço e o tempo não são vistos como entidades de primeira, segunda ou de terceira ordem (*participantes*), quer dizer, respectivamente, entidades que se situam ou se deslocam no espaço, no tempo ou no discurso. O espaço e o tempo, assim como os instrumentos e a maneira/modo são considerados *circunstantes*, sendo o espaço o mais básico, aquele que dará o esquema imagético sobre o qual as demais noções circunstantes serão decalcadas, através de processos metafóricos. Ressalte-se que a admissão do espaço como o mais básico sofre a restrição de que, por vezes, uma noção espacial é calcada na concepção do corpo humano, de que resultaria a precedência da categoria de pessoa. Além disso, a admissão de que o tempo sucederia, necessária e imediatamente, o espaço merece ressalvas, que têm sido tratadas no âmbito da crítica à propriedade da unidirecionalidade, discutivelmente inerente ao processo de Gramaticalização.

Esses postulados basearam o desenvolvimento de tese sobre adverbiais espaciais e temporais do português, simples e locucionais, cujo objetivo principal consistiu na análise das relações detectáveis, quer no possível *continuum* lingüístico (palavras lexicais > palavras gramaticais), quer no possível *continuum* conceitual (pessoa > atividade > espaço > tempo > noção) entre as formas-fonte e adverbiais portugueses e entre adverbiais espaciais e temporais entre si.¹ Centrada em *corpus* do século XVI², a tese apresenta ainda dados relativos aos séculos XIV (texto dos *Diálogos de São Gregório*, a partir de Mattos e Silva (1989) e texto da *Lenda do Rei Rodrigo*, da Crónica Geral de Espanha) e século XV (texto da *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes), além de observações sobre esses adverbiais na atualidade.

A eleição do século XVI como período de observação justifica-se pelas características culturais de Portugal à época, dentre as quais se destacam a normatização lingüística progressiva, a implementação da produção tipográfica, que envolvia vários agentes (autores, impressores, livreiros, censores, revisores, etc.) e o início da utilização do português como metalinguagem, vista a produção de gramáticas, quer descritivas, quer normativas (Castro, 1996: 137, *apud* Mattos e Silva, 1999: 2-3). Inclua-se também o fato de ser o português do século XVI o ponto de partida do português no Brasil.

A eleição dos textos, além de submeter-se à confiabilidade do tratamento lingüístico das edições disponíveis, pretendeu diversificar a amostra, incluindo textos narrativos, epistolares e metalingüísticos. A inclusão da Carta de Pero Vaz de Caminha (CPVC), texto do último ano do século XV, deveu-se, não só à relevância sócio-histórica do texto, datado, localizado, testemunho vivo de característica tão marcante da história portuguesa dos Quinhentos – o confronto com um outro cultural – como à sua relevância lingüística: é uma carta-narrativa, escrita à moda de diário em dias seqüenciados, no calor dos acontecimentos. É, portanto, um texto rico na expressão das circunstâncias que cercam os atos de fala ou que delimitam o âmbito das predicções, apresentando, devido ao apuro nos detalhes demonstrado pelo seu autor, ampla variedade de noções normalmente expressas por itens adverbiais. O texto foi, então, tomado como exemplar do estágio inicial da língua portuguesa do século XVI.

1 Espaço

Para a categoria de espaço, sob inspiração de Svorou (1993), Lyons (1980[1978]) e Lakoff e Johnson (1980), e a partir de exame das formas adverbiais encontradas e dos seus respectivos sentidos, foi adotada a seguinte subdivisão: **espacialização de base exofórica, espacialização**

vertical e espacialização horizontal. A primeira classe, embora pudesse ter sido distribuída entre as duas outras, foi selecionada, por ser significativo o número de adverbiais que expressam a referência espacial de um elemento, a partir da relação de distância/ proximidade entre esse elemento e o falante (vinte e cinco formas). Por outro lado, a pertinência das categorias da **verticalidade e horizontalidade** evidencia, para o português, observação feita sobre outras línguas pelos teóricos citados, ou seja, a de que os falantes referem os elementos, em termos espaciais, em planos que tomam em consideração esses eixos perpendiculares. A **horizontalidade** mostra-se bem mais representativa no *corpus* analisado, com trinta e sete formas e doze subcategorias, a saber: **área interior** (com quatro formas, como *dentro*), **área exterior** (com cinco formas, como *fora*), **área distante** (com quatro formas, como *longe*), **área próxima** (com três formas, como *perto*), **área extensiva** (com duas formas, como ao *longo*), **área precedente** (com quatro formas, como *antes*), **área intermédia** (com duas formas, como *no meio*), **área seqüente** (com quatro formas, como *adiante*), **área de frente** (com cinco formas, como *diante*), **área de costas** (com três formas, como *atrás*), **área indeterminada** (com três formas, como *algures*) e **extensão horizontal** (com uma forma – *de ponta a ponta*)³.

Essa abordagem permitiu verificar-se, por exemplo, que, no século XVI, o subsistema adverbial espacial de **base exofórica** organizava-se em quatro graus de exófora, representados, em termos majoritários, pelas formas *aqui/cá; i/aí; ali, lá;* como se vê dos exemplos abaixo, e considerando-se também o registro de *acolá*:

- (1) perguntou mais se seria boo tomar *aguy* per força huũ par destes homeês (CPVC, f. 6, l. 16-18)
- (2) que se pareciam cõ outras q̄ cá no reyno tem hũas flóres a que chamã rósas de sancta Maria (DA.I p.22, ls. 29 – 30)
- (3) Se o que este Miguel Fernandes diz nam he verdade, e ha *hy* armadas que posam sayr... (CDJIII, c. 16, l.59-6)
- (4) de quaesquer leis e ordenações que *ahy* aja em contrairo (CDJIII, c. 4, l. 18)
- (5) ou querendo todavia que *aly* lhe falleis (CDJIII, c. 6, l. 23)
- (6) Belçhior Lleiram, meu esprivam do tesouro, vay *lla* a lliquidar o que me he devido nesa casa (CCDJ, c. 8, l. 1-2)

Quando comparado ao sistema que utilizamos hoje, chama-nos a atenção, além, naturalmente, da total substituição do *i* por *aí*, consolidada no século XVI, o adverbial *ali* que, àquela época, era de uso essencialmente anafórico e hoje é essencialmente exofórico de terceiro grau, expressando distanciamento compartilhado pelo emissor e pelo receptor, grau que não exclui os três outros. *Aqui* (e *cá*), na atualidade, pelo menos no português brasileiro, indicam que a área espacial referida pertence ao campo do emissor; *aí* indica que a área pertence ao campo do receptor; *lá*, que o elemento está distanciando tanto do emissor quanto do receptor. Já o *ali* indica que o campo espacial referido não é nem o do emissor, nem o do receptor, estando, portanto, deles distanciando, mas a ponto de ser alcançado pela visão, compartilhadamente, por ambos. O *acolá*, bastante restrito dialetalmente, pode eventualmente expressar um quinto grau.

O que se detalha aqui pode ser melhor compreendido a partir do seguinte quadro:

Adverbiais exofóricos espaciais no português brasileiro atual

1º grau (emissor)	2º grau (receptor)	3º grau distância média	4º grau distância maior	5º grau (?) grande distância
aqui / cá	aí	ali	lá	acolá

Por isso, o *ali* parece “mais perto” que o *lá*, como se pode depreender da seguinte frase, ouvida em conversa entre adolescentes:

(7) Se sua mãe foi *ali*, dá pra esperar; se foi *lá*, não.

Ainda com relação à espacialização de base exofórica, observa-se que locuções espaciais, dentre as quais algumas também ocorrem em sentido temporal, constituem na atualidade um grupo paradigmático, no sentido de Lehmann (1982: 137-138), ou seja, seus elementos se incluem em um paradigma bem estruturado, integrado, com regulares distinções intraparadigmáticas, pois as quatro preposições que as iniciam (*de*, *para*, *até*, *por*) são, regular e sistematicamente, utilizadas para expressar quatro possibilidades dinâmicas no espaço/tempo horizontalmente considerados: a **origem**, a **direção**, o **alvo** (quando expressa limite) e a região do **trajeto**; e quatro graus de exófora. Mesmo nos casos em que não foram encontradas no *corpus*, sabe-se da sua existência na atualidade. Assim, são perfeitamente familiares as formas adverbiais:

Locuções adverbiais exofóricas espaciais no português brasileiro atual

preposição	1º grau		2º grau	3º grau	4º grau
de	daqui	de cá	dai	dali	de lá
para	para aqui (praqui)	para cá (pra cá)	para aí (prai)	para ali (prali)	para lá (pralá)
até	até aqui	até cá	até aí	até ali	até lá
por	por aqui	por cá	por aí (pelai)	por ali	por lá

Como se sabe, a integração de elementos, antes esparsos, em paradigmas estruturados é uma marca de gramaticalização, consistindo, sob a denominação de **paradigmaticidade**, em um dos chamados *parâmetros de Gramaticalização*, segundo Lehmann (id., ibid.).

No que diz respeito à **espacialização vertical**, chama a atenção que os quatorze adverbiais que a representam (com setenta e oito ocorrências) formam-se a partir de apenas quatro bases lexicais, *cima*, *meio*, *fundo* e *baixo*, que fazem jus e, pelo número exíguo, permitem algumas considerações diacrônicas.

Cima é originalmente um nome português, provindo de *cyma*, nome latino, ‘pimpolho, renovo, grelo de plantas’ (Saraiva, s.d.: s. v. *cyma*), por sua vez, proveniente de *kyma*, nome grego, ‘onda, vaga, qualquer produção, animal ou vegetal’. (Houaiss, 2001: s. v. *cima*). Segundo Houaiss, no latim vulgar, o termo assumiu o sentido de ‘que avulta à superfície, extremidade, parte superior ou mais alta das coisas’ e, no português arcaico, significou ‘cobro, remate, termo’ sendo citada uma expressão exemplificativa, ‘dar cima a um mal-entendido’. Já Mattos e Silva (1989: 249) registra a ocorrência de *aa cima* no século XIV, com o sentido do atual ‘finalmente, afinal, por fim’ tal como também encontrada na Lenda do Rei Rodrigo (LRR, do séc. XIV) e na Crônica de D. Pedro (CDP, do séc. XV). Vejam-se alguns exemplos:

54 do português arcaico ao português brasileiro

- (8) E *aa cima* a piedade venceu a homildade. (Mattos e Silva, 1989: 250).
(9) Pero, *aacima*, acordarom-se de ir por diante e entrar por Espanha. (LRR, p. 73, ls. 47-48).
(10) *Aacima*, vendo-se el-rrei como perdia as gentes... (CDP, p. 165, l. 165).

O significado do item lexical parece, portanto, ter sofrido mudança semântica de tipo metonímica, a partir da qual veio a predominar o traço de referência à extremidade, freqüentemente ponto mais alto das inflorescências ou germinações nos vegetais, de modo que, em português, veio a expressar a temporalização de um processo (fase final), sentido que aparentemente se perdeu e, desdobrado nas formas *cimo* (nome) e *cima* (nome e elemento formador de advérbias e de locuções prepositivas), veio a expressar a espacialização relativa ao plano superior.

Meio é nome português, provindo de *mědŕŭm*, -ŕi, nome latino, ‘meio, centro; espaço; intervalo de tempo’ (Saraiva, s.d.: s.v. *mědŕŭm*). No *corpus* analisado, além de uma ocorrência expressando verticalidade, há seis ocorrências expressando horizontalidade. Embora haja, no latim, registro de valor temporal, não ocorre com esse sentido no *corpus* analisado. Contudo esse sentido é perfeitamente reconhecível na atualidade, por exemplo, em locução prepositiva, como na frase:

- (11) Farei isto *no meio da tarde*.

Fundo é nome português provindo de *fundŭs*, -ŕi nome latino, ‘fundo, base’. Foi o núcleo lexical que predominou até o século XV para a expressão adverbial do plano inferior. A forma adverbial latina clássica *infra* não continuou, pelo menos como base de advérbias, no vernáculo português, enquanto a forma do latim tardio *jŭsŭm* continuou no português arcaico, *juso*, forma não documentada no *corpus* analisado. Até o século XVI, a gramaticalização do termo *fundo* se deu no nível morfossintático, evidenciando deslizamento no *continuum* estritamente lingüístico, mais que no *continuum* conceitual propriamente dito (semântico), visto que, de **nome**, elemento lingüístico mais lexical, signo lingüístico denominativo de elemento do mundo, passa, ao atuar precedido de preposições (*a, de, ataa, pera*), a componente de adverbial, elemento lingüístico mais gramatical, que expressa circunstância espacial afeta a elemento do mundo, sem que seu conteúdo significativo propriamente dito tenha sido recortado e/ou generalizado. Posteriormente, o adverbial veio também a gramaticalizar-se no *continuum* conceitual, posto que, na atualidade, é também reconhecido no sentido de ‘base mental, psicológica’, em frases como:

- (12) No *fundo*, ele te quer bem.

Baixo é predominantemente um adjetivo português, provindo do adjetivo latino tardio *bāssŭs*, -ŕi -ŕm, ‘gordo’, (Saraiva, s.d.: s.v. *bassŭs*); ‘gordo e pouco alto’ (Corominas e Pascual, 1980-1991: s.v. *bajo*). A partir do que se depreende do verbete de Nascentes (1932: s.v. *baixo*), a *bāssŭs* foram atribuídos também os sentidos de ‘curto’ e ‘humilde’. A generalização semântica do adjetivo, portanto, é ainda do período latino. No *corpus* analisado, a forma isolada não ocorre como adverbial, apenas como nome e como adjetivo. Ocorre, contudo, como componente de advérbias, precedida de preposições. É forma característica do português moderno, sobrepondo-

se à base *fondo*, característica do português arcaico, ainda ocorrente no século XVI e mesmo na atualidade, embora em desvantagem face a *baixo*.

Como se vê, semanticamente, não se configurou no *corpus* grande riqueza conceitual e, conseqüentemente, lexical, na expressão adverbial da verticalidade. Há predominância da referência ao plano superior (cinco formas, como *acima*, e cinqüenta e duas ocorrências), contra sete formas (como *abaixo*, e vinte e quatro ocorrências) relativas ao plano inferior. O plano intermédio é representado por uma só forma (*no meio*), em uma só ocorrência (na *Gramática da Língua Portuguesa*, de Fernão de Oliveira). Também a extensão vertical é representada por uma só forma (*de fundo acima*), em uma só ocorrência (na *Carta de Pero Vaz de Caminha*).

A expressão da **horizontalidade** é mais rica no *corpus* que a expressão da verticalidade, tanto quanto ao número de adverbais (trinta e sete, como já visto), quanto ao número de ocorrências (cento e oitenta e sete), quanto ao número de subcategorias semânticas (doze), e, ainda, quanto ao número de bases lexicais (dezessete), a saber: *dentro, fora, longe, perto, além, aquém, longo, antes, avante, trás, meio, depois, ponta, pedaço, algures, nenhures, princípio*.

É conveniente esclarecer que a decisão de considerar tais adverbais como expressão de horizontalidade não foi apriorística, mas baseou-se na interpretação do contexto, vez que, em alguns casos, se considerado isoladamente, tanto poderia expressar horizontalidade quanto verticalidade. Assim, pares opositivos, como *longe/perto* ou *fora/dentro*, tanto podem expressar espacialização no plano horizontal quanto no plano vertical. No *corpus*, o único adverbial que se mostrou comum à expressão de ambos os planos foi *no meio*. Veja-se o exemplo (7), para a expressão da verticalidade, e o exemplo (8), para a expressão da horizontalidade:

(13) A figura do .e. grãde parece hũa boca aberta com sua língua *no meyo* e tão pouco não tẽ outra diferença da força do .e. pequeno. (GFO, p. 16, ls. 13-15).

(14) ...foy dar em hũ rio a entráda do qual em hũa coróa q̄ se fazia *no meyo*, virã jazer tanta multidam de lóbos marinhos. (DA-I, p. 25, ls. 3-5).

Pela mera quantidade já se pode aquilatar o maior recurso à expressão da horizontalidade face à verticalidade, o que, de pronto, provoca a questão: tomarão as línguas a referência horizontal em mais consideração, devido a características do corpo humano, tais como: olhos naturalmente focados na horizontal, corpo em perpendicular ao chão, com deslocamento predominante na horizontal? Valeria a pena observar-se se as noções de verticalidade, talvez por serem menos tomadas em consideração, estariam freqüentemente embutidas em lexemas de outras classes de palavras como *subir x descer, levantar x baixar*, enquanto as noções de horizontalidade, tomadas em consideração com mais detalhes, não se resolveriam tão facilmente no léxico. Por exemplo, *andar, ir, passear* tanto podem ser entendidos como ‘deslocamento para a frente ou para trás’ de determinado ponto de referência, necessitando de adverbais para precisar-lhes o sentido. Talvez apenas as áreas relativas à distância e à proximidade de base exofórica, beneficiem-se suficientemente do léxico, como se vê de exemplos tais como *levar/ trazer, ir/vir, aqui, cá/aí/lá*.

No estabelecimento dessas áreas enfocadas para a horizontalidade, a partir do *corpus*, avultou curiosa constatação: as noções de *anterior* e *posterior*, denominações que facilmente ocorrem ao falante de português, são freqüentemente ambíguas. É que mais normalmente se

denomina como espaço anterior aquele que precede determinado ponto de referência, aquele que, mais freqüentemente, no campo visual, está à esquerda, já que normalmente, na nossa cultura, referem-se os elementos percebidos pela visão da esquerda para a direita. No entanto, *anterior* é também o que está espacialmente à frente do/no corpo do observador. Analogamente, *posterior* pode localizar o elemento tanto à direita do ponto de referência, quanto às costas do/no corpo do observador. Observem-se, a respeito, os exemplos:

- (15) O adjetivo em português vem *posteriormente* ao nome.
 está *depois do* nome.
 se segue ao nome.
- (16) Na fila, os idosos estavam à *frente*, os jovens no meio e as crianças *atrás*.
- (17) Os policiais estacionaram na *frente* (parte anterior) do edifício, enquanto os ladrões se esconderam *atrás* (parte posterior).

Ora, para quem lê uma frase (em português, bem entendido) o adjetivo está espacialmente à direita do substantivo; para quem vê a fila, as crianças estão à direita ou à esquerda, a depender da direcionalidade da fila (determinada pela ponto ao qual ela se dirige), enquanto o edifício, por ser elemento que possui “frente implícita”, induz à interpretação *frente* para a denominação *anterior* e *costas* para a denominação *posterior*.

Observe-se, ainda, que, como as noções de *antes* (anterior) e *depois* (posterior), muito freqüentemente expressam temporalização, a ambigüidade se acentua, porque, enquanto, no espaço, quando o elemento considerado é o último (posterior), é normalmente o mais distanciado do ponto de referência, no tempo, quando se refere o passado, o último (posterior) é normalmente o mais aproximado do ponto de referência.

Por essas razões, para evitar ambigüidades, considerando a direção mais convencional da visão no sentido esquerda → direita, preferiu-se assim denominar essas várias noções referentes à horizontalidade: *precedente* (área à esquerda do ponto de referência); *seqüente* (área à direita do ponto de referência); *frente* (área que faceia o ponto de referência); *costas* (área às costas do ponto de referência), reservando as denominações *anterior* e *posterior* para designações relativas à temporalidade. Observe-se que, quando se trata de texto, a área *precedente* pode ser expressa, no *corpus*, por *acima*, *em cima*, *antes*, *atrás*, e a área *seqüente* pode ser expressa por *abaixo*, *depois*, *diante*, *a diante*, *ao diante*, *desi*. Vejam-se os exemplos:

- (18) quando lhe acabardes de falar como *acima* diguo (CDJIII, c. 13, l. 117)
- (19) Posto que *emcima* digua que ey d’aver por quartel (CCDJ, c. 50, ls. 23-24)
- (20) ... e assi .e. grãde sempre se prepõe e todas as outras asvezes se põe *âtes* e as vezes d’spois... (GFO, p. 26, ls. 27-28)
- (21) O número de lêteras já vimos pelos exemplos *atrás* (GJB, p. 297, l. 12)
- (22) conuê a saber muda: porque logo a *baixo* diz que se não podem ajuntar duas letras liquidas em hũa sillaba (GFO, p. 21, ls. 10 – 12)
- (23) agora tratemos da forma dellas e *despois* diremos das suas cõdições e estados. (GFO, p. 34, ls. 28 – 29)
- (24) e, quando a ele queremos acreçentár outros números té chegar a dezanóve, poemos todos *diante* a este modo: xi,xij... (GJB, p. 372, ls. 17-19)

(25) porq̄ as nossas vozes requerem q̄ tenhamos trinta e duas: ou trinta e trêsletras: como se mostrara *a diante*. (GFO, p. 11, ls. 15 – 16)

(26) E onde ham de servir e quantos açidentes tem, particularmente trataremos *ao diante*, no título da Ortografia (GJB, p. 296, ls. 16-17)

(27) vejamos primeiro dela e *desi* das outras três (GJB, p. 294, ls. 13-14)

Quanto à predominância de ocorrência, as noções semânticas referentes a espaço horizontal são, em ordem decrescente: área *precedente*, com quarenta e uma ocorrências, das quais a maioria é representada por *atrás* (trinta e um casos); área *frente*, com trinta e sete ocorrências, das quais a maioria é representada por *avante* (dezessete casos); área *sequente* com vinte e seis ocorrências, das quais a maioria representada por *adiante* (dezenove casos); área *exterior*, com trinta e uma ocorrências, das quais a maioria representada por *fora* (dezoito casos); área *interior*, com quinze ocorrências, das quais a maioria representada por *dentro* (doze casos). Observe-se que as áreas que referem o que vem após (*seqüente e frente*) apresentam sessenta e três ocorrências, predominando sobre as áreas que referem o que vem antes (*precedente e costas*), que apresentam quarenta e cinco ocorrências.

2 Tempo

Para a categoria de tempo, a partir dos advérbios encontrados e dos seus respectivos sentidos, adotou-se a seguinte subdivisão: **temporalização relativa a localização; temporalização relativa a ordenação; temporalização relativa a aspecto; temporalização relativa a frequência.**

A **localização** temporal foi subdividida a partir da clássica divisão em **presente**, que apresenta sete formas e duzentas e sete ocorrências, **passado**, que apresenta vinte e sete formas e cento e vinte e uma ocorrências e **futuro**, que apresenta sete formas e onze ocorrências, a que se acrescentou a categoria **outros**, para dar conta das noções temporais afetas a áreas não concretas, como tempos hipotéticos.

A **ordenação** foi subdividida em **anterioridade** (treze formas, como *dantes*), **posterioridade** (dezenove formas, como *depois*) e **simultaneidade** (cinco formas, como *neeste dia*), como ilustram os exemplos:

(28) e assy Antonio do Campo que Afonso Dalboquerque tinha já *dantes* mandado aperceber esta náo (DA.II, p. 10, ls. 34-35)

(29) em cuja companhia yam Diógo de Valladáres q̄ *depois* foy alcaide mór da villa franca (DA.I, p. 27, ls. 21 - 22)

(30) e *neeste dia* aoras de bespera ouemos vjsta de tera (CPVC, f.1v, l. 2)

A expressão do **aspecto** foi subcategorizada em **instantaneidade** (três formas, como *de subito*); **duração: longa** (com duas formas, como *per muyto tempo*), **curta** (com cinco formas, como *hu pedaço*), **indeterminada** (com uma forma, *ainda*) e **negativa** (com três formas, como *nom...mais*); e **fases: inicial** (com quatro formas, como *pela manhã*) e **final** (com cinco formas, como *finalmente*). Vejam-se alguns exemplos:

(31) E antre éstas cousas, sei que [h]á i vergonha, a qual aos gráves baróes sobrevem *de súbito* (DVV, p. 431, ls. 4 – 5)

- (32) Quanto mais que a mesma passágem que seu pádre *per muyto tẽpo* trazia guardada no peito, lhe foy mayór empedimẽto (DA.I, p. 12, ls. 11 – 12)
 (33) Estivemos *hũ pedaço* a hũa sombra (CCDJ, c. 47, 56)
 (34) que lhe ficarom *ajnda* daoutra vijnda (CPVC, f. 12v, l. 21)
 (35) e *nom* pareço *majs* (CPVC, f. 1, l. 28)
 (36) e aaquimta feira *pola manhaã* fizemos vella..(CPVC, f.1v, l. 11)
 (37) Se vái à India, çerca o mundo descubérto e por descobrir, responde: “Tenho filhos”. Se anda nos ímpetos da corte dos reies: “Por meus filhos”. *Finalmente*, se faz ô que nam déve, com que obriga a álma, pérde a honrra, aventura a vida, tudo é: “Por amor de meus filhos” (DVV, p. 441, ls. 10 – 14)

A expressão de **frequência** incluiu as subcategorias: **repetição** (com três formas, como *outra vez*); **irregularidade** (com sete formas, como *às vezes*); **habitualidade precisa** (com quatro formas, como *cada dia*) e **imprecisa** (com três formas, como *muitas vezes*); **frequência absoluta positiva** (com três formas, como *sempre*) e **negativa** (com duas formas, como *nunca*). Vejam-se os exemplos:

- (38) com que a pesar delles as vácas foram recolhidas aquella e *outra vez* (DA.II, p.32, ls. 39 – 40)
 (39) Ainda porẽ q̄ *as vezes* ficão ãbas êteyras mayormẽte se são diuersas (GFO, p. 30, ls. 17 – 18)
 (40) E inda vos digo que me vẽ *cada dia* de todas as partes os acidêtes (CCDJ, c. 165, 10)
 (41) e o caso genitivo *muitas vezes* se rége desta preposiçám de (GJB, p. 316, ls. 5-6)
 (42) E *sempre* ô cométem com ãa aparência de virtude (DVV, p. 452, ls. 10 – 11)
 (43) porque mal poeria Adám nome à náó, pois *nunca* navegára (DLNL, p. 394, ls. 19 – 20)

São quarenta e um os adverbiais de **localização** temporal (trezentas e quarenta e uma ocorrências), formados a partir de vinte bases lexicais, que refletem a concepção da divisão do tempo sob cinco critérios:

Quadro 1 - Bases lexicais dos adverbiais de localização temporal

Critérios		Bases lexicais
1	Referência genérica	<i>tempo</i>
2	Quantificação	<i>vez</i>
3	Oposição entre presente, passado e futuro (exófora)	<i>aquí, cá, í, ali, avãte, então, entonces, presente, antigo</i>
4	Fracionamento do decurso temporal	unidade básica: <i>hora, ora</i> múltiplos: <i>agora, noite, dia, ano</i>
5	Combinação de fracionamento com exófora	<i>hoje, ontem, amanhã</i>

A subcategoria mais representada é o **presente**, seguida do **passado**.

Uma questão interessante prende-se ao significado da forma *de manhã*, registrada no texto da Carta de Pero Vaz de Caminha. A partir dos trechos que se reproduzem abaixo, infere-se que o adverbial *de manhã* (~ *demanhaã*) corresponde ao *amanhã* contemporâneo, enquanto a forma *pola manhaã* é que corresponde ao atual *de manhã* (que varia com *pela manhã*). Vejam-se os exemplos:

(44) ...disse ocapitã que serja boo hirmos dereitos aacruz q̄ estava emcostada ahuũa aruore junto cõ orrio perase poer *de manhaã* que he sesta feira. (CPVC, fl. 11, ls. 16-18).

(45) ...creo Sñor que com estes dous degradados que aquy ficam. /ficam mais dous grometes que esta noute se sairam desta naao no esqjfe em trra fogidos. / os quaaes nõ vierã majs e creemos que ficaram aquy por q̄ *demanhaã* prazendo ads fazemos daquy nosa partida. (CPVC, fl. 13, ls. 28-34).

(46) ...ao sabado *pola manhaã* mandou ocapitã fazer vella (CPVC, fl.3v, l.1).

É de observar-se que, no texto da Carta, não ocorre a forma *amanhã*, enquanto ocorrem *ontem* e *oje*. Mas em outro texto do *corpus*, o conjunto de *Cartas da Corte de D. João III*, a forma *amanhã* aparece, com o sentido que lhe atribuímos na atualidade:

(47) Esta noyte estyve cuidamdo na payxã com que o conde de Lynhares se partyo de vossa alteza, e cõ me dezerem que se parte *amanhã* de Vyana, doeo me tamto... (CCDJ, c. 22, ls. 1-3).

Os adverbais temporais de **ordenação**, são em número de trinta e um (quinhentas e noventa e uma ocorrências) e se formam a partir de dezenove bases lexicais, que podemos assim classificar:

Quadro 2 - Bases lexicais dos adverbais de ordenação temporal

Critérios		Bases lexicais
1	Fracionamento do decurso temporal, a partir da unidade dia e suas repartições	<i>dia, noite, tarde, manhã</i> (seis adverbais)
2	Distribuição espacial (horizontalidade)	<i>antes, diante, atrás, depois, perto, breve, primeiro, logo</i> (dezesseis adverbais)
3	Outras noções temporais	<i>cedo, tarde, então, já, mais, ainda</i> (nove adverbais)

A subcategoria mais representada é a **posterioridade**, seguida da **anterioridade**. Interessante é, também, observar-se que há uma noção suplementar, muito significativa, de imediatidade na posterioridade, representada sobretudo pelos adverbais *logo*, *em breve* e *brevemente*. Vejam-se os exemplos:

(48) os q̄es como chegã a Toledo: *logo* se não lëbrão de sua terra a q̄ muito deuem (GFO, p. 11, ls. 20 – 21)

(49) ..que muy *em breve* me Responderiees... (CCDJ, c.86, l. 103)

(50) vos agradecerey muito virdes vos a mim o mais *brevemente* que vosa desposiçam vos der lugar (CCDJ, c. 72, 3-4)

Observe-se que as noções semânticas relacionadas com a **ordenação** temporal ratificam que a concepção do tempo, em português, é baseada em noção espacial – o tempo é concebido como uma linha horizontal. Assim, adverbais que expressam noções relativas à espacialização horizontal podem expressar tempo, enquanto aqueles relativos à espacialização vertical não o fazem.

Antes de tratar a **temporalização relativa a aspecto**, ressalta-se aqui a conceituação adotada para essa categoria semântica e sua distinção em relação à categoria semântica de tempo, no sentido normalmente atribuído a tempo verbal, por exemplo (cf. Costa, 1990). Ambas são categorias temporais no sentido de que temporalizam o enunciado, ou seja, tomam por base referencial o tempo físico. A distinção se lastreia no seguinte: enquanto as noções semânticas do âmbito da categoria de **tempo**, tradicionalmente considerado, dizem respeito à **localização e ordenação** do(s) fato(s) enunciado(s) relativamente ao momento da enunciação (em linhas gerais, tanto as noções de **presente, passado e futuro**, com suas subdivisões, quanto as noções de **anterioridade, posterioridade e simultaneidade**), as noções semânticas do âmbito da categoria de **aspecto** são as noções de **duração, instantaneidade e fases**, que referem a maneira como é tratado o tempo decorrido dentro dos limites de um fato. Assim, considerar um adverbial como localizador ou ordenador temporal, por um lado, ou aspectual, por outro, depende da relação entre a noção temporal que expressa esse adverbial e o fato que temporaliza, ou seja: se localiza ou ordena fato(s) em relação a outro(s) – **tempo**, ou se refere ou ordena fração ou frações temporais internas ao desenvolvimento temporal de determinado fato – **aspecto**. Trata-se, portanto, da distinção entre **tempo externo**, ou seja, distribuição de fatos diferenciados em linha cronológica, e **tempo interno**, ou seja, distribuição e quantificação de parcelas temporais internas ao desenvolvimento de um fato.

A expressão de **aspecto** foi representada no *corpus* por vinte e três advérbiais (cento e setenta e três ocorrências) e, dentre as suas subdivisões, a expressão de **duração** predomina (onze advérbiais em cento e uma ocorrências), seguida da expressão de **fases** (nove advérbiais, sessenta e sete ocorrências) e da **instantaneidade** (três advérbiais, cinco ocorrências).

Quanto ao *continuum* conceitual preconizado pela teoria da Gramaticalização, observam-se contextos que propiciam interpretação do adverbial como fronteiro entre as noções de **ordenação temporal** e **aspecto** (exemplo 51) e entre as noções de **aspecto** e **modo** (exemplo 52):

(51) ...e porque a esta reposta nã se podia Responder brevemente (CCDJ, c.86, ls. 30-31).

(52) ...nã dando porẽ cõprida e particularmente as inteiras formações e as eiceições de suas faltas se não so amoestando em breve o que ha nellas (GFO, p. 71, l. 17).

A temporalização relativa a **freqüência**, que diz respeito à quantificação dos momentos (pontos temporais) em que um evento se verifica, é expressa no *corpus* por vinte e um advérbiais, que totalizam trezentas e treze ocorrências, e explicitou, como já citado, as subcategorias **repetição, irregularidade, habitualidade** (precisa e imprecisa) e **absoluta** (positiva e negativa), entre as quais pode-se estabelecer uma gradação que, do extremo da **freqüência negativa absoluta** (*nunca e nunca mais*), passa à mera **repetição** (por exemplo, *de novo, novamente, outra vez*), à **irregularidade** (por exemplo, *poucas vezes, às vezes, algumas vezes*) à **habitualidade** (por exemplo, *muitas vezes, cada ano, cada dia*) e vai ao extremo da **freqüência positiva absoluta** (por exemplo, *sempre, perpetuamente, eternamente*). Curioso sobre esses advérbiais é a constatação da exclusividade de suas formas para a expressão temporal de freqüência, havendo apenas um deles (*de noite*) que também expressou as outras noções temporais. Nenhum deles ocorreu com valor espacial. Um deles (*sempre*) expressou também noção de confirmação, como se vê do exemplo abaixo:

(53) ...e tam rijamente q̄ se ouuera naquelle tempo os edificios de pédra e cal q̄ agora há *sempre* cairã muyta parte delles (DA-II, p. 24, ls. 32-34).

Outro adverbial (*novamente*) apresenta sentido ambíguo entre frequência (repetição) e modo ('de modo original'):

(54) Os mouros vendo este desfazer do póço creram que os nósos tinham *nóuamente* aberto outro dentro na fortaleza (DA-II, p. 31, ls. 2-3).

3 A relação espaço → tempo

Da tentativa de pôr em paralelo formas adverbiais relativas a **tempo** e **espaço** para entender-lhes as inter-relações, observou-se que os adverbiais espaciais são mais ricos quanto à localização exófora (pode-se lidar com quatro graus de exófora), enquanto os temporais restringem-se a dois graus, cujos adverbiais prototípicos são *agora* e *então*, correspondentes, grosso modo, aos espaciais *aqui* e *lá*, ou seja, à oposição entre o tempo em que se encontra o falante e o tempo afastado (no passado ou no futuro) do falante. Melhor ainda, os temporais, quanto à exófora, são extensivos, ou seja, referem áreas mais extensas, não pontuais.

Observa-se também, como já assinalado, que a concepção de tempo que subjaz aos adverbiais portugueses configura-o como uma linha horizontal, tanto que são noções semânticas da área da horizontalidade que são passíveis de serem expressas por adverbiais que expressam também temporalidade, tais como: **precedência** (formas coincidentes com expressão de **anterioridade**), **seqüência** (formas coincidentes com formas de **posterioridade**), **proximidade ou afastamento do falante (exófora)**. Não há coincidência entre formas de espaciais de verticalidade e formas de espaciais temporais.

Foram encontrados no *corpus* os seguintes adverbiais temporais que também ocorreram como espaciais:

Temporais de **localização**: *até aqui, para cá, dhy (daí), aí, ali*.

Temporais de **ordenação**: *antes, adiante, ao diante, em diante, atrás, depois, perto*.

Temporais de **aspecto**: *um pedaço*.

Embora não documentados, sabe-se que muitos outros adverbiais espaciais de horizontalidade podem expressar noções temporais, além de que muitos adverbiais temporais têm alguma relação **espaço → tempo** na sua diacronia. Contudo, não se dispõe de dados plenamente sistematizados a esse respeito.

4 O Deslizamento semântico: a questão da metáfora

Autores como Lakoff e Johnson (1980), Lakoff (1998), Taylor (1992), Hopper e Traugot (1993), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) e Pires de Oliveira (1997, 1999, 2001) desenvolvem a compreensão da metáfora, não como um mecanismo lingüístico extraordinário, mais questão de palavras que de pensamento ou ação (Lakoff e Johnson, 1980: 153), e, sim, como um mecanismo cognitivo, que se transfere em grande parte para a língua, e que desempenha papel importante no entendimento do mundo e, por consequência, no entendimento do significado. Para a Lingüística Cognitiva, o sistema conceitual humano ordinário, a partir do qual pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico, o que nos permite entender e vivenciar um tipo de

coisa desconhecida em termos de outra, já conhecida, e é isso que torna a metáfora parte de nossa expressão lingüística cotidiana (Taylor, 1992: 132-133). Assim, para Pires de Oliveira (2001: 35), “a metáfora define-se por ser o mapa (um conjunto de correspondências) entre um domínio da experiência e outro domínio” ou, dito de outro modo, é um “processo cognitivo de mapear um domínio-fonte de experiência em um domínio-alvo” (Pires de Oliveira, em Lakoff, 1988: 101). Segundo Hopper e Traugott (1993: 77), “processos metafóricos são processos de inferência entre fronteiras conceituais e são tipicamente referidos em termos de ‘mapeamento’ ou ‘saltos associativos’ de um domínio para outro. O mapeamento não é aleatório, mas motivado por analogia e relações icônicas”.

O esquema simbólico da metáfora é **X é Y**, ou seja, busca-se a similaridade entre dois elementos, através da expressão lingüística, que os aproxima a ponto de sugerir a identificação. Como ressaltam Hopper e Traugott (1993: 78), a metáfora é primariamente de caráter analógico. A identificação global, entretanto, não se produz, porque os domínios em comparação são multifacetados: na projeção metafórica recortam-se características parciais, comuns a ambos os elementos ou que são projetados do elemento **Y (fonte)** para o elemento **X (alvo)** e é nessa subárea que reside a similaridade: “Na metáfora está presente o processo de projeção: certas propriedades atribuídas a um evento são projetadas em outro evento, resultando um feixe de similaridades” (Pires de Oliveira, 1997: 260). Contudo, outras características, de ambos os domínios, ficam escondidas.

Consistindo, portanto, a metáfora em seleção de traço(s) relevante(s) do conteúdo semântico de um item lexical que funciona(m), para efeitos de sentido, como seu significado global, projetado para efeito de qualificação do conteúdo semântico de outro elemento lingüístico, em geral, outro item lexical, é um mecanismo muito importante nos estágios iniciais da Gramaticalização, quando traço(s) semântico(s) de um item lexical autoriza(m) seu uso metafórico em função gramatical, ou melhor, quando um processo metafórico autoriza a transposição de traço(s) de um item lexical para um novo item gramatical.

Costumam-se distinguir metáforas *mortas* de metáforas *criativas* ou *novas*, e, às últimas, muitos estudos têm dado, no geral, maior importância, admitindo-se que as metáforas *mortas* (*dead* ou *frozen metaphors*) são aquelas que, por recorrência de uso, estão tão inseridas na expressão lingüística cotidiana que se consolidam a ponto de parecerem auto-evidentes, de modo que os falantes já não as vêem como metáforas. Para essas metáforas há exemplos cotidianos na língua portuguesa, como *pé-de-mesa*; *destruir* uma prova escolar; o trabalho me *tomou* um dia. Ressalte-se que Lakoff e Johnson (1980: 55) argumentam que as metáforas consolidadas, inseridas no sistema semântico de uma língua é que são verdadeiramente vivas, porque são *metaphors we live by*. Já as metáforas *criativas* fazem uma aproximação inusitada: descobrem similaridades entre elementos que não tinham sido ainda aproximados ou destacam outras características parciais, não destacadas ainda, de elementos já anteriormente aproximados por metáfora, de modo que a sua interpretação não é sistemática. Bom exemplo é a formulação de Guimarães Rosa “A manhã é uma esponja”, estudada por Pires de Oliveira (1997). O leitor poderá atribuir a essa formulação várias interpretações, desde que coerentes com o contexto em que se insere. Por serem únicas, irrepetidas, as metáforas *criativas* não costumam produzir Gramaticalização, mas podem dar oportunidade a metáforas emergentes que, essas sim, podem importar para futuros processos.

Embora a generalização semântica de determinados traços, em maior ou menor grau, que afinal permite o processo de gramaticalização, seja uma constante, no *corpus* analisado alguns itens adverbiais exemplificam mais explicitamente esse processo. Dentre esses, selecionamos os seguintes:

4.1 A base lexical *pedaço*, nome registrado em português desde o século X (Corominas e Pascual, 1980-1991: s.v. *pedaço*), provém de *pitāccium, -ii*, nome latino tardio, ‘rótulo, emplastro, escrito pequeno’, que, por sua vez, provém de *pittákion*, nome grego, ‘pano sobre o qual se estende um emplastro, remendo’. Observe-se que a denominação grega e depois latina sofreu, na passagem para o português, processo de generalização, através do mecanismo da metáfora, vindo assim o nome a designar, não apenas segmentos de matéria concreta (‘remendo’) como, já gramaticalizado em adverbial, segmento espacial (exemplo 55) e intervalo de tempo (exemplo 56):

- (55) ...foy ocapitã com alguũs denos *huũ pedaço* per este aruoredo (CPVC, fl. 11, ls. 7-8).
 (56) ...e comecaram asaltar e dançar *huũ pedaço* (CPVC, fl. 5, ls. 29-30).

4.2 A forma *logo*, que atualmente preenche funções de advérbio temporal e de conjunção conclusiva, vem de uma locução adverbial latina *lōco*, redução de (*in*) *loco*, formada pela junção da preposição *in* à forma de ablativo singular do nome latino *locus, ī*. *In lōcō*, ‘a tempo, oportuna-mente’, concorreu, ainda em latim, com *illīcō*, ‘ali mesmo, no mesmo lugar, imediatamente’, adverbial também derivado de *locus, ī*. Veja-se que a transferência metafórica, do sentido espacial do nome para o sentido temporal do adverbial processou-se ainda em latim.

Adota-se aqui a proposta de Corominas e Pascual (1980-1991: s.v. *luego*), que propõem o étimo adverbial *lōcō* para o castelhano *luego*, o português *logo* e o francês antigo *lues*, enquanto outros propõem ser o étimo o nome latino. A propósito lembre-se a existência de *logo*, nome português, atestado seguramente até o século XV, do qual abaixo se apresentam exemplos:

- (57) Eu, depois que uij a este *logo* (III Livro de Linhagens, in: Nascentes, 1932: s.v. *logo*).
 (58) Ca, na lei de natura chamouse o nome de Deos Soday, que he de três letras, na da Scriptura Tetragramatō, em cujo *logo* dizem os Hebreos Adonai, de quatro letras (Comédia Eufrosina – séc. XVI, in Machado, 1965: s.v. *logo*).
 (59) ...e, creendo, sabe que assi como nós tiinhamos o dito rrei em conta e *logo* de padre, assi entendemos de teer a vos em conta de nosso irmão (CDP, p. 102, ls. 78-80).

Assim, o português *logo* e o castelhano *luego* foram tanto formas nominais advindas do nome latino quanto formas adverbiais advindas do adverbial latino, que se tornaram homônimas. As línguas em questão selecionaram essas formas para o uso adverbial e substituíram as formas nominais homônimas por outras, advindas de outro nominal latino, *localis* (> port. *lugar*), também derivado de *locus, ī*. Segundo Corominas e Pascual (op. cit.), “a substituição de *luego* ou *logo* pelo derivado *lugar* se aplica, porque frases como ‘em outro luego’, ‘em aquel luego’ podiam tornar-se ambíguas, sobretudo quando *luego* significava ‘entonces’”.

4.3 O adverbial português *asinha*, ‘rapidamente’, provém do nome latino *agīna*, ‘encaixe ou buraco em que se move o travessão da balança; balança’. Se se considerar o deslizamento

semântico que se produziu na forma latina, temos: a) generalização metonímica de denominação de parte do objeto designado, que passou a designar todo o conjunto; b) transposição metafórica do traço de movimento rápido, integrante do significado do nome, para o significado do adverbial que se formou, por gramaticalização desse nome (abstratização), relocando o traço semântico relativo a rapidez para os sentidos de ordenação temporal e de curta duração (sentido aspectual), como se vê dos exemplos:

- (60) ...e mais porq̄ alghũ tanto me fiz nestes principios breue repretenderão mui *asinha* o que dixẽ (GFO, p. 75, ls. 8-10).
 (61) ...e mais não se muda tão *asinha* (GFO, p. 60, l. 11).

Conclusão

A oportunidade de confrontar as cento e sessenta e uma formas adverbiais de conteúdo semântico espacial e temporal, detectadas no *corpus* do século XVI examinado, com formas anteriores (séculos XIV e XV) e formas da atualidade demonstra, além da riqueza de possibilidades de percepção e expressão desses conteúdos através de formas adverbiais, a pertinência de inter-relações das noções de **espaço** e **tempo**, pelos caminhos do deslizamento metafórico de base cognitiva. Ressalte-se que a observação em detalhe veio a demonstrar que a seqüência mais comum desse deslizamento indica a seguinte configuração:

espaço concreto (físico) → espaço abstrato (não-físico, inclusive textual) → tempo.

A ressalva se justifica pelo fato de que alguns estudos dão a entender que o **espaço abstrato**, devido à sua “abstração”, deve ser incluído na categoria geral de **noção** ou na categoria **texto**, sucedendo, portanto, a categoria **tempo** no *continuum* conceitual. O estudo demonstrou que o **espaço abstrato**, compreendendo a referência a pontos do texto, a referência à representação gráfica ou ao desenrolar de um raciocínio ou de um relato, sucede a categoria **espaço** e precede a categoria **tempo**, sendo, portanto, noção intermediária para a extensão da categoria semântica **espaço** a outras noções mais abstratas.

Observe-se, também, que alguns percursos semânticos revelaram-se interessantes, demonstrando a atuação dos mecanismos de **metáfora** e **metonímia**, além do mecanismo, discutivelmente pertinente à teoria da Gramaticalização, da **analogia**. A **metáfora** e a **metonímia** manifestaram-se interlínguas (grego → latim; latim → português), ou intralíngua (latim ou português). Para o primeiro caso temos o exemplo da base lexical *pedaço* e, para o segundo, da base lexical *logo*. Quanto ao mecanismo da **analogia**, sua atuação parece importante por capturar elementos lexicais para pontos específicos do percurso de gramaticalização, produzindo maior **paradigmaticidade**, e, também por produzir o espraiamento de novas estruturas, considerando que, sem espraiamento, não se configura a mudança lingüística.

¹ COSTA, Sônia B. B. (2003) *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*. Salvador: PPGLL/UFBA. (Orientador: Prof^a Dr^a Rosa Virgínia Mattos e Silva).

² *A Carta de Pero Vaz de Caminha* (CPVC - texto integral); *Cartas de D. João III* (CDJIII - de número 1 a 22); *Cartas da Corte de D. João III* (CCDJ - as de número 3, 8, 9, 22, 43, 47; 50 a 57; 84, 85, 86, 106; 163, 165, 167; 169; 171; 173); *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira (GFO - texto integral); *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros (GJB - texto integral); *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem*, de João de Barros (DLNL - texto integral); *Diálogo da Viciosa Vergonha*, de João de Barros (DVV - texto integral); *Ásia*, de João de Barros (primeira e segunda décadas – DA-I e DA-II – aproximadamente 1400 linhas de cada).

³ Esclarece-se que, exceto para os trechos exemplificativos, a grafia dos adverbais foi, sempre que possível, atualizada, com o intuito de facilitar a leitura.

Referências

BAIÃO, A. (ed.). *Ásia de João de Barros: primeira década*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

BAIÃO, A. (ed.). *Ásia de João de Barros: segunda década*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Ed. crítica de M. L. C. Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

CINTRA, L. F. L. (ed.). *A lenda do rei Rodrigo*. Lisboa, Verbo, 1964.

COROMINAS J. e PASCUAL J. A. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Editorial Gredos, 1980-1991.

COSTA, S. B. B. *O aspecto em português*. São Paulo: Contexto, 1990.

CUNHA, A. G. *Diccionario etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed., 10^a. reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FORD, J. D. M. (ed.). *Letters of John III, king of Portugal: 1521-1557*. Cambridge: Harvard University Press, 1931.

FORD, J. D. M. E MOFFAT, L. G. (eds.). *Letters of the court of John III, king of Portugal*. Cambridge: Harvard University Press, 1931.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 1-17; 32-128.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Diccionario Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

LAKOFF, G. *Cognitive semantics: in the heart of language*. Fórum lingüístico. Florianópolis: UFSC, n. 1, jul-dez, 1998.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1980.

- LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch*. Cologne: Universitat zu Köln, Institut für Sprachwissenschaft. Arbeiten des Kölmer Universalien – Projekts 48, 1982.
- LOPES, F. *Crônica de D. Pedro*. Ed. crítica con introduzione e glossario a cura di Giuliano Macchi. Roma: Edizione dell'Ateneo, 1966.
- LYONS, J. *Elements de Sémantique*. Trad. de J. Durand e D. Boulonnais. Paris: Larousse, 1978.
- LYONS, J. *Semantique linguistique*. Trad. J. Durand e D. Boulonnais. Paris: Larousse, 1980.
- MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Confluência, 1965.
- MATTOS E SILVA, R.V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN – CM, 1989.
- MATTOS E SILVA, R.V. *Programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR) – terceira fase*. Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq, 1999.
- NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1932.
- OLIVEIRA, F. *Grammatica da linguagem portuguesa*. Edição crítica de A. Torres, e C. Assunção,. Lisboa: Academia de Ciência de Lisboa, 2000.
- PEREIRA, S.B. *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1964.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. 'A manhã é uma esponja': um estudo sobre a engenhosidade semântica. D.E.L.T.A. Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada,, 13 (2). São Paulo: ABRALIN, 1997, p. 247-273.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. *Uma história de delimitações teóricas: trinta anos de semântica no Brasil*. D.E.L.T.A. Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, 15 (nº. especial). São Paulo: ABRALIN, 1999, p. 291-332.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. *Semântica*. In: F. MUSSALIN, e A. C. BENTES. (orgs.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. 2v. São Paulo: Cortez, 2001.
- SARAIVA, F. R. S. *Novissimo diccionario latino-portuguez*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Garnier, s. d..
- SVOROU, S. *The grammar of space*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1993.
- TAYLOR, J. *Linguistic Categorizations: prototypes in linguistic theory*. New York: Oxford University Press, 1992.



A concordância de número entre verbo e sujeito em textos escritos por negro forro na Bahia do século XIX

Tânia Conceição Freire Lobo

Ilza Maria Ribeiro



Introdução

A chave para resolver um paradoxo sempre repousa na imaginação. Em um paradoxo, quando alguma experiência aponta para uma conclusão e outra experiência parece apontar para o oposto, o que é preciso não é simplesmente mais experiência. (...) Antes, o que é preciso é alguma idéia nova que possa abrir o espaço das hipóteses. (Mark Baker, 2001:19)¹

Este trabalho é parte de um projeto mais amplo de investigação sobre a concordância verbo-sujeito na história da língua portuguesa. O tema da concordância, quer verbal, quer nominal, ocupa o centro das discussões que há mais de um século se travam sobre a constituição histórica do português brasileiro, opondo-se os participantes do debate quanto ao papel atribuído ao contato entre línguas – sobretudo entre o português e as línguas africanas – na explicação dos padrões observados. A nossa contribuição para este tema, já tão amplamente tratado, situa-se em abordá-lo a partir de uma documentação escrita por um negro brasileiro, forro e semiletrado, na Bahia do século XIX. Do ponto de vista teórico, a análise apóia-se nas propostas de Givón (1984) e Kato (1999).

1 Relações de concordância nas línguas humanas

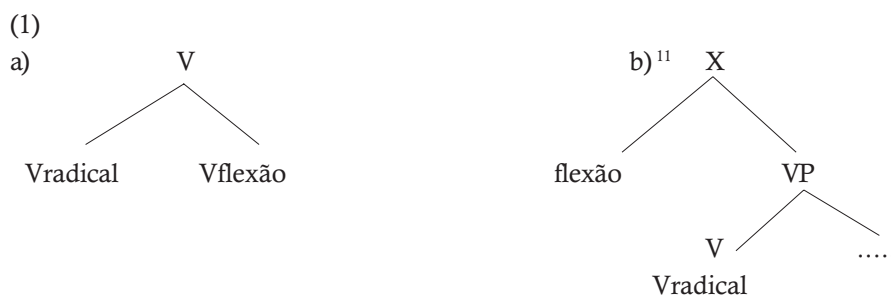
As questões relacionadas com concordância têm-se caracterizado como um problema difícil para as teorias lingüísticas. A concordância é fenômeno provocador, por sua complexidade e ampla variação inter- e intralingüística.

Superficialmente, os padrões de concordância parecem ser realizados de uma forma direta em algumas línguas, mas não em outras. Em português europeu (PE), adjetivos concordam com o núcleo nominal em número e em gênero; em latim, também concordam em relação ao caso; em inglês, nenhuma marca morfológica de concordância é realizada. Em bretão, a preposição *da* (para) concorda com seu objeto pronominal; também em galês, a preposição concorda com o objeto em pessoa, número e ainda em gênero, se for de 3^a. pessoa (Stump, 1998: 20-22). No flamengo ocidental, o complementador *dat* concorda em pessoa e número com o sujeito da sentença finita que introduz (Stump, 1998: 22). Estes são só alguns dos casos de possíveis variações nas propriedades de concordância nominal.

As propriedades de concordância verbo-sujeito também são variáveis. O tipo que nos é mais familiar é o da concordância do verbo com um único NP da sentença, ou seja, o verbo concordando, em relação aos traços de pessoa e número, com o sujeito (línguas acusativas ou

nominativas); se houver concordância com o objeto, o padrão é diferente daquele da concordância realizada com o sujeito (suaíli²). Outro tipo tem sido observado, em que a concordância com o sujeito de verbos transitivos segue um padrão diferente daquele com sujeito de verbos intransitivos e de objetos diretos (línguas ergativas ou absolutivas; avar³). As propriedades léxico-semânticas de verbos intransitivos podem determinar se o sujeito apresentará o padrão de concordância do objeto direto ou do sujeito de verbo transitivo: em sistemas de concordância *ativa*, o sujeito de verbos transitivos e de verbos intransitivos ativos observa o mesmo padrão, enquanto o sujeito de verbos intransitivos estativos se comporta de modo semelhante ao objeto de verbo transitivo (choctaw⁴) (Stump, 1998: 23). Há línguas em que o verbo pode concordar com mais de um argumento interno, o objeto direto e o objeto indireto (basco, georgiano⁵). Em hindustão⁶ vernacular, em formas verbais do pretérito, o sujeito de um verbo transitivo requer uma forma não marcada do verbo; mas o verbo apresenta marcas de concordância com o objeto direto e com o sujeito de verbos intransitivos⁷; nas demais formas verbais, essa língua apresenta um padrão de concordância de sistema acusativo. Em mohawk⁸, o prefixo verbal *shako-* é usado quando o sujeito da sentença é masculino singular e o objeto é feminino singular; se o sujeito é feminino e o objeto é masculino, o prefixo usado é *ruwa-*; em mohawk há 58 prefixos desse tipo, cada um realizando uma diferente combinação de sujeito e de objeto. Esses elementos são denominados *marcadores de concordância*, pois a escolha do afixo verbal deve observar as propriedades dos nomes nas sentenças. (Baker, 2001: 33-4). Em suaíli, o verbo concorda com o objeto em pessoa, número e gênero; em maithili⁹, o verbo concorda com seu objeto em pessoa e em grau honorífico, mas não em número; em húngaro, verbos concordam com seus objetos em definitude (Stump, 1998: 24).

Os exemplos anteriormente citados indicam que a variação inter- e intralingüística na manifestação dos fenômenos de concordância parece depender de um conjunto diverso de fatores. Contudo, se se quer saber como a concordância opera, por que ocorre e quais são os fatores que condicionam suas realizações, vê-se que o entendimento é ainda muito limitado. As perguntas centrais em relação à questão da morfologia de “concordância” verbo-sujeito têm sido colocadas da seguinte forma: Qual é o estatuto teórico da flexão verbal? A flexão é um fenômeno morfológico ou sintático? Várias propostas têm sido elaboradas para responder a essas questões. As polarizações em relação a essas perguntas giram em torno de dois aspectos básicos: a flexão faz parte do verbo ou é um núcleo independente, como nas seguintes representações, respectivamente¹⁰:



Na representação em (1a), o verbo já está flexionado no léxico mental; a sintaxe lidará com a forma verbal inteira. Em (1b), por outro lado, radical e flexão são itens independentes no léxico mental. Caberá à sintaxe¹² realizar o atracamento entre a flexão e o radical. Diferentes e diversas análises podem ser derivadas ao se assumir uma ou outra posição. E as línguas parecem apresentar evidências para ambas: o inglês parece ser do tipo (1a); o PE parece ser do tipo (1b); e há ainda línguas, como o hebraico, que permitem as duas possibilidades¹³. Essas diferenças apresentarão reflexos diversos nas línguas em questão.

Kato (1999) mostra as relações entre representações como as simplificada e esboçadas em (1) e o parâmetro do sujeito nulo. Tratamos desta questão a seguir, procurando relacionar propriedades *pro-drop* e concordância.

1. 2 Concordância e sujeito nulo

A análise canônica para a arquitetura da concordância realizada em português, em construções como as em (2) abaixo

- (2) a) Nós compramos um livro
b) Eu comprei um livro
c) Eles compraram um livro

é que o verbo está numa relação de concordância com o sujeito, partilhando os traços de pessoa e de número; considera-se, inclusive, que há uma redundância na marcação desses traços. Mas esta não é a única possível análise para os fatos, sobretudo quando se considera o estatuto sintático do pronome e da morfologia flexional nessas construções.

De acordo com Givón (1984), pronomes independentes, pronomes não-acentuados, pronomes clíticos e afixos verbais constituem uma cadeia diacrônica: pronomes independentes podem tornar-se não-acentuados ou clíticos; pronomes não-acentuados ou clíticos podem tornar-se afixos¹⁴ verbais, numa cadeia como:

- (3) Cadeia diacrônica de pronome (p. 353)
PRO independente > PRO não-acentuado > PRO clítico > afixo verbal

Essas possíveis realizações pronominais funcionam como anáforas¹⁵, sob condições de correferência. Contudo, quando o pronome não acentuado se cliticiza¹⁶, aumenta a probabilidade de ser reanalisado como parte obrigatória da palavra verbal. Quando isto ocorre, a flexão verbal não mais funciona como uma anáfora correferente a um NP mencionado anteriormente, pois se realiza mesmo quando o NP está presente. **Apenas neste último caso se deve dizer que o verbo “concorda com um NP”** (p. 362). A conclusão, portanto, é que não se pode identificar sempre a realização de um afixo verbal com o fenômeno de concordância verbo-sujeito.

Assim, seguindo o critério proposto por Givón (1984), a opcionalidade de realização dos pronomes independentes, como representada em (4)

- (4) a) compramos um livro
b) comprei um livro
c) compraram um livro

72 do português arcaico ao português brasileiro

indica que a flexão verbal é anafórica, o que permite dizer que os exemplos em (2) podem não ser casos de concordância, em sentido estrito.

Estudando a distribuição dos pronomes sujeitos e as propriedades de *pro-drop* em várias línguas, Kato (1999) propõe a seguinte tipologia de pronomes:

- (5) a. Pronomes fortes: formas acentuadas, enfáticas, contrastivas
 b. Pronomes fracos: pronomes fracos, clíticos e afixos

A distribuição desses pronomes e suas relações com as propriedades *pro-drop* podem ser esquematizadas como em (6) abaixo (a partir de Kato, 1999):

(6)		FORTE	FRACO	FLEXÃO
a.	espanhol	YO	Agr	+pronominal
b.	PE	EU	Agr	+pronominal
c.	trentino	TI	te	-pronominal
d.	francês	MOI	je	-pronominal
e.	inglês	ME	I	-pronominal
f.	PB	EU	eu/ô	-pronominal

As formas fortes são comuns a todas as línguas e usadas como elementos enfáticos, portanto, tópicos e não sujeitos no sentido tradicional¹⁷. A variação entre as línguas está relacionada com o tipo de pronome fraco que realiza a função de argumento externo do verbo, ou seja, a função tradicional de sujeito:

- a) os afixos de concordância das línguas *pro-drop*, como o espanhol e o PE, têm todas as propriedades de um pronome que funciona como o argumento externo do verbo¹⁸;
 b) nas línguas em que a flexão verbal é -pronominal, a função de argumento externo do verbo pode ser realizada por um clítico (trentino) ou por um pronome fraco (francês, inglês, PB);
 c) assim, a flexão +pronominal é um item lexical independente, como representado em (1b); a flexão -pronominal é parte da entrada lexical do verbo, como representado em (1a).

Como já foi dito, dentro da perspectiva de Kato (1999), portanto, construções como as apresentadas em (2) podem ser analisadas de diferentes formas, a depender do estatuto sintático do pronome e da morfologia flexional¹⁹:

(2')	FORTE	ARG. EXTERNO	(2'')	FRACO	V+FLEXÃO
	TÓPICO			ARG. EXT.	
a.	NÓS	mos	a.	nós	V+mos
b.	EU	ei	b.	eu	V+ei
c.	ELES	ram	c.	eles	V+ram

Se a flexão é +pronominal, como em (2'), as construções resultam de estruturas de redobro, em que os pronomes fortes são constituintes topicalizados e os afixos são os verdadeiros argumentos externos dos predicados, como proposto para o PE e para o espanhol. Porém, se a

flexão é -pronominal, como representado em (2''), faz parte da entrada lexical do verbo; os pronomes são fracos e os verdadeiros argumentos externos do verbo, como proposto para o francês, o inglês e o PB²⁰. Assim, das estruturas anteriormente esquematizadas, só constituem casos de concordância verbo-sujeito, conforme o entendimento tradicional, as apresentadas em (2'').

2 O informante e os documentos analisados

Assumimos a oposição entre uma concepção biológica e uma concepção social de gramática. Enquanto, do ponto de vista biológico, gramática é uma entidade representada no cérebro de cada indivíduo, do ponto de vista social, gramática é um conceito derivativo, ou seja, o *output* agregado de algum conjunto de gramáticas.

Não é a oposição, nos termos anteriormente explicitados, entre uma concepção biológica e uma concepção social de gramática o que distingue gerativistas de sociolinguistas. A este respeito, afirma Lightfoot (1999: 81-82):

O que está em questão aqui não é se a gramática é biológica ou social; as gramáticas de Labov são claramente biológicas. A diferença entre as suas gramáticas e aquelas que eu descrevi é que as suas incorporam muito mais informação. Labov introduz no seu modelo do conhecimento linguístico de um indivíduo informação sobre variabilidade social.

A questão central, portanto, é relativa ao *locus* da variação para a teoria da gramática.

Decidimos, neste que é o trabalho inicial de um projeto de investigação sobre a concordância entre verbo e sujeito em textos escritos por africanos e negros brasileiros, forros na Bahia do século XIX, estudar um único indivíduo, objetivando, ao reduzir a variação social, discutir em que medida os dados corroboram o ponto de vista de que a variação é parte inerente da gramática individual ou, pelo contrário, o ponto de vista de que a variação se manifesta apenas na comunidade de fala.

Apesar da dificuldade com que lidam os historiadores das línguas para a identificação dos autores dos documentos que analisam, sobretudo quando se trata de indivíduos comuns, o autor dos documentos aqui analisados está plenamente identificado. Neste trabalho, analisam-se 15 atas de assembleias realizadas na Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), irmandade negra fundada em Salvador em 1832. Foram todas escritas por Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão, negro brasileiro, forro, natural de Salvador, torneiro mecânico, solteiro e contando com 18 anos no período de escrita das atas analisadas²¹.

A caracterização social do autor das atas foi possível graças à preservação no arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos de uma série documental de extremo valor, constituída pelo que estamos designando de "requerimentos", ou seja, documentos através dos quais os negros se apresentavam como candidatos a membros da irmandade; nesses documentos, informava-se sobre a naturalidade, a idade, a profissão, o estado civil e o número de filhos do candidato. De um total de 114 requerimentos até agora levantados, apenas em dois casos se observou ser a idade do candidato inferior a 20 anos. Um deles foi exatamente o caso de Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão. Esta informação é relevante, já que os estatutos da SPD proibiam a entrada de sócios com idade inferior a 20 anos. Ter sido Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão aceito como membro da Sociedade aos 17 anos e, aos 18, já estar ocupando o

cargo de escrivão, cargo dos mais elevados na hierarquia funcional da irmandade, é uma situação excepcional.

3 Concordância e sujeito nulo em Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão

Partindo da hipótese de que os fenômenos de concordância devem sempre resultar de outras propriedades da gramática dos falantes, sendo, pois, produtos derivados de propriedades sintáticas abstratas, procuraremos mostrar que há uma inter-relação entre a variação superficial da concordância verbo-sujeito e as características *pro-drop* da gramática do informante analisado.

Em termos de dados de língua-E, observamos uma distribuição sistemática nos dados do informante: se o núcleo nominal ou pronominal do argumento externo estiver foneticamente nulo, o verbo carrega traços de morfologia plural. Se o núcleo estiver foneticamente realizado, a morfologia de plural não ocorre no verbo, ou seja, o verbo se realiza na forma não-marcada de 3ª. pessoa do singular. Em termos de língua-I, interpretamos esses fatos a partir da análise de Kato (1999), considerando que os afixos de concordância podem ter estatuto pronominal e ser os próprios argumentos externos da sentença.

A seguir, apresentamos uma análise da “concordância” nos dados do informante, a partir da sua inter-relação com a propriedade *pro-drop*:

i. Em todas as ocorrências de 1ª pessoa do plural, Agr (dêitico) é pronominal, sendo a própria realização do argumento externo do predicado verbal²². O pronome fraco não ocorre neste tipo de construção, como esperado, pois afixo pronominal e pronome fraco devem estar em distribuição complementar²³:

(7)

- a) e *que* esta questão tomasse-mo | bem [a] consideração *que* oubem combinado oumal combinado (28 de Outubro de 1862)
- b) então dissemo a elle *que* se elle não concorda-se | *que* então a sociedade estava *para* com elle pronta *para* desedir aquestão | (28 de Outubro de 1862)
- c) mais devemos fazer pela lei (26 de Outubro de 1862)
- d) porque tinha a lei para nos reger porque | temos de gastar hum conto o mais <de> hum (19 de Outubro de 1862)
- e) *que* todas havezes | *que* tivermos de fazer algum trabalho pela lei (26 de Outubro de 1862)

ii. Também nas ocorrências de 3ª. pessoa do plural, Agr (anafórico) é pronominal, eliminando a possibilidade de ocorrência do pronome fraco neste tipo de construção:

(8)

- a) e o mais não derão porque não tiverão | (5 de Outubro de 1862)
- b) mais se | o corpo acha bom *que* sefassa então fação (19 de Outubro de 1862)
- c) *quanto* elle disse isto todos disserão *que* tambem não teverão siencia que o prezidente | levou este dinheiro *para* o cofre (26 de Outubro de 1862)
- d) todos disserão que tomarão (22 de Outubro de 1862)

- e) a prezentou | o Prezidente otrimestes *que* tinha de entregar a comição de conta para | jurgarem a prezentou o socio Olavo *que* hera mais prezizo mais | pessoas para combinal (15 de Junho de 1862)
- f) o Prezi= | dente pergunto socios se tomarão conhecimento no reguirimento do thezoreiro (22 de *Outubro* de 1862)
- g) e dizendo *que* indo a secretaria da Policia ver acomição | segundo estavão entimado *para* o dia 27 do corrente comparecer a prezencia | do *Senhor Doutor* Joiz encontrou com o socio Bento na secretaria do policia (28 de *Outubro* de 1862)

iii. Em todas as orações relativas, o elemento introdutor comporta-se como núcleo complementador de uma subordinada. A relação anafórica com o antecedente é feita por Agr pronominal, que é o verdadeiro argumento externo da sentença:

- (9)
 - a) pediu | palavra osocio Geraldo e disse que asforsas lhe faltava para a agradecer | os que voctarão a favor e tambam os indignos que voctarão contra (17 de Agosto de 1862)
 - b) aprezentou o Prezidente que hia eliminar os socios que estão atrazado (3 de Agosto de 1862)
 - c) Então ficou adiado para o dia 4 de Maio, | ficou adiado si por emleilão ospinhores que existem atrazado no cofre | t[ilegível] [jun]tamente osque estão compromentidos em seo contratos como | marca no livro dos pinhores (6 de Março de 1862)
 - d) então o Prezi- | dente mandou proceder a e leição entre os empregados ficarão | todos no *que estavão*, e foi aprovados pela assemblea depois de estarem | organizada a meza, continuou-se o trabalho (6 de Março de 1862)
 - e) tambem sevirificou-se os conhecimento *que estavão* emd[u]vid[a] era 847 mil | reis (19 de Outubro de 1862)
 - f) então ficou nomeado uma comição *que são* osocio Olavo o socio Augustinho | e o socio Ignocencio. (15 de Junho de 1862)
 - g) o Prezidente chamou os dous emediatos. *que são* | Damazio Jozé da Silva e o *Senhor* Manoel Euzebio de Farias, | Rerezentou o *Senhor* socio Damazio *que* não servia bem a sociedade | por quanto elle nos Domingos, é que adequeria o Pão para a sua | familia, em virtudem da sua profissão (6 de Março de 1862)

iv. Nos exemplos em que os sintagmas nominais (ou não-pronominais) ocupam a posição correspondente à função do argumento externo do verbo²⁴, a forma verbal é sempre a forma não-marcada de 3ª. pessoa do singular²⁵. Agr pronominal ou pronome fraco não podem se realizar, pois a posição do argumento externo já está preenchida. Para as formas não-marcadas, o verbo já está flexionado no léxico, como representado no esquema (1a):

- (10)
 - a) [ilegível] estas palavras não agrad[o]u toda a sociedade (1º de Junho de 1862)
 - b) disse que as favas | pretas a provava a custume as branca *que* não servia (19 de Outubro de 1862)
 - c) mais *que* os socios | deve ver que o dinheiro esta no seguro (26 de *Outubro* de 1862)
 - d) o prezidente mandar que ossocios vocta-se sobre o socio Geraldo ser | o não noctado (17 de Agosto de 1862)
 - e) pediu em nome da nossa Padroeira *que* | osocios baziase-se bem neste trabalho cadaum dar ose parecer arespeito (28 de *Outubro* de 1862)
 - f) que lei | diz que o socios atrazado deve vir pagar em seção aberta (22 de *Outubro* de 1862)

76 do português arcaico ao português brasileiro

- g) mandou *que* os socio desse a sua oppinião e nehum derão (5 de Outubro de 1862)
- h) o dispois oprezidente mandou que ossocios desse a sua oppiniões a | respeito a representação do socio *Manuel* Lionardo (19 de Outubro de 1862)
- i) oprezidente mandou por 3 vezes os socio dar | as suas oppiniões (19 de Outubro de 1862)
- j) pediu | palavra osocio *Geraldo* e disse que asforsas lhe faltava para a agradecer | os que voctarão a favor e tambam os indignos que voctarão contra (17 de Agosto de 1862)
- k) pediu palavra <socio> *Santa* | *Anna* dizendo *que* a lei diz *que* os negocios de sercontancia não pode ser | desedido na primeira secção (28 de *Outubro* de 1862)
- l) o *Santa* | *Anna* disse *que* este deveres é do Prezidente (26 de *Outubro* de 1862)
- m) pediu palavra *Manuel* Lionardo dizendo *que* acomição não fez tracto | algum nem com *Senhor* Euzebio nem com o *Senhor* Portella decho-sim, | *para* o Prezidente e o corpo da Sociedade jurgar arespeito (28 de *Outubro* de 1862)
- n) mais os outros | prezidentes podia cuidar nisto (17 de Agosto de 1862)
- o) disse que as favas | pretas a provava a custume as branca *que* não servia (19 de Outubro de 1862)

v. Por outro lado, se os sintagmas nominais ocupam uma posição mais alta, como ocorre com os topicalizados ou quantificados, a posição canônica de argumento externo é preenchida por Agr pronominal, ou seja, Agr pronominal realiza a função do argumento externo:

- (11)
- a) alguns concodarão e outros não concodarão (19 de Outubro de 1862)
- b) e todos acharão | bom a representação o socio Lionardo (22 de *Outubro* de 1862)
- c) e todos ficarão calados (19 de Outubro de 1862)
- d) mandou *que* os socio desse a sua oppinião e nehum derão (5 de Outubro de 1862)
- e) o Prezidente mandou que osmais desse<m> a sua oppiniões (19 de Outubro de 1862)
- f) *quanto* elle disse isto todos disserão *que* tambem não teverão siencia que o prezidente | levou este dinheiro
- g) todos derão apoados (19 de Outubro de 1862)
- h) todos disserão apoado (26 de *Outubro* de 1862)
- i) todos disserão n[ão] estava preparado sócio (5 de Outubro de 1862)
- j) todos disserão que tomarão (22 de *Outubro* de 1862)
- k) todos ficarão calado (5 de Outubro de 1862)
- l) se por aucazo fatar os socios entrarão | com alguns (19 de Outubro de 1862)
- m) que *quando* o socio tinha pedido a este *Senhor* não foi | com indgnidade *para* a sociedade elle pencando *que* os seos socio tinhão | chegar a o tribunal da Justicia (28 de *Outubro* de 1862)
- n) Prezidentes anteri perguntou porque | os prezidestes anteriores não fizerão este trabalho (3 de Agosto de 1862)

vi. O desenvolvimento de pronomes fracos, que realizam a função de argumento externo do verbo no PB contemporâneo, em substituição a Agr pronominal, já pode ser evidenciado nos dados do informante. Quando o pronome fraco é selecionado, o verbo se apresenta na forma não-marcada, a de 3ª. pessoa do singular. Agr pronominal está excluído destes contextos, como esperado por sua distribuição:

- (12)
- a) *porque* a comição | que repondeu a o *Manuel* Euzebio foi sittada para quarta feira elles seapresentar | a o Joize (19 de Outubro de 1862)

A concordância de número entre verbo e sujeito em textos escritos por negro forro na bahia 77

b) respondeu osocio Geraldo senão | fez porque tinha qartidados elles para pagar estava esperando que elles vihese | pagar (3 de Agosto de 1862)

vii. Nos casos em que o verbo não seleciona argumento externo, Agr pronominal não se realiza, como esperado; há um único argumento do verbo, o argumento interno²⁶ :

(13)

a) sobio fortes sons de apoados (28 de Outubro de 1862)

b) depois o Prezidente disse que ficava suspensio osseguinte Senhores Domingues | Ignacio da Conceição. Domingues das Virgens da Conceição. Damião | Cardozo da Costa Mathia Joaquim de Nascimento. Jozé Martins Rodrigues | Ferreira Jozé Theodorio do Nascimento Guido dos Santos Castos. Francisco | Gomes. Manuel Antonio do Espiricto Santo Manuel Eloi da Silva. o Prezidentes (5 de Outubro de 1862)

c) então elle | fallou e disse que quando elle quiz elininar os socios atrazados entrou | os Rigimente por este moctivo que elle não eliminou (17 de Agosto de 1862)

d) pediu palavra o socio | Manuel Lionardo dizendo que quando elle quiz fazer este trabalho entrou os | rigimentos por este motivo foi que não fez (3 de Agosto de 1862)

e) perguntou a <o> socio Geraldo por duas vezes | se hera bilhetes (3 de Agosto de 1862)

f) sahio para o cofre do Banco da Bahia 510#900 mil reis tambem | um estatutos eum rigimento para o adevogado (22 de Outubro de 1862)

g) subio fortes sons de | a poados (28 de Outubro de 1862)

h) o Prezidente a prezentou que ficava compreendido no artigo 39 os seguinte | Senhores Hilario de Santa Anna Izidro da Penha Gonzaga (19 de Outubro de 1862)

i) o Prezidente a prezentou que não se podia por e[m]zecução o que elle | a prezentou no seo reguerimento pois setinha outros para setratar | então ficava adiado os reguerimentos (18 de Maio de 1862)

j) então voctou-se sahio 16 pretas e 4 Branca (17 de Agosto de 1862)

k) tambem sevirificou-se os conhecimento que estão emd[u]vid[a] era 847 mil | reis (19 de Outubro de 1862)

l) para que fim | era o estatutos desta caza se não hera para reger<-se> por elles (28 de Outubro de 1862)

viii. Há três situações que, aparentemente, constituiriam exceções à análise acima proposta. A primeira se refere a enunciados que contrariam o padrão apresentado em vii, conforme os exemplos (14a e b) e (14f), abaixo; trata-se, no caso de (14a e b), indubitavelmente, de construções formulares, típicas de abertura de atas; no caso de (14f), não se pode descartar a hipótese de que também se trate de uma construção formular. A segunda se refere a dois enunciados que contrariam o padrão apresentado em ii, conforme os exemplos (14c e d). Contudo, uma interpretação possível para (14c) é que *aossocios* seja o argumento externo do verbo *concordar* e não o argumento interno de *perguntar*, resultando a suposta construção subordinada em uma interrogativa direta (“...perguntou: os sócios concordava com a representação?”). Reforça essa interpretação o fato de o elemento de subordinação ter sido acrescentado *a posteriori*. Quanto a (14d), trata-se de uma ocorrência com problemas de estruturação sintática, o que impossibilita uma análise mais precisa do fenômeno. A terceira situação, correspondente a um único exemplo, (14e), é, claramente, uma ocorrência descartável, resultante de um acidente de *performance*:

(14)

- a) virifica-se estarem presentes quatozem *Senhores* Socios (16 de Março de 1862)
- b) virificou-se estarem presentes 15 *Senhores* socios (3 de Agosto de 1862)
- c) o prezidente perguntou aossocios <se> concodava com a representação | dosocio *Santa Anna* (19 de Outubro de 1862)
- d) apresentou o Prezidente *que* hia eliminar os socios *que* estão atrazado porque | ja aannos porque não vinha pagar e mesmo que a lei lhegarantia (3 de Agosto de 1862)
- e) pois podem a parecer uma autoridade | para ver os feito desta caza e não f<eito> endo pronto que servia de | sunsuro (5 de Outubro de 1862)
- f) mandou o prezidente ler os Voctos do socios forão vocitados os seguin= | tes depois da nova listas *Joaquim* de *Santa Anna* Gomes Ferrão para | Prezidente com 19 votos *para* 1º Secretario *Manuel* Salustiano Siviriano | Gomes com 21 *para* 2º Dº *Guilherme* Francisco Henrique com 25 | *para* thezoreiro..... (26 de *Outubro* de 1862)

Conclusão

Os dados analisados parecem claros quanto às possibilidades de realização dos esquemas em (1) (cf. p. 3):

- nas construções ditas de sujeito nulo referencial, só a representação com afixo verbal como núcleo independente se realiza (1b); o afixo verbal é o verdadeiro argumento externo do verbo;
- nas construções ditas de sujeito nulo não-referencial, só há realização da estrutura (1a);
- nas construções ditas de sujeito realizado, há dois padrões: se o elemento tradicionalmente analisado como sujeito é um elemento topicalizado ou focalizado, a função de sujeito é realizada pela flexão, como no esquema (1b); contudo, se o SN é o próprio argumento externo do predicado, a flexão do verbo se realiza na forma não-marcada de 3ª pessoa, como no esquema (1a)

Deste modo, a variação na concordância pode ser vista como um fenômeno superficial, derivado das escolhas lexicais realizadas pelo informante quanto à realização fonológica do argumento externo, entre Agr pronominal, pronome fraco e SN nominal com núcleo realizado. A “falta de concordância” nas construções com SN sujeito com núcleo nominal realizado é derivada, portanto, da distribuição complementar entre os possíveis realizadores do argumento externo: se o SN nominal realiza a função de argumento externo, nem o pronome fraco nem o afixo pronominal podem ocorrer; porém, se o SN nominal realiza a função de tópico²⁷, Agr pronominal realiza a função de argumento externo²⁸.

Para finalizar, retomamos a questão levantada em 2, relativamente ao *locus* da variação para a teoria da gramática. A análise dos dados de um único indivíduo não corroborou o ponto de vista de que a variação seja parte inerente da gramática individual. Contudo, como salientamos, este é o primeiro trabalho de um projeto de investigação sobre a concordância entre verbo e sujeito em textos escritos por africanos e negros brasileiros forros na Bahia do século XIX. O objetivo, pois, é prosseguir analisando outras gramáticas individuais, a fim de que possamos ter uma visão mais objetiva sobre a questão mencionada.

* Agradecemos a Mary Kato as discussões e sugestões sobre os dados e as propostas de análise apresentados. As falhas remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

¹ “The key to resolving a paradox often lies in the imagination. In a paradox where some experience points to one conclusion and other experience seems to point to its opposite, what is needed is not simply more experience (...). Rather, what is needed is some new idea that can widen the space of hypotheses”.

² Falado na África Oriental.

³ Falado no Azerbaijão e na Rússia.

⁴ Falado nos Estados Unidos.

⁵ Falado na Geórgia e na Turquia.

⁶ Falado na Índia.

⁷ As marcas de concordância para sujeito de verbo intransitivo e objeto de verbo transitivo são basicamente as mesmas.

⁸ Falado no Canadá e nos Estados Unidos.

⁹ Falado no Nepal, em Maurício e na Índia.

¹⁰ Representações bastante simplificadas.

¹¹ Em Kato (1999), a flexão é um DP gerado como argumento externo do verbo (em SPEC/VP).

¹² Ou à morfossintaxe, ou ainda à morfofonologia.

¹³ Falando de forma ampla, em hebraico só as formas de 1ª. e 2ª. pessoas dos tempos do passado e futuro têm flexão +pronominal; nas formas de 3ª. pessoa de qualquer tempo e nas 1ª. e 2ª. do tempo presente, a flexão é -pronominal.

¹⁴ Estamos utilizando afixo, flexão e Agr como termos sinônimos.

¹⁵ O termo anáfora está sendo aqui utilizado em sentido tradicional.

¹⁶ Ou seja, quando pronomes fracos ou clíticos passam a afixos gramaticais.

¹⁷ Variando quanto à realização de caso: nominativo (espanhol e português); dativo (francês e trentino); acusativo (inglês) (Cf. Kato, 1999).

¹⁸ A flexão é +pronominal, sendo definida em Kato (1999: 2) como a “gramaticalização/incorporação de pronomes pessoais na flexão verbal”.

¹⁹ As representações abaixo indicadas não contemplam a situação do trentino, por não estar diretamente relacionada com a questão aqui discutida.

²⁰ Os pronomes fracos também podem aparecer em construções com redobro pelo pronome forte, o que em PB tem sido identificado como duplo sujeito: Nós, nós vamos ao cinema. Cf. Kato (1999) e referências citadas ali para análise deste tipo de redobro em PB e em outras línguas. Sobre alomorfa entre pronomes fracos e fortes em PB, cf. Kato 1999.

²¹ Em 2000, Klebson Oliveira localizou, na Sociedade Protetora dos Desvalidos, em Salvador, um amplo acervo de documentos escritos por africanos e negros brasileiros forros e semiletrados. No âmbito do *Programa para a História da Língua Portuguesa – PROHPOR* (Bahia), estruturou-se um projeto intitulado “Edição de Atas de Assembléias da Sociedade Protetora dos Desvalidos: contribuição para a escrita da história lingüística dos negros no Brasil”, coordenado por Tânia Lobo. As 15 atas analisadas neste artigo foram editadas por Moisés Ramos Marins Júnior, Bolsista de Iniciação Científica / CNPq.

²² Cf. Kato (1999).

²³ O pronome forte só deve ocorrer em situações de ênfase ou contraste.

²⁴ Ocupa Spec/TP (SPEC/VP → SPEC/TP).

²⁵ A indicação de plural já está codificada em algum dos constituintes do sintagma nominal.

²⁶ É evidente que, se o argumento interno se realizar como um tópico ou foco, Agr +pronominal pode ocorrer, como nos exemplos em ((11) l e m).

²⁷ O termo tópico está sendo utilizado como rótulo geral para construções topicalizadas ou focalizadas.

²⁸ Para o PB contemporâneo, Kato (1999) propõe que o SN topicalizado seja retomado por um pronome fraco, tendo ocorrido a perda de Agr pronominal.

Referências

ANDERSON, Stephen R. (1985). Inflectional morphology. In: SHOPEN, T. (ed.). *Language typology and syntactic description*. V. III – Grammatical categories and the lexicon. Cambridge: Cambridge University Press. p. 150-201.

BAKER, Mark C. (2001). *The atoms of language*. New York: Basic Books.

BARLOW, Michael & FERGUSON, Charles A. (eds.). (1988). *Agreement in natural language*. Approaches, theories, descriptions. Stanford: CSLI.

CHUNG, Sandra. (1998). *The design of agreement*. Evidence from Chamorro. Chicago: The University of Chicago Press.

CORBETT, Greville G. (1998). Morphology and agreement. In: SPENCER, Andrew; ZWICKY, Arnold (eds.). *The handbook of morphology*. Oxford: Blackwell. p. 191-205.

CORBETT, Greville G. (2000). *Number*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1983). *Hierarchies, targets and controllers agreement patterns in Slavic*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

GIVÓN, Talmy. (1976). Topic, pronoun, and grammatical agreement. In: Charles N. Li. (ed.). *Subject and topic*. New York: Academic Press, Inc. p. 149-188.

_____. (1984). *Syntax. A functional-typological introduction*. V. I. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company. Cap. 10: Pronouns and grammatical agreement. p. 353-386.

KATO, Mary A. (1999). Strong and weak pronominals in the null subject parameter. *PROBUS*, v.11,nº.1:1-37.

_____. (2001) Nomes e pronomes na aquisição. *Letras de Hoje*, v.36, nº.3:101-112.

_____. (2002). Pronomes fortes e fracos na sintaxe do português brasileiro. UNICAMP. Mimeo.

LIGHTFOOT, David. (1999). *The development of language: acquisition, change and evolution*. Oxford: Blackwell.

LUCCHESI, Dante. (1999). A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. *A cor das letras*, n.3, p. 73-100.

NARO, Anthony. (1981). The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*. LSA, 57. 1:63-98.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. (1993). Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, v. 9, n. Especial, p. 437-454.

PINKER, Steven. (1995). Words, words, words. In: Steven PINKER. *The language instinct. How the mind creates language*. New York: Harper Perennial. p. 126-157.

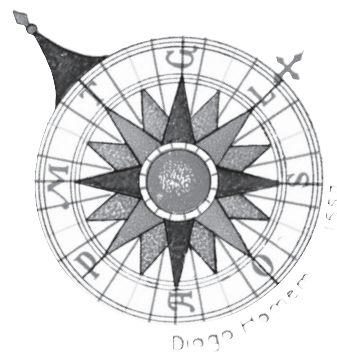
SORIANO, Olga F. (1993). Los pronombres átonos en la teoría gramatical. Repaso y balance. In: SORIANO, Olga F. (ed.). *Los pronombres átonos*. Madrid: Taurus Universitaria. p. 13-62.

STUMP, Gregory T. (1998). Inflexion. In: Andrew SPENCER; Arnold ZWICKY (eds.). *The handbook of morphology*. p. 13-43.



Ende e hi no período arcaico do português

Américo Venâncio Lopes Machado Filho





Introdução

In historical material, we find a kind of information that is necessarily absent in synchronic data and that offers the prospect of an important contribution to general linguistics from history, that is, information about the time course of language change (Kroch, 1990:200).¹

Conquanto seja a possibilidade de observar o curso temporal da mudança o que possa, talvez mais fortemente, fascinar o pesquisador que trabalha com a Linguística Histórica, os resultados de suas observações estarão sempre condicionados ao recorte do material selecionado para análise, que, pelo seu caráter eminentemente fortuito e circunstancial – em função de subjazer, naturalmente, a questões de ordem prática, como a possibilidade de obtenção de fac-símiles ou de boas edições, ou à própria subjetividade do investigador –, pode, apenas, apresentar tentativas de interpretações para uma determinada mudança lingüística ou fenômeno que se pretenda analisar, mas nunca poderá vir, certamente, a assegurar a realidade integral e incontestável dos fatos passados, já que a história, nomeadamente a história da língua – guardadas as devidas proporções e desculpado o exagero –, poderia ser comparada a um barco distante, à deriva, cujo percurso nem sempre o olho humano poderia acuradamente acompanhar, quanto muito pudes-se desejar a sua ânsia.

Mattos e Silva (1991: 28) acredita que

a documentação escrita em português arcaico só pode ser avaliada na sua totalidade aproximada por hipóteses que se coloquem a partir do que permaneceu e de informações indiretas que o historiador pesquise.

Então, quanto mais trabalhos e hipóteses se levantem, sob a égide de diferentes teorias e métodos que se possam hoje oferecer sobre determinado fenômeno, quanto menos distante estará o olhar da Linguística face à história da língua.

Com esse espírito, pretende o presente estudo oferecer uma nova abordagem interpretativa sobre a trajetória dos pronomes anafóricos² *h(i)* e *en(de)*, já antes analisados por Teyssier (1981) e Muidine (2000), por exemplo, conquanto utilize como base de suas formulações teóricas o Modelo de Princípios e Parâmetros, dos estudos gerativistas.

Para efeito de constituição de *corpus* de trabalho, que tem como arco temporal os séculos XIII, XIV, XV e XVI, optou-se por selecionar textos diferentes aos utilizados pelos estudos precedentes sobre a questão, antes citados.

A base de descrição do comportamento desses pronomes recaiu sobre o *Flos Sanctorum* (FS), recentemente editado por Machado Filho (2003), nomeadamente sobre sua lição interpretativa, já que é no período a que se refere o texto, como observa Teyssier (1981:15), que por “*leur sens et leur emploi hi e ende-en sont des anaphoriques très semblables au français y et en*”,³ o que indica seu rendimento e prototipicidade de uso no período arcaico da língua, em que deveriam formar notadamente um microsistema sintático para a representação da anáfora.

Ademais, o caráter não apenas prosístico mas dialogal da obra pareceu revelar-se de extrema importância para eleição e, conseqüentemente, para a consecução da pesquisa, haja vista textos com essas características serem, a princípio, favorecedores para ocorrências de elementos dêiticos em oposição a anafóricos, em função do estabelecimento tácito das pessoas do discurso.

Não obstante a utilização do FS como texto de base, foram selecionados, para o século XIII, as duas versões conhecidas do *Testamento de Afonso II*, de 1214, diploma real, de caráter não-literário, que mais propriamente se poderia caracterizar como jurídico, e o *Foro Real de Afonso X*, tradução para o português de um texto jurídico, não-literário dos finais do século XIII, com base na edição de Ferreira (1987).

Como representantes do século XV foram escolhidos a *Crónica de Santa Maria de Íria*, a *Vida de Tarsis*, do códice alcobacense CCLXVI, e a *Vida de Santo Aleixo*.

A *Crónica de Santa Maria de Íria* é um documento composto de 14 fólios, original autógrafo, datável de 1467-68, também referido como um *flos sanctorum*, cuja temática se concentra em Santiago de Compostela. A edição aqui utilizada é recentemente apresentada por Souto Cabo, em 2001, nomeadamente a que denomina de *primeira edição*, de caráter crítico-interpretativo.

A escolha de a *Vida de Tarsis*, que integra o códice alcobacense CCLXVI, da *Colecção mística de fr. Hilário de Lourinhã*, e cuja edição foi realizada por Martins (1985), conquanto Nunes (1908) já houvesse apresentado uma leitura desse manuscrito – da qual Martins parcialmente discorda –, decorre de ter sido previamente utilizada em Machado Filho (1999) para um trabalho comparativo com a versão da [Vida de Tassis], que se encontra no *Flos Sanctorum*.

A proximidade de conteúdo e a distância temporal dos dois manuscritos sugeriram seu confronto, especialmente em relação às características lingüísticas, gráficas e morfossintáticas, que comumente separam a primeira fase do português arcaico de sua segunda, nomeadamente em relação ao emprego dos pronomes anafóricos (*hi* e *en(de)*).

A *Vida de Santo Aleixo* compõe o mesmo códice de número 36, de que se conhece a versão quatrocentista dos *Diálogos de São Gregório*, documento datado de 1416, e que se constitui em um dos poucos autógrafos da época. A par do códice 36, utiliza-se como controle o códice 266, produzido nos meados do século XV, já que são apontadas, por seu editor variações de natureza lingüística entre o primeiro e este último. A edição de Allen Jr., utilizada para análise, foi publicada no ano de 1953.

Para composição da amostra do século XVI, optou-se por considerar a edição paleográfica do *liuro de Josep Abaramatia*, através da edição paleográfica de Henry Carter, publicada em 1967. Parte da história do Ciclo do Santo Graal, a versão portuguesa desse livro é uma cópia tardia de um manuscrito mais antigo, provavelmente do século XIV, cujo copista afirma, no final do fólio 1v, que teria mudado “*senã / hos vocabulos inêteligieuis. que hos que se podem êtender na an / tigheidade Daquelle tempo os leixei hir*”.

Illy en a*: o comportamento de *en(de)* e *(h)i* no *Flos Sanctorum

Desde que a teoria gerativa começou a escutar a mente humana à procura de pistas para o desvendamento da faculdade da linguagem e dos universais lingüísticos, principalmente depois que Chomsky consubstancia suas idéias formuladas durante algumas décadas no que veio a se chamar de Modelo de *Princípios e Parâmetros*, nos anos de 1980, o tratamento dos dados lingüísticos empíricos passa a contar com um instrumental formal bastante proveitoso para sua descrição, nomeadamente os de natureza diacrônica, já que nesse modelo “os parâmetros são vistos como o espaço da mudança lingüística”⁴ (Miotto et al., 1999:37).

Enquanto os princípios são universais e concebidos como inatos ao homem, ou seja, não se originam da experiência humana, senão de seu dote genético, não precisando ser aprendidos durante a fase de aquisição da linguagem, os parâmetros dependem dos dados disponíveis no ambiente lingüístico para sua seleção ou marcação, sendo os responsáveis pela variação que se detecta inter e intralingüisticamente.

A depender da qualidade dos dados lingüísticos a que esteja exposto o falante durante a fase de aquisição da linguagem, a gramática que virá a desenvolver poderá se aproximar bastante da gramática de seus ascendentes, distanciar-se dela de alguma forma ou, mesmo, como acreditam alguns, possibilitar que “*individual speakers may operate with more than one grammar*”⁵ (Lightfoot, 1999:101), “*via competition between mutually exclusive grammatical options*”⁶ (Kroch, 1994:05).

Descrever, portanto, o comportamento de um dado fenômeno lingüístico na perspectiva de que uma “variação” de natureza paramétrica pode ter desencadeado a mudança sugere-se como bastante aliciante e configura-se como mais uma opção de entendimento da história da língua, mais especificamente sobre o desaparecimento dos pronomes *(h)i* e *en(de)*, centro de análise deste trabalho.

O modelo de *Princípios e Parâmetros* disponibiliza um leque bastante amplo de subteorias que, a depender do fenômeno que se pretenda descrever ou analisar, há de existir sempre uma que pode melhor referendar a investigação.

No processo de levantamento dos dados, observou-se que, em algum grau, a questão da mudança ocorrida em relação ao uso dos anafóricos poderia estar relacionada ao processo de atribuição de Caso, via alteração paramétrica desse estatuto, hipótese que se vai aqui tentar progressivamente defender.

Chomsky (1994[1986]:189) acredita que “todas as línguas estão sujeitas a um sistema nuclear de atribuição de caso, embora este só tenha realização morfológica nalgumas delas”.

O latim clássico era um exemplo desse tipo de língua: dispunha de um sistema de marcação de seis casos morfológicos bastante evidente.

Mas como “do indo-europeu às línguas românicas, em geral, há uma tendência à desflexionalização, à substituição de uma morfologia integrada por uma morfologia externa” (Poggio, 2002:80), esse sistema vai, entretanto, se reduzir a apenas um nas línguas românicas, conquanto se tenha esse processo “operado de uma maneira lentíssima”⁷ (Bastardas Parera, 1953:13).

Esse dado reforça a idéia de Chomsky de que atribuição de Caso é um princípio válido para todas as línguas humanas, ou seja, é ao fim e ao cabo, segundo Haegeman (1994:155), “a

universal property”,⁸ já que mesmo perdendo essa capacidade através de morfemas flexionais específicos, o latim e as línguas românicas a que deu origem manifestaram outras possibilidades de evidenciar essa categoria gramatical.

A atribuição de Caso é, portanto, uma operação abstrata, que não necessita compulsoriamente de marcação de natureza morfológica para se realizar.

O português contemporâneo ainda apresenta resíduos de marcas casuais, facilmente identificáveis sobretudo no paradigma de alguns pronomes pessoais.

Segundo o modelo gerativista, o Caso pode ser atribuído de duas maneiras distintas, estruturalmente ou de forma inerente.

Em ambos os casos, um princípio precisa ser satisfeito: “Todo NP, isto é, todo sintagma nominal, foneticamente realizado tem de receber um Caso (abstracto)” (Chomsky (1994[1986]: 173), a fim de evidenciar seu papel temático. Formulação que é por sinal o único princípio da teoria do caso, conhecida por Filtro de Caso, mais comumente postulada sob a forma abaixo:

*DP com uma matriz fonológica e sem Caso (Raposo, 1992: 351).

Segundo Miotto et al. (1999: 117), do ponto de vista estrutural, os “atribuidores de caso são os dois núcleos lexicais de traço [-N]”, ou seja, o verbo e a preposição, que respectivamente marcam o acusativo e o oblíquo, e “o núcleo funcional I”, que é responsável pela atribuição do nominativo.

Inicialmente se acreditou que núcleos lexicais de traço [+N] não poderiam atribuir caso, mas as evidências provaram o contrário.

Ao examinar alguns contextos lingüísticos, notadamente os que demandavam em inglês a inserção da preposição *of* – semanticamente vazia, muito mais relacionada com um item funcional do que com uma preposição lexical propriamente dita –, Chomsky concluiu que adjetivos e nomes poderiam, de forma inerente, atribuir Caso oblíquo aos seus complementos.

Porém, para esse autor, o Caso inerente “só é atribuído por α a um NP se α θ -marcar esse NP” (Chomsky, 1986:178), em que a letra grega θ deve ser entendida com relação a “temático/-a” e suas derivações. Logo, o condicionamento à estrutura temática é condição *sine qua non* para esse tipo de atribuição casual.

Embora todas as categorias lexicais sejam capazes de atribuir papéis temáticos, os verbos e os adjetivos são os predicadores prototípicos desse tipo de função.

Não é de se estranhar, portanto, que as posições temáticas se confundam com as posições canônicas de atribuição dos casos em português, à exceção do nominativo, que como se viu é atribuído pelo núcleo funcional I.⁹

A idéia que tem condicionado a inserção dessas considerações preliminares é a de que, de alguma maneira, as condições de licenciamento de Caso se alteraram na história do português na direção da perda progressiva de caso morfológico na estrutura profunda (DS) e que *en(de)* e *(h)i*, na perspectiva de que cada pronome tem a sua história, foram os elementos que primeiro, até onde se sabe, detiveram o privilégio de terem sido afetados por essa mudança.

Alguns postulados são, entretantes, previamente necessários.

Sustenta-se, primeiramente, que os pronomes *(h)i* e *en(de)* seriam entidades fonologicamente átonas, precisando de apoio para sua atualização, não podendo permanecer *in situ* em (DS) se a estrutura não lhe propiciar sustentação.

Esse pressuposto de sua atonicidade é apoiado por alguns autores que trabalharam sobre o tema, dentre eles Badia Margarit (1947), que sustenta o argumento da assimilação progressiva, notadamente do *ende*, mas visto com reserva por outros, a exemplo de Brea (1978:414), que acredita que

sigue en pie la cuestión de la tonicidad o atonicidad de estos pronombres, puesto que, si bien en algunos casos (...) pudiera ser átono, en otros (...) resulta bastante más dudoso que lo sea.¹⁰

Independentemente dessa visão, acredita-se que sua forma gráfica de composição à primeira vista tônica parece antes referendar um conservadorismo gráfico latinizante do que propriamente a sua representação fônica de uso, se comparada a *en*, já que não há evidências lingüísticas para não considerar as duas representações gráficas como variantes.

Muidine (2000) desenvolve todo um raciocínio baseado na tripartição pronominal proposta por Cardinaletti e Starke (1999), caracterizando esses elementos na língua portuguesa, não como clíticos, condição que se lhe poderia inicialmente e impressionisticamente atribuir face à natureza e ao comportamento morfossintático muito similar a estes, mas como pronomes fracos, a cuja propriedade, entre outras razões, atribui seu desaparecimento.

Acredita a autora que se tivessem seguido o destino do *en* e do *y* do francês moderno que são nessa língua de fato clíticos, esses elementos não haveriam de desaparecer do português.

Mas teria sido realmente assim? Quem pode assegurar que o que se passa com determinada língua, será modelo inexorável a ser seguido por outra? As condições de uso e a sócio-história das comunidades de fala estarão sempre influenciando o sistema lingüístico e nenhum povo tem a mesma história.

Ruwet (1990) já detecta nos falantes do francês uma sutil hesitação na oposição entre *en* e *de lui* e entre *y* e *à lui*. Seria o prenúncio de mudança? Se se conjecturasse que uma mudança nesse sentido pudesse vir a ocorrer no futuro na língua francesa, a natureza clítica desses pronomes no francês não teria então sido suficiente para manter a produtividade desses elementos no sistema, como propugna Muidine (2000) acima, assim como também não o foi a de pronome fraco para sua manutenção no português.

Em trabalho a ser brevemente publicado, Ana Maria Martins (no prelo) enumera vários argumentos para sustentar que esses pronomes não têm nem comportamento clítico, nem comportamento de pronome forte. Para a autora *(h)i* e *en(de)* são evidentemente pronomes fracos, e que, diferentemente do que acredita Rivero (1986), para o espanhol, essas formas têm estatuto preposicional, não nominal.

A asserção de Martins (no prelo) é em linhas gerais a confirmação da proposta por Badia Margarit (1947), como mais acima foi visto, já que esses elementos estarão sempre substituindo relações prepositivas em contextos em que se espera um sintagma marcado pelas preposições *de* ou *a*, respectivamente para *en(de)* e *(h)i*.

Mas, embora a leitura que se possa hoje ter seja a de um elemento preposicional, o que se postula ainda aqui é que *en(de)* e *(h)i* ocupam na época do *Flos Sanctorum* uma projeção máxima

de um DP, do inglês *Determiner Phrase*, e não de um PP (*Prepositional Phrase*), como advoga Martins (no prelo).

Primeiro, porque, como se pode ver nos exemplos i) e ii) abaixo, os elementos retomados constituem DPs.¹¹ Depois, porque a sua natureza oblíqua tem origem morfológica.

i) F15vC2 Outra vez trouverom-lhi hũa manceba a que apodrecerom [as entranhas]_i, assi que o mais havia [ende]_i perdido, ca todo se saya em vermeens, assi que nẽguũ nõ se podia a ela chegar polo maaõ odor.

ii) F3vC2 Hũũ dia aveo que sayo fora e foy a [hũũ poço]_i que [hi]_i havia apreto onde haviam agua pera o moesteiro e tomou a sogua per que tiravam a agua e cingeu-se dela.

No inglês, assim como no português brasileiro contemporâneo, no processo de marcação de Caso inerente¹² estabelece-se uma estratégia de inserção de uma preposição semanticamente vazia realizada na estrutura superficial (SS), conquanto tenha sido o Caso atribuído ainda na estrutura profunda (DS).

O que se procura esboçar neste trabalho é que o português arcaico, especificamente por volta do século XIV, não necessitava inicialmente dessa estratégia de inserção de preposição, em função de a atribuição de Caso para os elementos (*hi*) e *en(de)* ser morfológica, o que deveria prover as condições de visibilidade necessárias para sua evidência.

Comparem-se os exemplos seguintes:

iii) F66vC2 Aqueles outros que parecem ruvhos e vermelhos come sangui, aquestes tragem os corações cheos de maldade asconduda e nõ **se pagam de fazer** justiça.

iv) F10rC1 Ora sabi que largueza de coraçõ é mais doce ca mel. E **paga-se ende** muyto Jhesu Christo e o spiritu que mora em ela.

Observe-se que embora o verbo *pagar-se*, que no português arcaico significava ‘satisfazer-se’, demande um sintagma preposicional como adjunto, como se constata em iii), ao selecionar *ende*, no exemplo iv), a preposição não é requerida para visibilidade do Caso que lhe é atribuído.¹³

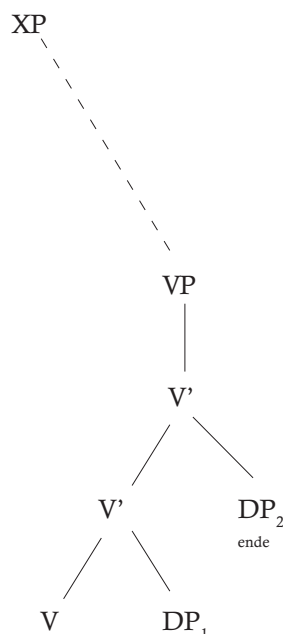
Veja-se, entretanto, o exemplo abaixo:

v) F13rC2 Quem [per esta porta]_i entra por filhar ordem nunca [ende]_i saae.

En(de) realiza-se no exemplo v) como adjunto de um verbo que na classificação por tipo de VP teria sua subcategorização representada pela seguinte estrutura: V, [DP],¹⁴ ou seja, o verbo que ocorre nesse VP não seleciona um argumento externo, mas, sim, um interno, que se realiza na posição de sujeito, após receber Caso nominativo em I.

Essa proposta de representação chomskiana é a que será neste trabalho adotada, com vistas a evitar os freqüentes problemas classificatórios, nem sempre coincidentes entre os autores consultados, nomeadamente sobre a intransitividade ou ergatividade de um verbo, por exemplo.

Se transposta para uma representação arbórea, se teria o seguinte:



En(de) na estrutura profunda (DS) ocuparia a projeção máxima DP_2 , cujo caso já estaria morfológicamente marcado no léxico, movimentando-se em SS para uma posição cindida algures acima do VP (do inglês *Verbal Phrase*), que aqui se convencionou chamar de XP, provavelmente motivada pela presença do advérbio *nunca*.¹⁵

Observe-se que por não ser clítico, isto é, ser o resultado de movimento de uma projeção máxima, o DP só poderá ocupar o Spec (*Specifier*) dessa projeção, onde quer que ela se estabeleça, já que, quando não é motivada a anteposição, o *ende* parece conformar-se naturalmente à posição pós-verbal.

Quantitativamente, em apenas 14,08% das ocorrências, com a forma *ende*, e em 7,14%, com a forma *en*, se realiza esse elemento anteposto ao verbo.

Desses 14,08% de anteposição do *ende*, em 9,85% esse pronome é adjunto verbal, à exceção apenas de uma ocorrência ambígua, cuja interpretação é prejudicada por provável lapso de escrita do amanuense, e de um caso em que se comporta como adjunto de um DP.

Em relação ao *en*, a anteposição só ocorre na condição de adjunto de um verbo.

Embora tenha sido formulada há bastante tempo, ainda parece válida a posição de Ramsden (1963:24) sobre a questão da ordem desses pronomes nas línguas românicas: “*After more than a century of investigation into Romance weak-pronoun position we are still without a satisfactory theory*”.¹⁶

Mas no século XIV, em diversos outros casos em que é selecionado por um verbo do mesmo tipo de VP da estrutura acima o *en(de)* tem um comportamento similar, conquanto o movimento de anteposição ao verbo dependa de condicionadores proclisadores.

Observem-se os exemplos abaixo:

vi) F61vC1 E depois que começava ennoytecer, poynha-se em canto da casa daquela molher e estava hi atêẽ na manhaa com muytas lagrimas e com muytas orações que fazia. E ante que se **ende** partisse, prometia-lhi aquela molher, em cuja esteveira de noyte orando, que o nõ descobrisse.

vii) F2vC1 Mais, quando foy ora de terça, começou a rezar festivalmente sas horas, e eu, estando cabo de sa cela, orey hi Deus. E pois parti-me **ende** muy ledo porque vira visom angelial e andey per todos los moesteyros que eram em derredor, por veer os padres sanctos e os frades e por receber beençõ deles.

viii) F10rC1 Ora sabi que largueza de coraçõ é mais doce ca mel. E paga-se **ende** muyto Jhesu Christo e o spiritu que mora em ela.

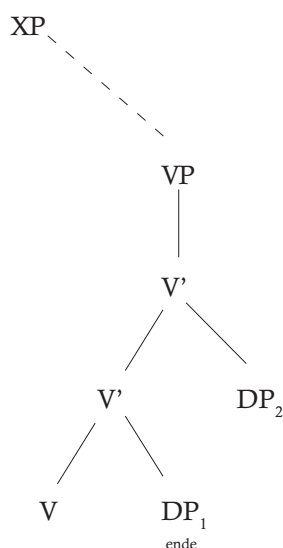
ix) F24rC1 Eu trabalhando-me de sayr **en**, o maaõ enmiigo envejoso tornou a mim como soya.

O *en(de)* não ocorre no *Flos* exclusivamente como adjunto de verbos do tipo V, [DP], mas como complemento de verbos V, [—DP,DP] ou V, [—DP,PP], isto é, em sentenças, cuja subcategorização verbal demande um complemento externo e dois internos, como na ocorrência abaixo:

x) F2rC2 E el dizia por Paaya que se fora assy como ja devisamos que a acharia hi, mais nõ mi quis mais dizer **ende**.

O *ende*, então, assume a posição de objeto direto do verbo *dizer*, conquanto o Caso a si atribuído seja o de partitivo, já que demanda leitura indefinida.

Em estruturas como a apontada acima, *en(de)* estaria na relação que se apresenta a seguir:



Raposo (1992: 512), baseando-se no que afirma Belletti (1988), acredita que em “certas línguas com sistemas Casuais morfologicamente ricos o Caso acusativo não é o único Caso acessível a um DP na posição de objecto directo”. Diz mais adiante que “qualquer verbo que seleccione um objecto directo pode universalmente atribuir Caso partitivo”.

Considerando que o caso partitivo é atribuído inerentemente, esse fato parece confirmar o que se tem postulado até o momento para a natureza desse pronome. O exemplo reforça ainda a condição de DP e não de PP que se tem admitido para sua categoria.

Sumariando o levantamento que se fez até aqui, o *en(de)* se apresenta no *Flos Sanctorum*, ora como adjunto em construções inacusativas, ora como argumento interno, em construções transitivas.

Mas a observação de todas as ocorrências indicou que no geral o *en(de)* se realiza como adjunto¹⁷ de um sintagma nominal ou adjetival. Eis alguns exemplos com a checagem de atribuição de caso realizada pelo núcleo de um sintagma nominal:

xi) F70rC1 E querendo-o humildar per razom da gram cousa que fezera pola obedeença que lhi fora dada pera nã haver **ende**_i glória vaa []_{ti}, disse-lhi.

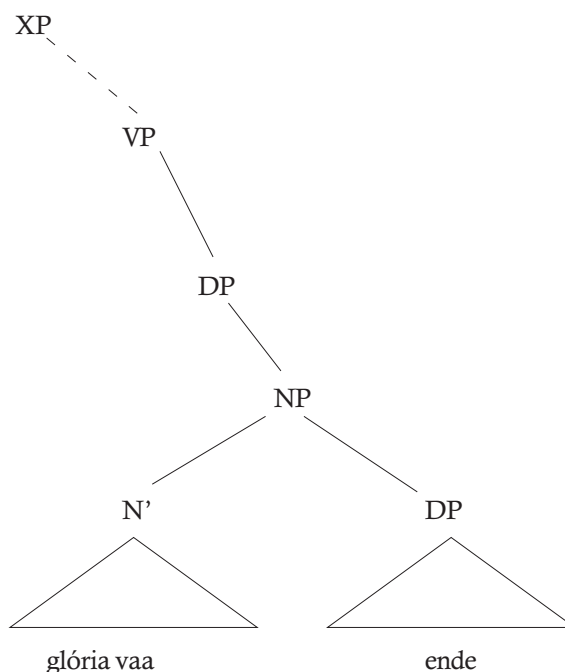
xii) F43vC2 o velho sabedor que provava todos os outros se eram pacientes, per deostos que lhes dezia, deostou este mancebo muy malamente. E o mancebo começou a riir muy de coraçõ e haver **en**_i muy gram prazer []_{ti}.

xiii) F17vC1 A mim Jacobo semelhou assi que escrevessem aos sanctos homens algũas cousas boas e que leendo-as e ouvyndo-as as cream e que filhem **ende**_i conforto []_{ti} pera sas almas.

xiv) F3rC2 Mais se tu estas cousas todas polo amor de Deus sofreres e teneres **en**_i pazeença []_{ti}, comprirás aquelea escritura.

xv) F43vC2 E o mancebo começou a riir muy de coraçõ e haver **en**_i muy gram prazer []_{ti}.

A representação de xi), por exemplo, poderia ser a seguinte na árvore:



94 do português arcaico ao português brasileiro

Interpretando a árvore proposta face aos exemplos apresentados, o *en(de)* em DS seria gerado na projeção máxima DP, na condição de adjunto do núcleo nominal, que checa o seu caso antes que esse elemento se movimente na estrutura superficial para o Spec da categoria XP, que se postula para algum ponto acima do VP, podendo essa projeção ser interpretada provavelmente como um foco, já que projeções máximas podem ser focalizadas.

Quando ocorre como adjunto de um sintagma adjetival, o comportamento é o mesmo. Vejam-se os exemplos a seguir:

xvi) F3vC2 E começavam de sair muytos vermeens del, de guysa que todo o leyto em que jazia achariades **ende** cheo []_{ti}.

xvii) F53vC1 E ele lhi contou que havia tres filhos naquela cidade a cabo donde estava o moesteiro e que os trageria consigo pera o moesteiro se lhi prouguesse. E o abade lhi mandou que os trouvesse. E pois el chegou aa cidade, achou que dous eram ja **ende** mortos []_{ti} e huñ que ficou trouve-o consigo pera o moesteiro.

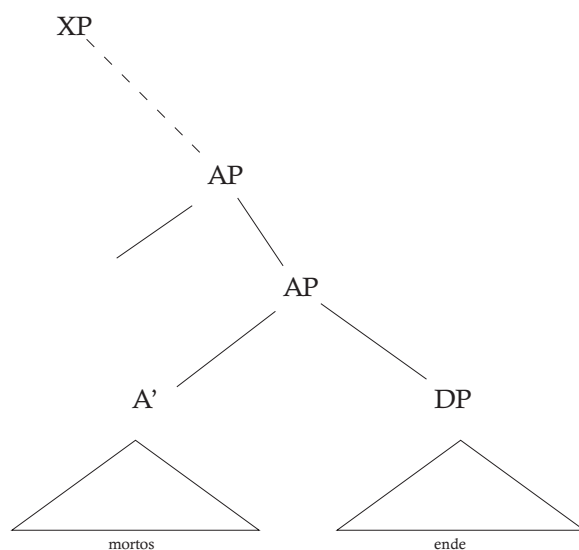
xviii) F54rC1 E consiirou todo o logar e achou que assi era como o cuydara e ficou **en** muy ledo []_{ti} e disse em seu coraçõ:

Lightfoot (1999:127-8) demonstra que no inglês

adjectives never came to assign structural Case (...); verbs and prepositions may be followed by a phonetic NP/DP that they govern (...), but generally adjectives are not (...) and so require a prepositional Case marker¹⁸

No português contemporâneo parece que o comportamento seria o mesmo. Nas realizações anteriormente vistas, todavia, a gramaticalidade parecia estar assegurada pela marcação de Caso morfológicamente, em DS, sem a atualização de uma preposição semanticamente vazia.

Eis a estrutura arbórea de xvii), por exemplo:



Até o presente ponto da questão, tem-se que o *en(de)* servia de adjunto ou complemento verbal e, ainda majoritariamente, de adjunto nominal, quer de DPs, quer de APs (do inglês *Adjective Phrase*).

A par do *en(de)*, como se comportaria, entretentes, o *(h)i* nesse documento?

Observem-se algumas de suas ocorrências no *Flos Sanctorum*:

xix) F16rC1 Huũ dia aveo que sam Fruytoso se sayo per [barca]_j da cidade de Sevilha, por ir a[a eigreja de sã Gerõço]_i. E pois que [hi]_i fez sa romaria e se quis tornar pera onde veera, os marinheyros que [hi]_j andavam disserom que eram cansados.

xx) F13vC1 E todos los outros frades (...) *em* (?) *seenço* (?) e em orações e em fazer boas obras, assy que todos fazem vertudes e sinaes. E o que é mayor maravilha nunca [hi]_i¹⁹ nẽguũ enferma.

xxi) F18vC2 Ca tã gram dom lhi dera Deus de sabença e de siso que nẽhuũ dos padres nono passava em rem. E todos deziam que nõ havia [hi]_i²⁰ tal em que fosse a palavra de Deus tã compridamente.

xxii) F21rC2 E esto era contra natura, ca [no ermo]_{ijk} secavam todalas cousas per força de caentura, assy que nõ podia [hy]_i nacer nẽhũa rem que [hi]_j deytassem, nem que [hi]_k posessem.

xxiii) F23vC1 e levarom-me a [huũ castelo]_i que ha nome Ebreuãto, a huũ moesteiro d'omeens sanctos que [hy]_i ha.

xxiv) F55rC2 Se ofereceres ta oferta ante [o altar]_{ij} e [i]_i te acordares que teu cristao ha algũa sanha de ti por mal que lhi tu fezisti, leixa [hi]_j ta oferta.

xxv) F12vC1 E confiem que nõ receberã tã solamente perdom de seus pecados, mas que seeram herdeyros [eno Reyno dos Ceos]_i. E nós oremos que todos merescamos entrar [y]_i pela graça de nostro senhor Jhesu Christo aque é honra e gloria *7secula seculorum amẽ*.

xxvi) F6vC1 e o enmiigo, que andava apos el polo matar em alguũ logar, derribou-o porque cuidou que daria com el [na agua]_i. Mais quis Deus que nõ caesse [hi]_i e caeu na riba do ryo.

xxvii) F12vC2 Quando esto ouvvyo o bispo e as outras gentes creerom-no e mandou o bispo que lho levassem [deante]_i muy desonradamente. E assi foy feito. E quantos homens [hi]_i estavam todos davam senhos juyzos.

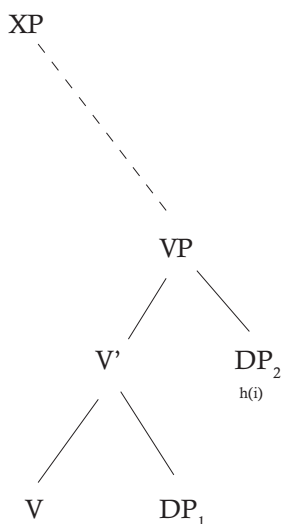
Pela observação dos dados, pode-se depreender que *(h)i* oferece uma gama bastante ampla de possibilidade de uso, já que pode ocorrer como adjunto de diferentes tipos de verbos, como V, [—NP], isto é, que selecionam argumento externo e interno, como “fazer” (em xix), “leixar” (em xxiv), ou de construções inacusativas com verbos tipo V, [NP], ou V, [—], ou seja, aqueles que selecionam argumento interno, mas cujo argumento acaba por receber Caso nominativo, estes os tipicamente intransitivos, como “andar” (com sentido de ‘estar’) (em xix), “enfermar” (em xx), “entrar” (em xxv), “nacer” [nascer] (em xxii), “caer” (em xxvi), “estar” (em xxvii), entre outros.

Sua natureza fundamental é claramente de adjunto adverbial, conquanto não constitua, da mesma forma que o *en(de)*, um sintagma preposicional.

Considera-se que *(h)i* ainda dispõe de Caso morfológico nessa época em que se produziu o Flos e que a sua forma de representação já deveria ser suficiente para o falante da época interpretar seu Caso oblíquo, sem a necessidade de inserção de preposição para sua visibilidade.

Algo deve ter ocorrido entre o português arcaico e o português moderno que fez com que se deixasse de evidenciar a marcação morfológica desse elemento, fazendo com que passasse a haver a necessidade de inserção de uma preposição para que se lhe fosse possível a atribuição de Caso abstratamente. A escolha da preposição deve ter, sobretudo, recaído sobre o *a*.

Veja-se, todavia, que a proposta de sua representação é a mesma postulada para o *en(de)*, conforme se pode verificar na árvore abaixo:



Quando assume sentido locativo de traço [-físico], isto é, mais nocional, o *(h)i* ocorre como adjunto de um sintagma nominal, como abaixo, nas poucas ocorrências detectadas:

xxviii) F15vC1 E aveo hũa vez que matarom huũ homem preto daly e as justiças andavam buscando aquel que o matara. E correndo assi pelas ruas os alvaziis vyu-os huũ homem que nõ havia [hi]_i culpa []_i e começou a fogir e colheu-se aa cela daquele Macario do Egipto.

xxix) F4vC1 E muytos físicos pensarom dela, mais nõ lhi poderom [hi]_i dar conselho []_i.

xxx) F24vC2 E de quantas coytas mh'aveerom vos contarey em poucas paravras, nõ por me louvar, nem por prender [hi]_i dano de vaa gloria []_i, mais polo saberem todos aqueles que se a nostro senhor quiserem tornar, quantos sõ os embargos que o enmiigo faz a aqueles que servem nostro senhor.

xxxi) F25vC1 – Senhor veey como esta molher é chagada e ja é chegada a morte. E el disse: – Vós sodes muytos e nõ podedes [hi]_i dar todos conselho []_i. Que mi daredes se lho eu soo sacar com hũa mão?

xxxii) F27rC1 Ca assi o ajudou nostro senhor que o fez sergente do seu altar e que pos em aquel logar vinhas e hortos e arvores de muytas maneyras e fez hy que vyo que havia [hi]_i mester []_{ii} e pos em seu coração de morar hi em todolos dias de sa vida.

xxxiii) F50rC1 E vós devedes saber que per quanto el disse nõ foy descoberto o que o matara e foy solto o monge que queriam matar que [hi]_i culpa []_{ii} nõ havia.

xxxiv) F80vC2 totalas cousas que o homem faz a prazer do seu corpo deleytos som, ca o homem que é de gram coração, quando se asanha de sa voontade, então ha [hi]_i deleyto []_{ii}.

Nos casos acima, (*h*)*i* funciona como adjunto²¹ do sintagma nominal numa mesma conformação sintática da do *en(de)* nesse tipo de ocorrência, conforme se pode verificar se confrontados com os exemplos xi) a xv).

Se proposta uma atualização para o português moderno, em ambas as situações muito provavelmente a preposição selecionada não mais seria necessariamente o *de*, para o *en(de)*, nem o *a*, para o (*h*)*i*, mas preferencialmente o *em*, acompanhada pelo pronome *isso* ou correlato.

Sintetizando as observações até agora feitas, em linhas gerais, então, o (*h*)*i* serve de adjunto, tanto para construções verbais transitivas e inacusativas, como para sintagmas nominais, em que o núcleo seja um nome, não ocorrendo, no *Flos*, em adjunção a sintagmas adjetivais.

Mas para se poder chegar a uma descrição mais clara sobre o fenômeno e melhor formulação da hipótese diretiva do presente trabalho, observa-se na seqüência o comportamento desses pronomes em outras sincronias do período arcaico do português.

En(de) e (*h*)*i* nos sécs. XIII, XV e XVI

Todas as coisas vejo remudadas
 Porque o tempo ligeiro não consente
 Que estejam de firmeza acompanhadas
 Camões (In: Andrade, 1978: 83).

No tempo dos afofinos

Ainda relativamente jovem o rei Afonso II mandou registrar em treze cópias de pergaminho o seu desejo testamentário, utilizando-se para isso a língua portuguesa, em uma época em que os textos oficiais eram ainda escritos em latim.

Desse documento datado de 1214, restaram apenas duas cópias, a que tinha sido enviada à Mitra de Braga – hoje em Lisboa –, e a que foi encaminhada à Catedral de Toledo para sua guarda.

Na primeira registra-se:

xxxv) L8/9 [Da out(ra) meiadade]_i solten [ende]_i p(ri)meiram(en)te todas mias devidas e [do q(ue) remaser]_j fazam [en[de]]_j t(re)s partes e as duas partes agiã me(us) filios e mias filias e departiãse ent(r'e)les igualm(en)te. Da t(er)ceira o arcebispo de Bragaa e o arcebispo de Santiago e o bispo do Portu e o de Lixbona e o de Coïbria e o de Uiseu e o d'Euora fazã desta guisa: q(ue) u q(ue)r q(ue) eu moira q(ue)r en meu reino q(ue)r fora de meu regno fazam aduzer meu corpo p(er) mias custas a Alcobaza.

Na outra:

xxxvi) L11/12 [Da outra mia meiadade]_i solten [**ende**]_i p(ri)meiram(en)te mias devidas todas e [do q(ue) remas(er)]_j facan [**ende**]_j tres partes e as duas partes aian meus filios e mias filias e departans' antr'eles igualm(en)te. E da t(er)ceira o arcebispo d(e) Bragaa e u d(e) Sãtiago e u bispo do Porto e u de Lisbona e u d(e) Coimbra e u de Uiseu e u d'Euora facan **ende** desta guisa: q(ue) u q(ue)r q(ue) eu moira, q(ue)r en meu reino q(ue)r fora de meu reino, facan aduz(er) meu corpo p(er) mias c(us)tas a Alcobacia.

Esse “par mínimo” morfossintático poderia indicar opcionalidade de uso desse elemento nos primeiros momentos do registro escrito da língua portuguesa ou representaria um lapso de cópia do escriba?

Salvaguardadas ambas as possibilidades pela dificuldade de estabelecimento de uma verdade irrefutável imposta pela distância temporal, as diferenças nesse curto trecho de texto não se resumem ao âmbito do uso desse pronome, mas a diversas outras alterações que foram apontadas em trabalho precedente por Machado Filho et al. (1998).

Não são, todavia, essas as únicas ocorrências de *en(de)* nesse documento:²²

xxxvii) L8 Et mãdo q(ue) si a raina morrer en mia uida q(ue) [de todo meu auer mouil]_i agia [**ende**]_i a meiadade.

xxxviii) L15 E o q(ue) remaser daq(ue)sta mia t(er)cia mãdo q(ue) segia partido igualmẽte en cinq(ue) partes das quaes una den a Alcobaza u mando geitar meu corpo. A out(ra) ao moesteiro de Santa Cruz, a t(er)ceira aos Tẽpleiros, a q(ua)rta aos Espitaleiros, [a q(ui)nta]_i den por mia alma o arcebispo de Bragaa e o arcebispo de santiago e os cinque bispos q(ue) suso nomeamos segũdo Deus. E den [**ende**]_i aos omees d'ordin de mia casa e aos leigos.

As cinco ocorrências de *en(de)* detectadas na versão de Lisboa revelam em linhas gerais o seguinte:

- a) *ende* ocorre em contexto em que o predicador verbal é do tipo V, [—DP] ou V, [—DP,PP].
- b) em xxxv), o *en(de)* tem dois comportamentos distintos: Nos dois primeiros exemplos, funciona como adjunto de um DP, que por sua vez é o argumento interno do verbo. No último exemplo desta série que só acontece na versão de Toledo, apresenta-se como complemento do próprio verbo tipo V, [—DP].
- c) em xxxvii), tem comportamento idêntico aos primeiros exemplos de xxxv), ou seja, de adjunto de um DP.
- d) em xxxviii), é novamente complemento de um verbo tipo V, [—DP,PP], em que *en(de)* representa o DP.

Separando-se as análises, tem-se o *en(de)* como complemento de verbos que selecionam argumentos internos, em que assume a posição de objeto direto, mas cujo Caso a si atribuído é de partitivo, o que lhe impõe, conseqüentemente, uma leitura indefinida, assim como se viu em contexto similar no *Flos Sanctorum*.

Quando *en(de)* se comporta como adjunto a um DP, não ocorre junto a um sintagma adjetival, senão a um sintagma nominal. Sua realização é também idêntica às verificadas anteriormente no *Flos*.

Diferentemente do *Testamento de Afonso II*,²³ no *Foro Real* de Afonso X, as ocorrências de *en(de)* são bastante mais profusas.

No recorte selecionado para análise nesse códice traduzido do castelhano no século XIII e em que, segundo Ferreira (1987: 43), “foram mantidas as características lingüísticas”, o *en(de)* assume configurações morfossintáticas não atestadas no *Flos*.

As formas *dende* e *desende* não são incomuns. Contudo, apresentam-se como locuções nas formas *dende a iuso*²⁴ ou *desende a iuso*, com uma única ocorrência de *ende a suso*,²⁵ cujos exemplos se reproduzem abaixo para registro:

xxxix) F111v Ca poys que ygaes sũ en grao, ygaes son na partiçõ. E esto meesmo seya dos primos ou **dende a iuso** que ouuerẽ dereyto d’erdarensẽ do do morto.

xl) F110r Tod’ome que ouuer filhos ou netos ou **desende a iuso** de molher de beeyçõn, non possam erdar cũ elles outros fillos nenhuus que aya de barragaa.

xli) F110r E se nõ for uiuo mays de huũ, aquel herde. E se nõ ouuer padre nen madre nen filho, erdeno os auoos ou **ende a suso** en esta meesma guysa.

O *ende* é também encontrado na composição da locuções conjuncionais *fora(s) ende que e saluo ende se*. Vejam-se alguns casos:²⁶

xlii) F85v E se o senhor o fforrar sen preço e el forrado morrer sen fillos lijdimos e sen manda, o *que* o forrou [ou] *seus herdeyros* leuen todo o seu *auer*, e sse desonrra *fezer* a seu senhur ou a quen del for ou lho acusar de morte ou lho acusar cũ alguu de seu linagen, possao seu senhur ou seu herdeyro mays *prouinco* tornar a *seruidoe*. E isto seya outrosy das forras, **fora ende que** casẽ hu poderẽ.

xliii) F110v e seyã ambos metudos en poder da molher *primeyra* cũ todo seu *auer*, se fillos doutro marido non auia ou ben leu legitimos que leuen toda sa boa (e) e de sa madre. E aquella molher *primeyra* faça d’ambos e do *auer* como *quiser*, **fora ende que** os non mate nen faça matar.

xliv) F128v pero se o *que* o trouue o enuiar ou o deffender non seya teudo de responder aos outros, **saluo ende se** lhy deffenderõ os alcaydes *que* o nõ enuiasse.

A par dessas ocorrências, foram identificadas 25 formas de *ende*,²⁷ contra apenas 04 de *en*. São as seguintes as de maior representatividade sintática para análise:

xlvi) F71v E depoy resucitou se en carne e amostrouse aos *seus* dicipulos e *comeu con* elles e leyxous *confirmados* en sa fe *sancta* catholica e subyo aos ceos en corpo en dignidade e **ende** uerra na cruz eneste mundo dar juyzo aos boos e aos maos.

xlvi) F75r Outrosy mandamos que bispo nẽ abade nẽ *prelado* non possa uender nen alhear nenhuma cousa das *que* garõ *per* razon d’acrecentar en sa eygreya, mays se algũa cousa gaar ou

côprar por razõ de ssy ou por herdar quẽ quiser ou de seu patrimonyo faça **ende** o que lly prouguer e quiser.

xlvi) F78r E se mostrar carta de pessoarya mostrea ao *contendor* da *outra parte* e dêlhy **ende** o translado, se o demandar, *per que* o possa saber *de que é* pessoeyro ou en *que* maneyra.

xlvi) F99r Se *peruentura* o teedor daquella cousa nõ for na *terra presente* e aquel que diz *que* a cousa é sua ueer *ante* o alcaide e querelese do teedor da cousa e o teedor nõ é na *terra*, o alcaide metao na teença da demanda ante boas testemunhias e thenha aa tença *per* . VIIIº . dias e nenhuma cousa nõ tome nen alee **ende** <e> des . VIII . dias adeãte leyxea en paz *pera* *aquel que* a ante tija.

xlix) F105v E se lhy deu arras *ante* que morresse e nõ ouue que ueer cõ ella, torne as dõas a seus parentes ou a *quẽ* el mandar, e se ouue *que* ueer cõ ella, ayaas como manda a ley. E se elha der **ende** algõa cousa a seu sposo *quer* a beygasse quer non, se nõ ouue de ueer mays cõ elha [...], non lhy torne nenhõa cousa das doas *que* dela ouue.

l) F108v E outrosy, se daquillo que *primeyro* auya mandado, algõa cousa tolher ou der ou alhear da manda que auya feyta *daquelho*, non ualla, empero *que* nomeadamẽte *ante* a desfez ca atanto ual *que* a desfaça toda se quiser *per* feyto como *per* dito quando lhy prouger. E se aquillo *que* auya mandado ia, depoyos manda enoutro logar ou **ende** algõa cousa dar ou alhear, possao fazer.

li) F121r Quen caualo ou boy ou *outra* cousa qualquer receber en guarda por preço que receba **ende** ou *que* aya de receber, se se perder *peyte* outro tãto como aquillo era, empero *que* se nõ perdesse *per* sa culpa ou *per* sa *preguyça*, se nõ foy cousa *que* morresse *per* morte natural.

Como se pode deprender pelos exemplos apresentados, *en(de)* é argumento interno em VPs do tipo V, [—DP], ou seja, funciona em construções transitivas como complemento, ocupando o lugar de objeto direto, a exemplo de xli) com o verbo *receber*, em que lhe é atribuído Caso partitivo, consoante ao que acontece no *Testamento de Afonso II* e no *Flos Sanctorum*.

Serve de adjunto em construções inacusativas do tipo V, [DP], que, como se viu, identifica verbos que selecionam argumento interno, mas como não têm capacidade de lhe atribuir Caso acusativo, essa atribuição se realiza na categoria funcional I, fazendo com que o argumento se mova para a posição reservada ao sujeito, como em xlv), com o verbo *viir* [> vir].

Nas outras ocorrências, o *en(de)* se adjunge a DPs. Nesses casos, os exemplos são bastante claros no sentido de reforçar a idéia de não funcionarem como complementos e, sim, como adjuntos. Observe-se o exemplo xlix), mais uma vez apresentado em lii):

lii) F105v E se lhy deu arras *ante* que morresse e nõ ouue que ueer cõ ella, torne as dõas a seus parentes ou a *quẽ* el mandar, e se ouue *que* ueer cõ ella, ayaas como manda a ley. E se elha der [**ende**]_i algõa cousa []_i a seu sposo *quer* a beygasse quer non, se nõ ouue de ueer mays cõ elha [...], non lhy torne nenhõa cousa das doas *que* dela ouue.

O verbo *dar*, do tipo V, [—DP,PP], ao satisfazer toda a sua predicação com os argumentos *elha* (—), *algõa cousa* (DP) e *a seu esposo* (PP), permite a leitura de *que ende* estaria relacionado ao DP (*algõa cousa*), que, por sua vez, não seleciona qualquer tipo de argumento, apenas, como é sempre possível se esperar, admite adjuntos.

Quanto ao (*h*)*i*, este ocorre uma única vez no *Testamento de Afonso II*:

liii) L5 E mado da dezima dos moraudiis e dos dieiros q(ue) mi remaserū de parte de meu padre q(ue) sū [en Alcobaza]_i e do outr'auer mouil q(ue) [i]_i posermos pora esta dezima q(ue) segia partido pelas manus do arcebispo de Bragaa e do arcebispo de Santiago.

Mas 21 vezes no *Foro Real*.

No exemplo extraído do *Testamento*, sua função anafórica é inteiramente clara, já que substitui o PP *en Alcobaza*. Sua relação com o verbo do tipo V, [—DP,PP] parece indicar que, diferentemente do que se tem pregado, funciona como seu complemento.

Observem-se, entretantes, alguns dos dados patentes no *Foro Real*:

liv) F74v e porque auemos grande sperança enella que quantos a aguardamos e manteemos en sas franquezas e en sas liuridos aueremos poren gallardon de Deus e peras almas e peros corpos en uida e en morte e porque [i]_i é onrra de nos e de nossos reynos, porē *queremos* mostrar como se guarden por todo tempo as cousas das eygreyas.

Enquanto o contexto acima não permita concluir inequivocamente sobre a relação do pronome com seu antecedente, pode referendar uma análise em prol da condição de adjunto verbal desse elemento.

Mas eis outras ocorrências em que se relaciona com o verbo:

lv) F74r Assy como nos sumos teodos de dar gualardō dos bees d[este mundo]_i aos *que* nos [y]_i *seruē*, mayormente deuemos dar a *Nostro Senhur Ihesu Cristo* dos bees terreaes por saude de nossas almas de que auemos uida eneste mundo e todos outros bees que auemos e asperamos mayor gualardon eno outro e uida perdurauel.

lvi) F87v E nenhuu omē que for metudo en prazo nō aduga sigo mais de . V . omees e el sexto ao plazo. E se mays [...] [y]_i ueerē de cada hũa parte daquellas ou nō quiserē sair *per* mandado do alcaide peyte cada huu delles . X . *marauidis*.

lvii) F100r E se ha hũa das partes nō quis uijr ao prazo que lhy for posto a ouuir seu juizo nōno leixe poren de dar ou dé a sentença <de> dia e nō de noyte e seyã [y]_i²⁸ omes boos *quando* der diante o juyzo *per* que se possa prouar se for mester.

lviii) F110v E *per* que sse non possa *fazer* engano ena nacença do fillo ou da filha, o alcaide connos parentes *subredictos* ponham duas molheres boas almeos *que* esten cū lume diante ena nacença e nō entre [y]_i²⁹ *outra* molher aaquella ora *que* ouuer a parir, foras ende *aquella* (este) que deue seruir a pariçō.

As construções de maneira geral refletem o que até aqui se tem demonstrado, esse pronome funciona com adjunto verbal, notadamente em construções inacusativas.

Em construções transitivas assume significação locativa de traço [-físico], sobretudo nocional, aparecendo como adjunto de sintagma nominal, mas muito restritamente, como no caso abaixo:

lix) F110v E *per* que sse non possa fazer engano ena nacença do fillo ou da filha, oalcayde connos parentes subredictos ponham duas molheres boas almeos *que* esten cū lume deante ena nacença e nō entre y outra molher aaquella ora *que* ouuer a parir, foras ende *aquella* (este) que deue seruir a pariçō. E seya ben catada *que* nō possa fazer [y]_i³⁰ outro engano []_{ii}.

lx) F127v E entregue dublado o *que* tomou demays *aquel* que o tomou. E se *peruentura* tal for a cousa *de que* se deue a fazer a entrega *que* nō aya y pēa []_{ii}, o meyrinho ou o sayō ou o *que* a (a) entrega *fezer*, recebiaa seu dezimo do auer do *que* ouue de pagar a diuida ou *que* ten a cousa sen deryto.

Então, em linhas gerais, no século XIII, segundo o testemunho dos documentos analisados, enquanto o (*h*)*i* pode servir de complemento ou adjunto de um verbo e apenas de adjunto de nomes, o *en(de)* demonstra, nesse período, a possibilidade de ocorrer como argumento de construções transitivas, em que pode ocupar a posição de objeto direto, mas cujo Caso a si atribuído é o partitivo; de funcionar como adjunto em construções inacusativas do tipo V, [DP], além de se adjungir a DPs, como inequivocamente o faz no exemplo li) antes apresentado.

No Portugal pós-Aljubarrota

Os finais do século XIV e inícios do século XV caracterizam-se pelos desdobramentos sócio-históricos decorrentes da tensão existente com Castela e das constantes campanhas e lutas contra esse reino, que fizeram com que se evidenciasse “a diferença entre os Portugueses e os *outros*, isto é, aqueles que falavam outra língua, tinham outros costumes e se comportavam como inimigos” (Mattoso, 2000: 16).

Portugal, após a importante Batalha de Aljubarrota, passa a contar com uma nova Dinastia, com a subida de D. João I ao trono, e conseqüentemente com uma nova ordem social, que desloca os interesses políticos do Norte para o Centro-Sul do País.

Como afirma Cardeira (1999: 12), apoiando-se em Castro (1991):

Alguns períodos históricos parecem ter sido particularmente favoráveis à difusão de mudanças. O período do português médio tem sido encarado como um período de transição da língua medieval para a clássica.

O que chama de português médio – que para a taxionomia cronológica adotada para a história do português, pelo PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa), seria a segunda fase do período arcaico da língua – é o momento em que diversos fatos lingüísticos se evidenciam na direção das mudanças que se iriam efetivar um pouco mais adiante na língua portuguesa.

Para os anafóricos aqui estudados, seria, segundo o que demonstra o estudo de Teyssier (1981), o momento do desaparecimento do *en(de)* e a sinalização do processo de gramaticalização do (*h*)*i* para o *aí*.

Teyssier (1981: 19) não encontra uma única ocorrência de *en(de)* na *Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, enquanto morfema livre. Diz, entretanto, que “*le cas le plus fréquent est l’emploi de esse comme anaphorique simples*”.³¹

É claro que outras formas já deveriam procurar assumir o papel antes reservado ao *en(de)*, já que só pelos olhos do futuro se pode então enxergar o passado, esse elemento não sobreviveu ao português moderno.

Observando o *corpus* selecionado para essa sincronia, a impressão de Teyssier logo se confirma. Não há uma única ocorrência de *en(de)* na *Vida de Santo Aleixo*. Não se realiza uma só vez na *Vida de Tarsis*, editada por Martins (1985).

Muidine (2000:150), da mesma forma, ao analisar seu *corpus*, verifica que “a partir do século XV não foi encontrada qualquer ocorrência do pronome *en(de)*”.

Teria sido essa uma “batalha” definitivamente perdida para esse pronome se não fosse por um documento em especial.

A *Crónica de Santa Maria de Íria*, edição de José Antônio de Souto Cabo (2001), revela diversas ocorrências desse elemento pronominal em seu texto.

A par de realizações locucionais semelhantes às detectadas no *Foro Real* compostas por *dende*, tais como *dende en diante* ou *dende a*, apresentadas em lxi) e lxii), *dende* aparece, então, com um uso não antes previsto, como nos exemplos lxiii), lxiv) e lxv), na seqüência:

lxi) I ata que o corpo de santiago foi tragido a Conpostella. Et **dende en diante** apparecerá porla presente escriptura.

lxii) II En este tenpo senoreavan dous reis a Galiza, he a saber: rei Miro a Lugo et rei Arriamiro a Bragãa. O qual rei Arreamiro **dende a** tres anos se finou, et el rei Miro senoreou a Bragãa et sua terra, et toda Galiza.

lxiii) III Outrosi registiron con o arçobispo don Rodrigo o cabildo de Santiago enna villa de padron acerca de dous anos, fasta que se descerquou a [cibdade]_i et se partio [**dende**]_i o conde de Trastamar.

lxiv) IV Et don Pai Dias, potestade et justiça tenporal, por força entrou [a preclacia et seniorio da eglleja], mais, porlo divinal juizo, foi [**dende**]_i lançado porlos caballeiros.

lxv) VI foi a [Purtugal]_i a visitar as posisões da Eggleja de santiago et trouxo [**dende**]_i os santos corpos de San Froitoso, et de San Silvestre.

Nessas ocorrências, *dende* serve de adjunto a verbos do tipo V,[DP] e V [—DP,(PP)], mas contrariamente a situações como as verificadas no *Flos* (cf. por exemplo vi) e vii)) constitui um PP, não um DP como se tem defendido até aqui, parecendo demonstrar que a inserção da preposição *de* já é necessária para atribuição de Caso oblíquo a esse elemento.

Outrossim, sua representação semântica co-referencia antecedentes de natureza de traço [+locativo]/[+físico] antes mais relacionados ao pronome (*hi*), se se considerar a questão da freqüência de uso. Se proposta uma atualização para o português contemporâneo, muito provavelmente um falante de hoje empregaria o *daí*, caso tivesse de preencher a posição ocupada por *dende*.

A forma *ende* é encontrada 34 vezes no total, não ocorrendo uma única vez a variante *en*:

lxvi) II perdeuse a memoria d[o lugar en que fora sepultado o copor de Santiago], et creceron [**ende**]_i grandes matos et arvores, entanto que non avia del memoria ningũa en España.

lxvii) III Et dali en diante partironse para suas terras, non lle fezeron mais ajuda. estes condes era hũu Pero Alveres de Cabreira, conde de Lemos, et outro o conde de Benabente. Porlo qual

104 do português arcaico ao português brasileiro

o arçobispo ficou enna Rocha Branca de Padron, et alli se reparava con muitas ajudas que lle [ende]_i fazian;

lxviii) III Et quando el rei et todos que [ende]_i³² estavan viron atan grande miragre foron moito espantados.

lxix) IV Et morto Froila, reinou don Afonso, fillo de Ordonio, seis anos et seis messes. Et veõ a [Santiago]_i en romaria et dou [ende]_i muitas joias et privilegios.

lxx) IV Et foi o decimo obispo d[*a* santa seen de santiago]_i, o qual acrecentou as onras, dignidades, familias, rendas et votos do santo apostollo Santiago et fezo [ende]_i moitas boas obras.

lxxi) VI enviou outra vez a [Roma]_i os honrados, seus canonigos, Ungo et Diego, os quaes lhe trouxeron as seguintes leteras para fazer [ende]_i cardeas.

lxxii) VI Et porque [a santa Egleja de Conpostella]_i, que lle porla graça de Deus fora encomendada, fora por gran tempo desolada de pastor non avendo [ende]_i obispo nin clerigos.

lxxiii) VI Et fezo outras cousas [en derredor da egleja]_i moi ben obradas, et fezo outras cousas [ende]_i moito boas.

O *ende* comporta-se como sua variante *dende*, antes observada, como podem atestar os exemplos.

Em relação ao (*h*)*i*, este está presente em todos os textos do *corpus*.

Para Teyssier (1981:24), ainda na língua de Fernão Lopes, “*hi y a le sens anaphorique, désignant un lieu dont il vient d’être question dans le contexte*”³³

Na *Vida de Tarsis*, o *hy* é encontrado uma única vez:

lxxiv) e ãtρου na primeira casa e achararom hũũ leyto mui boo de muitos panos de grande vallon: E o abbade lhe disse: – A hy outra casa mas escusada e ascondida?

Discordando da análise anteriormente realizada em Machado Filho (2001: 88), que assumiu uma interpretação anafórica para o *hy* na sentença acima, não parece que esse elemento possa se referir a qualquer antecedente explícito no enunciado. Talvez possa ser interpretado como um elemento locucional com o verbo *haver*, como antes se verificou no *Flos Sanctorum*.

Na *Vida de Santo Aleixo*, o *hi*, enquanto morfema livre, ocorre 07 vezes, contra apenas 03 ocorrências na *Crônica de Santa Maria de Íria*.

O sentido [+locativo]/[+físico] é determinante em ambos os documentos, funcionando em todos os casos como adjunto verbal, em VPs do tipo V,_i[DP] e V, [—DP]. A única diferença que pode ser estabelecida é em relação à representação gráfica, sempre apresentada com a forma *hi*, no primeiro, e com a *i*, no segundo.

Eis as ocorrências na *Crônica de Santa Maria de Íria*:

lxxv) III Et o arçobispo de [santiago]_i don Rodrigo de Luna, ultimo pasado, que [i]_i jaz sepultada dentro do coro das gradizellas do altar maior.

lxxvi) III Esta gente tenia el ja achegada para se lançar sobre [Santiago]_i, et Deus teve por ben de o levar para si. Et quada hūus foronse para suas casas salvo oitenta omes d'armas que [i]_i tiina o conde de Lemos.

lxxvii) IV preguntou cuja era [aquella cassa et aquel lugar en que lle asi morreran quantos consigo tragia]_i. Et diseronlle que era do apóstollo Santiago, discipulo de Jhesu Christo, fillo da Virgeen Maria, que [i]_i jazia sepultado.

E na *Vida de Santo Aleixo* alguns exemplos:

lxxviii) F150vL10 7 rogou o. que entrasse [dentro na egleia]_i Esto todo uirom aqueles que [hi]_i stauã Edesali ã deãte começarõ no de honrar mujto.

lxxix) F150vL22 Ca eu pera [outro logar]_i. nõ yrey. nõ pera outra casa nõ hũa. se nõ acasa de meu padre. por que creo que ia me [hi]_i nõ conheceram.

lxxx) F152vL23 Eagora he roto omeu spelho. Epereceu amjnha sperança. Eago ra ouue door que nõca ha de auer fim. Eas gentes todas que [hi]_i³⁴ stauã. Ouuído tod[as] esta cousas. chorauã muj dooridamête.

Resumindo as observações sobre o comportamento desses pronomes na época das primeiras gerações de príncipes de Avis, o *ende* é inesperadamente detectado na *Crônica de Santa Maria de Íria*, documento da segunda metade do século XV, contrariando o que se tem afirmado sobre o período de seu desaparecimento.

Apresenta-se como adjunto de verbos em construções inacusativas ou transitivas, denunciando um sentido de co-referência semântica de traço [+locativo]/[+físico], assim como constituindo PPs, nomeadamente com a realização da forma *dende*, não-locucional.

O *(h)i* demonstra uma alteração de alguma forma relevante no seu emprego, já que parece se restringir à função de adjunto verbal, não ocorrendo mais nesse período como complemento ou adjunto nominal ou adjetival, ao menos no material selecionado.

Um texto antigo em um Mundo Novo

Quando se escreveu a cópia que se conhece do *Liuro de Josep Abaramatia*, a Europa começava a descobrir a diversidade cultural e étnica que compunha o Mundo que de fato a rodeava, mas que desconhecia até então.

Para Teyssier (1981) e Muidine (2000), por esse período, o *en(de)* já não deveria estar sendo transplantado com a língua que se fixava nas margens das descobertas, assim como o *(h)i* deixaria de ser pronominal e passaria a integrar-se no sistema dos dêiticos espaciais do português.

De fato, não se detecta uma ocorrência que seja de *en(de)*, na qualidade de morfema livre nessa versão do século XVI, apenas as formas *poẽ* ~ *porem* ~ *por ende*, que já ocorriam muito cedo na língua, mesmo nos anos de duzentos.

Quanto ao *(h)i*, contudo, não se pode descartar incondicionalmente sua função pronominal anafórica. Observem-se alguns exemplos:

lxxxii) F2v Eelle me disse esta he | aconhecença Datrindade 2 disse por que cuidaua que Duuidauas | que [na trindade]_i avia tres pessoa 2 nõ avia [hi]_i senão hũa.

lxxxiii) F10r EJaambos tinham Recebido bautismo por maaõ de sã | tiago ho menor que foi bispo de Jherusalem gram tempo depois | da morte deJhesuu cristo 2Joseph foi [preso]_i asi como vos eu di | se tanto tempo como vos disse 2 esteue [hi]_i trinta 2seis años.

lxxxiiii) F12v [em este piar]_i foi Jo | seph metido des que deço Jhesuu cristo na cruz Eentão nom | avia eu mais que vinte cinco años 2 sam ora velho asi co | mo vedes E vespasiano dixे nõ t[e]marauilhes porque ho *senhor* | por quem elle [hi]_i foi metido he poderoso.

lxxxv) F13r Eentão mandou a caifas que en | trase [no cacere]_i 2 se ho nom achasse viuo que tirase hos ossos 2 ca | ifas disse que nom entraria [hi]_i aJnda que soubesse.

lxxxvi) F14r Equando veyo a[jherusalem]_i Receberãno hy muy bem mas conheçia elle [hi]_i muy poucos.

Embora em diversas outras ocorrências não pareça se referir a qualquer antecedente, confirmando a qualidade preponderantemente dêitica que lhe atribui Teyssier (1981) para esse período da língua, os exemplos acima apontados demonstram a plena vitalidade da função pronominal desse elemento, que tem sido, durante todo o levantamento dos dados até aqui demonstrada.

É relevante lembrar que etimológica e morfologicamente esse morfema, assim como o *en(de)*, tinha caráter adverbial locativo, passando a desempenhar posteriormente uma “doble función de pronombre y adverbio”³⁵ (Badia Margarit, 1947: 23), o que justifica os casos encontrados ao longo deste trabalho em que não se puderam identificar antecedentes explícitos para caracterização de sua função pronominal.

Nos casos acima, em que se lhe atribui a condição de pronome, o *hi* se comporta como adjunto de construções inacusativas e transitivas de VPs do tipo V, [DP] e V, [—DP], igualmente ao verificado na análise dos textos referentes ao século XV. Nenhuma adjunção a nomes ou adjetivos foi, da mesma forma, encontrada.

Como anteriormente visto, Teyssier (1981: 37) advoga que o *hi*, nessa época, teria deixado de ser pronominal, desaparecendo “*comme anaphorique pur*”,³⁶ já na obra de Gil Vicente, e que não seria mais “*qu’une variante du néologisme aí*”,³⁷ com que passa juntamente a integrar um microsistema ternário de advérbios de lugar, em oposição a *aqui* e *ali*.

No recorte utilizado do *Liuro de Josep Abaramatia*, o *ahi* é encontrado uma única vez, indicando, não mais função pronominal, mas comportamento adverbial dêitico de 2ª pessoa, como sugere a ocorrência abaixo transcrita:

lxxxvii) F4v 2leuoume aly donde pri | meiro me achara 2 ante que metesse ho meu sprito em mÿ me di | se viste asaz demarauylhas Eeu lhe dixе eu vi ahi tantas que | nõ ha homẽ que as ouuisse contar que nõ dissesе que era mentira.

Se fosse assim resumida, a trajetória de (*h*)*i* na língua portuguesa teria sido uma verdadeira “*promenade de reanálise gramatical*”: de adverbial, para pronominal, para, novamente, adverbial.

Ponderações finais sobre a questão

Uma idéia central guiou esta investigação: a de que em algum momento no período arcaico do português as condições de atribuição de Caso começaram a se alterar parametricamente, desencadeando um processo de mudança que viria progressivamente a afetar todo o sistema pronominal da língua, processo que se teria iniciado, provavelmente pelos pronomes fracos anafóricos *en(de)* e *(h)i*, que enquanto morfemas livres desaparecem, mas que de alguma forma se gramaticalizaram com o auxílio de preposições.

Lightfoot (2003: 105) acredita que “*whether or not an individual change is part of a larger drift, its cause must be found locally*”³⁸. É o que se pretende fazer.

Inspirando-se no pressuposto chomskiano, antes já citado, de que todas as línguas naturais “estão sujeitas a um sistema nuclear de Caso, embora este só tenha realização morfológica nalgumas delas” (Chomsky, 1994:189), considerando-se, ainda, o conhecimento histórico de que se dispõe sobre a formação do romance português desde o latim, especificamente sobre as alterações de natureza morfológica que se realizaram em sua conformação, procurou-se detectar possíveis indícios de que a realização de Caso começou a se modificar seguindo uma deriva prevista na história da língua.

A primeira inferência foi a de que *en(de)* e *(h)i* seriam inicialmente projeções máximas de um DP, cuja realização de Caso se daria morfológicamente, nos passos da herdada gramática latina.

Os dados do século XIV apontaram para isso. O *en(de)* ocorre nesse momento da língua como adjunto de verbos em construções inacusativas ou complemento em construções transitivas, assim como adjunto de sintagmas nominais ou adjetivais, manifestando sempre papel temático locativo e Caso oblíquo, sem a necessidade de estratégia de inserção de uma preposição semanticamente vazia para lhe assegurar essa marcação. É evidentemente um DP, cujo Caso emana da sua própria morfologia.

O *(h)i*, da mesma forma, serve de adjunto em construções transitivas e inacusativas e de sintagmas nominais, não ocorrendo, entretanto, com sintagmas adjetivais.

Antes disso, ainda no século XIII, o comportamento desses pronomes era, se não igual, bastante similar ao do século XIV, conforme se pode comprovar nas observações sobre essa época, acima no trabalho.

Todavia, a partir do século XV, essas condições se modificam, nomeadamente pelo importante testemunho de um legado excepcional, a *Crônica de Santa Maria de Íria*, em que *en(de)* funciona como adjunto de construções inacusativas e transitivas, constituindo-se não mais em um DP, mas em um PP, em que a preposição *de* se evidencia, provavelmente para marcação de Caso oblíquo não evidenciado morfológicamente em uma das gramáticas que poderia já estar em competição.

Se se voltar ao presente para tentar entender o passado, como sugere a máxima laboviana, nota-se que o sistema pronominal da variedade do português brasileiro oferece à comparação alguns processos perfeitamente análogos à questão.

O pronome *lhe*, por exemplo, antes visivelmente marcado na sua morfologia no português, em que constituía um DP que evidenciava Caso oblíquo, experimenta no português brasileiro um comportamento de perda progressiva dessa marcação, assumindo freqüentemente Caso acusativo, licenciado pelo núcleo verbal a que serve de complemento.

Em contraponto, o elemento *ele*, que desempenha papéis temáticos e assume Casos dos mais diversos no português brasileiro, quando se articula em substituição ao *lhe* oblíquo demanda a inserção da preposição *dummy*³⁹ *a*, como se pode verificar em recente trabalho de Morais (2003).

A literatura gerativista, muito ainda centrada no inglês, como é óbvio, comumente indica que um dos casos oblíquos, o genitivo, “é realizado superficialmente através da preposição *de* (se a categoria que recebe caso é um DP)” (Raposo, 1992: 510).

Isso permite que se postule que, ao perder evidência morfológica de Caso, os elementos pronominais começaram a demandar essa marcação a partir do recurso de introdução da preposição semanticamente vazia para sua atualização, satisfazendo, assim, o Filtro de Caso.

Talvez seja essa idéia uma possibilidade de explicação para o processo de gramaticalização de *porém*, que se prolongou posteriormente em outras etapas, e de *aí*, que se incorporou ao sistema dos dêiticos adverbiais, haja vista o esvaziamento semântico que exibem ambas preposições.

Não menos, pode-se considerar que a multifuncionalidade de ambos elementos antes verificada pode tê-los “condenado” a uma restrição de papéis, sob a égide de uma especialização funcional.

Mas avançando além do século XV, o recorte apenas revelou que o *en(de)* enquanto anafórico puro – para se utilizar da terminologia proposta por Teyssier, não mais ocorre no século XVI.

O *(h)i*, por seu turno, ainda pode ser identificado com função pronominal, contrariamente ao que propugnam Teyssier (1981) e Muidine (2000), até pelo menos durante esse século.

É nesse momento, também, que começa a pontar o *ahi*, que já se registra no *Liuro de Josep Abaramatia*, assim como na obra de Gil Vicente, antes apontado por Teyssier.

Para Lightfoot (2003: 120), antes citado:

Any given phenomenal change is explained if we show, first, that the linguistic environment has changed in such a way that some theoretical choice has been taken differently (say, a change in the way that a case is realised), and, second, that the new phenomenon (perhaps a split genitive form) must be the way that it is because of some principle of the theory and the new case system.⁴⁰

De alguma forma, pelo menos até o presente, o português parece avançar na direção de realização de Caso abstratamente, diferentemente do que ocorria com o latim, que *lhe* deu origem.

Isso, porém, é ainda uma questão em aberto.

¹ Trad.: “Em material histórico, encontramos um tipo de informação que está necessariamente ausente em dados sincrônicos e que oferece a perspectiva de uma contribuição importante da história para a lingüística geral, ou seja, informação sobre o curso temporal da mudança lingüística”.

² Note-se que o emprego de “pronomes anafóricos” corresponde aqui ao sentido utilizado por Teyssier em seu trabalho de 1981, não se relacionando às noções de “pronome” e “anáfora” estabelecidas pela teoria da vinculação gerativa.

³ Trad.: “seu sentido e seu emprego *hi* e *ende-en* são anafóricos muito parecidos com o *y* e o *en* do francês”.

⁴ Note-se que para a teoria gerativa a mudança lingüística ocorre exclusivamente no processo de aquisição da linguagem, quando os dados lingüísticos primários são disponibilizados para interpretação pela criança, diferentemente da teoria variacionista que atribui a mudança ao processo sociolingüístico de uso da língua, não a restringindo exclusivamente ao momento da aquisição.

⁵ Trad.: “falantes individuais possam operar com mais de uma gramática”.

⁶ Trad.: “por meio de competição entre opções gramaticais mutualmente exclusivas”.

⁷ Trad.: “operado de uma maneira lentíssima”.

⁸ Trad.: “uma propriedade universal”.

⁹ Para Chomsky, o núcleo funcional T (Tempo).

¹⁰ Trad.: “permanece ainda a questão da tonicidade ou atonicidade desses pronomes, posto que, se em alguns casos pudera ser átono, em outros resulta bastante mais duvidoso que o seja”.

¹¹ Embora no exemplo xxii) o DP esteja inserido em um PP, a co-referência não se faz com essa categoria, senão com o DP. Inclusive o contexto em que *(h)i* ocorre não requer preposição.

¹² Casos inerentes: o “Caso genitivo atribuído pela categorias N e A e o Caso oblíquo atribuído pela categoria P” (Raposo, 1992: 510).

¹³ Embora o exemplo pode advogar contrariamente ao que se pretende aqui defender, convém se lembrar do caso do “o” proposicional do português contemporâneo, cujo comportamento é bastante similar a esse.

¹⁴ A representação utilizada neste trabalho é uma adaptação à apresentada por Haegeman (1994:42 e ss.).

¹⁵ Note-se que por se configurar como pronome fraco, o *en(de)* pode assumir algumas características próprias aos clíticos, sobretudo alguns de seus movimentos. Acredita-se, entretanto, que o movimento dos clíticos no português não seja exclusivamente uma manifestação motivada pela sintaxe, mas, de alguma forma, resultante de propriedades prosódicas da língua.

¹⁶ Trad.: “Depois de mais de um século de investigações sobre a posição do pronome fraco nas línguas românicas, nós ainda não dispomos de uma teoria satisfatória”.

¹⁷ Vai-se neste trabalho insistir em considerar esses elementos como adjuntos e não como complementos face à característica de opcionalidade de uso que se lhes vai atribuir.

¹⁸ Trad.: “adjetivos nunca chegaram a atribuir caso estrutural (...); verbos e preposições podem ser seguidos por um NP/DP foneticamente realizado, regido por eles (...), mas geralmente adjetivos, não (...), então precisam de um marcador de caso preposicional”.

¹⁹ [entre *todos os outros frades*]_i

²⁰ [entre eles]_i

²¹ A interpretação poderia ser a de complemento, mas aqui se mantém a de adjunto, conforme se advertiu anteriormente.

²² Como não há outras diferenças de uso morfossintático relevantes em relação a *en(de)* e ao *(h)i* nesse manuscrito, optou-se por transcrever os exemplos pela versão de Lisboa.

²³ Convém que se considere que o *Testamento de Afonso II* é um documento composto de apenas um fólio.

²⁴ ‘Daí para baixo’.

²⁵ ‘Daí para cima’.

²⁶ Essas formas se excluem desta análise, assim como *desi*, *dende*, *desende* e *porende*, conforme antes advertido.

²⁷ Observe-se em alguns casos a forma *ende* se encontra desenvolvida pelo editor.

²⁸ [Nessa ocasião, nesse lugar?]_i

²⁹ Idem.

³⁰ [Disso]_i

³¹ Trad.: “o caso mais freqüente é o emprego de *esse* como anafórico simples”.

³² [Nesse lugar?]_i

³³ Trad.: “*hi* tem o sentido anafórico, designando um lugar que no contexto lhe tinha sido atribuído”.

³⁴ [Nesse lugar?]_i.

³⁵ Trad.: “dupla função de pronome e advérbio”.

³⁶ Trad.: “como anafórico puro”.

³⁷ Trad.: “que uma variante do neologismo *ai*”.

³⁸ Trad.: “quer seja ou não a mudança individual parte de uma deriva maior, sua causa deve ser encontrada localmente”.

³⁹ Trad.: “semanticamente vazia”.

⁴⁰ Trad.: “Qualquer mudança fenomenal é explicada se mostrarmos, primeiro, que o ambiente lingüístico mudou de tal jeito que alguma escolha teórica foi assumida diferentemente (isto é, uma mudança na maneira que um caso é realizado), e, segundo, que o novo fenômeno (talvez uma forma genitiva dividida) deve ser do jeito que é em função de algum princípio da teoria e do novo sistema de caso”.

Referências

ALLEN JR, Joseph. *Two old portuguese versions of the life of saint Alexis: codices alcobacenses 36 and 266*. Urbana: The University of Illinois Press, 1953.

ANDRADE, Eugénio de. *Versos e alguma prosa de Luís de Camões*. Lisboa: Moraes, 1978.

ARAÚJO, António Martins. Breve notícia da ortografia portuguesa. In: PEREIRA, Cilene; PEREIRA, Paulo Roberto. *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 431-448.

BASTARDAS PARRERA, Juan. *Particularidades sintácticas del latín medieval (cartularios españoles de los siglos VIII a XI)*. Barcelona: Escola de Filologia, 1953.

BELLETTI, Adriana. The case of unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, n. 19, p. 1-34, 1988.

BELLETTI, Adriana; RIZZI, Luigi. The syntax of ‘ne’: some theoretical implications. *The Linguistic Review*, n. 1, p. 117-154, 1982.

BREA, Mercedes. Acerca de la posición de *en* (<inde) con respecto al verbo en las poesías de Guillem de Berguedà. *Verba*, n. 5, p. 411-414, 1978.

BREA, Mercedes. Anotações sobre o uso dos advérbios pronominais em galego-português. In: KREMER, Dieter (ed.) *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1988. p. 181-190.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica*. Trad. de Aída Ferrás. São Paulo: Pontes, 1992.

CARDEIRA, Esperança Maria. *A língua portuguesa na primeira metade do século XV: elementos para uma caracterização do português médio*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999. (Tese de Doutoramento inédita).

- CARDINALETTI, Anna; STARKE, Michael. The typology of structural deficiency: a case study of the three classes of pronoun. In: RIEMSDIJK, Henk (ed.) *Clitics in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999. p. 145-233.
- CARTER, Henry. *The portuguese book of Joseph of Arimathea: paleographical edition with introduction, linguistic study, notes plates and glossary*. Chapel Hill: University Of North Carolina Press, 1967.
- CASTRO, Ivo. *Livro de José de Arimateia: estudo e edição do cód. ANTT 643*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa, 1984 (inédito).
- CASTRO, Ivo (dir.). Vidas de Santos de um manuscrito alcobacense (Coleção mística de fr. Hilário da Lourinhã, Cód. Alc. CCLXVI / ANTT 2274). Separata de: *Revista Lusitana*. (Nova série), Lisboa, n. 4, 1985.
- CASTRO, Ivo et al. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CASTRO, Ivo; RAMOS, Ana M. Estratégia e tática da transcrição. In: COLLOQUE CRITIQUE TEXTUELLE PORTUGUAISE, 1981, Paris. *Actes...* Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. p. 99-122.
- CASTRO, Maria Helena et al. Normas de transcrição para textos medievais portugueses. *Boletim de Filologia.*, n. 12, Lisboa, p. 417-425, 1973.
- CHOMSKY, Noam. *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Trad. de Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa: Caminho, 1994.
- COSTA, Padre Avelino de Jesus. Os mais antigos documentos escritos em português. *Revista Portuguesa de História*, Lisboa, n. 17, p. 263-340, 1979.
- DOUVIER, Elisabeth. L'évolution et la disparition de l'adverb de lieu Y dans les manuscrits du "Libro de la montería". *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, Paris, n. 3, p. 33-50, 1978.
- FERREIRA, J. de Azevedo. *Afonso X. Foro real*. Lisboa: INIC, 1987.
- HAEGEMAN, Liliane. *Introduction to government and binding theory*. 2nd. ed. Oxford: Blackwell, 1994.
- HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauro. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IORDAN, Iorgu; MANOLIU, Maria. *Manual de lingüística románica*. Madrid: Gredos, 1989.
- KROCH, Anthony. *Morphosyntactic Variation*, 1994. 22 p. (digitado).
- KROCH, Anthony. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*, Cambridge, n. 1, p. 199-244, 1990.
- LABOV, William. *Modelos sociolingüísticos*. Trad. de José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Cátedra, 1983.

- LASS, Roger. *Historical linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- LIGHTFOOT, David (2003). Grammaticalisation: cause or effect? In: HICHEY, Raymond (ed.) *Motives for language change*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 99-123.
- LIGHTFOOT, David (1999). *The Development of language: acquisition, change and evolution*. Oxford: Blackwell.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados*. 6 ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- MACHADO FILHO, Américo V. L. *A Pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: Instituto de Letras da Ufba. Dissertação de Mestrado. (Inédita), 1999^a.
- MACHADO FILHO, Américo V. L. A pontuação em dois manuscritos medievais portugueses de um mesmo 'scriptorium'. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, n. 23-24, p. 21-32, 1999^b.
- MACHADO FILHO, Américo V. L. Aquisse começa huñ exêplo porque pode entêder algũas diferenças antre dous manuscritos que de consuũ tratam da uida de Tassis molher que foy muy pecador. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, São Paulo, n. 4, p. 69-95, 2001.
- MACHADO FILHO, Américo et al. Inventário de diferenças entre os manuscritos conhecidos do testamento de Afonso II, de 1214. Salvador, *Hyperion*, n. 5, p. 65-84, 1998.
- MAGNE, Augusto, *A Demanda do santo graal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- MARTINS, Ana Maria. Tipologia e mudança linguísticas: os pronomes pessoais do português e do espanhol. [a sair In: RAPOSO, Eduardo; SHARRER, Harvey (eds.). *Santa Barbara Portuguese Studies*]. 18 p. (digitado).
- MARTINS, Ana Maria. Vida de Tarsis. In: CASTRO, Ivo (dir.). *Vidas de Santos de um manuscrito alcobacense (Colecção mística de fr. Hilário da Lourinhã, Cód. Alc. CCLXVI / ANTT 2274)*. Separata de: *Revista Lusitana*. (Nova série), Lisboa, n. 4, 1985.
- MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *A mais antiga versão portuguesa dos "Quatro livros dos diálogos de São Gregório"*. Edição crítica com Introdução e Índice geral das palavras lexicais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971. Tese de Doutorado. Inédita.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O Português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 1991.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O Português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1994.
- MIOTO, Carlos et al. *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 1999.

- MORAIS, Maria Aparecida. A preposição e a caracterização do objeto indireto: aspectos sincrônicos e diacrônicos. *Fflch*, São Paulo. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/CTorresMorais001.pdf>. Acesso em: 30 out 2003.
- MUIDINE, Soraia. *Os pronomes i e en(de) no português dos séculos XIII a XVI*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000. (Dissertação de Mestrado inédita).
- NUNES, José Joaquim. Vida de Tarsis. *Revista Lusitana*, Lisboa, n. 11, p. 211-12, 1908.
- NUNES, José Joaquim. Textos antigos portugueses. *Revista Lusitana*, Lisboa, n. 25, p. 231-250, 1925.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Implicação da estrutura lexical para a tradução: o significado lexical a priori*. Salvador: Instituto de Letras, 2003. (Tese de Doutorado inédita), 2003.
- PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.
- POGGIO, Rosauta. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: Edufba, 2002.
- RAMSDEN, Tamén. *Weak-pronoun position in the early romance languages*. Manchester: Manchester University Press, 1963.
- RAPOSO, Eduardo. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.
- RUWET, Nicolas. *En et y: deux clitiqes pronominaux antilogophoriques*. *Langages*, Paris, n. 97, p. 51-81, 1990.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SARAMAGO, José. *O homem duplicado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SILVA NETO, Serafim da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: MEC / Casa de Rui Barbosa, 1956.
- SILVA NETO, Serafim da. Discurso do paraninfo. In: MELO, Gladstone; SILVA NETO, Serafim da. *Conceito e método da filologia*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.
- SOUTO CABO, TAVANI, Giuseppe. A recuperação do texto. In: *Estudos universitários de língua e literatura; homenagem ao prof. dr. Leodegário de Azevedo Filho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p. 565-572, 1993.
- TEYSSIER, Paul. Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV^e, XV^e et XVI^e siècles. *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, Paris, n. 6, p. 5-39, 1981.
- VASCONCELOS, Carolina M. de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal, 1946.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Ed. crítica de Mário Fiúza. Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1962 [1798-99].
- WAGNER, R. & PINCHON, J. *Grammaire du français classique et moderne*. Paris: Hachette, 1962.





O português brasileiro: sua formação na complexidade multilingüística do Brasil colonial e pós-colonial

Rosa Virgínia Mattos e Silva





Para iniciar

“O que quer / O que pode / Esta língua ?”

Ao ser convidada pelo Instituto Camões, ao qual de saída agradeço, para fazer uma *Conferência* no Congresso *O universo da língua portuguesa: diversidade e inovação*, por ocasião do *Ano europeu das línguas 2001*, lembrei-me, ao iniciar este texto, do final do poema/canção *Língua*, de Caetano Veloso, que utilizo como epígrafe e, brevemente, vou dialogar o texto do poeta com uma procedente afirmativa de Brigitte Schlieben-Lange, lingüista alemã, recentemente falecida, em seu artigo – *Reflexões sobre a pesquisa em mudança lingüística* (1994), por considerar aplicável, tanto as interrogações do poeta, como a afirmativa da lingüista, ao percurso da língua portuguesa no mundo, a partir de quando começou a sair de seu território de origem em 1415, com a conquista de Ceuta.

Afirma a lingüista que “a historicidade das línguas resulta necessariamente dos dois universais da criatividade e da alteridade” (1994: 225). Nisso que chamei diálogo entre poeta e lingüista, considero que as perguntas do poeta – “o que quer, o que pode esta língua?” – e ele se refere ao português – tem uma resposta na afirmativa da lingüista: a *criatividade* – o *querer* – e a *alteridade* – o *poder*, ou as possibilidades de mudança, conduzem à historicidade de qualquer língua. São universais, como diz ela. A língua portuguesa, na sua aventura diversificada pelas “sete partidas” do mundo, aí incluída a terra achada ou descoberta, que se tornou batizada de Brasil, ficou e fica condicionada pelo entrecruzar-se da criatividade individual, da inovação, que esbarará na compreensão, ou seja, na aceitação do individual pelos outros, portanto na alteridade. Além do *querer/ criatividade* e do *poder/ alteridade*, acrescento eu que a diversificação da língua portuguesa, a partir dos séculos XV-XVI, estará condicionada pelas possibilidades da estrutura ou “gramática”, no sentido chomskiano, das línguas humanas em geral e, em particular, da língua histórica, língua portuguesa.

Nesta *Conferência* organizarei o meu tema, sugerido pelos organizadores do *Congresso*, em três secções: 1. O português brasileiro e o português europeu contemporâneos: alguns aspectos da diferença; 2. Condicionamentos sócio-históricos na formação do português brasileiro; 3. Formulações teóricas para a diferença entre o português brasileiro e o europeu.

1 O português brasileiro e o português europeu contemporâneos: alguns aspectos da diferença

Começo este item na companhia de Celso Cunha, um dos lingüistas brasileiros que mais se deteve e escreveu sobre o português no/do Brasil, assim sempre se referia ele ao português brasileiro. Diz em um conhecido artigo – *Em torno do conceito de brasileirismo*:

Os estudos sobre o português do Brasil revelam, por parte de seus autores, uma permanente, senão exclusiva, preocupação com os fatos peculiares a nossa forma expressional, inferidos de um contraste com os vigentes no português europeu (1987: 03).

Nem poderia ser, a meu ver, diferente. O português brasileiro descende do europeu e, no Brasil, tomou a sua forma na complexa interação entre a língua do colonizador e, portanto, do poder e do prestígio; as numerosas línguas indígenas brasileiras; as também numerosas línguas africanas chegadas pelo tráfico negreiro, oficial entre 1549 e 1830, não oficial antes e depois desses limites; as línguas dos que emigraram para o Brasil da Europa e da Ásia, também muitas, sobretudo a partir de meados do século XIX. Dessa potencial Babel lingüística, foi se definindo, ao longo desses quinhentos anos – pouco tempo para a história de uma língua – o formato brasileiro contemporâneo da língua portuguesa.

1.1 Aspectos fônicos

Ao ouvir um brasileiro e um português, algum estrangeiro, ou mesmo um brasileiro ao ouvir um português e vice-versa, a primeira impressão que se instala é a da diferença do *sotaque*, vocábulo da linguagem corrente, que caracteriza a *pronúncia*, também vocábulo da linguagem corrente, diferenciadora do brasileiro em relação ao português. Esse *sotaque/pronúncia* recobre distinções fônicas, tanto *suprasegmentais* ou *prosódicas*, interpretadas ainda imprecisamente, a meu ver, pelos lingüistas, como diferenças fônicas segmentáveis, as realizações fonéticas próprias ao sistema vocálico e consonântico do português brasileiro e do europeu.

Em linhas gerais, no que se refere às vogais em posição acentuada, a diferença está na oposição conhecida do /α/ : /a/, vogal central recuada e não recuada, respectivamente, que tem como exemplo muito evidente a oposição que fazem os portugueses entre a primeira pessoa do plural dos verbos da primeira conjugação: *trabalh/α/mos* para o presente e *trabalh/a/mos* para o pretérito perfeito ou, para dar outro exemplo sem repercussão na morfologia: sempre *p/a/ra*, quer seja verbo quer preposição, no português brasileiro e *p/a/ra*, verbo, opondo-se a *p/α/ra* preposição, no europeu.

Quanto ao sistema vocálico não-acentuado, aí a diferença se instala vigorosamente: enquanto os brasileiros têm vogais pré- e pós-acentuadas bem perceptíveis /i e ε a o ɔ u/, os portugueses centralizam e/ou alteiam as não acentuadas, por vezes, quase inaudíveis ao ouvido do estrangeiro e também do brasileiro: /i ð α u/. Na posição não-acentuada final, enquanto, em geral, os brasileiros têm /i a u/, os portugueses /ð a u/. São sistemas vocálicos, em termos descritivos estruturais, profundamente diferentes, que trazem efeitos prosódicos diferenciadores marcantes. Embora haja no português europeu o /e/, o /o/ e o /ε/ e /ɔ/ pretônicos, os dois primeiros são resultados da redução dos ditongos /eᶣ/ e /ou/ e os dois últimos das chamadas crases históricas – *pr/ε/gar* “fazer uma pregação” que se opõe a *pr/ð/gar* “usar um prego”; *c/ɔ/rar* que se opõe a *m/u/rar*. No Brasil será *pr/ε/gar*, variando regionalmente com *pr/e/gar* e

c/o/rar, m/o/rar, variando regionalmente, com *c/o/rar* e *m/o/rar*, mas nunca a forma centralizada e alteada do português europeu *pr/ð/gar, m/u/rar*.

O que se pode chamar de *reduções vocálicas* no português europeu e ausente no brasileiro dá ao ouvinte estrangeiro a impressão auditiva de o português da Europa ser mais consonântico e o brasileiro mais vocálico, sem pretensões, é claro, de utilizar terminologias especializadas.

Essa impressão é reforçada pelo fato de o português brasileiro enfraquecer as consoantes em posição final da palavra, posição em que o português europeu apresenta articulação forte. Vocalizamos o <-l> final em /ɥ/, ou, no vernáculo de não-escolarizados, sobretudo de áreas rurais, é eliminado, forma essa estigmatizada socialmente (*anima//* no português europeu, *anima/ɥ/*, no geral do Brasil e *anim/a/*). Aspiramos o <-r> final ou o reduzimos a zero (*ama/h/*, *am/a/*), embora seja encontrado em áreas brasileiras o /r/ vibrante, próprio ao português europeu. Sobretudo na morfologia do plural dos elementos nominais, marcamos o /s/ pluralizador em algum lugar do *sintagma nominal*, nem sempre o do primeiro elemento nominal, ou marcamos em todo o sintagma, variação sociolinguística que caracteriza o português brasileiro e não o europeu.

Curiosamente, e sem pretensões de teorizar, articulamos claramente no Brasil as vogais não-acentuadas, mas enfraquecemos as consoantes finais, o inverso ocorrendo no europeu.

Outro aspecto diferenciador quanto ao sistema consonântico são as palatalizações de dentais seguidas de semivogal ou vogal anterior, o que não é geral no Brasil, mas não ocorre em Portugal, pelo que mostram os estudos geodialetais: /t̪/ia, /d̪/ia, den/t̪/e, on/d̪/e são tipicamente brasileiros. Essas palatalizações que ocorrem em outras áreas da România, ainda se ampliam, em certas áreas brasileiras, quando a semivogal anterior palatalizadora precede a consoante dental: o/t̪̃/o, pe/t̪̃/o para *oito* e *peito*, embora essas palatalizações sejam socialmente estigmatizadas, o que não ocorre com as outras.

A simplicidade desse perfil fonológico aqui apresentado recobre complexas análises fonológicas teóricas já realizadas, mas ainda se esperam interpretações históricas para muitos desses aspectos descritos. Por que razões é assim lá e aqui não?

1.2 Aspectos sintáticos

O ouvinte estrangeiro não perceberia de imediato as profundas diferenças sintáticas – o português e o brasileiro ao ouvirem-se as percebem – diferenças que permitem aos sintaticistas, sobretudo gerativistas, admitirem que, em termos, pelo menos, do modelo chomskiano da década de oitenta, o de princípios e parâmetros, a “gramática” brasileira, em pontos cruciais, diverge da portuguesa.

Desde a proposta hoje já muito conhecida de Fernando Tarallo, divulgada em tradução brasileira em 1993 – *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além mar ao final do século XIX*, pesquisadores brasileiros gerativistas e sociolinguistas vêm, à exaustão, desvendando e buscando explicar, no âmbito dos seus quadros teóricos, as especificidades da sintaxe brasileira, que, exceto em contextos altamente formais de indivíduos bem preparados (direi, raros hoje), segundo a norma-padrão lusitanizante, se diferencia da sintaxe do português europeu. Muito recentemente um projeto luso-brasileiro – PBPE 2000 – reúne linguistas brasileiros e portugueses com o objetivo de comparar em textos escritos não-literários as diferenças e identidades de nossas sintaxe. Do lado brasileiro lidera o projeto Mary Kato, da UNICAMP, e do português, João Andrade Peres, da Universidade de Lisboa. Esperam-se desse projeto novos dados, novas interpretações.

Aqui, de uma maneira o mais sintética possível e sem pretensões teóricas, traçarei um perfil descritivo de algumas de nossas diferenças sintáticas, tal como o fiz para alguns aspectos fônicos.

Não se pode negar que um ponto central da diferença está no sistema pronominal, tanto na posição de sujeito, como de complemento, com reflexos inevitáveis nos possessivos e no paradigma das flexões número-pessoais do verbo.

No Brasil, com a expansão de *você* e do *a gente* como pronomes pessoais e com a redução do uso do *tu* e do *vós*, a 3ª. pessoa verbal se generaliza: temos hoje em convivência, no Brasil, um paradigma verbal de quatro posições (*eu falo, ele, você, a gente fala; nós falamos; eles, vocês falam*); outro de três posições (*eu falo; ele, você, a gente fala; eles falam*); outro de duas posições, dos menos escolarizados, ou não-escolarizados, sobretudo de áreas rurais, mas não só, que não aplicam a regra de concordância verbo-nominal (*eu falo; ele, você, a gente, eles, vocês fala*). Em algumas áreas geodialetais brasileiras, usa-se o *tu*, na fala corrente com o verbo na 3ª pessoa (*tu fala*) e, em reduzidas áreas, talvez a mais forte seja o litoral catarinense e sul riograndense, ao *tu* ainda se segue a flexão histórica (*tu falas*). Quanto mais é reduzido o paradigma flexional número-pessoal do verbo, mais necessário se faz o preenchimento do sujeito pronominal, perdendo assim o português brasileiro o chamado *parâmetro pro-drop*, possível no português europeu, em que essas reduções não ocorrem tal como no português brasileiro.

O uso extensivo de *você*, em lugar de *tu*, cria no português brasileiro uma ambigüidade para o *seu*, possessivo que pode referir-se ao interlocutor ou não, ambigüidade desfeita no discurso (– *Comprei seu livro ontem* ou *Zélia Gattai escreveu um novo romance, seu livro está sendo muito vendido*). Ambigüidade também desfeita, estruturalmente, pelo *dele*, que passa a adquirir a condição de pronomes possessivo (*Saramago escreveu um novo romance, o livro dele está sendo muito vendido*).

Quanto aos pronomes complementos clíticos, sobretudo os de terceira pessoa – *o, a, os, as* – estão sendo eliminados no português brasileiro, preferindo-se, em seu lugar, ou o sintagma nominal pleno ou, embora estigmatizado pelos altamente escolarizados, o pronome sujeito correspondente, o chamado *ele acusativo* ou ainda o apagamento do pronomes complemento, estratégia de esquiva muito freqüente (– *Seu filho estava no Shopping. Eu vi seu filho lá* ou *...eu vi ele lá* ou *...eu vi lá*). O apagamento do objeto direto pronominal clítico é corrente no português brasileiro, movimento inverso ao preenchimento do sujeito.

Ainda quanto aos pronomes complementos clíticos, ressalta o *lhe*, originalmente um dativo, correspondente ao objeto indireto, usado como acusativo, objeto direto, correlacionado ao pronomes sujeito *você* (– *Você gosta muito de cinema. Eu lhe vejo sempre no Multiplex*). O *lhe* acusativo varia com *te*, mesmo sendo o tratamento *você* (– *Você gosta de cinema. Eu te vejo sempre no Multiplex*). Nos exemplos dados, o clítico canônico – *o/a* – pode ocorrer, no uso cuidado, monitorado, de escolarizados. A questão do não-uso do clítico de 3ª pessoa – *o, a, os, as* – já ficou demonstrado em trabalho de Vilma Reche Correa (1993) que é adquirido na escola e, curiosamente, primeiro na escrita depois na fala, o que mostra ser um recurso sintático, efeito de aprendizagem pela escolarização, e não adquirido, naturalmente, na infância.

Ainda sobre os clíticos e aí, não só os de 3ª pessoa, nós, brasileiros, quando os usamos, preferimos a próclise. A ênclise é hoje mal aprendida na escola, tanto que, cada vez mais, encontramos em textos de estudantes e em outros, como os jornalísticos, a ênclise nas posições em que, historicamente, sempre se usou a próclise, como nas orações subordinadas e nas negativas

(*O vestido que dei-lhe de presente ficou bom; Eu não disse-lhe que viesse!*). Há ainda aceitação normal e generalizada dos clíticos na primeira posição da sentença, exceto os acusativos *o, a, os, as* (*– Lhe disse que não viesse; – Me passe esse livro*).

Ainda quanto ao sistema pronominal, no que se refere aos relativos, utilizamos freqüentemente o *pronomine lembrete* (*o professor que eu estudei inglês com ele voltou*), em desproveito da estrutura canônica (*o professor com quem eu estudei inglês voltou*).

O funcionamento do sistema pronominal do português brasileiro, não há como negar, distancia-se daquele do português europeu e cria problemas de complexo de insegurança lingüística que atinge aqueles que, no processo de escolarização, são ‘corrigidos’, quando o são, pelo padrão da gramática normativo-prescritiva de tradição lusitanizante.

Ocorre outra questão, para concluir esse breve perfil sintático do português brasileiro e que o marca fortemente, que não tem a ver com o sistema pronominal: trata-se da variação da concordância de número, no interior do sintagma nominal (SN). A flexão redundante, que exige a marcação do plural em todos os elementos do SN (*os nossos melhores estudantes*). A grande especialista nesse tópico, a sociolingüista Martha Scherre, vem investigando essa variação e afirma que não é apenas o primeiro elemento da sentença o preferencial para a marcação do plural, como muitas vezes se afirma e como ocorre, em geral, nos crioulos de base portuguesa. A variação é mais complexa. Demonstra isso essa Autora, em vários trabalhos, sobre *corpora* diferentes do português brasileiro. Veja-se, por exemplo, seu artigo síntese, elaborado com Anthony Naro – *A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente* (1997).

1.3 Outros aspectos

Se se distingue o português brasileiro do europeu no que se refere à fonologia e à sintaxe, que dizer do léxico, parte da estrutura mais sensível às condições sócio-históricas e culturais externas? O português brasileiro deve, certamente, a sua riqueza lexical às línguas indígenas, sobretudo as do tronco tupi, mas não só; às línguas africanas, sobretudo as do grupo bântu, mas não só; às línguas dos emigrantes que se fixaram em algumas regiões do Brasil e, sobretudo, diria, a uma tendência criativa, que o torna aberto e, sem preconceito, em relação aos estrangeirismos.

Contudo, temos um *stock* lexical, não só nos instrumentos gramaticais, mas também um vocabulário básico comum e constante, em relação ao português europeu e que permite, com alguns mal-entendidos de permeio, a comunicação entre brasileiros e portugueses, desde que haja boa vontade de ambos os lados.

Nessa abertura para a criatividade lexical, não posso deixar de ressaltar a espantosa liberdade que ocorre na antroponímia brasileira, em que a imaginação criativa corre à solta na escolha dos nomes de batismo no Brasil.

Para finalizar este item sobre alguns aspectos da diferença, há muito ainda a estudar no interior da estrutura, mas há, sobretudo, um terreno virgem que são os usos discursivos, conversacionais, pragmáticos, transfrásticos enfim, que distinguem a interação lingüística no Brasil e em Portugal. Não posso deixar de lembrar a observação de um estudante de pós-graduação, que ouvindo a Rádio e Televisão Portuguesa (RTP), pela tv a cabo, dizia-me que chegara à conclusão que a maior dificuldade que tinha para entender os programas portugueses estava nos usos discursivos-argumentativos que nas diferenças estruturais no interior da sentença.

Feito esse balanço geral, sem pretensões teóricas, vale perguntar se a tese tão cara a Serafim da Silva Neto (1950, 1960), ou seja, a tese do *conservadorismo* do português brasileiro em relação ao da Europa será ainda defensável. Digo que não posso, com todo o respeito que tenho pela sua obra pioneira sobre *a língua portuguesa no Brasil*, assim sempre por ele designado, concordar com o Mestre Serafim da Silva Neto.

2 Condicionamentos sócio-históricos na formação do português brasileiro

Serafim da Silva Neto defendia uma outra tese, que era a da *unidade da língua portuguesa no Brasil*. Se nos colocamos no seu tempo, podemos interpretar esse ponto de vista. Romanista reconhecido internacionalmente e conhecedor dos estudos geodialetais da *România Antiga*, ou seja, a *România da Europa*, mesmo que ainda não se tivessem, à sua época, realizados estudos geodialetais sistemáticos, no Brasil, Serafim da Silva Neto entrevia, através de suas leituras que no Brasil as delimitações dialetais espaciais não eram tão marcadoras, como as isoglossas da *România Antiga*, decorrendo disso, a meu ver, um de seus argumentos para a *unidade* do português brasileiro, unidade que compara ao português europeu meridional, resultante da expansão do galego-português sententrional, com isófonas individualizadoras já definidas, no seu tempo, pela Dialectologia em Portugal.

O outro argumento que está explícito, em vários pontos da obra de Serafim da Silva Neto (1950, 1960) se funda numa equação, própria aos estudos lingüísticos de então, segundo a qual a “língua” é a “língua-padrão”, em direção à qual todos os falantes se orientariam, e que não reconhecia os usos vernáculos em torno. Uma das formulações da “notável” unidade do português no Brasil, em que afirma que, exceto, “algumas insignificantes divergências sintáticas e numeroso vocabulário novo” (1960: 25) identificava-se ao português da Europa, está assim expressa:

Por causa, precisamente, desta falta de prestígio é que a *linguagem adulterada dos negros e índios* não se impôs senão transitoriamente: *todos os que puderam adquirir uma cultura escolar* e que, por este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição, reagiram contra ela” (1960: 21, grifos meus).

Tese com que também não posso concordar.

Serafim da Silva Neto faleceu em 1960, antes da expansão no Brasil da chamada Lingüística Moderna, para a qual qualquer variante de uma língua tem a mesma importância para os lingüistas, embora não nas avaliações da sociedade, e também antes dos avanços da Sociolingüística no Brasil, que se iniciam com o Projeto Norma Urbana Culta (NURC), a partir de 1969. Ignorava também a questão da precária escolarização no Brasil.

Do que chamarei de estudos já “clássicos” sobre o português brasileiro, está no capítulo *O português do Brasil da História da língua portuguesa* de Paul Teyssier, de 1980, a edição original francesa, o reconhecimento de que é, na diversidade socioletal, que essa pretensa *unidade* se desfaz. Diz Paul Teyssier:

A realidade, porém, é que as divisões ‘dialetais’ no Brasil são menos geográficas que socioculturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra (1982: 79).

Com a grande implementação dos estudos sociolingüísticos no Brasil se pode aceitar a formulação do sociolingüista e crioulista Dante Lucchesi, da nova geração de lingüistas brasileiros que, no artigo *Varição e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil* (1994), também em outros posteriores, demonstra argumentativamente que o português brasileiro é não apenas *heterogêneo* e *variável*, mas também *plural* e *polarizado* e define, no díassistema brasileiro, dois sistemas igualmente heterogêneos, daí a *pluralidade* e a *polarização*, que designamos como *norma culta* e *norma vernácula*, para outros autores *português brasileiro culto* e *português brasileiro popular*.

Essa heterogeneidade plural e polarizada do português brasileiro, evidenciada nos estudos sincrônicos do português brasileiro contemporâneo, enraíza-se historicamente, em condicionamentos de fatores da nossa sócio-história.

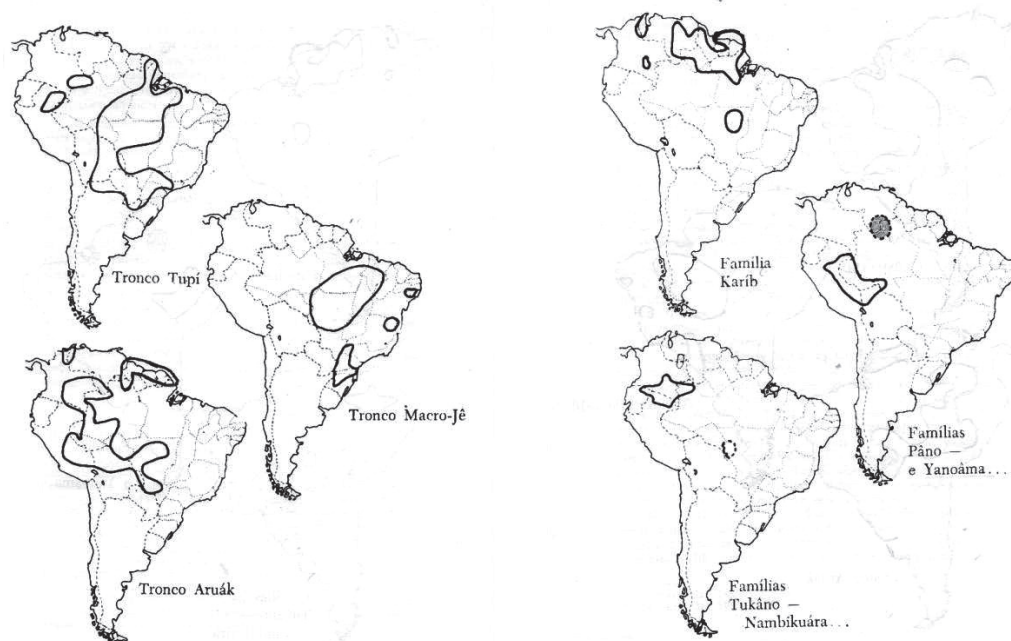
Buscarei apresentar, numa perspectiva histórica, fatores, a meu ver fundamentais, que condicionaram a formação histórica do português brasileiro na sua diferença em relação ao português europeu.

Considerarei, então, a questão do multilingüismo, portanto, do contacto entre falantes de múltiplas línguas distintas (2.1); fatos da demografia histórica (2.2); fatos de mobilidade populacional dos escravos (2.3) e de escolarização no Brasil, no período colonial e pós-colonial (2.4).

2.1 O multilingüismo no Brasil colonial e pós-colonial

Pode-se afirmar, com certa margem de segurança, que até meados do século XVIII o multilingüismo generalizado caracteriza o território brasileiro, até certo ponto, freiado pelas leis pombalinas de política lingüística dos meados do século XVIII. O multilingüismo perdura, mas localizado, porque, apesar de a língua portuguesa ser a *língua oficial* amplamente majoritária no Brasil (não mais *língua nacional*, desde a Constituição Federal de 1988, reconhecendo nacionais as línguas indígenas) persistem cerca de “180 línguas indígenas, extintas 85% nos 500 anos de nossa história, com a média de 200 falantes por língua” (Franchetto 2000: 84), faladas por “300.000 a 500.000” índios, estimativas de 2000, na grande publicação do Instituto Sócio-ambiental – *Povos indígenas no Brasil 1996/2000* (2000: 15), concentrados, na sua maioria, na Amazônia brasileira e no Brasil norte-central, mas também povos dispersos por vários pontos de nosso território (cf. *Mapa 1*), perfazendo 0,2 da população brasileira, que atinge hoje um total de 169.544.443 h, segundo os primeiros resultados do *Censo 2000* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

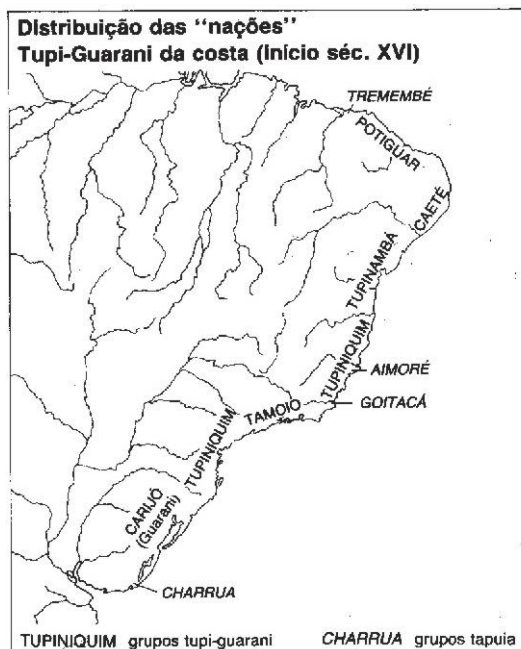
Mapa 1: Distribuição das línguas indígenas no Brasil de hoje



Fonte: MELATTI, J.C. *Índios do Brasil*. 5 ed. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UNB, 1986. p. 35-36

Sabe-se, desde o século XVI, graças aos primeiros cronistas e historiógrafos sobre o Brasil, alguns deles jesuítas, que começaram a chegar ao Brasil com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, em 1549, que havia uma certa homogeneidade cultural e lingüística, ao longo do litoral, a partir do Rio Grande do Norte, e também na Bacia do Paraná/Paraguai, em que predominavam povos indígenas do tronco tupi, sobretudo da família lingüística tupi-guarani e, em vários pontos litorâneos, os tupinambás e os tupiniquins inimigos históricos, mas de línguas da família tupi-guarani muito semelhantes, como já destaca, em 1587, Gabriel Soares de Souza (1989: 44) (*Mapa 2*). Com essa homogeneidade litorânea, tornou-se possível a gramatização da *Língua mais falada na costa do Brasil*, título muito adequado da gramática do Pe. José de Anchieta, publicada em 1595, e que serviu de base para a catequese inicial e, provavelmente, para a sua aprendizagem pelos primeiros colonizadores letrados. Essa língua mais usada na costa do Brasil estará na base do que só no século XVIII veio a se designar de *língua geral* (Rodrigues 1986: 99). Esse mesmo especialista distingue duas línguas gerais, a paulista, de base tupiniquim e/ou guarani, que terá sido a língua de intercomunicação entre colonizadores, colonos e índios nas *bandeiras* para os interiores do Brasil, a partir de São Paulo, no século XVII; e a língua geral amazônica, de base tupinambá, que, a partir do Maranhão, começou a avançar na colonização da *babélica* Amazônia, adjetivo recorrente nos escritos do Pe. Antônio Vieira.

Mapa 2: Os povos do tronco lingüístico tupi no momento inicial da colonização do Brasil



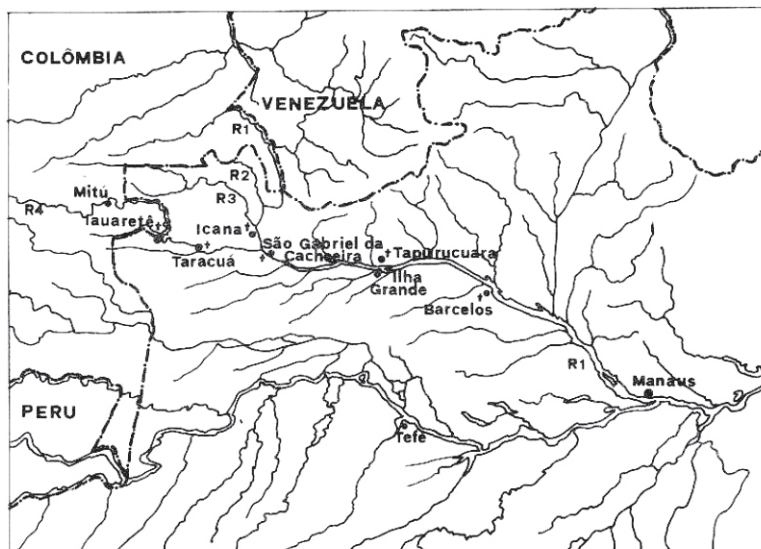
Fonte: FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá. In: CUNHA, M. C. da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras / FAPESP/SML. p. 384.

Os destinos dessas duas línguas gerais indígenas são distintos. Outras terá havido, como a *língua geral cariri*, nos interiores sertanejos nordestinos, de base macro-jê, tronco lingüístico próprio às famílias lingüísticas de maior expansão nos interiores brasileiros, os temidos *tapuias* da documentação colonial.

A língua geral amazônica, documentada amplamente, conforme Aryon Rodrigues, continua ainda em uso, modificada, é claro, no chamado *nheengatu* do médio Rio Negro, do rio Xié, da Bacia do Içana, das fronteiras com a Venezuela (Taylor 1988: 5-6) (*Mapa 3*).

A língua geral paulista, precariamente documentada, terá sido, na tradição dos estudos históricos sobre o português brasileiro, a língua da colonização de São Paulo e suas extensões interioranas, áreas de Minas Gerais e Mato Grosso, por exemplo. O historiador John Manuel Monteiro, especialista em história indígena no Brasil, no seu livro de 1995 – *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (p. 154-187), com base em documentação arquivística ampla, levanta a interessante hipótese, que precisa ser aprofundada, que é a de que muito do que se designa por *língua geral*, na documentação colonial daquela área do Brasil, poderia ser confundido com o que nas suas palavras seria “o português colonial, corrompido por barbarismo africanos e indígenas” (p. 165), não percebido pelos colonizadores que o identificaria com a *língua geral*.

Mapa 3: Localização atual do nheengatu



VALE DO RIO NEGRO	
R1 Rio Negro	R3 Rio Içana
R2 Rio Xié	R4 Rio Uaupés
† Missões Salesianas	

Fonte: TAYLOR, Gerald. Apontamentos sobre nheengatu falado no rio Negro, Brasil. *Ameríndia*, 10, 1985. p.6.

O que recobre a significativa *língua geral*, na documentação do passado colonial brasileiro, ainda precisa de, a meu ver, minuciosa e precisa investigação.

Enriquecer-se-á esse multilingüismo autóctone, em contato com o português do colonizador, com os africanos, à força trazidos para o Brasil, oficialmente a partir de 1549, mas já solicitados escravos africanos pelo donatário Duarte Coelho, da Capitania de Pernambuco, em 1539, e pelo donatário da capitania de São Tomé, Pero de Góis, em 1545. Após a instalação do primeiro governo geral, em 1549, estabeleceu-se o tráfico regular e estimula-se a importação de africanos para o Brasil. Já no fim do século XVI, segundo o historiador português Jorge Couto e conforme suas palavras:

nos finais de Quinhentos, a presença africana (42%) já se estendia a todas as capitanias, ultrapassando no conjunto, qualquer um dos outros grupos – Portugueses (30%) e Índios (28%), apresentando um crescimento espetacular nas capitanias de Pernambuco e Bahia, esta última sextuplicando seus habitantes negros (1992: 278).

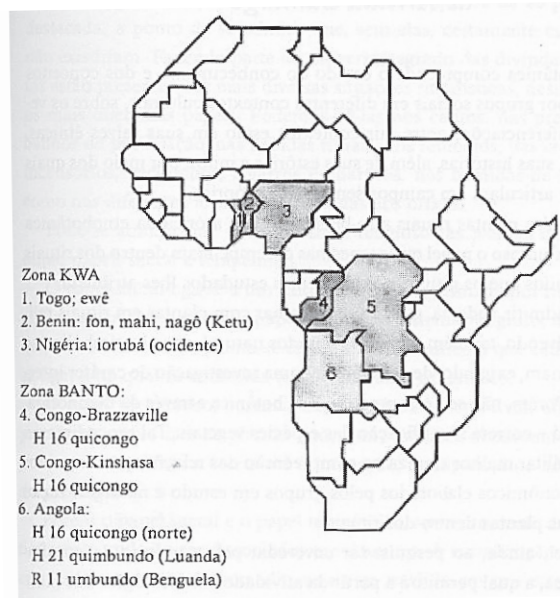
Teria o Brasil, ao findar o primeiro século colonial, 101.750 habitantes, seguindo o referido historiador, friso eu, 42% de africanos.

Quantas línguas africanas chegaram ao Brasil?

Em recente artigo – *Portugais du Brésil et langues africaines* (1998: 73), Emílio Bonvini e Margarida Petter, especialistas na questão das línguas africanas e delas no Brasil, dizem que se

pode estimar que, falantes, à volta de 200/300 línguas africanas, chegaram com o tráfico e se repartem essas línguas em duas grandes áreas de proveniência (*Mapa 4*):

Mapa 4: Áreas geográficas das línguas africanas chegadas ao Brasil



Fonte: CASTRO, Yeda. Colaboração, antropologia e lingüística nos estudos afro-brasileiros. In: MARTINS, C. e LODY, R. (Orgs.). *Faraimará – O caçador traz alegria. Mãe Stella 60 anos de iniciação*. Rio de Janeiro: Pallas, 2000. p. 97

A – A *área oeste-africana*, caracterizada pelo maior número de línguas, tipologicamente diversificadas: “(i) ‘oeste atlântico’ (fulfuldé, wolof, serei, temre...); (ii) ‘mande’ (mandinga, principalmente); (iii) ‘kwa’ ou ‘ghe’ (ewe, gen, oj’á, fon, designadas como *jeje* no Brasil; (iv) *bênue-congo*, principalmente falares yorubá, designados no Brasil por nagô-ketu, nupe, igbó, ijó; (v) ‘tchadico’ (haussá) e (vi) ‘nilosahariana’ (kanuri).

B – A *área bântu*, limitada à costa oeste africana (atuais Congo, Zaire e Angola), só mais tarde à costa leste (Moçambique). Essa área, diferente da anterior, apresenta-se tipologicamente homogênea, teria sido a da maioria dos escravos, distinguindo os autores: o *Kikongo*, do antigo reino do Congo; o *Kimbumdu*, da região central de Angola, antigo reino Ndongo e o *Umbundo*, da região de Benguela em Angola.

A constante bântu no tráfico negreiro parece-me que é consensual entre os especialistas e, segundo Alberto Mussa, na sua dissertação de Mestrado – *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*, em tabela sobre os percentuais das línguas africanas trazidas pelo tráfico, indica para os escravos de línguas da família bântu 35%, 65%, 64% e 50% para, respectivamente, os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX (1991: 145). Comenta o autor que isso explica a maior integração morfológica e em maior número de campos lexicais de palavras de origem bântu, destacando também “a posição relativamente proeminente do grupo não-bântu, *bênue-kwa* nos últimos dois séculos (20% e 24%)” (id. *ibid.*: 146).

Além do consenso da proeminência bântu, há um outro, na questão das línguas africanas no Brasil, que é a afirmativa de que seria impossível ter-se praticado uma língua africana no geral do Brasil, pela razão muito bem formulada pelo lingüista Antônio Houaiss:

pelo tipo de escolha a que eram submetidos desde os portos negros até sua localização como mão-de-obra no Brasil, os negros foram selecionados negativamente, a fim de que não se adensassem em um ponto qualquer, étnica, cultural e lingüisticamente (1985: 77-78).

Situação afirmada também pela historiadora especialista na face africana da história do Brasil Kátia Mattoso:

A metrópole portuguesa adotou sempre a política de misturar as diferentes etnias africanas, para impedir a concentração de negros de uma mesma origem numa só capitania (1990: 22).

Além das línguas indígenas autóctones, das africanas chegadas com o tráfico negreiro, que oficialmente se encerra em 1830, completa-se o quadro geral do multilingüismo no Brasil com a chegada dos emigrantes europeus e asiáticos, sobretudo, a partir do século XIX.

Os dados a seguir têm como fonte o estudo de Lúcio Kreutz – *A educação dos imigrantes no Brasil*. Diz o autor:

os alemães formaram a primeira corrente imigratória, a partir de 1824, localizando-se, sobretudo, em São Leopoldo no Rio Grande do Sul (...). Os italianos vieram a partir da década de 1870 e formaram o contingente maior: 1.513.151 de imigrantes. No mesmo período vieram 1.462.111 portugueses, 598.802 espanhóis, 188.622 japoneses (a partir de 1908), 123.724 russos, 94.453 austríacos, 79.509 sírio-libaneses, 50.010 poloneses e 349.354 de diversas nacionalidades (Kreutz 2000: 351).

Segundo o mesmo autor, a década mais intensa da imigração, entre 1850 e 1920, foi a de 1890 com 1.200.000 imigrantes. Na sua grande maioria esses novos componentes da sociedade multilingüe, multiétnica, multirracial e pluricultural brasileira se situaram de São Paulo para o Sul, citando ainda o historiador Lúcio Kreutz, “vários autores apontam também motivos de ordem racial na opção imperial pela imigração. Dava-se preferência à imigração de europeus, que ‘foram escolhidos a dedo para branquear o país’ ” (Kreutz 2000: 349).

2.2 Dados da demografia histórica

A preocupação racista do governo imperial em “branquear o país” se embasa no que mostra a demografia histórica do Brasil, dos inícios da colonização, com as capitanias hereditárias na década de 30 do século XVI, até o fim do século XIX.

As informações sobre demografia histórica mostram que no final do século XVI os escravos já seriam 42%; às vésperas da Independência, 1818, seriam mais de 50%. Considerando esses extremos, sem aprofundar a curva do que se passou entre esses limites, a população escrava, africana e afro-descendente, ficou no período colonial, no patamar de 50%. A Tabela 1, adaptada da obra de Robert Conrad – *Os últimos anos da escravidão no Brasil* mostra isso, para os fins do século XVIII e início do XIX:

	1798	1817/1818	1864
Total de livres (brancos, de cor, índios)	1.666.000	1.887.900	8.534.000
Total de escravos	1.582.000	1.930.000	1.715.000
População total	3.248.000	3.817.900	10.249.000

Tabela 1 (dados parciais da Tabela 1 de R. Conrad (1978[1972]: 344)

Retomando uma tabela sumarizada que já utilizei em outros trabalhos, retirada da pesquisa de Alberto Mussa (1991), tem-se um painel da formação populacional do Brasil, entre 1538 e 1890:

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
africanos	20%	30%	20%	12%	2%
negros brasileiros	—	20%	21%	19%	13%
mulatos	—	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	—	5%	10%	17%	24%
européus	30%	25%	22%	14%	17%
índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Tabela 2 Fonte: Mussa, 1991: 163

Na Tabela 2, vê-se a constante africana e de afro-descendentes do século XVII ao XIX, no patamar de 60%; o decréscimo violento dos índios integrados (de 50% para 2%) e a presença de europeus e brancos brasileiros, num patamar de 30%, só elevado na 2^a. metade do século XIX, quando da extinção do tráfico, coincidindo com a chegada de emigrantes da Europa e da Ásia.

Tânia Lobo (1996) reorganiza os dados de Mussa (cf. Tabela 3), deixando claro que os usuários mais prováveis do português europeu ou mais europeizados, portugueses e seus descendentes, constituíram menos de um terço da população convivente no Brasil. A maioria teve história lingüística familiar de língua não-portuguesa e, como mostra a tabela anterior, o decréscimo dos falantes indígenas é drasticamente constante e o montante populacional dos africanos e afro-descendentes é constantemente alto:

	etnias não-brancas	etnia branca
1538-1600	70%	30%
1601-1700	70%	30%
1701-1800	68%	32%
1801-1850	69%	31%
1851-1890	59%	41%

Tabela 3 Fonte: T. Lobo, 1996: 16

Os dados de Alberto Mussa são reforçados pela afirmativa do historiador Boris Fausto, com base no primeiro censo oficial do Brasil de 1872: “do ponto de vista social, os dados relativos às principais províncias sugerem que os brancos [portugueses e seus descendentes] representam menos de 30% da população total ao fim do período colonial” (p. 135).

Diante desses dados demográficos se pode admitir que o forte candidato para a difusão do que tenho designado, em outros trabalhos sobre este tema, de *português geral brasileiro*, antecedente histórico do atualmente designado de *vernáculo* ou *português popular*, variante sociolingüística

mais generalizada no Brasil, seriam os africanos e afro-descendentes, e não os indígenas autóctones, já que o *português brasileiro culto*, próprio hoje, em geral, aos de escolarização mais alta, será o descendente do português europeu ou mais europeizado das elites e dos segmentos mais altos da sociedade colonial.

2.3 Mobilidade populacional dos escravos

Sabe-se que dados demográficos são um fator significativo para a compreensão da formação histórica das línguas; só ganham vida, contudo, se deles pudermos depreender a dinâmica das populações que usam essas línguas. Assim, com base nos dados estatísticos e estáticos antes apresentados, tecerei algumas considerações sobre a mobilidade geográfica dos escravos no Brasil e sobre a diversidade e multiplicidade de papéis sociais desempenhados pelos escravos, sempre papéis subalternos, é óbvio, mas constantes e necessários à sociedade que se constituiu em nosso território.

É consabido que o tráfico de escravos africanos está estreitamente vinculado à demanda de mão-de-obra. Também é consabido que os escravos sempre se concentraram nas chamadas grandes frentes de exploração econômica do processo colonial.

Assim se pode esboçar o percurso geral da escravidão brasileira: das lavouras canavieiras de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, sobretudo nos séculos XVI e XVII, para a mineração de ouro e de diamantes nas Minas Gerais, em Mato Grosso, Goiás, dos fins do século XVII para o XVIII. Diminuindo a corrida de ouro e de diamantes, a mão-de-obra é atraída para o litoral, onde ocorre novo impulso açucareiro em áreas do Rio de Janeiro, atingindo até S. Paulo e, no século XIX, se concentra na área cafeeira do Vale do Paraíba, abrangendo áreas paulistas, do Rio e de Minas Gerais. Tendo sido também sempre o escravo adquirido para o cultivo de algodão, fumo, como no Maranhão; para a colheita de especiarias em áreas amazônicas e para as imensas regiões pastoris do Brasil, como os interiores nordestinos, desde o século XVI e já no século XIX para as charqueadas do Rio Grande do Sul (cf. Mattoso, 1990: 23-24; 53-54; 108).

A depender da sua atividade servil, “escravos dos campos, das minas, dos sertões terão destinos diversos e viverão de maneiras muito diferentes suas relações coma sociedade que os obriga ao trabalho” (Mattoso, 1990: 109).

Mesmo em regiões em que se considera pouco significativa a presença negra, isso não ocorre, como é o caso, por exemplo, de Santa Catarina. O historiador Oswaldo Cabral apresenta um *Quadro geral do crescimento populacional* (1994: 107), onde informa que, em 1810, do total da população da capitania, 30.339 h, 7.203 eram escravos e 23.136 livres (sem especificar se brancos, mulatos ou negros). Quase um terço era, portanto, escravo. Não dispõe o Autor de dados para antes de 1810; mas em 1874, os emigrantes já presentes, os escravos seriam apenas 10% (144.818 livres e 14.984 escravos, não se sabendo, dentre os livres, os que seriam afro-descendentes).

Segundo Robert Conrad, a migração forçada dos escravos brasileiros, que se seguiu à supressão do tráfico africano oficial em 1830, começou nas plantações, fazendas e cidades do norte, oeste e extremo sul e tem como alvo as plantações de café do Rio, Minas e de São Paulo.

A par dos escravos “migrantes”, a depender do mercado, havia os *escravos urbanos*, apesar da pouca urbanização da colônia. Em 1820, apenas 7% da população vive nas cidades (Mattoso, 1990: 109). Nelas cabe aos escravos o trabalho considerado vil para os brancos, embora sejam

eles mais independentes diante do seu senhor do que os rurais – são artesãos, carregadores, pintores, marinheiros. Tal como os *escravos domésticos*, saem com seus tabuleiros de doces e rendas que vendem, propiciando lucros suplementares aos senhores (id. *ibid.*). Os múltiplos e pequenos, mas essenciais papéis desempenhados pelos escravos nas famílias dos colonizadores, tanto nos núcleos urbanos em formação como no mundo rural da colônia foram estudados por Mary Karasch, especialista no tema (cf. Nizza da Silva (org.), 1994: s. v.: *Escravidão africana*).

À véspera da Independência, em 1819, a população escrava por região estava assim distribuída:

Regiões	1819 / população escrava
Norte	27.3%
Nordeste	33.0%
Leste	28.1%
Sul	28.9%
Centro-oeste	40.7%
Média	30.0%

Tabela 4 Fonte: adaptação de K. Mattoso, 1990: 65

Esses dados, que não incluem livres de cor, indicam que, ao fim da colonização, há uma distribuição geográfica equilibrada da população escrava no Brasil, no contexto de uma dinâmica social, por um lado, própria a cada região, por outro, no geral do Brasil.

Robert Conrad, na sua pesquisa sobre os últimos anos de escravidão no Brasil, mostra que, às vésperas da abolição da escravidão, em 1884, a população escrava, considerando ele as 19 províncias do Império e o município neutro, se concentrava em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, graças sobretudo à migração do Nordeste para a área cafeeira. Resumo a seguir dados da *Figura 5* de seu livro (1978: 81), em que destaco as províncias que ao findar o século XIX possuíam mais escravos, não mais o geral do centro-oeste e o geral do Nordeste, como ao fim do período colonial (cf. Tabela 4), mas Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia (cf. Tabela 5).

províncias	1884 / população escrava
Minas Gerais	310.000
Rio de Janeiro	260.000
São Paulo	160.000
Bahia	140.000
Pernambuco	80.000
Rio Grande do Sul	60.000
Maranhão	45.000

Tabela 5 Fonte: Seleção da *Figura 5* de R. Conrad (1978: 81)

As outras províncias estavam entre 30.000 e 10.000, destacando o Autor que, nessa altura, onde haveria menos escravos era Mato Grosso e no Rio Grande do Norte, com 5.000, em decorrência da situação econômica dessas áreas.

Em outros trabalhos (1998 e 1999), tenho destacado também, como indício significativo para uma configuração da dinâmica social dos africanos e afro-descendentes no Brasil colonial, a questão dos negros nos chamados *espaços ilegítimos* da escravidão (cf. J. J. Reis e F. dos Santos,

1996), ou seja, a história da resistência, nos *quilombos*, também chamados de *mocambos* e *ladeiras*, que apontam desde o século XVI e se multiplicam ao longo do período colonial, implementando-se com maior significação no século XIX.

A presença maciça dos africanos e afro-descendentes que a demografia histórica demonstra; a atuação constante dos escravos nas grandes frentes de economia da colonização; a mobilidade geográfica, decorrente das vicissitudes da vida econômica de seus senhores e da economia brasileira; os diversificados e múltiplos papéis por eles desempenhados na sociedade colonial rural e urbana; o significado social e lingüístico dos *espaços ilegítimos da escravidão* permitem embasar, penso eu, o meu ponto de vista interpretativo de que é esse segmento numeroso e operante – os africanos e afro-descendentes – o agente principal da difusão do português no território brasileiro, na sua face majoritária, a popular ou vernácula.

2.3 Sobre a escolarização no Brasil colonial e pós-colonial

Considerando os dados de demografia histórica apresentados, no item 2.2, veja-se a síntese da Tabela 3: até a primeira metade do século XIX, a etnia branca e, nesse tempo, no Brasil, ou eram os portugueses ou luso-descendentes, perfez, entre 1538 e 1850, apenas 30% da população, nos outros 70% estão, sobretudo, os africanos e afro-descendentes, já que os indígenas ou morreram por extermínio intencional ou por epidemias. Os que restaram afugentaram-se nos interiores do Brasil ou, nos inícios da colonização, se integraram, sobretudo as mulheres, por casamento com os colonizadores. Esses dados históricos demonstram que a maioria da população brasileira – os 70% - adquiriu a língua da colonização, a língua-alvo, numa situação chamada pelos especialistas de *transmissão irregular* ou de *aquisição imperfeita*, já que tinham história familiar de língua não portuguesa. O modelo da língua-alvo era defectivo, situação que variava a depender das circunstâncias específicas aos indivíduos e às comunidades que se formavam pelo Brasil. Adquiriu, portanto, a maioria o português a partir de modelos precários, uma vez que os luso-falantes, portugueses e seus descendentes não mestiçados, não teriam ultrapassado, no geral do Brasil, 30% dos habitantes; na oralidade do cotidiano, de ouvido, pode-se dizer, e na ausência de uma normatização que seria veiculada pela escolarização.

Informa-se que, no Brasil, até os inícios do século XIX não ultrapassariam de 0.5% os “letrados (ou literatados)”, na expressão de Antônio Houaiss (1985: 137). O historiador Boris Fausto, com base no primeiro recenseamento oficial do Brasil, o de 1872, diz, sobre isso, que, numa população de 4.600.000 indivíduos,

entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99.9% e, entre a população livre, aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos as mulheres (...). Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários. Entretanto, calcula-se que chegavam a 8 mil o número de pessoas com educação superior (1994: 137).

É com propriedade que conclui o historiador: “um abismo separava pois a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente de educação rudimentar” (id. *ibid.*).

Segundo dados históricos da lingüista brasileira Ilza Ribeiro em *A origem do português culto – a escolarização* (1999), utilizando como fonte o *Anuário Estatístico* número 43 de 1936, em 1890 seriam 85% os analfabetos no Brasil e em 1900 e 1920, 75%. Chegou-se à segunda década do século XX com apenas 25% como potenciais usuários do português brasileiro culto e 75% como potenciais portadores do português popular brasileiro, ou seja, o vernáculo ou normas vernáculas,

ainda hoje predominantes no Brasil, já que, apesar da multiplicação quantitativa das salas de aula e conseqüentemente da multiplicação dos docentes, ao longo do século XX, sobretudo a partir da década de setenta, são docentes, na sua grande maioria, de formação precária, pois à política da quantidade não acompanhou a da qualidade e a da qualificação (Mattos e Silva, 2000).

Conjugando assim os dados de demografia histórica; o tipo de transmissão lingüística irregular, majoritário ao longo dos séculos XVI ao XIX e os dados da quase ausência de escolarização nesses séculos, pode-se interpretar, com certa margem de acerto, a polarização socioletal que caracteriza o português brasileiro da atualidade, em que convivem os portadores das *normas cultas* com os, majoritariamente, portadores das *normas vernáculas* e ainda uma minoria, acredito que em extinção, que busca, no modelo da gramática normativo-prescritiva, que inicia seu prestígio sociocultural na segunda metade do século XIX no Brasil, realizar a *norma-padrão* de tradição lusitanizante.

3 Formulações teóricas para a diferença entre o português brasileiro e o europeu

No cenário teórico atual convivem, para interpretar a formação do português brasileiro, três posições: a da *crioulização prévia*, a da *deriva ou evolução natural* e a de repensar a questão da *crioulização prévia de modo fatorizado*.

A interpretação da *crioulização prévia* foi levantada ainda no século XIX por Adolfo Coelho, com base no fato de aspectos de variantes populares brasileiras se aproximarem dos crioulos de base portuguesa. Essa teoria voltou ao cenário com a proposta da *crioulização prévia* do sociolingüista americano Gregory Guy em 1981, logo contestada em 1986 por Fernando Tarallo no artigo – *A alegada origem crioula do português brasileiro* (1993b), rebatida em 1994 por Dante Lucchesi com outros argumentos, também pelos sociolingüistas Anthony Naro e Martha Scherre em 1993, defensores esses da *deriva ou evolução natural*, que teria sido apressada, no Brasil, pelas condições sócio-históricas e lingüísticas do passado. O especialista em crioulos de base portuguesa Alan Baxter e também Dante Lucchesi, trabalhando com Baxter, defendem a interpretação da *crioulização prévia* a ser vista de modo fatorizado e não numa *crioulização generalizada* no Brasil; levando em conta a sócio-história e a demografia de determináveis locais de maciça presença africana e/ou indígena nos interiores do Brasil, admitem, nesses casos, a possibilidade de uma *crioulização leve* no passado (cf. Baxter, 1998; Baxter e Lucchesi, 1997).

A teoria da *crioulização prévia generalizada* está hoje sem grande defesa; a *deriva ou evolução natural* vem sendo investigada por Anthony Naro e Martha Scherre, embora centrados, pelo menos por enquanto, na questão da variação da concordância, sobretudo, a verbo-nominal. Veja-se, desses autores, *Variable concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal* (2000) e a da *crioulização fatorizada* vem sendo investigada em pesquisas de campo, no Projeto *Vestígios de descrioulização em comunidades afro-brasileiras isoladas*, iniciado em meados da década de oitenta, que já resultou em muitos artigos e na recente tese de doutoramento de Dante Lucchesi – *A variação da concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira. Novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil* (2000), podendo ser a ponta de um *iceberg* submerso a comunidade rural de Helvécia no sudeste do estado da Bahia.

Tenho um ponto de vista sobre a questão em foco neste item, já publicado (1999b), que aqui repito. Considerando-se os fatores sócio-históricos que atuaram das origens e por todo o período colonial e pós-colonial, pode-se entrever uma interpretação de como se originou e se formou o português brasileiro, constituído em contexto social de transmissão, majoritariamente, irregular, na oralidade, livre das peias normativizadoras da escolarização e, conseqüentemente, da escrita, o que resultou numa variante, em muitos aspectos, divergente da europeia. No seu interior, esse português brasileiro heterogêneo apresenta variantes socioletais com configurações profundamente modificadas, que se aproximam dos crioulos de base portuguesa e variantes que se aproximam do português europeu. No primeiro caso, opino que a teoria de uma *crioulização prévia, embora leve*, possa ter ocorrido no passado e, no segundo, a *deriva natural*, apressada pela história social do Brasil, não deve ser desconsiderada. Enfim, o que quero dizer é que não se pode tratar como um conjunto homogêneo, unitário, o português brasileiro, nem numa perspectiva sincrônica, nem numa perspectiva diacrônica.

4 Para finalizar

O fato é que, no aspecto socioletal, é inegável a polarização em *normas cultas* e *normas vernáculas* no português brasileiro. Tanto as variantes cultas como as populares vêm sendo exaustivamente exploradas por numerosos projetos de pesquisa sociolingüísticos sincrônicos, espalhados por diversos centros universitários do Brasil, a partir de 1970.

O conhecimento geral da variação geodialetoal, embora tardiamente por razões várias e conhecidas, já dispõe de um projeto nacional para um *Atlas Lingüístico do Brasil*, a partir de 1996, coordenado por Suzana Cardoso, reunindo dialetólogos de vários locais do Brasil, o Projeto ALIB.

Desde 1997, um grande grupo de pesquisadores, coordenado por Ataliba de Castilho, com equipes, por enquanto, na Bahia, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Santa Catarina, no Paraná, em Minas Gerais e em Recife, vem se empenhando no Projeto nacional *Para a história do português brasileiro* (PHPB), que tem como objetivo conhecer o passado do português em geral, mas a partir de diferentes áreas históricas do Brasil, com as suas especificidades.

Continuam as pesquisas de Baxter, Lucchesi e outros em busca de vestígios de descrioulização em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas.

Esse quadro geral de pesquisas em curso no Brasil indica que, neste terceiro milênio que apenas se inicia, possivelmente novos fatos, novos dados, novas interpretações surgirão para a questão complexa da formação do português brasileiro, que se apresenta, na realidade sincrônica, certamente heterogêneo, plural e polarizado.

Talvez então possamos responder ao poeta *o que quer, o que pode esta língua*, no entrecruzar-se da *criatividade* individual, da *alteridade* social e das limitações estruturais possíveis próprias a qualquer língua, para retomar, finalizando, o poeta e a lingüista, companhia com que iniciei este texto.

Referências

BAXTER, Alan. (1998). O português vernáculo. Morfossintaxe. In PERL, M. e SCHWEGLER, A. (eds.). *América negra. Panorámica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas*. Berlim: Verwuert/Iberoamericana. p. 97-137.

- BAXTER, Alan e LUCCHESI, Dante. (1997). A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Revista Estudos Lingüísticos e Literários*, 19: 65-84.
- CONRAD, Robert. (1978[1972]). *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1880*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CORREA, Vilma Reche. (1993). O objeto nulo: como se aprende a preencher no português do Brasil. (mimeo).
- COUTO, Jorge. (1997). *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a finais de quinhentos*. 2ª. ed. Lisboa: Cosmos.
- CUNHA, Celso. (1987). Em torno do conceito de brasileiro. *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXIII (Homenagem a Paul Teyssier): 3-29.
- FAUSTO, Boris. (1994). *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE.
- FRANCHETTO, Bruna. (2000). O que se sabe sobre as línguas indígenas no Brasil. In: I. S. A. (org.). *Povos indígenas no Brasil 1996-2000*. São Paulo: I. S. A. p. 84-88.
- GUY, Gregory. (1981). *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history*. Philadelphia: Ph. D. Dissertation. (mimeo).
- HOUAISS, Antônio. (1985). *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO.
- INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL (org.). (2000). *Povos indígenas no Brasil 1996/2000*. São Paulo: I. S. A.
- KARASH, Mary. (1994). Escravidão africana. In NIZZA DA SILVA, B. (org.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo.
- KREUTZ, Lúcio. (2000). A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. et al. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 347-370.
- LOBO, Tânia. (1996). A formação histórica do português brasileiro. O estado da questão. *Comunicação ao XI Congresso da ALFAL*. Gran Canária. (mimeo).
- LUCCHESI, Dante. (1994). Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 12: 17-28.
- LUCCHESI, Dante. (2000). *A variação da concordância de gênero numa comunidade de fala afro-brasileira. Novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado. (mimeo).
- MONTEIRO, John Manuel. (1995). *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1998). De fontes sócio-históricas para a história social lingüística no Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Para a história do português brasileiro. Primeiros estudos*. t. II. São Paulo: Humanitas, p. 275-301.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1999a). A propósito das origens do português brasileiro. *Atas do II Congresso Nacional da ABRALIN*. Florianópolis. p. 1348-1351.

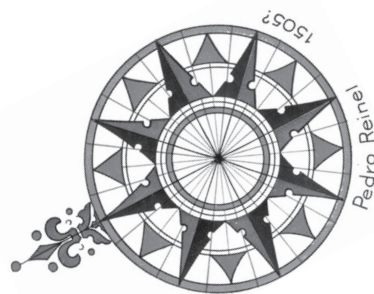
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1999b). Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados. *Conferência para Concurso de Titular de Língua Portuguesa*. Salvador: IL-UFBa. (mimeo).
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (2000). Da sócio-história do português brasileiro para o ensino do português no Brasil hoje. In: AZEREDO, J. C. (org.). *Língua portuguesa em debate*. Petrópolis: Vozes. p. 19-33.
- MATTOSO, Kátia. (1990[1979]). *Ser escravo no Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense.
- MUSSA, Alberto Baeta Neves. (1991). *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado. (mimeo).
- NARO, Anthony e SCHERRE, Martha. (1993). Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.* (nº. especial): 437-455.
- NARO, Anthony e SCHERRE, Martha. (2000). Variable concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. *Creole language library*, 21: 235-255.
- REIS, João José e SANTOS, Flávio (orgs.). (1996). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES, Aryon. (1986). *Línguas brasileiras. Para um conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- RIBEIRO, Ilza. (1999). A origem do português culto. A escolarização. *Comunicação em Encontro da UNIFACS*. Salvador. (mimeo).
- SCHERRE, Martha e NARO, Anthony. (1997). A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, D. (org.). *Diversidade lingüística do Brasil*. João Pessoa: Idéia. p. 93-114.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. (1994). Reflexões sobre a pesquisa em mudança lingüística. *D.E.L.T.A.* (nº. especial), 10: 223-246.
- SILVA NETO, Serafim da Silva. (1986[1950]). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Presença.
- SILVA NETO, Serafim da Silva. (1960). *A língua portuguesa no Brasil. Problemas*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- SOUZA, Gabriel Soares de. (1989[1587]). *Notícias do Brasil*. Edição e comentário de Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa.
- TARALLO, Fernando. (1993a). Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro. In: ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora UNICAMP. p. 36-68.
- TARALLO, Fernando. (1993b). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora UNICAMP. p. 69-106.

TAYLOR, Gerald. (1988). Apontamentos sobre o nheengatu falado no Rio Negro. *Ameríndia*, 10: 5-24.

TEYSSIER, Paul. (1982[1980]). *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.

VELLOSO, Caetano. (1984). Língua. In: *Velô*. LP Philips nº 8.240.244, f. 5.





E agora, com a escrita, os escravos!¹

Klebson Oliveira

Para Maria Inês Côrtes de Oliveira e Rita Marquilhas





Prezados leitores

Se um pesquisador da língua portuguesa tomar também como sua a tarefa de escrever uma história do português no Brasil, certamente contará com a generosidade dos nossos arquivos, sobretudo se se concentrar do século XVIII em diante. Mas esses mundos de papéis são seletivos e frequentemente se fecham aos que intentam desvelar o português utilizado por aqueles que integravam as camadas populares do Brasil colonial e pós-colonial: os brancos pobres e os africanos e seus descendentes, fossem esses livres, libertos ou escravos. Quanto aos indivíduos mantidos sob o cativo, fizeram-nos até perder as esperanças de encontrar algum indício, por menor que fosse, que testemunhasse ‘tons’ do português por eles utilizados: os historiadores, com frequência, afirmam que, entre os escravos, o analfabetismo abriu caminhos a passos largos. “O escravo que frequenta uma escola, que aprende a ler, que fica com a consciência de seus direitos, não pode ser mais escravo...”, disse Tomás Alves Júnior no século XIX (*apud* Silva, 2000: 142), sintetizando o uso perigoso que o letramento poderia ter numa sociedade escravista. Não parece ter sido à-toa, portanto, a proibição oficial do ingresso de escravos às escolas até o ano de 1888. Talvez nem precisasse constar em papel essa determinação; as duras penas sob as quais viveram se encarregariam de impedir aos cativos o manejo de alguma pena.

Constantemente trabalhando, às vezes ‘de sol a sol’, para sustentar os pilares da sociedade de então; constantemente locomovendo-se para atender às demandas econômicas que careciam de seus braços, sobretudo depois de 1850, com a abolição oficial do tráfico; constantemente presos, quando se insurgiam contra a ordem estabelecida e também não estabelecida, os escravos se viam, de uma hora para outra, nas mãos de novos donos, em lugares que lhes eram desconhecidos, em prisões. Afastados dos seus, com quem formaram família, amigos, apadrinhamentos, restava aos escravos, quando muito, capitalizarem para si um pouco do seu trabalho para a tão sonhada alforria, que lhes possibilitaria o passaporte para o mundo de homens livres e, assim, ‘tornarem à casa’ e reestabelecerem as relações, os afetos, a vida pregressa, desfeitos pelas circunstâncias. Entre um – as situações citadas – e outro – a alforria –, o esforço de homens e mulheres que não hesitaram em mobilizar quantos foram precisos, entre os seus e entre os outros, para ter notícias dos seus pares, para deles ficarem próximos, para a eles mandarem notícias suas.

A vida dos escravos, por si só, já justificaria o seu impedimento ao grupo seletíssimo de indivíduos que sabiam ler e escrever. Mas sempre contamos, ainda bem, com as contradições da história. Se as circunstâncias em que sobreviveram obstaram, via de regra, o acesso de escravos

à leitura e à escrita, por outro lado, vetando-lhes possibilidades de comunicação oral, fizeram com que recorressem a códigos alternativos para atingirem os seus objetivos de indivíduos sociais e que, por conseguinte, sentem necessidade de interagir. A escrita foi um deles. Certamente porque, assim como ocorreu para os textos escritos por mãos inábeis portuguesas no século XVII (Marquilhas, 2000: 33), também no Brasil do passado alguma circunstância externa promoveu o seu valor documental à época em que foram escritos, o que fez com que fossem conservados alguns textos de escravos que manusearam a tinta e o papel ou que pediram a outros que o fizessem.

Será através de 14 documentos escritos por escravos ou como expressão da sua vontade que tentarei esboçar algumas questões referentes à leitura e à escrita entre esses indivíduos no Brasil, sobretudo no que diz respeito às circunstâncias históricas que os motivaram². Desde já, ressalta-se o trabalho de tipo arqueológico que se destacará nas linhas seguintes, dado o reduzido número de testemunhos de que me valho. Entretanto, se visto de outro ângulo, esse trabalho indiciário se beneficia por ter como ponto-de-partida, sobretudo, a pena de indivíduos que, ao contrário do que se poderia pensar, registraram, quando foi preciso, na escrita as suas vozes.

1 “Se faço esta declaração é para”

dizer-lhes também que o gênero epistolar se destaca nos documentos reunidos. Entre os 14, apenas 1 não poderia ser classificado como carta³. Trata-se de uma procuração de bens passada por um escravo, quando preso, a um seu amigo. Aliás, o gênero textual em que se manifestavam, por vezes, encontra referência nos próprios textos. Claro Antônio dos Santos, o autor da procuração acima citada, escreveu, em 21 de fevereiro de 1867, no final do seu documento: “paço eta **pecura caõ** para Semhor Framcisco Beme di to de a Sil pela or dem minha”. Teodora, também escrava, cujas cartas foram em grande parte escritas por Claro, pediu que escrevesse, em outubro de 1866: “...noto bem para *Vossa Senhoria* mi faça o favor de mi mamdar eta **crata** para cidade da limmera para meu marido Luiz da cunha”. Em uma, a referência dada pelo autor identificava-se com o objetivo de seu texto. Refiro-me à carta de Timóteo, escravo suicida, que, na Salvador de 1861, escreveu texto em que pretendia fazer esclarecimentos sobre por que atentava contra a própria vida: “Se faço esta **declaração** é para livrar *que* vão ao Inferno, estas almas *que* despearão suas conciencias!”. De maneira geral, os indivíduos em questão identificam as suas cartas com as expressões *esta, estas linhas*: “Muto heide estimar que **esta** va achar você”, “Será satisfação para sêo escravo se **estas linhas** o encontrar com perfeita saude”. Essas expressões poderiam vir acompanhadas de adjetivo que, desde já, poderia indicar o conteúdo das missivas. Em 1879, Vitorino, escravo de Antônio de Aragão Bulcão, preso por matar outro escravo na cidade de Cachoeira, encontrava-se na cadeia de Salvador. De lá, fez escrever ao seu dono: “Meu Senhor Muito estimo se *estas enfeliz Linhas* Vai achar *Vossa Excellencia* gozando uma perfeita saude e todos *quantos* lhe pertencem”. O já referido Claro, em março de 1867, equivaleu carta a *eta dua linha*, revelando uma característica que me parece geral a esses textos: a objetividade, que se refletia no curto número de linhas, resultante de visão pragmática que se tinha da escrita. No relatório do subdelegado em exercício, que acompanhou o documento do escravo suicida, a carta de Timóteo foi identificada como um bilhete, talvez em função da limitada quantidade de linhas. Em dois casos, as cartas ultrapassam uma página, menos pela variedade de assuntos, mais pela repetição de um deles.

2 Brasil: em São Paulo, Bahia, Rio e Piauí

Escreve-se sempre em um lugar, em um tempo, para alguém e por algum motivo. Nem sempre os escravos fizeram registrar essas circunstâncias nas suas missivas. Se as razões pelas quais escreveram podem, em alguma medida, ser recuperadas através dos textos, outras informações, que poderiam ajudar num desenho mais nítido da escrita entre escravos, parecem estar à mercê da importância que lhes atribuíam ou, ainda, dependeriam de conhecimentos compartilhados com o destinatário. Nem todas as cartas são como a do escravo Arnaldo Rigão, escrita no Rio de Janeiro em 1862 e completa nos aspectos mencionados. A escrava Teodora, apartada de seu marido e procurando-lhe informar sobre o seu paradeiro, dá destaque, em uma de suas cartas, ao local em que se encontrava cativa, já mencionado no início da sua missiva: “eu tou na **ci da de de São Paulo** na casa do *Senhor* contigo terra”. Aliás, 5 das cartas da escrava contêm, iniciando-as, o registro de que se localizava em São Paulo e, conseqüentemente, informaram-nos o lugar onde foram escritas. Não sem motivo, essa preocupação encontra-se justamente naquelas missivas em que procurava estabelecer contato com o marido e o filho, mesmo que os documentos não os tivessem como destinatários primeiros. Também a cidade de São Paulo é o cenário para as cartas e a procuração escritas pelo escravo Claro. Vaga, se não a acompanhasse um estudo do antropólogo Luiz Mott (1985), seria a informação sobre o lugar onde escreveu a sua carta a escrava Esperança Garcia, em 1770. Através do referido autor, sabemos que a Fazenda dos Algodões ficava no Piauí:

Eu Sou hua escrava de V. S. dadministração do Cap^{am} Ant^o Vieira de Couto, cazada. Desde que o Cap^{am} p^a Lá foi adeministrar, q. me tirou da Faz^{da} dos algoadois, aonde vevia com meu marido, para ser cozinheira da sua caza, onde nella passo m^{to} mal.

Em Salvador, escreveram Timóteo, o já referido escravo suicida, e Vitorino, o já referido escravo preso.

São Paulo, Rio de Janeiro, Piauí e Bahia. Esses lugares, distantes entre si, se levamos em consideração o Brasil do passado, podem indicar que, mesmo tendo contra si as circunstâncias sociais, os escravos, em diversos pontos do Brasil pretérito, não se fizeram alheios ao uso da escrita. A julgar por Claro, que escreveu as suas e as cartas de Teodora, por Timóteo, por Arnaldo Rigão e por Vitorino, 13 desses textos nascem de indivíduos acostumados com a experiência da escravidão em contextos urbanos ou deles próximos e para os quais ter o domínio das letras poderia significar, dentre outros aspectos arrolados por Silva (2001: 111-112), a obtenção de um ganho melhor, o acesso e a ascensão aos cargos das irmandades religiosas, a falsificação de carta de alforrias e a prestação de serviços para outros cativos iletrados.

Ilustra bem esse último o caso de Claro. Preso por ter sido acusado de roubar a casa do dono de Teodora, que também foi encarcerada, essa escrava declara, sobre o seu primeiro encontro com Claro, que

uma vez vindo de um armazém, na Rua de São Gonçalo, em uma casa dos fundos dos Remédios, a qual estava sendo assoalhada por Claro, viu que ele escrevia e por isso dando seis vinténs, a respondente pediu-lhe que escrevesse uma carta... (*apud* Wissenbach, 1998: 185)

Claro, dessa maneira, foi o autor de inúmeras cartas escritas como expressão da vontade de Teodora e complementava o seu ofício de carpinteiro com alguns vinténs advindos da sua

habilidade com a escrita. É possível que o escravo assim também agisse com os outros seus pares analfabetos. É possível ainda que Claro tenha aprendido a escrever em função da sua profissão, a de carpinteiro. Assoalhar uma casa e escrever parecem conjugados no ofício de Claro e nos dá uma pista segura de que exercer uma profissão especializada no século XIX – carpinteiro o era – poderia significar uma alfabetização, mesmo que mínima, para o escravo. Silva (2001) mostra que se especializar no contexto urbano do século XIX interessava tanto aos escravos como aos seus senhores; aos primeiros, porque viam a possibilidade de verem aumentar as suas economias para a alforria, aos segundos, “na medida em que, por seu intermédio, os senhores poderiam auferir maiores rendas do trabalho escravo e mantenedor das hierarquias sociais existentes” (p. 110-111). Desse modo, postula a autora referida que “no contexto urbano, o ler, escrever e contar era algo não apenas considerado possível aos escravos, mas também desejável pelos senhores” (p. 105-106). Karasch (2000: 297) é da mesma opinião. Segundo ela, alguns senhores precisavam de cativos alfabetizados em seus empregos e os que esperavam lucrar com seus escravos alfabetizados anunciavam as suas habilidades nos jornais. Informa-nos sobre o caso de um cativo barbeiro-cirurgião, com experiência no tráfico de escravos, que lia e escrevia, e de um escravo alfaiate, que falava bem o português, além de lê-lo e escrevê-lo.

Para a Salvador oitocentista, Andrade (1988: 146-149) nos apresenta outros indícios de que ofício especializado, alfabetização e conseqüente valorização do trabalho escravo estão conjugados e, quanto a isso, as suas fontes não se calaram completamente. “Cândido, pardo, moço, que tem habilidade de caixeiro do trapiche e que saber ler e escrever e contar, sem moléstia, avaliado em 900\$000” é o conteúdo de um documento de avaliação de escravo. Como nota a historiadora, o ofício do escravo em questão mais a habilidade na leitura, na escrita e nas contas fizeram com que fosse ele mais valorizado, em 900\$000, uma vez que existiam outros, que também trabalhavam no trapiche, estimados em, no máximo, 600\$000. Um caso, também citado por Andrade, que depõe a favor do que estou dizendo é aquele constante do inventário do Capitão-mor Luís Pereira Sodré, deputado de Mesa de Inspeção durante 26 anos. Declara o capitão possuir os seguintes escravos: “dois carregadores de cadeiras, dois escravos do serviço de casa, três bordadeiras, três crianças filhas das mesmas, um aprendiz de alfaiate, moço que já sabe ler e escrever, sem moléstia”. Parece que apenas o aprendiz de alfaiate sabia ler e escrever, porque só para ele foram ressaltadas essas habilidades. Analisando os dois exemplos, quanto às profissões dos escravos, os que sabiam ler e escrever eram caixeiro de um trapiche e aprendiz de alfaiate; os outros, carregadores de cadeiras, bordadeiras e escravos de serviço de casa. Assim, os dois letrados estavam ocupados em ofícios que exigiam uma certa especialização; os demais, não. Parece confirmar-se, então, que o exercício de algumas profissões mais especializadas poderia assegurar ao escravo um conhecimento mínimo de leitura, escrita e contagem. Se assim o for, não surpreende o baixo índice de escravos alfabetizados entre os pesquisados por Andrade, haja vista que, em sua grande maioria, estavam eles ocupados em tarefas cotidianas que não careciam de especialização alguma.

O fazer-se alfabetizado poderia ainda encontrar lugar nas expectativas que construíam os escravos com relação aos seus senhores, configurando-se, segundo Oliveira (1992: 256), uma espécie de pacto velado em que ambos tiravam proveito. Ao senhor, a obediência e os bons serviços dos seus subordinados; aos escravos, a alforria, a qualificação profissional ou, ainda, o reconhecimento no ‘mundo dos brancos’. Entretanto, ainda segundo a historiadora, algumas

expectativas experimentadas pelos escravos, inclusive aquela em torno da alfabetização, acrescento eu, não foram correspondidas e, quando puderam, externaram eles os seus ressentimentos. A análise de Oliveira encontra eco no caso do pardo José Teixeira que, em 1807, quando foi inventariante de sua filha Maria José, declarou que não poderia assinar o inventário porque seu ex-proprietário não tinha por ele nenhuma estima e nem lhe deu “criação de pardo, de forma que nem o mandou ensinar a ler e escrever, como sabiam ainda outros escravos negros crioulos criados com estimação”⁴. Resta saber se, de fato, o ex-senhor de José Teixeira mandava os seus escravos pardos aprenderem a ler apenas por afeição. Mas esse sentimento não deve ser descartado para alguns casos de escravos que se alfabetizaram. A escritora Anna Ribeiro Bittencourt, que na Bahia viveu no século XIX, deixa nas suas memórias passagem que exemplifica isso:

Como eu apresentasse sensível melhora na vista, escreveu minha mãe um alfabeto com letras grandes e bem vivas para ensinar. Uma mulatinha de minha idade, destinada a ser minha ama de quarto, foi minha companheira de estudo por julgarem que assim eu não me aborreceria. Lembro-me dela com saudades; chamava-se Felicidade e morreu aos dez anos. Muito afeiçoada a mim, era, apesar da raça africana, que tinha já muito longe, mais branca do que eu e até loura. Um dos luxos das moças ricas daquele tempo era ter uma criada de quarto de cor branca. (1992: 69-70, v. 2)

Se considerarmos que a população brasileira, em sua grande maioria, estava, naquela altura dos acontecimentos narrados pela escritora – 1853, uma vez que nascera em 1843 e a passagem em questão acontecera quando contava com 10 anos – mergulhada no analfabetismo, sem dúvida, ser alfabetizada é que foi um luxo para Felicidade. Afeição e distanciamento da raça africana, elementos ratificados pelo depoimento de José Teixeira, parecem ter sido ingredientes que em muito contribuíram para que a ama de quarto, junto com a escritora, aprendesse a ler e escrever.

Um outro exemplo que parece demonstrar que o fator afeição poderia render ao escravo algum ingresso no mundo das letras é inferido de um trecho do relatório que acompanha a carta do nosso já conhecido Timóteo, o escravo suicida:

Passando a correr se lhe a roupa com que viera da rua, achou-se o bilhete, que remetto, e que prova que o suicídio estava premeditado a muito tempo por que **tendo elle sido criado em casa dos Senhores com alguma liberdade, tendo até aprendido a ler**, e devendo em praça publica tendo hoje a ultima, entendo não dever passar á outro senhores⁵

Liberdade, no contexto em que está sendo usada a palavra, poderia significar, talvez, algum afrouxamento da condição escrava que facultou a Timóteo a habilidade da escrita. O subdelegado parece querer enfatizar que não se trata de um cativo como outros quaisquer, uma vez que ressalta ter sido ele criado na intimidade dos seus senhores.

Também Amélia Rodrigues (1988), escritora que alcançou a segunda metade do século XIX, manipulou a sua pena no sentido de testemunhar que a tríade bons serviços-afeição-alfabetização em torno de escravos vigorava na Bahia de oitocentos. Na peça *Fausta*, drama em 4 atos, encenada no ano de 1886, a escritora revela-nos a história do escravo Lúcio⁶. Ao referir-se a si próprio, o personagem diz que foi criado como um filho, o seu senhor tivera o capricho de mandá-lo alfabetizar-se e instruir-se. Eis o motivo por que Lúcio nunca sentiu em sua casa os rigores do cativo, nunca experimentou o peso da palavra escravo (p. 27). Em outro diálogo, mais adiante, acrescenta:

Nasci nesta casa, quase ao mesmo tempo em que nasceu o finado meu senhor, pai de D. Fausta. Minha mãe amamentou-o nos seios, repartiu com ele o leite que me devia caber. Crescemos juntos, brincamos como irmãos; o mestre que o ensinou a ele ensinou-me a mim, porque meu senhor, vendo que eu tinha algum talento, quis ter a fantasia de aproveitá-lo (p. 46)

Como o texto literário não se desvincula da realidade, o ex-senhor de Lúcio não mandou alfabetizá-lo apenas porque vira no escravo algum talento. Certamente contou também o fato de que era “um amigo, um irmão prestimoso, dedicado até o sacrifício, fiel até o heroísmo” (p. 38). Os bons serviços do escravo parecem ter-lhe rendido uma contrapartida: o domínio da leitura e de escrita. *Não há senhor mau para o escravo bom*, ensina-nos a também escritora Anna Ribeiro Bittencourt, contemporânea de Amélia Rodrigues, nas suas memórias. Ou seja, desde que se “guiassem pelo caminho do dever”, os castigos poderiam não existir, o peso da palavra escravo poderia não pesar, pelo menos na visão de Lúcio, e, para aqueles mais dedicados, alfabetizar-se poderia vir incluído no pacote. Mas parece que nem todos os escravos estavam dispostos a ser tão bons assim.

3 Setembro de 1770 a julho de 1879

Marcar o tempo em que se escreveram as suas missivas foi preocupação entre os escravos. Dos 14 documentos, 9 trazem explicitamente a data de sua feitura, geralmente no início, mas também, como foi o caso de dois, no fim. Restam-nos 5 a cuja referência temporal não se alude. Contudo, outros vieses permitem localizar o seu tempo. Para a carta do escravo suicida, é o relatório do subdelegado, de 18 de março de 1871, que nos fornece a informação. Segundo ele, o ato contra a própria vida teria acontecido “hotem”, por volta de 9 horas da noite. Mesmo que tenha concluído que o bilhete confirma estar o suicídio premeditado há muito tempo, podemos concluir nós que a sua confecção não tenha sido efetuada em tempo muito anterior ao ato. Assim sendo, não há riscos em datá-lo na década de 60 do século XIX. Quanto à carta de Esperança Garcia, aquela escrava do Piauí, Mott (1985) diz ser datada de 6 de setembro de 1770. Essa referência foi colhida pelo antropólogo em outro lugar, pois nem a carta nem o documento que a acompanhou referem-se ao tempo, que, no entanto, poderia talvez ser rastreado, por fazerem referências a algumas circunstâncias históricas. 5 das cartas feitas a mando de Teodora informam que foram escritas no ano de 1866, não há razões, portanto, para duvidar de que as outras 3 também o foram nesse ano. Dito isso, a carta de Esperança Garcia é a única a nos testemunhar o português escrito por um escravo no século XVIII; as demais, escritas na segunda metade do XIX, surpreendem pela proximidade dos anos: um pouco mais de uma década e meia separa a mais antiga (de 1861) da mais recente (de 1879). Segunda metade do século XIX: momento em que se acaloram os debates acerca da abolição e, com eles, soerguem alguns projetos de escolas para escravos; em que alguns membros do clero se mostram sensibilizados com a condição escrava e propõem a fundação de estabelecimentos populares “onde seja dada gratuitamente a instrução secundária à classe pobre de nossa sociedade”, como escreveu o cônego da Sé Metropolitana de Salvador Romualdo Maria de Seixas Barroso, em 1872, que, inclusive, fundou e regeu nesse mesmo ano, na sua paróquia, uma escola noturna para pobres, escravos e libertos e, em 1881, fundou a Associação Protetora da Infância Desvalida para suprir de vestuário e material escolar as crianças carentes (Costa e Silva, 2000: 483); em que indivíduos de ancestralidade africana encaminham ao governo petições para fundar escolas para os seus,

inclusive escravos, como foi o caso de Pretextato dos Passos Silva, cuja trajetória foi recuperada por Silva (2000), no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX; em que casos como o de Pretextato parecem não ser exceções (Silva, 2000); em que a experiência já mostrara muito bem aos escravos os usufrutos que a escrita poderia lhes oferecer. Estamos a falar de um tempo histórico mais aberto e propício ao letramento de escravos? Os textos dos nossos parecem confirmar isso.

A segunda metade do século XIX conhece também, logo no seu início, a proibição oficial da importação de escravos da África, o que intensificou a sua venda, e conseqüente locomoção, no espaço brasileiro, conseqüência do tráfico intra e interprovincial que se praticou como alternativa. Diante disso, para ter notícias dos seus pares e para deles se reaproximarem, como demonstram as cartas de Teodora e de Antônio Rigão, as primeiras décadas da segunda metade dos oitocentos contribuíram com uma circunstância histórica que teria bloqueado os contatos orais entre os escravos, fazendo-os recorrer à pena para se comunicarem.

4 Para “Vossa Excelência”, “mêo Senhor”, “meo filho” e outros que tais

Tinham variados perfis os destinatários das missivas dos nossos escravos. De governadores de províncias a filhos, a impressão que se tem é que todos poderiam ter nas mãos uma carta de um escravo, que funcionaria, em alguma medida, como um instrumento que encurtava as distâncias físicas, mas também as sociais. Esperança Garcia dirige-se ao Governador da Província do Piauí; Vitorino, ao seu senhor; Arnaldo Rigão, ao seu ex-senhor; Timóteo, provavelmente à sua e à família que o criou. As cartas de Teodora e as de Claro, pelo número maior de testemunhos, descortinam um leque mais amplo de destinatários. As executadas a pedido de Teodora destinam-se: 4 ao marido, 1 a um irmão de seu ex-senhor, 1 ao seu atual senhor e 1 ao filho; as de Claro são dirigidas a um senhor chamado Inocêncio e a uma mulher cujo nome é Gertrudes Jesus Maria da Conceição. A procuração de bens desse escravo foi passada em nome de Benedito Assis, seu amigo, que, provavelmente, quando chegasse a hora, deveria encaminhá-la às instâncias legais.

Eleitos a depender da mensagem enviada, os destinatários dos nossos escravos foram predominantemente do universo masculino. Bastante compreensível esse aspecto nas missivas, em cujo teor permeiam as súplicas; relatar os maus tratos sofridos, pedir transferência para uma cadeia mais próxima, voltar ao seio da família, sonhar com a alforria, isso, se se quisesse retorno favorável, deveria ser encaminhado a quem evidentemente pudesse, de alguma forma, interceder: os homens, regentes das principais instituições de nossa sociedade escravista. Vitorino nos conta em sua carta não conhecer o seu atual dono, Antônio de Aragão Bulcão, porque, 8 dias antes do casamento do seu dono com a sua ‘senhor’ Maria, lhe acontecera a razão da sua infelicidade e, por isso, foi encaminhado ao cárcere. Mesmo assim, preferiu o escravo dirigir-se a Antônio Bulcão, que lhe era desconhecido, e não a sua senhora, por quem tinha tanto apreço. Reflexo claríssimo do seu interesse. Mas o amor e os negócios pareciam desconhecer distinção de gênero entre os destinatários. Claro não hesitou em escrever a Gertrudes Jesus para que entregasse a Benedito Assis dinheiro dele que estava em suas mãos; se Teodora escreveu ao filho e ao marido, foi muito mais por seu instinto de mãe e de esposa, que queria dar as suas e ter notícias dos seus, que lhe permitia

algumas cobranças e o compartilhamento dos seus sonhos e esperanças. Imagino que, se a escrava tivesse uma filha ou conhecesse uma irmã, lhes escreveria também.

5 Ao sol, carta é farol?⁷

Para que chegassem aos seus destinos, as cartas, principalmente, deveriam percorrer distâncias variadas: a de Esperança Garcia, da Fazenda administrada pelo Capitão Antônio Vieira ao centro da Província do Piauí, onde certamente se encontrava o Governador; a de Arnaldo Rigão, do Rio de Janeiro à Bahia; a de Vitorino, de Salvador a Cachoeira; a de Timóteo não deveria sair da casa onde se suicidou e as de Claro percorreriam itinerários na cidade em que foram escritas, São Paulo. As missivas de Teodora iriam à mercê das vagas indicações que tinha sobre o paradeiro do marido e do filho: Limeira e Sorocaba. A que pediu para escrever para o senhor provavelmente deveria encontrar o seu destino na cidade de São Paulo, onde estava morando. Teodora é um exemplo de que, para fazerem chegar as missivas às mãos de seus destinatários, os escravos articulavam quantos fossem necessários. Para entregar uma carta ao marido Luís em Limeira, fê-lo através do irmão de seu ex-dono, que morava em Sorocaba:

Illustríssimo Senhor de mician no dia da Cunha
em São Paulo 30 de outubro de 1866

eu i de tima que eta va aCha o a *Vossa Senhoria* com muita filicidade com para mim dezeio noto bem para *Vossa Senhoria* mi faca o favor de mi mamda eta crata para cidade da limmera para meu marido Luiz da cunha

Tiadora da Cunha

No lugar reservado ao endereçamento, consta: “*Illustrísimo* senhor de miciano dia da cunha para a cidade de Solrucava”. Seria este o percurso da carta: escrita em São Paulo, seguiria para Sorocaba, às mãos de Domiciano Cunha, que, por sua vez, a encaminharia para o marido, na cidade de Limeira.

Os escravos certamente aguardavam o retorno das suas cartas e, sendo assim, entre a escrita e a resposta esperada, o caminho e os intermediários poderiam ser mais numerosos. Um esforço extremo nesse sentido é mais uma vez ilustrado por uma das missivas de Teodora ao marido:

Illustríssimo Senhor Luiz da Cunha em São Paulo 20 de outubro de 1866

Eu (hei) de tima muito que eta vom gonzamdo e a sua filicidade como para mim dezeio noto bem para mi fazer o favor de vi por o nata falla com migo sem falta mi falta 198 mireis para minha li ber dade no mais mi mamde a repota desta para o senhor de mi cian no na ci da de de solcrava sem falta no mais eu itou pagamdo como huma i crava deste pader mavado no mais a Deus a Deus a te hum dia que Deus me a jun de com sua garça divina mizeicode no mais sou a sua mulhe

Ti a do ra da Cunha dia

Illustríssimo Senhor Luiz dia da Cunha cera itegue para o i cravo do senhor João dia da cunha nacida de da limmera

A mensagem ao marido é simples: informar-lhe o quanto lhe falta para a alforria, mas o percurso imaginado por Teodora é por demais complexo. Tentemos entendê-lo: a carta, escrita

em São Paulo, seria encaminhada à cidade de Limeira, onde deveria chegar às mãos do escravo do senhor João Dias da Cunha, que, por sua vez, imagino, entregaria a missiva a seu dono. De posse dela, encaminhá-la-ia João Dias da Cunha ao marido de Teodora, que, depois de lê-la ou de pedir a alguém que a lesse, mandaria a resposta até a cidade de Sorocaba, ao Senhor Domiciano. Domiciano, se estivesse disposto, iria até São Paulo levar a resposta de Luís, marido de Teodora, à escrava, mas o mais provável é que articulasse um outro intermediário para fazê-lo. Teodora entendeu que todos, escravos e senhores, deveriam ajudá-la no seu intento. A escrava, não resta dúvidas, queria muito a sua liberdade e, se não tivesse sido presa, não duvidemos de que teria conseguido.

Se alguns itinerários a serem trilhados pelas cartas de Teodora podem ser recuperados, os dos outros textos não. Entretanto podemos supor o quão dificultoso foi para os escravos fazerem com que a sua escrita encontrasse o destino desejado. Imaginemos o que deve ter feito Arnaldo Rigão para que a sua carta, do Rio de Janeiro, chegasse à Bahia. No caso de Teodora, imagino que as referências difusas que tinha dos locais em que estavam seu marido e filho contribuíram para o ‘vai e vem’ das suas missivas; em outros casos, talvez por serem destinadas a indivíduos mais localizáveis, as resistências se dariam menos pelas distâncias geográficas e mais pelas barreiras sociais. Interessar-se-ia um senhor em receber a carta de um escravo preso por assassinato, como foi o caso de Vitorino? Receberia um governador a carta de uma escrava ‘perdida nos cafundós do Piauí’, como foi o caso de Esperança Garcia? Ficaremos sem saber se, de fato, os textos dos nossos escravos chegaram ao seu destino. Wissebbach (1998: 251), por exemplo, afirma que, com exceção daquela dirigida ao seu atual senhor, as cartas de Teodora jamais alcançaram os seus destinos. Não consegui localizar documento algum que indicasse ter Vitorino retornado à cadeia de Cachoeira como pedia na sua carta. Se a carta de Arnaldo foi preservada em arquivo baiano, chegou ela à Bahia, mas a certeza de que o seu ex-senhor a tenha lido, essa não há. Quanto ao ‘bilhete’ do escravo suicida, não só o leu o subdelegado, como provavelmente os seus prováveis destinatários, alguns integrantes da família que o criou e da sua própria. Mas é provável que missivas de escravos no Brasil, embarceiradas por contratemplos de variada natureza, tenham se perdido pelo caminho.

As cartas revelam que, se os pedidos fossem cumpridos conforme desejavam os escravos, escrita e oralidade tinham, em algumas circunstâncias, de se aliar, ou melhor, de se complementar, cada uma a seu tempo. Vemos isso de forma clara na carta de Teodora acima transcrita, em que, em uma determinada passagem, pede para alguém ir falar com ela. Em outra, vejamos o momento em que cada uma deveria entrar em cena:

Meu marido Luis

São Paulo

Mumito ide istimar que Você isteja Com Saude eu istou aqui na cidade eu vos is crevo *para* Você selembra daquela promessa que nois fizemos eu heidi procura por vose mandou lembrança *para* vose e ajun ta hum dinheiro la sepuder vimfalar com min go venha senão puder me mande a reposta e dinheiro va juntando la mesmo se czo eu maranjar por aqui mando próprio la

Dessa vosça Mulher

Theodoria escrava do connio terra que fui vin dida na vacaria

A tinta e o papel seriam responsáveis por dizer ao marido onde se encontrava, onde foi vendida e quem era o seu dono, por lembrar-lhe de uma promessa feita por ambos, por pedir-lhe que juntasse dinheiro; já a oralidade se encarregaria de trazer a Teodora algumas respostas pelas quais ansiava. Timóteo, o nosso escravo suicida, declara ter escrito “para livrar *que* vão ao Inferno, estas almas *que* despearão suas consciências!”. Como? Fazendo ler a tantos quanto interessassem a sua carta? Parece-me que também, mas não só; a oralidade, em alguma medida, estava nos planos de Timóteo para que o inocentasse do que o acusavam. O escravo Claro, em 1867, escrevia a um certo Inocêncio:

...eu ia Caber que o Senhor vai para Judiahi (vemho) falla [?] Senhor Francisco Ben e dito de Asil na Rua de Santa Curlze pegado o pos tao de minha caza falla com elle para mim Saber no mais Sou de *Vossa Mercê* esicravo criado Obirgado

Claro Antonio do Santos

Inocêncio, ao receber a carta, deveria falar a Benedito de Assis, em Jundiá, que procurasse Claro em São Paulo. Para quê? O escravo, àquela altura preso, pretendia fugir e, antes, queria passar uma procuração dos seus bens em nome de Benedito, como aliás o fez. Isso, é óbvio, não escreveu Claro na sua carta, a oralidade o diria. De fato, escrita e oralidade se complementavam, mas, repito, cada uma a seu tempo. Claro nos revela que escravos poderiam saber muito bem que nem tudo deveria ser escrito. A escrava do Piauí, Esperança Garcia, relatava em sua carta ao Governador os seus amores, desamores e outras espécies de dores, mas não mencionou as inúmeras tentativas de fugas para ficar perto do marido e dos filhos – é o que informa o documento que acompanha a sua carta. Ocultou aquilo que, talvez, na oralidade já se estava cansado de saber. Aliás, a escrava parece ter-se valido da escrita como seu último recurso, a nos guiar o documento anexo à sua carta. Outros ainda intuía que *verba volant, scripta manet*. Ainda no século XVIII, as condições de vida a que estavam submetidos levaram um grupo de escravos a se rebelar no Engenho Santana, na cidade de Ilhéus, na Bahia. Segundo Schwartz (2001: 89-121), depois de matarem o supervisor, os escravos apoderaram-se da maquinaria do local e fugiram mata adentro. Pressionados, entraram em negociação com o dono do Engenho e elaboraram um “tratado de paz” em que expuseram algumas condições para voltarem ao trabalho. Esses rebelados perceberam que, naquela situação, de nada valeriam acordos firmados na oralidade; a escrita de um tratado, sim, poderia concretizar as suas expectativas. Mas o ‘mundo dos brancos’ os enganou: o dono do Engenho fingiu aceitar o acordo e, acalmados os ânimos, mandou prendê-los para em seguida vendê-los, exceto o líder do movimento. Tudo indica que o documento acima referido, transcrito por Schwartz, era, em verdade, uma cópia, conforme assinala a carta do Desembargador Cláudio José Pereira da Costa. Por outro lado, assinala esse mesmo desembargador que: “Estando as couzas nestes termos enviarão os levantados emissários a seu senhor com a proposta da Capitulação Constante da copia incluza”. Esta passagem sugere que, talvez, as propostas tenham sido elaboradas pelos próprios punhos dos escravos e delas tenha sido feita uma duplicata.

6 “Muito estimo se estas enfeiz linhas”

nos digam se são brasileiros ou africanos os nossos escravos. Não consegui informação alguma para dois deles: Vitorino e Esperança Garcia. Existe o processo dando conta do delito de

Vitorino, no entanto nenhuma pista a esse respeito. Quanto aos demais – Claro, Timóteo e Arnaldo Rigão –, eram todos brasileiros. No correr do longo processo movido contra Claro, ele se identifica e é identificado inúmeras vezes como brasileiro; sabemos até o local exato do seu nascimento: Poço Grande, na Província do Paraná. Quem identifica a origem de Arnaldo Rigão é a historiadora Isabel Cristina dos Reis (2001: 52), que localiza a correspondência expedida entre as autoridades policiais à época da venda de Arnaldo para o Rio de Janeiro. Segundo ela, o escravo é crioulo, portanto brasileiro – *crioulo* era como se denominava, no século XIX, o negro nascido no Brasil; o africano, comumente chamavam-no de *preto*, seguido da nação a que pertencia; por exemplo, *preto da nação mina* – e era um dos três filhos da africana Esmênia. Quanto a Timóteo, sabemos, através da pena do subdelegado, a sua nacionalidade e um pouquinho mais: era mulato – o que quer dizer brasileiro, tinha 18 para 20 anos e pertencia ao casal da viúva Dona Clara Joana Rosa dos Santos. Quanto à africana Teodora, analfabeta, para quem o brasileiro Claro escreveu as cartas, a escrita teria funcionando como um instrumento que amenizou, em alguma medida, possíveis rivalidades étnicas, aproximando, por intermédio da pena, brasileiros e africanos. Desse modo, tanto os nascidos no Brasil, como em África, como mostram as missivas dos nossos escravos, recorreram à escrita quando as circunstâncias assim o exigiram, manuseando eles próprios a tinta e o papel ou pedindo a outros que o fizessem.

7 “Eu espero hinda compir ainda”

a discussão de um problema em relação aos textos aqui reunidos: a questão da autoria. Dito de outro modo: como saber se, de fato, estão eles a testemunhar o português escrito por escravos. Começamos por Claro, autor de 3 textos em seu nome e de 6 das 7 cartas a mando da africana Teodora. Em duas ocasiões, ao longo do processo que lhe moveram, quando lhe perguntaram se sabia ler e escrever, o escravo respondeu que sim, porém mal. Além dessas duas passagens, o primeiro encontro de Teodora, já mencionado acima, com Claro parece não deixar dúvidas de que era o escravo alfabetizado, esse, inclusive, foi o motivo de aproximação entre os dois. Claro ainda registra, em algumas das 408 páginas do processo, a sua assinatura, inequivocadamente idêntica à dos seus 3 textos e à das 6 cartas de Teodora. Quanto a ter declarado que lia e escrevia mal, fica a dúvida: estaria Claro a querer que a sua figura não crescesse aos olhos dos seus inquisidores ou tinha ele consciência da sua precária habilidade com o português escrito? O escravo tinha, sem dúvidas, uma mão pouquíssimo hábil. Traçado inseguro, uso de módulos grandes, hipersegmentação, recurso a letras do alfabeto maiúsculo, mesmo em interior de palavras, são algumas das características listadas por Marquilhas (2000: 238) para as mãos inábeis portuguesas setecentistas que também encontram eco nos textos de Claro. Quanto ao seu domínio do português escrito, que nos revele uma das suas cartas:

Illustrissimo Senhor I no cemso de
Memento

Sao Paulo 1º. de Maço de 1867

eu es timae ri que eta dua linha quer V a aCha o meu esti mado Senhor com muita Saude como para mim
dezeio noto bem para *Vossa Mercê* filca Ss bemdo que eu ia fai 3 es momna que eu ando fora de mimha

152 do português arcaico ao português brasileiro

caza eu ia caber que o Senhor vai para o Judiahi (vemho) falla [?] Senhor Francisco Ben e dito de Asil na Rua de Santa Curlze pegado o pos tao de minha caza falla com elle para mim Saber no mais Sou de Vossa Mercê esicravo criado Obirgado

Claro Antonio do Santos

e a sua procuração⁸:

em Sao Paulo no dia 21 de fer verio de 1867

Illustrissimo Senhor

1 mais cor lete de esda peta com huma gavata 9\$000

1 hum di to Cha peo de Sol de esda 8\$000

1 mais hum Cha peo de car beça 7\$000

1 hum di to Chalé de lam bamco 9\$000

1 mais dita caixa de esda peta 12\$000

1 dita hum a i car ça de garremira peta 20\$000

1 dito hum i carça de binco 9\$000

1 dito hum palito de lam 6\$000

1 di to hu camiza de lam vermeia 5\$000

4 camiza de a mor ri fim no 24\$000

2 camiza de xita 33\$000

1 dito mais huma pé da de com es va 14\$000

1 mais hum dito itojo de na vaia 3\$0005

mais hum Cha peo de cabeça 3\$0005

paço eta pecura cao para Semhor Francisco Be me ditto de a Sil pela or dem mimha

Claro Antonio do Santos

As característica paleográficas dos 9 textos escritos por Claro – 3 em seu nome e 6 em nome de Teodora – autorizam excluir uma como advinda de suas mãos. Trata-se de uma dirigida ao então senhor da escrava. Nela, o escriba parece estar muito mais familiarizado com a escrita; o traçado seguro e harmonioso do texto, o uso apropriado das maiúsculas, a ausência de segmentação nas palavras corroboram a favor da hipótese de que se trata de alguém mais habilitado e acostumado à escrita que Claro. Isso, entretanto, não evitou que a pena deixasse escorrer alguns traços de um português popular ('vortar', 'pormeça', 'enxú', 'para eu tira ismola nos domingo'). Das duas, uma, ou as duas (ou nenhuma?!): ou o escriba buscou reproduzir *ipsis litteris* a fala que lhe era ditada pela autora intelectual, a escrava Teodora, ou maior treino escriptológico nada tem a ver com o aprendizado de um português mais normativo. Quanto à possível não equivalência entre treino escriptológico e domínio de um português mais padrão, vale a pena abrir um parêntese para ilustrá-lo com o caso dos juizes de paz, na Bahia do século XIX. O exercício desse cargo não exigia formação jurídica, apenas que seus ocupantes fossem cidadãos respeitáveis, geralmente comerciantes, proprietários médios e senhores de escravos, eleitos entre os seus (Reis, 2003: 429). Contudo, dadas as suas atribuições, escrever com frequência fazia parte do seu universo. É o que demonstra o juiz de paz da freguesia de Brotas Antônio Gomes de Abreu Guimarães, que, na vasta correspondência trocada com a presidência da província, demonstrava, pela sua letra, ter intimidade com a escrita, mas, no que respeita ao português, deixou registros de que era utente de uma modalidade bastante popular⁹.

Quanto à carta do escravo suicida, o relatório do subdelegado comprova a sua autoria: foi, de fato, escrita por Timóteo, uma vez que, criado em casa de seus senhores com alguma liberdade, aprendeu a escrever. Possivelmente colheu o subdelegado essa informação dos senhores de Timóteo (teriam sido eles os que atribuíram a autoria da carta a Timóteo, uma vez que, como sugere o próprio escravo, os seus donos pareciam estar familiarizados com a sua letra?). Diferentemente de Claro, a letra segura de Timóteo parece indicar alguém que escrevia com alguma constância – o próprio escravo nos dá essa indicação: “Poz-me preciso declarar = que nem foi eu [o autor?], e nem sabedor daquella infaima papel”, embora deixe escorrer alguns traços da oralidade (‘addemirava’, ‘infaima’) e de alguém que ainda titubeava nas regras da escrita (‘Não persuadão-se *que* eu fiz’, ‘por temer o que estava-se fazendo’).

Sabemos ter sido Esperança Garcia alfabetizada, pelas informações do antropólogo Luiz Mott, já referido. Isso nos aponta para o fato de que teria sido a autora de sua própria carta, mas não para a certeza completa. O seu texto nos lega algum indício de que foi escrito por alguém que não conseguiu ocultar alguns traços da língua oral (dministração, adeministrar, algodois, vevia, ordinando), mas, daí a atribuir a autoria do documento à escrava, é outra história. Fica, então, essa carta como de provável autoria de Esperança Garcia.

‘estas enfeiz Linhas’, ‘obidiente’, ‘omeno’, ‘proteição’, ‘dos Carçado’, ‘Cazoci’, ‘Ingenho’, ‘urige’ são alguns exemplos que demonstram o português vazado na carta de Vitorino. A letra com traçado seguro e o conjunto harmonioso do texto revelam o cuidado do autor, pelo menos no momento em que produziu a carta. Quanto ao autor, não há dúvidas, foi o próprio Vitorino, porque, no processo movido contra ele, assina duas vezes o seu nome e a coincidência entre essas assinaturas e a constante do seu texto confirma o que se disse.

Quanto à carta de Arnaldo Rigão, nenhum indício autoriza nem desautoriza a afirmar que tenha sido escrita pelo punho do próprio escravo. Ressalte-se que, dentre as citadas, essa é a que mais se aproxima de um português padrão. De qualquer sorte, o texto parece nos revelar, tanto quanto ao português, como ao conjunto do texto, se tratar de alguém para quem a escrita era uma amiga das mais íntimas.

8 “Noto bem para voes”

agora, em um quadro-síntese, algumas informações referentes aos textos em análise, escritos por escravos ou como expressão da sua vontade:

154 do português arcaico ao português brasileiro

	Autor intelectual	Escreva	Nacionalidade do escriba	Quando	Onde	Para quem	Onde	Texto
1	Esperança Garcia	Provavelmente Esperança Garcia	?	1770	Piauí	Governador do Piauí	Piauí	Carta
2	Timóteo	Timóteo	Brasileira	1861	Salvador	Seus familiares e família de seus senhores	Salvador	Carta
3	Arnaldo Rigão	?	Brasileira	1862	Rio de Janeiro	Antônio Coelho	Bahia	Carta
4	Teodora	Claro	Brasileira	Provavelmente, década de 60 do séc. XIX	São Paulo	Luis da Cunha	?	Carta
5	Teodora	Claro	Brasileira	Provavelmente, década de 60 do séc. XIX	São Paulo	Luis da Cunha	Limeira	Carta
6	Teodora	Claro	Brasileira	1866	São Paulo	Luis da Cunha	?	Carta
7	Teodora	Claro	Brasileira	1866	São Paulo	Domiciano Dias da Cunha	Sorocaba	Carta
8	Teodora	Claro	Brasileira	1866	São Paulo	Luis da Cunha	Limeira	Carta
9	Teodora	Claro	Brasileira	1866	São Paulo	Inocência	Jundiá	Carta
10	Teodora	?	?	Provavelmente, década de 60 do séc. XIX	São Paulo	Senhor de Teodora	São Paulo	Carta
11	Claro	Claro	Brasileira	1867	São Paulo	Gertrudes de Jesus	São Paulo	Carta
12	Claro	Claro	Brasileira	1867	São Paulo	Inocência do Nascimento	São Paulo	Carta
13	Claro	Claro	Brasileira	1867	São Paulo	Benedito de Assis	São Paulo	Procuração
14	Vitorino	Vitorino	?	1879	Rio de Janeiro	Antônio Coelho	Bahia	Carta

9 “Peço a V. S. pello Amor de Ds. e do seu valim^{to}. ponha aos olhos em mim”

porque é hora de tentar delinear algumas motivações que permitiram a escrita dos nossos escravos.

9.1 O cárcere

O cárcere, ou, como prefere Marquilhas (2000: 51), o encarceramento judicial, fez Vitorino manusear a pena para escrever a sua carta. Como sabemos através do processo contra ele movido, Vitorino, àquela altura, em 1879, encontrava-se preso na Cadeia de Salvador por ter assassinado, a facadas, um outro escravo no Engenho Cajuíba na Cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano. Havia já algum tempo que Vitorino estava ali preso e, na carta, pede, fundamentalmente, que o senhor, o qual, aliás, não conhecia, por ele intercedesse no sentido de transferi-lo para a cadeia de Cachoeira, pois lá morava a sua mãe e, para ele, seria melhor ficar perto dos seus. A súplica, como se vê, é o elemento principal da carta de Vitorino. Mas havia um outro motivo para que escrevesse: o desejo de ficar perto da sua mãe. Vitorino explica-nos a razão por que não conhecia o senhor. Era ele escravo de Maria ou da sua família; quando essa se casou com Antônio de Araújo Bulcão, o destinatário de sua carta, aconteceu 8 dias antes o fato que o levaria à cadeia e, desse modo, não pode assistir ao enlace matrimonial da sua senhora. Dirigir-se a alguém que lhe era desconhecido requereu de Vitorino formalidade no tratamento; Vossa Exce-lência foi o pronome mais usado pelo escravo para se referir ao seu senhor, contudo parece demonstrar ter intimidade com a senhora Maria ou com a sua família. Além disso, valeu-se de algumas estratégias para, quem sabe, conseguir o seu intento: a religiosidade, o apreço à esposa do senhor, o epíteto que se deu de “escravo obediente”¹⁰.

Antônio de Aragão Bulcão.
 “*Illustrissimo* Excelentíssimo Senhor Antonio De Aragão Bucão

Meu Senhor Muito estimo se estas enfeiz Linhas vai achar *Vossa* Excellencia gozando uma perfeita saude e a todos *quantos* lhe pertencer *pois* é o que este seo Escravo obidiente pode dezejar *Vossa* Excellencia, meu Senhor Venho por meio destas enfeiz linhas prostamme em vossos honrados pés pedindo a *Vossa* Excellencia pelo a amor *que* *Vossa* Excellencia tem a minha Senhor Maria fazer com que eu *Vá* cumprir aminha pena na Cidade de Cachoeira que tem minha Mai que mora Lá mesmo, *para* me sempre é melhor, eu estar no meio dos *meus* embora eu pagei a sesta parte, *poem* sou *mais* satisfeito no meio dos meus e é *quem* pode ter compaichão de mim é o meu Senhor mesmo, abaicho de Deus, *por* reconhecer que é *quem* pode ter pena de mim sendo o Seu Escravo, *pois* tendo omeno aroteição dos Carçado de minha Senhor Maria Sou attendido pur tanto é com *quem* eu me apego. *Vossa* Excellencia não tem comhecimento com migo pur que *quando* *Vossa* Excellencia Cazoci com minha Senhor Maria eu não estava mesmo em Caza não. estava retirado no Ingenho da Caraiba, e com deferência de 8 dias pouco mas ou menos me a conteceu o fato que é urige da *minha* infelicidade, foi a razão de *Vossa* Excellencia [?] este seu Escravo e não Conhecer, por tanto espero pelo amor da *minha* Senhor ser Attindido que *Deus* é *quem* Vos *para* mim pagará com *muítos* Annos de Vida entoda *Vossa* [?] Família,

De *Vossa* Excellencia Escravo obidiente Vitorino
 Bahia Caza da Prizão
 Comtrabalho
 20 de julho de 1879

Também quando já estava preso, escreveu Claro os seus textos: duas cartas e uma procuração. Pelo que se deprende do seu conteúdo e das informações da historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach (1998: 219), elas faziam parte do projeto de fuga do escravo. A procuração, escrita em 21 de fevereiro de 1867, antecede as duas cartas. Já feito o documento, Claro escreve, em 1º de março do mesmo ano, a Inocência para procurar Benedito de Assis e pedir-lhe para com ele vir falar. Possivelmente queria entregar Claro a procuração feita em nome de Benedito. Nesse mesmo dia, escreve a Gertrudes de Jesus para entregar, no fim do ano, dinheiro seu também a Benedito:

São Paulo 1 de Maço de 1867

Illustrissima Senhora Dona Jetude de Jeus Maria da Comceição noto bem para *Vossa Mercê* filca Sabendo que eu paso a minha or dem para Senhor meu amigo Francisco Be ne dito de a Sis a quantia de Sem mireis com to do pur isso no fim do anno tem elle de areceber a di quantia tem a minha Senhora mi faça o este favor no mais Sou de de *Vossa Mercê*
 esiCravo Criado o brigado
 Claro Antonio do Santos
 Seu dito
 Juqui ri

Benedito parece ser homem de confiança de Claro e era liberto, segundo Wissenbach (1998: 219). O escravo pretendia rever futuramente os seus bens, que, aliás, não eram parcos (a procuração foi transcrita acima), em se tratando de um escravo. Desse modo, o encarceramento, aliado aos planos de fuga, se configuraram em circunstâncias propiciadoras à escrita desse escravo.

9.2 A distância geográfica

A distância geográfica, causada pelo tráfico intraprovincial, parece ter sido a razão maior que levou Teodora a pedir a Claro que escrevesse as suas cartas, enviadas a vários destinatários. Dar notícias suas, saber notícias dos seus, o sonho com a alforria são temas que permeiam as cartas escritas a mando de Teodora¹¹:

Meu marido *Senhor* Luis

Muto heide estimar que esta va a char você esteije com saude que meu dezeijo você me mande contar para honde você esta morando. quem me arematou foi um moçó muito rico de campinas o homem chama Marciano quina eu fis uma pormeça em congo você nao esta lembrado da pomeca que você que eu fis você não esta lembrado que você pai vedeu você para se lembra da pormeça que me avisou de noite eu estava dormindo. Rainha tem companheiro de fazer pormeça e não compir e agora ella esta persa no Imal. e porição façillital com santos e porição você veja que arainha e maior do mundo e esta persa no mal não pode se salvar porque São Bedicto perdeu ella no mar não pode se çalvar e porição eu não facilito com santos eu espero hinda compir ainda que esteja com cabelos braços sua *senhor* dice que desfarcado de dar carta de forria de ajuntar o carsar responcado tambem de ajuntar casar ganhou dinheiro pagar o Seu *Senhor* da carta de arfuria eu quero ocasar junto para não ganhar dinheiro e dispois emtão ganhar dinheiro pagar primeiro pagar a minha pormeça dispois para pagar sua senhoria senão fica como a rainha.

A distância em que se encontrava dos seus familiares e os maus tratos sofridos nas mãos do seu senhor, que, inclusive, não lhe permitia “ir fazer vida” com o marido, fizeram com que Esperança Garcia levasse ao Governador do Piauí as suas queixas. Desejava a escrava voltar ao lugar onde vivia com seu marido, assim se livraria dos castigos que lhe eram impostos e poderia batizar os seus filhos. Dessa maneira, denúncia e súplica encontraram lugar na carta de Esperança¹²:

Eu sou hua escrava de V. S. dadministração do Cap^{am} Ant^o Vieira de Couto, cazada. Desde que o Cap^{am} p^a Lá foi adeministrar, q. me tirou da fazd^a dos algodois, aonde vevia com meu marido, para ser cozinheira da sua caza, onde nella passo to mal.

A primeira hé q. ha grandes trovoadas de pancadas enhum filho meu sendo huã criança q. lhe fez estrair sangue pella boca, em mim não poço explicar q. Sou hu colcham de pancadas, tanto q. cahy huã vez do Sobrado abacho peiada; por mezericordia de Ds esCapei.

A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confeçar a tres annos. E huã criança minha e duas mais por batizar.

Pello q. Peço a V.S. pello amor de Ds. e do seu Valim^o. ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar a Porcurador que mande p. a faz^{da}. aonde elle me tirou p^a eu viver com meu marido e Batizar minha filha De V.Sa. sua escrava

EsPeranCa garcia”

Vendido para o Rio de Janeiro pelo tráfico interprovincial, a distância também motiva a carta de Arnaldo Rigão, destinada ao seu ex-senhor na Bahia. Nela, o escravo relata os castigos sofridos diariamente e, nos revela como, com a ajuda da mãe, pretende sair daquela situação: comprando a sua carta de alforria. Também nesse texto, a exemplo do de Esperança, denúncia, súplica e esperança vazam da tinta para o papel:

“Mêo Senhor Antonio Coelho
Rio 6 de Abril de 1862

Será satisfação para sêo escravo se estas linhas o encontrar com perfeita saude. Mêo Senhor pelo amor de vossos filhos lhe vou rogar *que* pela bondade de mêo Senhor tenha paciência com o sêo escravo Arnaldo pois mêo Senhor bem sabe a maneira *que* fui criado e hoje me vejo chicoteado todos os momentos não por faltas de *minha* parte pois quando ando em mandado não ando corro e assim mesmo não satisfaco aos mêos senhores; por isso peço a mêo senhor que tenha paciencia em mandar procurar *minha* mai para pedir-lhe o dinheiro *que* ella tenha *que* eu cá arranjo o resto, e espero em Dêos ainda hir ahi para agradecer o bem *que* mêo senhor me faça, e peço *mais* pela a bencção de Senhora mai de mêo Senhor não esqueça de

Sêo Escravo muito Respeito
Arnaldo Rigão”

9.3 O encarceramento social

O ingresso para o mundo dos libertos poderia ser obtido mediante pagamento ou, então, poderia ser concedido gratuitamente pelo senhor. As razões para a concessão de uma ou outra forma, contudo, diferenciavam-se. Segundo Schwartz (2001: 197), os bons serviços prestados pelos escravos não se constituíam em motivos para a obtenção gratuita da liberdade e, sim, um pré-requisito. Oliveira (1988) vê nas alforrias gratuitas, em muitos casos, uma forma de encobrir outras realidades, como em um que vale a pena citar. Trata-se de uma escrava que, em seu testamento de 1830, declarou a respeito de sua ex-dona:

na carta que me passou declarou que o faria pelos bons serviços que sempre lhe tinha prestado quando pelo contrário ela tinha em seu poder dinheiro corrente meu que lhe dei para minha liberdade, 80\$000 (*apud* Oliveira, 1988: 24).

Geralmente, eram os escravos domésticos os que mais se beneficiavam das alforrias gratuitas. De praxe, eram as ‘crias-da-casa’, freqüentemente filhos do senhor; as amas que criaram os senhores e os seus filhos recém-nascidos; escravos que tivessem muito tempo de serviço, etc. Como lembra Oliveira, referida anteriormente, muitas dessas alforrias ocorriam nas datas de importância no calendário senhorial, como os batizados e os casamentos. As alforrias, em muitos casos, comportavam cláusulas restritivas, o que tornava a liberdade condicional. As condições impostas, assim sendo, criaram uma classe especial de ex-escravos entre os libertos, os libertáveis. De qualquer sorte, a relação afetuosa com o senhor seria o motivo de maior força para as alforrias gratuitas.

Quanto à alforria paga ou, para alguns historiadores, onerosa, também dependia ela da vontade do senhor. Entretanto, a compra da liberdade pelos escravos ou por parentes seus, consangüíneos ou não, ainda consoante Oliveira (1988: 25), estava também à mercê da cotação da mão-de-obra escrava, dependente das condições de renovação desse contingente e da demanda de mercado, se em fase de prosperidade ou de crise. Schwartz (2001) aventa outros fatores que, segundo ele, têm sido levantados para explicar o fato de o escravo brasileiro poder comprar sua liberdade:

Alguns autores encararam esse fato como prova da abertura e da natureza mais humana da escravidão no Brasil, ao passo que outros explicam o fenômeno como uma reação provocada pela necessidade de

certos tipos de trabalhadores livres ou como um meio de controle social, por meio da qual os senhores, oferecendo a esperança de uma possível liberdade, detinham a melhor qualidade possível de trabalho e eram também, em consequência, reembolsados (p. 201).

Do estudo realizado por Schwartz sobre cartas de alforria na Bahia, retiram-se as seguintes conclusões: aos africanos, a liberdade era concedida em menor número do que aos nascidos no Brasil; os africanos eram todos libertados praticamente na fase adulta; entre os nascidos no Brasil, eram os pardos os mais privilegiados com as alforrias, mostrando que a cor era critério para a sua concessão; os pardos eram favorecidos com a liberdade ainda na infância; as alforrias gratuitas eram, com mais frequência, proporcionadas aos pardos, visto que as obtinham ainda quando criança; os crioulos obtinham a liberdade, em grande parte, quando já adultos; para os escravos africanos e crioulos, a liberdade tinha de ser conseguida, mais comumente, mediante o pagamento de suas alforrias.

Diante disso, não parece desarrazoado dizer que a liberdade escolhia o seu perfil: era pardo ou mestiço e era brasileiro. Mesmo que se saiba que eram os negros, africanos ou não, aqueles que constituíam o grosso da escravidão, foram os mestiços, minoria entre a população escrava, que obtiveram, com maior frequência e com mais facilidade, a condição de liberto. Daí o tema da alforria aparecer com mais constância nas cartas de uma africana, Teodora, e de um crioulo, Arnaldo Rigão.

Se não fossem pardos ou, talvez, não tivessem a quem recorrer para conseguir a alforria, ter-se-ia aí, talvez, mais um motivo para que escravos alfabetizados se valessem da tinta e do papel para um uso mais ‘criminoso’ da escrita. Por ser assim julgado no século XIX, alguns jornais da época deixaram registros. No Rio de Janeiro, o jornal *O Commercial* (Guedes e Berlinck, 2000: 188-189) noticiou a respeito de um escravo fugido: “póde muito bem aparecer por estes caminhos com alguma carta ou bilhete falso, fingindo que vai levar ao senhor, para assim poder andar, e mesmo póde levar outras cousas”. Para o Recife, Carvalho (2002: 249) nos apresenta alguns casos: o angolano Lourenço, que, em 1831, já estava desaparecido havia quatro ou cinco anos, se passava por forro graças a uma carta falsa que portava consigo. Nessa mesma época, Ana, de 30 anos, também tinha ‘um papel que mostra dizendo que é forra’; um outro escravo, que andava calçado, trazia consigo uma carta de alforria forjada para mostrar pelas ruas. Na cidade de Salvador, em 1835, há a prova incontestada de que escravos poderiam, através da utilização da pena por punho próprio, querer encurtar o caminho para a liberdade. Transcrevi na íntegra o documento abaixo por ser um exemplar raro do que se fala¹³.

Entrando a exercer no dia 4 do corrente o lugar de Juiz de Pás, do 1º. distrito desta Freguezia de São Pedro, por impedimento do Actual, Vicente Joze Teixeira, encontrei hum Officio do Juiz Municipal, participando da prisão, *que* tivera lugar na noite do dia 31 do passado em ceis Africanos, sendo 3 homens da Nação Bornó, hum de Nação Nagô escravos de hum dos prezos e duas Mulheres, a saber huma de Nação Bornó liberta e outra de Nação Benguela, escrava de hum dos ditos prezos, *para se proceder na forma da Lei, sobre huma Carta, que disse o Juiz se fazia suspeita, tanto pela assignatura de Napoleão e equivococ em que era concebida*, como *pela* confuzão em *que* ficarão os ditos pretos; e *que* naquella occazião passara a prisão dos mesmos a ordem deste Juízo. *Immediatamente* avizei ao Promotor Publico *para que* viesse assistir ao Corpo de Delicto e mais Actos, o *que* não podendo comparecer por se achar ocupado nos Jurados; dei principio, **conseguindo pelo depoimento dos mesmos ser a mencionada Carta escripta pelo muleque é Napolião**, *que* diz ser escravo do falecido Barão do Rio de Contas, a preta Maria Colodina, escrava do preto Jorge Manoel dizendo a

mesma não ter confessado na ocasião da prisão por ter receio publicar em presença do seu Senhor, o que Vossa Excelência vera da Autuação, Corpo de delito, e mais pessos que tudo envio a Vossa Excelência para avistar de tudo ordenarme o que devo fazer huma Ves que já se achão prezos na Policia a Oito dias tudo isto foi acontecido na Caza N^o. 18 a Barroquinha, cujos Africanos não consta serem suspeitos...¹⁴

As cartas de alforria tinham uma fórmula a ser seguida. Nelas, segundo Schwartz (2001: 173-174), o senhor ou senhora de escravo se identificava e, logo em seguida, identificava o escravo a ser libertado. A multidão sem voz, uniforme, ganhava, através das cartas, alguma individualidade, pois eram ali designadas a idade, a cor, a naturalidade e, menos freqüentemente, a ocupação dos escravos. Para que tivesse valor legal, era preciso que a carta fosse registrada em cartório e, a partir de então, deveria o ex-escravo carregá-la consigo como prova de que integrava a sociedade de homens livres. Mas o moleque Napoleão parecia desconhecer a estrutura formular de uma carta de alforria; essa foi a razão da desconfiança do Juiz de Paz que concluiu ser a sua carta falsa. Além disso, parece ter contado a assinatura equivocada de Napoleão, certamente buscando reproduzir a do seu senhor, que àquela altura estava morto, meio do qual parece ter-se valido para passar a si próprio a carta de alforria.

9.4 O suicídio: uma dimensão psicológica?

Uma dimensão talvez psicológica tenha motivado a carta de Timóteo. Pelo que escreve o subdelegado, Timóteo seria vendido em praça pública e “entendeo não dever passar á outro senhores”. Seria, então, este o motivo que levou o escravo ao suicídio: o seu afastamento daqueles que o criaram. Se o subdelegado estiver certo, os laços afetivos que uniriam Timóteo a seus donos pareciam bastante firmes. A leitura do ‘bilhete’ de Timóteo parece confirmar o seu apeço à família que o criou, uma vez que ali, em tom de despedida, dizia-se grato a “Jaia Pombinha e a toda família d’ella”, pedindo-lhe perdão pelo que iria fazer. Jaia Pombinha talvez fosse a senhora do escravo suicida. Não se encontram no texto deixado pelo escravo, como supôs o subdelegado, informações que confirmem ter sido a venda próxima de Timóteo a razão para o seu ato. Vejamos as linhas iniciais escritas pelo escravo:

A muito tempo que tenho dezejo de não existir pois a vida me hé abborrecida porem não existindo não será mais, pois quem pode viver sem ter desgostos que vá vivendo.

O escravo, portanto, não quis conviver com os seus desgostos que parecem vir de há muito tempo e o seu texto surge como que para falar de um deles: “Poz-me preciso declarar = que nem fui eu, e nem sabedor daquela infame papel... Se faço esta declaração é para livrar que vão ao inferno, estas almas que despestaraõ suas conciencias!”. Do que estaria sendo acusado Timóteo? A sua carta não deixa respostas, mas sugere que o conteúdo de um infame papel seria uma das causas do seu desgosto; sugere ainda que estaria sendo Timóteo acusado de ser o seu autor e seria essa, talvez, uma das razões pelas quais cometeu suicídio. Quanto a outros motivos, “a sepultura será sabedora, e não este infame lugar, digo: e não esta terra de vivos”. Desse modo, acusado de fazer um uso ‘criminoso’ da escrita, o fato de ser alfabetizado parece ter contribuído para condenar Timóteo à morte. Talvez, ainda, quisesse ele que a escrita o inocentasse.

“No mais”

gostaria de ressaltar o óbvio: que há muito por se fazer no que diz respeito à leitura e à escrita entre escravos no Brasil. Reunindo 14 testemunhos escritos por escravos ou como expressão da sua vontade, busquei mostrar, em suma, que a história da alfabetização no Brasil não é uma história exclusivamente de brancos. A prática da leitura e da escrita parece ter tido um alcance mais lato dentro do Brasil do passado. Chegou, às vezes por caminhos tortuosos e mesmo contraditórios, àqueles que compuseram a base da pirâmide social brasileira. As linhas acima provavelmente serão modificadas a cada texto escrito por um escravo ou por vontade sua que, por ventura ou não, se localize. Isso acontecendo, serão reescritas com muito prazer.

¹ Agradeço, já de início, aos historiadores Maria Inês Côrtes de Oliveira, João José Reis e Jackson Ferreira e ao antropólogo Luiz Mott, pela indicação e doação de documentos e referências bibliográficas. Sem a sua generosidade, este texto seria outro.

² Alguns dos documentos com os quais lido neste texto já foram publicados. As 7 cartas da escrava Teodora, escritas, em grande parte, por Claro, foram publicadas pela historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach (1998: 265-268), que descobriu, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, o processo movido contra o escravo Claro, ao qual as cartas foram anexadas. Dos 3 textos escritos por Claro e assinados em seu nome, um – a procuração de bens – também foi transcrito pela historiadora referida, atualizando-se-lhe o português. Os outros dois, duas cartas, não foram publicados pela historiadora; são inéditos, portanto. A carta da escrava Esperança Garcia foi localizada e publicada por Luiz Mott (1985: 103-107), de quem mereceu um estudo. A historiadora Isabel Cristina Ferreira dos Reis (2001: 161) localizou e publicou a carta do escravo Arnaldo Rigão. Quanto às cartas do escravo Vitorino e de Timóteo, o escravo suicida, foram-me indicadas, respectivamente, pelos historiadores Maria Inês Côrtes de Oliveira e Jackson Ferreira.

³ Aproveito para indicar a localização dos textos com os quais trabalho aqui. Cartas de Teodora: Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 80, ordem 3980, processo 1492, 1868/1872; Cartas e procuração de Claro: Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 80, ordem 3980, processo 1492, 1868/1872; Carta de Esperança Garcia: Arquivo Público do Estado do Piauí, documento não classificado, 1770; Carta de Arnaldo Rigão: Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, Série polícia, correspondências recebidas de delegados, maço 6245, 1877; Carta de Vitorino: Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, Escravos (assuntos), maço 2829, 1876/1879; Carta de Timóteo: Arquivo Público de Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, correspondências recebidas de subdelegados, maço 6234, 1861. Com exceção da carta escrita por Esperança Garcia, voltei a todos os documentos, transcrevendo-os nos moldes de uma edição semidiplomática. As citações que oferecerei doravante advêm dessa edição. As citações referentes à carta de Esperança Garcia, retiro-as de Mott (1985), que escreve tê-la transcrito *ipsis litteris*.

⁴ Maria Inês Côrtes de Oliveira me indicou a localização deste documento: Arquivo Público do Estado da Bahia. Série inventários, maço 672, set. 1807.

⁵ São meus os grifos.

⁶ Milena Brito me indicou essa peça de Amélia Rodrigues.

⁷ Retirado de uma parte do belo título do livro de Matildes Demétrio dos Santos (1998) – *Ao sol, carta é farol. A correspondência de Mario de Andrade e outros missivistas*.

⁸ Às páginas 219 e 220, Wissenbach (1998) transcreve essa procuração, em português atualizado e normatizado.

⁹ Nascimento (1986) é quem revela a existência da correspondência expedida pelo juiz referido. Segundo ela: “Na freguesia de Brotas, em época anterior ao censo de 1855..., existia um interessante juiz de paz que mantinha seguida correspondência com a presidência da província, e que nela usava de linguagem muito popular, deixando entrever o que se passava na freguesia de Brotas” (p. 89). Voltei a

essa correspondência e verifiquei que popular era a sua linguagem não apenas por conta dos temas tratados, mas também pelo português ali escrito. Arquivo Público do Estado da Bahia, Presidência da Província, juizes de paz, caixa 1047.

¹⁰ Note-se, porém, que a expressão “escravo obediente” é uma fórmula bastante freqüente de finalização de cartas no século XIX, não sendo uma expressão, portanto, que se possa considerar como um traço particular da escrita de escravos.

¹¹ Para maior conhecimento sobre o valor histórico e social e também dos símbolos das cartas de Teodora, é imprescindível a leitura do livro de Wissenbach (1998), todo ele. Por conta disso, não me deterei muito sobre essas missivas.

¹² Como não tive acesso ao documento original, ofereço aqui a transcrição feita por Mott (1985: 106).

¹³ Foi a historiadora Maria Inês Côrtes de Oliveira quem me indicou o documento. Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 2896, 1835.

¹⁴ São meus os grifos.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus: Editus, 1999.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo/Brasília: Corrupio/CNPq, 1988.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2v.

CARVALHO, Marcos J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora da UFPE, 2002.

COSTA E SILVA, Cândido da. *Os segadores e a messe. O clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000.

GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. (orgs.). *E os preços eram commodos... Anúncios de jornais brasileiros, século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2000.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: IN-CM, 2000.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado, 1986.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros. Salvador, 1790/1890*. São Paulo/Brasília: Corrupio/CNPq, 1988.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *Retrouver une identité: jeux sociaux des africains de Bahia (vers 1750-vers 1890)*. Tese de doutorado, Université de Paris IV (Sorbonne), 1992.

SANTOS, Matildes Demétrio dos. *Ao sol, carta é farol. A correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. São Paulo: Anna Blume, 1998.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Adriana Maria P. da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos na corte*. Brasília: Plano, 2000.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, Amélia. *Fausta, drama em 4 atos*. In: ALVES, ÍVIA. (org. e apres.). *Amélia Rodrigues: itinerários percorridos*. Salvador: NICSA/Bureau, 1998.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

A voz passiva no período arcaico do português e inícios do moderno¹

Mariana Fagundes de Oliveira





Introdução

Este trabalho — referente à constituição histórica do português, tema para o qual cada vez mais se têm voltado as atenções, afinal a viagem ao passado das línguas é uma experiência desafiadora e fascinante e muito tem contribuído para o desenvolvimento da ciência linguística — visou a levar a um maior conhecimento do português no seu período arcaico e nos começos do moderno. Considera-se que o período arcaico do português se estende do século XIII — precisamente de 1214, data do mais antigo texto oficial-régio escrito em língua portuguesa, o *Testamento de Afonso II* — até, segundo a maioria dos autores, o início do século XVI, quando a língua apresenta-se, em vários aspectos, inovadora, chamada essa sua nova fase de clássica ou moderna (cf. Mattos e Silva, 1994: 247-252). O aspecto focalizado nos *corpora* selecionados para a pesquisa foi a voz passiva, considerada por Perini (1989: 242) “um dos mais complexos [temas] de todos quantos apresenta a sintaxe portuguesa”. Com base na análise dos dados obtidos na investigação feita — de carácter morfossintático e abordagem descritivo-quantitativa —, concluímos que, de maneira geral, é o mesmo o comportamento das passivas no período arcaico do português e começos do moderno.

1 Voz passiva: caracterização

É tradicionalmente referida como uma oração de voz passiva aquela em que o sujeito não pratica a ação verbal, mas a sofre, sendo, portanto, um sujeito paciente (sabemos, contudo, que há orações que os prescritivistas classificam como ativas, mas cujo sujeito é antes o paciente do que o agente no processo verbal). Na língua portuguesa, a voz passiva apresenta-se, segundo a tradição gramatical, basicamente sob as formas nominal, ou *passiva de ser*, e pronominal, ou *passiva de se*. Segue um exemplo de passiva nominal:

- 1) O livro foi lido por Alice.

Nessa frase, o sintagma nominal “o livro” é analisado como sujeito paciente, e o sintagma preposicionado “por Alice”, como agente da passiva, que se constitui num termo opcional. Correspondem os sintagmas em questão, respectivamente, ao argumento interno e ao argumento externo da versão frasal ativa, apresentada a seguir:

- 2) Alice leu o livro.

Vemos que passivas e ativas têm estruturas morfossintáticas completamente diferentes, sendo aquelas, numa perspectiva transformacional, destas derivadas.

Continuando a análise do exemplo 1), na voz passiva nominal, notamos que o predador, um verbo transitivo direto (as orações passivas são formadas com verbos que regem objeto direto), apresenta-se na forma participial, acompanhado do verbo auxiliar *ser*, juntos formando um tempo composto.

Construções como a ilustrada em 3) são mal vistas pela tradição gramatical, por serem formadas com verbo por ela classificado como transitivo indireto.

3) O diretor foi obedecido por Alice.

Exemplos assim são encontrados com frequência no português contemporâneo, contrariando os gramáticos. Seria mais coerente – mas falta mesmo bom senso aos gramáticos! – eles admitirem que há verbos que ora funcionam como transitivos indiretos, ora como transitivos diretos e, desta forma, podem figurar como verbo principal na conjugação perifrástica passiva, passando seu complemento direto na voz ativa a ter uma função subjetiva na voz passiva.

O verbo *obedecer*, predador em 3), é desses verbos que têm dupla regência. Podemos dizer:

4) Alice obedeceu ao diretor

construção geralmente utilizada em contextos formais por quem domina a língua padrão, ou

5) Alice obedeceu o diretor

construção mais comum na fala popular ou informal.

O exemplo 6), a seguir, traz uma construção de *ser* e particípio passado de verbo intransitivo, rara nos dias atuais e também não muito frequente em tempos pretéritos da história da língua, construção de forma passiva, mas de significação ativa, representando, literalmente, como afirma Dias (1954: 250), os tempos compostos dos depoentes latinos.

6) Alice foi nascida na Bahia.

Segue agora um exemplo de voz passiva pronominal:

7) Leu-se o livro.

Tradicionalmente, toma-se aí o sintagma nominal “o livro” como sujeito paciente do verbo *ler*. O pronome oblíquo átono *se* ligado a este verbo é denominado pronome apassivador, ou seja, pronome que tem a função de apassar a oração. Nas orações passivas pronominais, a presença de agente da passiva é pouquíssimo recorrente. A leitura feita da frase 7), portanto, é essa:

8) O livro foi lido.

Sendo, na frase 7), o sintagma “o livro” sujeito da oração, se ele passar para o plural, o verbo deve também ir da terceira pessoa do singular para a terceira pessoa do plural, atendendo à regra padrão de concordância. Assim:

9) Leram-se os livros.

No português atual, porém, é altamente freqüente uma reinterpretação do pronome apassivador *se* como índice de indeterminação do sujeito, denotada pela falta de concordância do verbo com o sintagma nominal, geralmente a ele proposto, a que os gramáticos atribuem a função de sujeito, acontecendo realizações como:

10) Leu-se os livros.

Nesse exemplo, o sintagma nominal “os livros” é percebido como complemento direto do verbo *ler*, cujo sujeito é agente e indeterminado, estando representado pelo pronome oblíquo *se*, que passa, então, a assumir o caso nominativo. Encontramos em Scherre (1999: 13-14), por exemplo, a constatação dessa comum reinterpretação das construções passivas pronominais como construções ativas com sujeito indeterminado.

Hoje, a estrutura classificada como passiva sintética — *joga-se búzios ou jogam-se búzios; doa-se filhotes ou doam-se filhotes; cobre-se botões ou cobrem-se botões; analisa-se dados ou analisam-se dados* — não é passiva sintética; é, sim, uma estrutura ativa de sujeito indeterminado semelhante a outras estruturas irmãs do tipo: *No Brasil, precisa-se urgentemente de reforma agrária e vive-se bem nesta terra*. A concordância nas estruturas denominadas passivas sintéticas é variável e ocorre *por atração ou por falsa concordância* com o objeto direto, em função, especialmente, do conhecimento da norma codificada, ou seja, da gramática normativa da língua portuguesa.

Também Bechara (2001: 178) constata tal reinterpretação.

(...) *o se* como índice de indeterminação de sujeito — primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados de objeto direto —, estendeu seu papel aos transitivos diretos (onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal: *Vendem-se casas* = ‘alguém tem casa para vender’) (...) A passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer a concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo: *Vendem-se casas* (= ‘casas são vendidas’) → *Vendem-se casas* (= ‘alguém tem casas para vender’) → *Vende-se casas*.

A interpretação impessoal em lugar da passiva *se* daria também em casos como 7) e como 9), pois, mesmo havendo, nestes casos, concordância nos moldes da gramática tradicional, o entendimento que temos deles é de que sejam orações ativas impessoais. Podemos afirmar, diante disto, que não existem hoje passivas pronominais no português. Existiram no passado da língua, como demonstra Naro (1968).

No português contemporâneo, as verdadeiras passivas são as *passivas de ser*, que têm sido preteridas na língua falada corrente, sendo mais comuns na língua escrita e em circunstâncias de fala formais.

2 Descrição dos dados

Bem, como disse Quintiliano, gramático romano do século I d.C., são as letras para entregar aos que vierem as coisas passadas (cf. Torres, 2000[1536]: 90). Vamos, então, à nossa viagem diacrônica, por meio das letras.

2.1 A voz passiva no período arcaico do português

2.1.1 O corpus

O corpus para a investigação da voz passiva no período arcaico do português compõe-se desses textos:

Século XII: A) A cantiga de escárnio *Ora faz ost' o senhor de Navarra*, de João Soares de Paiva (cf. Lapa, 1998: 164).

Século XIII: A) As duas versões do *Testamento de Afonso II* (cf. Costa, 1975: 307-321).

Século XIV: A) 225 linhas do *Livro de linhagens do conde D. Pedro* (cf. Mattoso, 1980: 122-127).

B) 93 linhas do *Livro das aves*, de autor desconhecido (cf. Rossi, 1965: 19-21).

Século XV: A) Capítulo I da *Crônica de D. Pedro de Fernão Lopes* (cf. Macchi, 1966: 91-93).

B) Dedicatória do *Livro dos ofícios*, tradução feita por Dom Pedro do livro *De officiis*, de Cícero (cf. Piel, 1948: 1-5).

2.1.2 Os dados

Apresentamos, no Quadro 1, a seguir, os dados de voz passiva obtidos do corpus do português arcaico.

Questões	Textos												Total
	Sec. XII		Sec. XIII		Sec. XIV				Sec. XV				
	A		A ²		A		B		A		B		
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	
VP ³	-	-	09	100	11	100	-	-	05	100	17	100	42
VPN	-	-	08	88,88	06	54,54	-	-	03	60	14	82,35	31
VPP	-	-	01	11,12	05	45,46	-	-	02	40	03	17,65	11
APA ⁴	-	-	01	11,11	-	-	-	-	-	-	02	11,76	03

Quadro 1: Dados de voz passiva obtidos do corpus do português arcaico.

2.1.3 Interpretando os dados

Como pudemos ver no Quadro 1, não há ocorrência de voz passiva no texto do século XII, a cantiga de escárnio *Ora faz ost' o senhor de Navarra*, nem na amostra do segundo texto apresentado do século XIV, o *Livro das aves*. Nos demais textos do corpus, a frequência de voz passiva nominal, *passiva de ser*, é superior à de voz passiva pronominal, *passiva de se*, sendo que, no *Livro das linhagens do Conde D. Pedro*, do século XIV, e na *Crônica de D. Pedro de Fernão Lopes*, do século XV, a diferença entre os números de uma e outra modalidade de oração passiva é de apenas uma ocorrência.

No corpus apresentado, nenhuma ocorrência de voz passiva nominal com verbo classificado pelos normativistas como transitivo indireto foi encontrada.

Não ocorre, no *Livro das linhagens do Conde D. Pedro*, do século XIV, e na *Crônica de D. Pedro de Fernão Lopes*, do século XV, agente da passiva, que só aparece no *Testamento de Afonso II*, do

século XIII, e no *Livro dos officios*, do século XV, uma e duas vezes, respectivamente, todas com a preposição *por* introduzindo o sintagma preposicionado agente. Podemos afirmar, assim, que, no *corpus* do português arcaico, a ausência de agente da passiva é um significativo mecanismo de indeterminação do sujeito. A principal função das orações passivas parece mesmo ser a de ocultar o agente, chamando a atenção para o objeto afetado pela ação verbal.

Nenhum caso de *se* apassivador reinterpretado como índice de indeterminação do sujeito foi verificado. É verdade que identificamos, no *Livro dos officios*, um caso de falta de concordância de um verbo transitivo direto, ligado à partícula *se*, com o sintagma nominal sujeito plural; mas os constituintes deste são sinônimos (ou parassinônimos), e, nesta situação, a concordância verbo-nominal é facultativa, como afirma Mattos e Silva (1998:167-173). Consideramos, portanto, o *se* nesse caso não como índice de indeterminação do sujeito, resultante de uma reinterpretação, mas como pronome apassivador. Transcreve-se o exemplo referido: “De nom poer a diligencia e cuidado que se requeria (...)” (fol. 1v)

Alguns exemplos representativos dos dados constantes do Quadro 1:

VPN
Sec. XIII
<i>Testamento de Afonso II^o</i>
“E forū feitas en Coimbria (...)” (l. 27)
“E mão (...) do outr’aver movil (...) que segia partido pelas manus do arcebispo de Bragaa (...)” (l. 5)
Sec. XIV
<i>Livro de linhagens do conde D. Pedro</i>
“(...) e o emperador foi ferido na perna destra (...)” (fol. 31r)
Sec. XV
<i>Crônica de D. Pedro de Fernão Lopes</i>
“(...) nêhū era deteudo em sua casa, por cousa que lhe requeresse.” (l. 34-35)
<i>Livro dos officios</i>
“(...) por o querer fazer mui bem fecto, ficar e nom ser ja mais acabado.” (fol. 1v)
“(...) per elles algūas vezes fuy requerido (...)” (fol. 1r)
VPP
Sec. XIII
<i>Testamento de Afonso II</i>
“(...) e as duas partes (...) departiāse ent(r’e)les igualm(en)te.” (l. 9)
Sec. XIV
<i>Livro de linhagens do conde D. Pedro</i>
“(...) e eles disserom que fosse e nom se lemesse nada da terra.” (fol. 30r)
Sec. XV
<i>Crônica de D. Pedro de Fernão Lopes</i>
“(...) e por husança aviam estonce a contia que ora chamam maravidiis dar-se no berço (...)” (l. 21-22)
<i>Livro dos officios</i>
“(...) nom pus aquella diligencia que podera e se requeria” (fol. 1r)

Quadro 2: Exemplos de voz passiva retirados do *corpus* do português arcaico.

2.2 A voz passiva nos começos do português moderno

2.2.1 O *corpus*

É o seguinte o *corpus* de pesquisa da voz passiva nos começos do português moderno:

Século XVI: A) *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (cf. Torres, 2000[1536]: 78-155).

B) *Gramática da língua portuguesa*, de João de Barros (cf. Buescu, 1971[1539/1540]: 291-389).

2.2.2 Os dados

Nos Quadros 3, 4 e 5, seguintes, estão os dados de voz passiva obtidos do *corpus* dos começos do português moderno⁶.

Questões	Textos				Total
	Sec. XVI				
	A		B		
	Oc.	%	Oc.	%	
VP	251	100	235	100	486
VPN	64	25,5	34	14,47	98
VPP	187	74,5	201	85,53	388

Quadro 3: Dados de voz passiva obtidos do *corpus* dos começos do português moderno.

Questão	Textos								Total
	Sec. XVI								
	A				B				
	VPN		VPP		VPN		VPP		
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	
APA	14	21,87	1	0,39	4	11,76	4	1,99	23

Quadro 4: Dados de agente da passiva obtidos do *corpus* dos começos do português moderno.

2.2.3 Interpretando os dados

Analisando o Quadro 3, vemos que a modalidade de voz passiva que mais utilizam os gramáticos Fernão de Oliveira, autor da *Gramática da linguagem portuguesa*, de 1536, e João de Barros, autor da *Gramática da língua portuguesa*, de 1540, é a pronominal, cuja frequência é bastante maior do que a de passiva nominal, sobretudo na gramática de Barros.

De acordo com o Quadro 3, não foram encontradas, em nenhuma das gramáticas, ocorrências de voz passiva nominal com verbo tradicionalmente classificado como transitivo indireto.

Tanto no texto de 1536 quanto no texto de 1540, a não realização de agente da passiva é um mecanismo freqüente de indeterminação do sujeito. Conferindo o Quadro 4, verificamos que, das 15 ocorrências de agente da passiva em Oliveira e das oito em Barros, respectivamente, uma e quatro figuram em orações passivas pronominais, todas as cinco ao lado do verbo de segunda conjugação *reger* e com a preposição *de* formando o sintagma preposicionado agente. Em Oliveira, as ocorrências de agente da passiva nas orações passivas nominais tanto aparecem com a preposição *por* como com a preposição *de*; em Barros, por outro lado, elas só aparecem com a preposição *de*.

Não encontramos casos de reinterpretação de *se* apassivador como *se* impessoal em nenhuma das gramáticas.

Alguns exemplos referentes aos dados apresentados nos Quadros anteriores:

VPN
Sec. XVI
<i>Gramática da linguagem portuguesa</i>
"E se disto para que seja entendido podemos dar algum exemplo (...)" (fol. 17v)
"(...) o qual polla maior parte já foi feito pollos antigos (...)" (fol. 29r)
"E sempre seremos dellas louvados e amados (...)" (fol. 5r)
<i>Gramática da língua portuguesa</i>
"(...) em as quais cousas convém serem eles doutrinados (...)" (p. 292)
"A qual figura é muito usáda de nós (...)" (p. 383)
VPP
Sec. XVI
<i>Gramática da linguagem portuguesa</i>
"(...) quero que minhas obras se pubriquem (...)" (fol. 1v)
"(...) sojeitas às regras e leis de cujo mandado se rege esta arte." (fol. 30r)
<i>Gramática da língua portuguesa</i>
"(...) tiram-se desta régra alguns nomes próprios (...)" (p. 309)
"(...) e o caso genitivo muitas vezes se rége desta preposicám de (...)" (p. 316)

Quadro 5: Exemplos de voz passiva retirados do *corpus* do português moderno.

2.3 Comparando os dados

A seguir, um Quadro comparativo dos dados obtidos do *corpus* do português arcaico e dos dados obtidos do *corpus* dos começos do português moderno.

Questões	Português arcaico		Português moderno	
	Oc.	%	Oc.	%
VP	42	100	486	100
VPN	31	73,8	98	20,16
VPP	11	26,2	388	79,84
APA ⁷	3	9,67	23	—
APAS por IIS	—	—	4	—

Quadro 6: Comparação entre os dados obtidos do *corpus* do português arcaico e os dados obtidos do *corpus* dos começos do português moderno.

A incidência de voz passiva pronominal foi menor no português arcaico e bem maior do que a de voz passiva nominal nos começos do português moderno.

Não houve ocorrência, em nenhum dos *corpora* investigados, de voz passiva nominal com verbo classificado pela tradição gramatical como transitivo indireto.

A frequência de agente da passiva foi baixa para ambos os períodos da língua.

Não foram encontradas ocorrências de *se* apassivador reinterpretado como índice de indeterminação do sujeito nos textos investigados.

Vejamus esse último Quadro, em que constam os valores totais obtidos dos *corpora*.

Questões	Oc.	%
VP	528	100
VPN	129	24,44
VPP	399	75,56
APA ⁸	26	—

Quadro 7: Valores totais obtidos dos *corpora*.

Conclusão

A partir dos dados obtidos dos *corpora* selecionados para este estudo e considerando a diferença no número de linhas pesquisado para o português arcaico, de um lado, e para os começos do português moderno, de outro, concluímos que:

- i) O uso de voz passiva pronominal é o mais difundido nos começos do português moderno, enquanto, no português arcaico, a representação de voz passiva nominal é mais significativa.
- ii) Voz passiva nominal com verbo tradicionalmente classificado como transitivo indireto não ocorre nem no português arcaico, nem nos começos do português moderno.
- iii) A não determinação do sujeito através da ausência de agente da passiva é comum tanto no português arcaico quanto nos começos do português moderno.
- iv) Agente da passiva em voz passiva pronominal não ocorre no português arcaico, mas verifica-se nos começos do português moderno.
- v) Variação quanto à preposição introdutória do agente da passiva não ocorre no português arcaico, onde sempre consta a preposição *por*, contrariamente ao que se passa nos começos do português moderno, onde constam as preposições *por* e *de*.
- vi) Reinterpretação de *se* apassivador como *se* impessoal não ocorreu nem no português arcaico, nem nos começos do português moderno.

Vemos, portanto, com base na análise dos dados obtidos nesta investigação, que, de maneira geral, é o mesmo o comportamento da voz passiva no período arcaico do português e começos do moderno. Mas, como afirma Oliveira (cf. Torres, 2000[1536]: 129), “mui poucas são as cousas que duram por todas ou muitas idades em hum estado, quanto mais as falas que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juizos e tratos dos homens.” Assim é que o comportamento da voz passiva, do século XVI à contemporaneidade, mudou significativamente no que se refere às construções passivas pronominais, que são hoje comumente reinterpretadas como construções de voz ativa com sujeito indeterminado, reinterpretação condenada pela gramática normativa, que, pelo seu caráter conservador, sempre rejeita a mudança lingüística, como se isto impedisse a língua de continuar mudando; eles, os gramáticos normativistas, é que, um dia, acabam tendo que rever sua avaliação acerca da mudança, que é irreversível.⁹

Finalizamos a apresentação deste trabalho — um estudo piloto —, dizendo que pretendemos melhor investigar a voz passiva na história do português, tomando um *corpus* maior e mais significativo, a partir de cuja análise possamos apresentar resultados mais decisivos. Já dispomos de um projeto para o mestrado em Letras, intitulado *A voz passiva portuguesa: um estudo diacrônico*. Bem, por enquanto, valha-se do que se tem.

¹ Agradecemos à Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva pela orientação competente na realização deste trabalho.

² Os dados de voz passiva obtidos da primeira, a de Lisboa, e da segunda, a de Toledo, versões do *Testamento de Afonso II* são os mesmos em número de ocorrências e também nos exemplos, salvo, neste caso, algumas diferenças gráfico-fônicas.

³ Leia-se: VP (voz passiva); VPN (voz passiva nominal); VPP (voz passiva pronominal) e APA (agente da passiva).

⁴ No *corpus* em questão, o agente da passiva, quando aparece, é nas orações passivas nominais; desta forma, a porcentagem dele é tirada do total de ocorrências destas. Fazemos esta observação, porque sabemos que é possível, ainda que pouco comum, a presença de agente da passiva em orações passivas pronominais (cf. Bechara, 2001: 223).

⁵ Os exemplos do *Testamento de Afonso II* aparecem na forma gráfico-fônica encontrada na primeira versão do texto, a de Lisboa.

⁶ Os dados que serão apresentados foram obtidos quando da realização do trabalho de pesquisa, anterior a este, intitulado *O emprego da voz passiva nas gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros*, apresentado em forma de pôster e publicado em resumo, na XIX Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos, realizada em Fortaleza, no Ceará, e no VI Congresso Nacional de Estudos Lingüísticos e Literários, realizado em Feira de Santana, na Bahia, ambos em 2002.

⁷ Não calculamos aqui a porcentagem de agente da passiva obtida do *corpus* dos começos do português moderno, porque, como vimos no item 2.2.2, uma parte de suas ocorrências se dá em orações passivas nominais, e a outra parte, menor, em orações passivas pronominais.

⁸ Também aqui, não calculamos a porcentagem de agente da passiva, pelo mesmo motivo por que não o fizemos no Quadro comparativo.

⁹ Recentemente, fizemos um trabalho sobre a voz passiva em redações escolares, e os dados delas depreendidos indicaram uma digna sobrevivência da voz passiva nominal, mas deram pouco crédito à voz passiva pronominal. Este trabalho encontra-se publicado no site do Programa para a História da Língua Portuguesa — PROHPOR, na internet: <http://www.prohpor.ufba.com>.

Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (Ed.). *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971[1539/1540].

COSTA, Padre Avelino da (Ed.). Os mais antigos textos escritos em português: revisão de um problema histórico-lingüístico. In: *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 1975. n° 17. p. 263-340.

DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. *Sintaxe histórica portuguesa*. 3. ed. Porto: Livraria Clássica, 1954.

LAPA, Manuel Rodrigues (Ed.). *Cantigas d'escarnho e de maldizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Lisboa: Sá da Costa, 1998. p. 164.

MACCHI, Giuliano (Ed.). *Crónica de D. Pedro*. Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1966.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para uma caracterização do período arcaico do português. In: *DELTA*. São Paulo, 1994. v. 10, n° especial. p. 247-276.

MATTOSO, José (Ed.). *Livro de linhagens do conde D. Pedro*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980. v 2, t.1.

OLIVEIRA, Mariana Fagundes de. O emprego da voz passiva nas gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros. In: XIX JORNADA NACIONAL DE ESTUDOS

LINGÜÍSTICOS, Fortaleza. *Caderno de Resumos da XIX Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos*. Fortaleza: UFC, 2002. p. 166.

OLIVEIRA, Mariana Fagundes de. O emprego da voz passiva nas gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros. In: VI CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, Feira de Santana. *Caderno de Resumos do VI Congresso Nacional de Estudos Lingüísticos e Literários*. Feira de Santana: UEFS, 2002. p. 91.

OLIVEIRA, Mariana Fagundes de. *A voz passiva em redações escolares*. Disponível em: <http://www.prohpor.ufba.com>. Acesso em: 15 dez. 2003.

PERINI, Mário Alberto. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.

PIEL, Joseph Maria (ed.). (1948). *Livro dos ofícios*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

ROSSI, Nelson *et al* (Ed.) Livro da aves. In: CUNHA, Antônio Geraldo da (Org.). *Dicionário da língua portuguesa: textos e vocabulários*. Rio de Janeiro: INL – MEC, 1965. p. 19-55

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Preconceito lingüístico: doa-se lindos filhotes de poodle. In: HORA, Dermeval; CHRISTIANO, Elisabeth (Org.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999. p. 13-54.

TORRES, Amadeu; ASSUNÇÃO, Carlos (Ed). *Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000[1536].

Considerações sobre a gramaticalização da forma verbal de futuro do latim ao português

Rosaura Maria Galvão Fagundes Poggio





Introdução

Sabe-se que a gramaticalização é um dos temas mais discutidos na teoria funcionalista atual, podendo esse processo referir-se não apenas a um estudo sincrônico, mas também diacrônico.

Diante da observação da coexistência de formas variáveis para expressar o futuro no português atual, procura-se investigar a etimologia dessa forma verbal, buscando-se, desde os primórdios da língua portuguesa, o início das mudanças ocorridas e tentando identificar os processos de gramaticalização envolvidos.

Examinou-se, inicialmente, um *corpus* constituído de inquéritos do Projeto *NURC*, que estuda a Norma Urbana Culta de Salvador, bem como de alguns questionários aplicados a falantes não-escolarizados da mesma faixa etária, a fim de observar os empregos do futuro verbal em diversos estratos sociais do português atual do Brasil e de documentar a mudança em curso nesse momento. Em seguida, examinou-se um *corpus* constituído dos dois primeiros livros dos *Diálogos de São Gregório*, na sua versão considerada a mais antiga do português do século XIV, com o objetivo de identificar o início do uso do futuro perifrástico com o auxiliar *ir* no português atual.

Com a continuidade da pesquisa, estudar-se-á o emprego do futuro verbal entre os séculos XIV e XX.

1 Gramaticalização

A gramaticalização é um processo diacrônico que se caracteriza pelo estudo de mudanças que afetam a gramática da língua, quer fonológicas, quer morfológicas, sintáticas, ou semânticas. Assim, os itens são estudados como entidades em processo e não como formas estáticas.

A gramaticalização é de grande interesse nas pesquisas funcionalistas, tendo sido estudada não só por lingüistas estrangeiros, como B. Heine, U. Claudi e F. Hünemeyer (1991), P. Hopper e E. Traugott (1993), como também no Brasil: S. Votre (1994), Ataliba T. de Castilho (1997), M. L. Braga (1999), entre outros.

Nos vários estudos atuais sobre a gramaticalização, há uma diversidade de perspectivas. Observa-se a existência de um desacordo quanto ao termo para designar esse processo: **gramaticização, gramatização, gramaticalização** ou aspectos do processo: **apagamento semântico, condensação, enfraquecimento semântico, morfologização, reanálise, redução, sintaticização**. Essas denominações têm sido empregadas como sinônimos ou quase sinônimos, embora se refiram, algumas delas, apenas a características sintáticas ou semânticas do citado processo.

O primeiro a empregar o termo **gramaticalização** foi Antoine Meillet (1948), em 1912, tendo sido o fenômeno por ele definido como *a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma*.

Esse lingüista demonstrou, em seu estudo, a procura não apenas do étimo, mas a transformação das palavras nas classes gramaticais. Segundo esse autor, as novas formas gramaticais surgem através de dois processos: analogia, isto é, quando novos paradigmas se formam a partir de modelos existentes, e gramaticalização, quando ocorre a passagem de uma palavra autônoma a elemento gramatical. Dessa forma, enquanto a analogia renova formas e deixa o sistema intacto, a gramaticalização cria novas formas e introduz categorias sem expressões lingüísticas.

A gramaticalização também pode afetar cada palavra, estendendo-se à sentença. A. Meillet (1948) considera que há três classes de palavras: principais, acessórias e gramaticais, ocorrendo entre elas uma transição gradual.

A. T. de Castilho (1997: 31) define esse processo da seguinte maneira:

Gramaticalização é o trajeto empreendido por uma forma, ao longo do qual, ela muda de categoria sintática (= recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações semânticas e fonológicas, deixa de ser uma forma livre e até desaparece como consequência de uma cristalização extrema.

Esse autor observa que, em sentido mais amplo, esse processo pode ser assim definido:

Gramaticalização é a codificação de categorias cognitivas em formas lingüísticas, aí incluídos a percepção do mundo pelas diferentes culturas, o processamento da informação etc.

C. Lehmann, em 1982, assinala que a gramaticalização pode resultar em alterações gramaticais e alterações semânticas.

As *alterações gramaticais* compreendem: sintaticização, morfologização, fonologização e zero ou desaparecimento.

A *sintaticização*, como o próprio nome indica, corresponde às mudanças sintáticas, incluindo-se aí os três subgrupos do processo de gramaticalização: recategorização, categorização funcional e relações intersentenciais.

A *recategorização* implica a mudança de classe gramatical, a partir dos elementos do léxico nome e verbo. P. Hopper e E. Traugott (1993: 104) propõem o seguinte *continuum* de recategorização:

Categoria maior [Nome, Verbo] > Categoria mediana [Adjetivo, Advérbio] > Categoria menor [Preposição, Conjunção, Pronome, Verbo auxiliar, Afixos].

A. T. de Castilho (1997: 39) apresenta um esquema geral da gramaticalização de um nome:

N > N relacional > Prep. secundária > Prep. primária > Clítico > Afixo.

A *categorização funcional* consiste no estudo da atribuição de propriedades funcionais a alguns aspectos da sintaxe. A. T. de Castilho (1997: 41-44) exemplifica esse subgrupo com a

gramaticalização do tópico, o preenchimento das funções de sujeito e de objeto direto no português do Brasil e a ordem dos constituintes funcionais.

O terceiro subgrupo é o das *relações intersentenciais*, cujos estudos no português demonstram que há limites imprecisos entre alguns tipos de orações, como por exemplo: entre as orações coordenadas explicativas e as orações subordinadas causais, entre as orações coordenadas adversativas e as orações subordinadas concessivas etc.

A *morfologização* corresponde ao processo de perda de função e produtividade de morfemas, compreendendo a criação de formas presas: afixos flexionais e afixos derivacionais.

S. Svorou (1993, p. 35) propõe um “*continuum* de fusão” no processo de morfologização, no qual, são identificados estágios, como:

<i>Low fusion</i> (‘baixa fusão’)		<i>High fusion</i> (‘alta fusão’)
<i>embraced</i> (‘enlaçado’)	<i>agglutinated</i> (‘aglutinado’)	<i>fused</i> (‘fundido’)

Quadro 01 – *Continuum* de fusão

No primeiro estágio, *embraced*, os elementos são unidades fonológicas independentes, formando uma unidade. Esse estágio refere-se a construções preposicionais e adverbiais. A frequência de uso dessas formas conduz a uma cristalização, tornando-as itens gramaticais.

No segundo estágio, *agglutinated*, os morfemas encontram-se afixados, sendo, entretanto, identificáveis em contextos fonológicos.

No terceiro estágio, *fused*, os morfemas já afixados sofrem alteração fonológica.

Esse terceiro estágio de S. Svorou corresponde ao processo de *fonologização*. A fonologização compreende a fusão de formas livres com outras, que se transformam em formas presas. A. T. de Castilho (1997, p. 46) aponta como exemplo desse estágio a formação do futuro nas línguas românicas (lat. *amare habeo* > port. *amarei*).

No que se refere ao estágio *zero*, último estágio das alterações gramaticais, um morfema pode desaparecer, havendo a possibilidade de reiniciar-se o processo, quando para tal os falantes de uma língua empregam uma expressão perifrástica para representar o conceito da forma que caiu em desuso.

Um exemplo do estágio zero é o futuro sintético do latim, que desapareceu. Há uma tendência de o futuro sintético do português, também, vir a desaparecer.

Não há obrigatoriedade de ocorrência de todos esses estágios, podendo o item em enfoque chegar ao estágio zero ou não. A. T. de Castilho ainda constata que o estágio zero é o momento de exaustão da estrutura e anuncia a retomada do processo contínuo que é a gramaticalização.

As *alterações semânticas* correspondem principalmente a dois processos: a metáfora e a metonímia.

O importante desse processo é que a polissemia presente em muitos itens se deve ao processo *metafórico*. Dessa forma, não apenas a linguagem, mas a cognição e a linguagem operam metaforicamente.

Por outro lado, a mudança de sentido motivada por itens associados sintaticamente é denominado de *metonímia*. Esse tipo de alteração semântica refere-se basicamente a um processo estrutural.

Em vista disso, conclui-se que tanto a *metáfora* quanto a *metonímia* são transferências semânticas, sendo a primeira através da similaridade de percepção (analgica e icônica), e a segunda através da contigüidade (indexal).

Além dos processos de gramaticalização, alguns autores apontam os princípios, ou seja, propriedades inerentes à gramaticalização.

Ao serem apontados os princípios de gramaticalização, observa-se que há divergência entre os autores. C. Lehmann (1982) propõe cinco princípios: paradigmática, obrigatoriedade, condensação, coalescência e fixação.

P. Hopper (1991) critica os princípios de C. Lehmann, argumentando que eles deveriam ser levados em conta em um estágio mais avançado do processo, e aponta os seguintes princípios, baseados nas camadas geológicas: *estratificação* (formas diferentes são usadas para expressar um significado, ex.: *a gente / nós*); *divergência* (ocorre uma bifurcação de um item, porém a fonte original pode permanecer como elemento autônomo); *especialização* (princípio de restrição, no qual há um estreitamento de variedades de escolhas formais, quando ocorre a gramaticalização; há possibilidade de que um item se torne obrigatório; ex.: quando a palavra *amor* passa a compor a locução prepositiva *por amor de*, há um estreitamento no significado desse nome ao figurar no novo contexto); *persistência* (mesmo depois que um item lexical torna-se item gramatical, através da gramaticalização, pode ocorrer que alguns traços do significado original acompanhem a nova forma gramatical; ex.: *a gente*, como pronome, se refere a um maior número de pessoas do que *nós*) e *descategorização* (ao se gramaticalizar, o item lexical (nome ou verbo) perde suas marcas morfológicas e propriedades sintáticas e assume atributos das categorias secundárias (adjetivo, particípio, preposição etc.); ex.: *amor* ao figurar em uma locução prepositiva perde marca de plural, de grau, não admite um determinante etc.).

Por último, A. T. de Castilho (1997) aponta quatro princípios para darem conta dos processos de gramaticalização: paradigmática e analogia; sintagmatização e reanálise; continuidade e gradualismo; unidirecionalidade.

Para se chegar à conclusão de que uma forma está mais gramaticalizada ou não, P. Hopper (1991) acredita que se deva aplicar os cinco princípios propostos por ele, pois as formas que estão em via de serem gramaticalizadas sofrem mudanças que causam perda da sua autonomia, tanto na forma, quanto no sentido.

2 Abordagem histórica das formas de futuro

2.1 Futuro do presente

2.1.1 No latim clássico

Segundo H. Lausberg (1966), o futuro tem um valor mais abstrato que o passado, porque representa um momento incerto, do qual o falante não tem conhecimento. Conforme afirmam I. Jordan e M. Manoliu (1972), o futuro apareceu relativamente tarde nas línguas indo-européias.

As formas de futuro do latim clássico provêm de formas volitivas, como as de flexão em *-b-* ou de formas de subjuntivo, como aquelas em *-a-* / *-e-* e foram assim firmadas pela norma da língua escrita e literária.

A formação desse futuro resulta de uma elaboração secundária, de origem puramente intelectual, pautada mais em um raciocínio e não em situações de comunicação, sendo esse uso propiciado pelo latim clássico.

No latim clássico, não havia unidade para as formas de futuro: o futuro imperfeito do indicativo na primeira e segunda conjugações se formava com **-b-** (*amabo, delebo*) e na terceira e quarta com **-a-** / **-e-** (*legam, leges; audiam, audies*), confundindo-se, nessa última, a primeira pessoa do singular com a primeira pessoa do presente do subjuntivo. Também todas as pessoas do futuro perfeito do indicativo (futuro II) coincidiam com as do pretérito perfeito do subjuntivo, excetuando-se apenas a primeira pessoa do singular (*amavero, delevero*).

Tanto a homonímia com outras formas verbais, como a falta de unidade contribuíram para o desaparecimento dessas formas de futuro.

Acrescentam-se a isso acidentes fonéticos, como a confusão entre *amabit* e *amavit, dices, dicet* e *dicis, dicit*.

Ao lado das formas sintéticas, havia ainda as perifrásticas, usadas desde a época de Cícero para indicar uma possibilidade:

Cícero:

Ad. Atticum: habeo... scribere.

Pro S. Rocio: habeo... dicere.

Por outro lado, o latim precisava de um futuro passado ou de um potencial.

2.1.2 No latim vulgar tardio

Ao contrário do latim clássico, o latim vulgar tardio não propiciava o uso do futuro, pois as formas de futuro temporal estrito não são próprias do uso coloquial de uma língua. No momento da comunicação, a noção de futuro está associada à dúvida, desejo, imposição da vontade, funcionando na categoria de modo.

No latim vulgar, para todos os níveis lingüísticos, predominava o uso do presente pelo futuro, como é encontrado em textos latinos de cunho mais popular:

Cena Trimalchionis:

(1) [...] *apud quem cubitum ponitis* (= *ponetis*)
(‘com aquele que te sentas à mesa (à tarde)’);

e nos escritores cristãos. Isso acontecia desde que não houvesse uma motivação que levasse o falante a outro uso.

Como base para as formas analíticas se apresentam, sobretudo, as formas infinitivas, pois essas estão livres para uma finitização, como também para serem empregadas como modo, já que por si não estão fixadas modalmente. Essa finitização é feita com o uso de verbos auxiliares em tempo finito.

A construção de um futuro perifrástico é de largo emprego, devido sobretudo a fatores morfossintáticos. Existem aquelas formas que tomam o futuro como coisa desejada ou imposta, como no caso da união de um infinitivo com as formas verbais do presente do indicativo: *habeo, debeo, volo*, como nos exemplos:

Tert. Scorp. 11:

(2) *Aliter praedicantur, quam evenire habent.*
(‘O que se predisse, sucederá de outro modo’),

em que *habent* está quase desprovido do valor de obrigação que tem no uso clássico *scribere habeo* ('tenho que escrever').

Ag. In. evang. Ioh. e, 1, 2:

(3) *Tempestas illa tollere habet totam paleam.*
(‘Essa tempestade levará toda palha’).

Ps. Ag. Serm. 253, 4:

(4) *Sanare te habebat Deus per indulgentiam, ...*
(‘Deus te sanaria, por indulgência...’).

As formas analíticas, segundo H. Lausberg (1966), são formas transparentes e se tornam etimologicamente transparentes para a consciência sincrônica, uma vez que seus constituintes têm vida própria na língua.

Na forma sintética, ao contrário, os elementos constitutivos, ou não têm vida própria, ou mesmo que a tenham, não a tornam etimologicamente transparente para a consciência lingüística sincrônica.

A dependência ou independência semântica dos constituintes apenas representa o grau de plenitude semântica: a carga semântica das formas sintéticas é “normal gramatical”, enquanto que a das formas analíticas é “rica”. Essas formas são assim consideradas, porque não se restringem à esfera “normal gramatical”, podendo se enriquecer semanticamente com outros conteúdos, nos quais se encontra seu ponto de gravidade. *Cantare habeo*, por exemplo, tem seu ponto de gravidade no conteúdo do propósito subjetivo ‘tenho a intenção de cantar’.

O valor de necessidade deve ter-se desenvolvido a partir de construções populares, como *habeo laudandum*, em que *habeo* aparece no lugar de *mihi... est* (*Mihi laudandum est* – ‘eu deverei louvar’) e o gerúndio foi substituído pelo infinitivo: *habeo laudare*.

Desse modo, firmou-se no latim vulgar um modo futuro, a partir de construções modais freqüentes na fala popular, que conduziu as línguas românicas a um novo tempo futuro.

A variedade de formas, que o latim vulgar tardio transmitiu ao romance, demonstra que ele não chegou a fixar uma nova categoria para a expressão do futuro. Essa criação é posterior.

2.1.3 Nas línguas românicas

De um modo geral, as línguas românicas preferiram as formas perifrásticas de futuro, cujos constituintes eram *velle* (baseia-se na vontade do falante), *debeo* e *habeo* (baseiam-se na forma que dirige a atuação do agente) ou *venio* (baseia-se no movimento do agente preparatório da ação) + infinitivo imperfeito.

Em grande parte da România, essas formas se estabeleceram como uma locução volitiva, focalizando a vontade de que algum fato ocorresse.

Devido à sua posição enclítica, o auxiliar sofreu numerosas modificações fonéticas que levaram à sua total gramaticalização. Essa redução das formas de *habere* teve como ponto de partida o desaparecimento da consoante -b- intervocálica.

Um dos primeiros exemplos pré-românicos com os elementos já soldados, protótipo do futuro românico, está documentado em *Fredegário*, 85, 27:

(5) *Et ille* (‘o rei dos persas’) *respondebat: non dabo. Iustinianus dicebat: Daras.*

Não houve, porém, unidade para a formação do futuro românico, ocorrendo, assim, três tipos de comportamento:

1) manutenção do futuro sintético latino:

- o dalmático mantém o futuro II: *cantavero* > *vegl. kantuóra*;

2) catacrese:

- em alguns dialetos do sul da Itália, o futuro se expressa somente através da forma do presente;

3) perífrase:

- comportamento utilizado pela maioria das línguas românicas; há variações que se devem à escolha e à posição do auxiliar.

Por influência da formação do futuro em grego tardio, segundo H. Lausberg (1966), o romeno forma o futuro com *velle*, na maioria dos casos anteposto, mas posposto em alguns dialetos.

A perífrase *debeo cantare* ocorre no sardo, ao lado de *habeo cantare: depo cantare*.

A perífrase preferida pelo sobresselvano e pelo engadinês falado é a de *venio ad cantare*, mas o engadinês escrito prefere *cantare habeo*, por influência do italiano.

A perífrase com *habeo* é usada pelo italiano, sardo (que empregam também *debeo*), engadinês escrito, francês, espanhol, provençal, catalão e português. Nessas línguas, o auxiliar pode aparecer anteposto ou posposto:

a) Anteposto:

- *habeo cantare*: italiano antigo, italiano do sul e dialetos sardos.

- *habeo de cantare*: português (*hei de cantar*, que alterna com o tipo *cantare habeo*).

- *habeo ad cantare*: em dialetos do sul da Itália e sardo;

b) Posposto: francês, italiano, engadinês, provençal, catalão, espanhol e português.

A justaposição *cantare habeo*, na opinião de H. Lausberg (1966), passou a formar uma só palavra, quando ainda existia a oposição quantitativa. Esse autor dá as seguintes formas para o futuro no latim vulgar tardio:

- | | |
|-------------------------------|--------------------------|
| 1) * cantarábeo | * cantaráio |
| 2) * cantarábés | * cantáras |
| 3) * cantárbet | * cantárat |
| 4) * cantarabémus | * cantaremos |
| 5) * cantarabétis | * cantarétis |
| 6) * cantárbent/ * cantárbunt | * cantárant/ * cantárunt |

O deslocamento do acento nas formas em que caía no infinitivo do verbo principal (segunda e terceira pessoas do singular e terceira do plural), na maioria das línguas românicas, foi fixado no auxiliar.

A unidade do futuro formado com *habeo* não é compacta e resistente em todas as línguas. Daí, em algumas delas, como no português, os pronomes átonos poderem intercalar-se, mesocliticamente, entre o infinitivo e o auxiliar.

A vitalidade desse tipo no português deve-se à existência do tipo secundário *habeo de cantare*, que, com o tipo *cantare habeo*, se acha em relação de intercambialidade.

Atualmente, as formas do futuro já não evidenciam mais a sua composição de infinitivo + *habeo*, mas se compõem de um radical e um morfema verbal. Além disso, elas perderam o seu enriquecimento semântico.

Nota-se a preferência, nas línguas românicas de hoje, por formas perifrásticas em tudo semelhantes àquelas usadas no latim falado. O futuro mais usado é o formado com *ir* + infinitivo. A forma *ir* perde totalmente seu valor, inclusive pode unir-se ao seu antônimo ‘permanecer’: *Eu vou ficar*, e unir-se consigo mesmo: fr. *Où allons nous aller?*

Segundo I. Jordan e M. Manoliu (1972), o emprego de *ir* + infinitivo expressa um futuro próximo com tendência a transformar-se em futuro propriamente dito.

Além disso, T. H. Maurer Jr. (1959) assinala que o uso do presente pelo futuro é muito freqüente nas línguas românicas. O futuro toma a forma do presente e se torna claramente expresso pelo contexto, quando a forma verbal vem acompanhada de advérbio que indica ação futura: port. *Falo com você amanhã*.

2.2 Futuro do pretérito

No latim não havia um futuro passado ou potencial. Em amplas zonas de formação do futuro com *habeo* (o futuro do presente), se formou, analogamente, um *futurum praeteriti*, isto é, futuro visto do passado. Para o emprego desse último, é preciso que o falante faça a evocação do passado no momento em que fala, isto é, se reporte ao passado.

Esse futuro, chamado por Said Ali e outros autores “futuro do pretérito”, apresenta os seguintes tipos:

i) Com o auxiliar anteposto:

habebam cantare: usado em dialetos antigos do norte e sul da Itália e sardo.

habebam de cantare: português.

habebam ad cantare: dialetos do sul da Itália e sardo.

ii) Com o auxiliar posposto:

cantare habebam: dialetos italianos, francês, provençal, catalão, espanhol, português.

cantare habui: italiano.

Para o português, como para as outras línguas românicas, esse tempo se formou de modo semelhante ao que ocorreu para o futuro do presente: *cantar -ia, -ias, -ia, -íamos, -íeis, -iam*, ao lado da forma *havia de cantar < habebam de cantare*.

Essa forma condicional, por seu emprego modal, tanto é usada para o *futurum praeteriti*, como também para modelo da irrealidade na oração principal do período condicional irreal.

3 Constituição do *corpus*

Com o objetivo de estudar o emprego do futuro no português atual, foi examinado um *corpus* constituído de doze inquéritos, sendo aplicados seis a falantes da norma culta e seis a falantes não-escolarizados, a fim de serem observadas as formas de indicação do futuro em diferentes estratos sociais.

Para o primeiro grupo, escolheram-se seis informantes do Projeto NURC – Salvador (Norma Urbana Culta), pertencentes à faixa etária II, isto é, entre 36 e 55 anos (faixa estabelecida pelo Projeto NURC) e nascidos em Salvador. No que se refere ao segundo grupo, foi aplicado inquérito a seis informantes não-escolarizados, nascidos em Salvador e da mesma faixa etária do primeiro grupo.

No que diz respeito ao assunto, houve interesse por parte de todos eles em falar sobre sua cidade.

Quanto ao inquérito aplicado aos falantes não-escolarizados, vale ressaltar que, apesar de se basear no Projeto NURC, as perguntas foram modificadas ou ampliadas, diante da reação dos informantes ou da resposta inicialmente obtida que, às vezes, demonstrou falta de entendimento do que o inquiridor realmente desejava saber.

A partir da observação dos usos do futuro no português contemporâneo, procura-se verificar em textos representativos dos primeiros séculos da língua portuguesa o emprego desse tempo verbal, em busca de pistas que apontem para o início do uso do futuro perifrástico com o verbo auxiliar *ir*. Por esse motivo, foi feito, inicialmente, um levantamento de passagens com o emprego do futuro no português arcaico (século XIV), nos dois primeiros livros dos *Diálogos de São Gregório*, para, em seguida, dar continuidade à pesquisa em textos de séculos posteriores.

4 Análise dos dados à luz da teoria funcionalista

Após a observação das falas, tanto de informantes não-escolarizados como daqueles da norma culta, observou-se uma preferência na fala de Salvador pelos empregos do futuro perifrástico na forma do futuro do presente, ao passo que há um uso em maior escala do futuro do pretérito sintético.

Como já se observou, o emprego freqüente do futuro perifrástico no latim tardio conduziu à gramaticalização das formas sintéticas no português e em outras línguas românicas. Assim, a continuidade da inovação, que funciona como um dos princípios de gramaticalização, leva à criação de uma nova forma flexional, como no português *amarei*. O uso freqüente dessas formas sintéticas levou ao seu enfraquecimento no português atual.

No momento atual, os falantes da língua portuguesa abandonam gradativamente o emprego dessas formas sintéticas, buscando uma nova forma perifrástica para o futuro do presente, dessa vez constituída pelo verbo *ir*. Esse fato pode ser verificado nos exemplos abaixo:

Futuro do presente sintético:

(6) *NURC*: -Bom, pra mim, o mar com vento de quadrante sul, sempre é um vento que *podará* de uma hora pra outra trazer chuva, na minha opinião [...] (*NURC*, p. 131, l. 147)

Futuro do presente analítico:

(7) *NURC*: *Então, eu perco a [...] a calma e vou esvaziar pneu, tá entendendo, e [...]* (*NURC*, p. 122, l. 617)

(8) - *Né isso? Então, por exemplo, agora nós vamos abrir... parece que para o ano inaugura aí o... o centro, né, de...* (*NURC*, p. 125, l. 745-746)

Falante não-escolarizado:

(9) *Salvador tem muito ribanceira e, cada vez mais, o pessoal vai fazer [...] casa em rebanceira, né?* (Fal. não-esc., p. 5, l. 24)

(10) *[...] aí que diz... que vai comprar carro, mas não compra [...]* (Fal. não-esc., p. 14, l. 16)

Futuro do pretérito sintético:

(11) *NURC*: *[...] tá entendendo, de ser educado, ser disciplinado, seria fác... eh... tornaria a coisa mais fácil, mas [...]* (*NURC*, p. 124, l. 688)

(12) *[...] se agrupasse essas coisas, tudo num determinado lugar poderia, digamos assim, um certo interesse do [...]* (*NURC*, p. 125, l. 737)

Falante não-escolarizado:

(13) *A cidade deveria ter mais luz.* (Fal. não-esc., p. 12, l. 17)

(14) *Então, eu acho, acharia que é uma coisa que devia ser evitada, [...]* (Fal. não-esc., p. 5, l. 26).

Nessa trajetória, os falantes do português buscam novo auxiliar para o futuro. Essas formas analíticas representam uma das construções românicas possíveis para o futuro: **vado** + infinitivo. Ex.:

(15) *E quando a gente vai comprar carne, a gente pede como?* (Fal. não-esc., p. 21, l. 29)

(16) *Você vai fazer muita promoção pra chamar a freguesia.* (Fal. não-esc., p. 22, l. 37).

Além do mais, percebe-se que, no português atual, em específico, na língua coloquial, o futuro pode ser claramente expresso pelo contexto. Isso já aconteceu no latim vulgar tardio e acontece, atualmente, não apenas em dialetos italianos, mas também na fala coloquial do português.

OCORRÊNCIAS DO FUTURO		
	Informantes do NURC – F. etária II	Informantes não-escolarizados – F. II
Fut. do presente sintético	150	-
Fut. do presente analítico	400	450
Fut. do pretérito sintético	250	120
Fut. do pretérito analítico	-	-

Quadro 02 – Ocorrências do Futuro em Informantes do NURC e Informantes não-escolarizados Faixa II (36 a 55 anos).

Os resultados obtidos, no quadro acima, demonstram um indício de mudança, uma vez que há uma preferência, pelo menos, regional, no português coloquial do Brasil, pelo emprego do futuro perifrástico, enquanto o futuro sintético, como em latim, é de emprego parcial, confinado à língua escrita e às situações orais formais.

Observa-se que os falantes da língua culta, apesar de darem preferência ao uso do futuro do presente perifrástico, empregam também o futuro do presente sintético, enquanto os falantes não-escolarizados empregam apenas o futuro do presente perifrástico.

Quanto ao futuro do pretérito, há uma predominância por parte de ambos os estratos pelo emprego da forma sintética.

Tais fatos comprovam indícios de uma mudança, no que se refere apenas ao futuro do presente no português atual, uma das línguas da România Nova.

No que se refere ao processo de gramaticalização, ocorreu, inicialmente, com as formas de futuro um processo de morfologização, fonologização e semanticização. Em primeiro lugar, no latim, as formas foram usadas lado-a-lado (*amare habeo*), o que corresponde ao primeiro estágio apontado por S. Svorou: *embraced* ('enlaçado').

Numa segunda etapa, na passagem para o português, essas formas se fundem, perdendo elemento fonológico (estágio *fused* 'fundido'). Ocorre, então, a fonologização (*amar + hei = amarei*). Finalmente, a forma latina *amabo* desapareceu, chegando ao estágio *zero* da gramaticalização.

Para chegar a esse estágio, devido à grande frequência de uso, houve um enfraquecimento semântico dessas formas. Mas, os falantes da língua portuguesa, desejosos de expressar o futuro, continuaram, na comunicação oral, em busca de novas formas verbais.

Assim é que, no português atual, eles empregam as formas perifrásticas, dotadas de maior força semântica. Entretanto, no momento atual, não se pode afirmar se esse processo continuará ou permanecerá apenas nesse estágio. Dessa vez, os falantes empregam o verbo *ir* e novamente surge um processo de gramaticalização: a morfologização. Ela ocorre quando, no seu primeiro estágio (*embraced*), os elementos encontram-se lado-a-lado, formando uma locução verbal, como *vou amar* em lugar de *amarei*, que se tem enfraquecido.

Procura-se investigar documentos dos séculos iniciais de existência do português e de outros séculos para verificar, diacronicamente, desde quando vem ocorrendo essa mudança na língua portuguesa.

Outro fato observado, através dos inqueritos, foi o emprego do presente com idéia de futuro, que é também muito comum no português atual. Basta, para isso, o emprego de certos advérbios de tempo que se referem às circunstâncias futuras. Ex.:

Presente com idéia de futuro:

(17) [...] *mas quando chegar no inverno, você não vê nada disso, [...]* (Fal. não-esc., p. 5, l. 3).

Nos *Diálogos de São Gregório*, observa-se que o tempo futuro está expresso através da forma sintética, como já se observou, resultado da fusão do infinitivo do verbo principal mais o auxiliar **haver** no presente ou no pretérito imperfeito do indicativo, para expressar, respectivamente, o futuro do presente ou o futuro do pretérito, estando já o verbo **haver** transformado em afixo, como se vê nos exemplos abaixo:

(18) *E debes a entender, Pedro, que alg~u~us feitos **contarei** eu per razon daquelas cousas que entendo per eles [...]* (DSG, 1, 1, 39)

(19) *E debes saber que tu **passarás** o mar e **entrarás** en Roma e **reinarás** ainda nove anos e aos dez anos **morrerás**.* (DSG, 2, 15, 8)

(20) *Ca ali hu cuida a ensinar verdade **ensinaria** muitos errores.* (DSG, 1, 1, 22)

(21) [...] *que prometeu aos seus enmiigos que lhis **daria** o sinal de Jonas, o profeta, [...]* (DSG, 2, 8, 36).

O emprego da forma perifrástica **haver de** mais verbo principal é freqüente no texto estudado, para expressar o valor de obrigação/necessidade, como se pode observar nos exemplos:

(22) *E assi acaeceu que a homildade do discipolo foi meestra daquele que era abade e meestre que **avia de** reger e ensinar os outros.* (DSG, 1, 5, 16)

(23) *E porque o monte era muito alto [...] se paravan mentes a fundo hu **aviam d'ir** e iam sempre a gram perigoo [...]* (DSG, 2, 5, 4).

No que se refere ao emprego do verbo **ir** mais infinitivo do verbo principal, foram encontradas poucas ocorrências, nos *Diálogos de São Gregório*. É importante ressaltar que esse emprego ainda não estava gramaticalizado na expressão do tempo futuro, mas já se inicia o processo de enfraquecimento de **ir**, ao se tornar auxiliar, embora ainda se perceba nos exemplos colhidos uma idéia de movimento inerente ao verbo **ir**. Segundo R. V. Mattos e Silva (1993), todas essas passagens apontadas expressam a intenção a realizar-se:

(24) *E muitas vezes acaece, Pedro, aos homens perfeitos que quando veen que o seu trabalho he sen fruto **van demandar** outro logar en que ajam trabalho de que saia fruto que praza a Nosso Senhor.* (DSG, 2, 3, 57).

(25) *E quando San Beento ouvia o sôõ da campainha levantava-se e **ia tomar** o pan.* (DSG, 2, 1, 45).

(26) [...] *deitou o corpo do filho morto ant'a porta do moesteiro e **foi demandar** muit'agiha con gram ddo de seu coraçõ o santo homen.* (DSG, 2, 32, 3).

(27) *Aqueste glorioso San Beento, depois que se partiu dessas sabenças do mundo e propôs en coraçõ **d'ir morar** ao deserto, h~ua sa ama que o amava [...] foi-se soo con el.* (DSG, 2, 1, 28).

Pode-se observar, em todos esses usos, o enfraquecimento semântico do verbo **ir**, ao se tornar auxiliar, primeiro passo do processo de gramaticalização. Nele ainda está presente a idéia original de movimento, que mais tarde vai deixar de existir no seu emprego como auxiliar do tempo futuro junto a um verbo principal.

Desse modo, diacronicamente, no processo de gramaticalização do verbo **ir**, verifica-se um enfraquecimento, ocorrendo reanálise, na passagem de **ir**, do 'movimento em direção oposta ao falante' até o uso de **ir** como marca de futuro, como exemplificado a seguir:

(28) *E **foron** logo ao moesteiro do honrado padre San Beento [...]* (DSG, 2, 24, 7)

(29) *E muitas vezes acaece, Pedro, aos homens perfeitos que quando veen que o seu trabalho he sen fruto **van demandar** outro logar en que ajam trabalho de que saia fruto que praza a Nosso Senhor.* (DSG, 2, 3, 57)

(30) [...] *ai que diz ... que **vai comprar** carro mas não compra [...]* (Fal. Não-esc.(séc. XX, p. 14, l. 16).

No exemplo (28), **ir** é empregado como verbo pleno e expressa um movimento em direção a um objetivo espacial: "o moesteiro".

No exemplo (29), o verbo **ir**, apesar de auxiliar, ainda expressa movimento e o objetivo é "outro lugar".

No exemplo (30), o auxiliar **ir** se liga mais ao verbo principal **comprar** e deixa de expressar 'movimento' para atribuir ao verbo **comprar** a noção de 'futuro', havendo, nesse caso, reanálise. Essa reorganização da estrutura, que ocorre, no caso de reanálise, pode implicar uma mudança das fronteiras na cadeia falada, como aconteceu com a expressão **amar hei > amarei**.

5 Aplicação dos princípios de P. Hopper ao emprego do futuro verbal

Quanto aos princípios de gramaticalização, procuram-se aplicar, neste estudo, aqueles apontados por P. Hopper, em 1991, tendo-se obtido os resultados comentados a seguir.

Como já se observou, na língua portuguesa, coexistem a forma mais antiga e a forma nova de futuro, ocorrendo uma variação lingüística. Na fala coloquial, emprega-se preferencialmente o futuro perifrástico (*vou amar*), ao passo que na língua escrita e na linguagem formal prefere-se o futuro sintético (*amarei*). Isso comprova o princípio da estratificação de P. Hopper, que pode ser visto nos seguintes exemplos:

Futuro perifrástico:

(31) *Vamos começar: quarto crescente, lua nova, quarto... quarto crescente, lua cheia e quarto minguante.* (NURC, p. 138, l. 406)

Futuro sintético:

(32) *É um sol... é um céu que garante que... geralmente garante que no outro dia teremos um dia de sol.* (NURC, p. 134, l. 244)

O princípio da divergência também pode ser comprovado, ao se observar a existência do verbo pleno **ir** ao lado do verbo **ir** auxiliar de futuro coexistindo na língua, como se observa a seguir:

Verbo pleno:

(33) [...] *ah você vai, você vai ali pra mim, que eu lhe dou um dinheiro e tal* (Fal. não-esc.).

Verbo auxiliar:

(34) *Aí vai depender da loja.* (Fal. não-esc., p. 24, l. 4).

No que se refere ao princípio da especialização, pode-se notar, claramente, o estreitamento que ocorre com o verbo *ir* ao se especializar, em certos contextos, para formar o futuro perifrástico na língua portuguesa (*vou amar*).

Considerações finais

Como já foi observado, as formas de futuro do latim clássico desapareceram por sua falta de unidade e pela sua homonímia com outras formas verbais e foi a partir de construções perifrásticas modais freqüentes na fala popular do latim que se formou o embrião de um novo tempo futuro nas línguas românicas e de um modo especial no português.

Já se ressaltou que as formas do futuro perifrástico tornaram-se com a gramaticalização formas sintéticas, perdendo, assim, a transparência e passando a ter uma carga semântica “normal - gramatical”, não estando mais sujeitas ao enriquecimento semântico. Depois dessa fusão, observa-se uma volta em busca das formas analíticas.

Como já foi assinalado, nos dados analisados do português falado no Brasil, notou-se uma maior preferência pelas formas analíticas do futuro do presente, representantes de uma das construções românicas possíveis para o futuro: *vado* + infinitivo, enquanto que para o futuro do pretérito, preferiu-se a forma sintética. Esses fatos apontam para uma mudança na gramática da língua portuguesa, pertencente à România Nova.

É preciso também lembrar que o futuro pode ser claramente expresso pelo contexto; isso já aconteceu no latim vulgar tardio, ocorre em dialetos italianos em que a forma de futuro não existe, e ainda acontece como variante na fala coloquial do português.

Observa-se, portanto, para o português moderno, que na língua coloquial continua a preferência pelas formas perifrásticas, enquanto o futuro sintético, como em latim, é de emprego parcial, confinado à língua escrita e a situações orais formalísticas.

O emprego do presente com idéia de futuro é também muito comum no português atual. Basta, para isso, o emprego de certos advérbios de tempo que se referem às circunstâncias futuras.

A continuação desta pesquisa poderá apontar o início do emprego do futuro perifrástico com o auxiliar *ir* mais infinitivo do verbo principal, assim como a ampliação desse uso em séculos posteriores ao XIV.

Referências

- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994. p. 125-174.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos: lingüísticos e literários*, Salvador, v. 19, p. 25-64, mar. 1997.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e acresc. de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. 839 p.
- FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1991.

- HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT Elizabeth Closs; HEINE, B. (Eds.) *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins, 1991. v. 1. p. 17-35.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: CUP, 1993.
- IORDAN, Iorgu; MANOLIU, Maria. *Manual de lingüística românica*. Rev. reelab. Parcial y notas por Manuel Alvar. Madrid: Gredos, 1972.
- LAUSBERG, Heinrich. *Lingüística românica*. Trad. de J. Pérez Riesco y E. Pascual Rodríguez. Madrid: Gredos, 1966.
- LAKOFF, George, JOHNSON, Mark. *Metaphors: we live by*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.
- LEHMANN, Christian. *Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch*. Arbeiten des Kölner Universalien-Projekts, 1982. v. 1.
- MARTELOTTA, Mario Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ-Departamento de Lingüística e Filologia, 1996.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *A mais antiga versão portuguesa dos quatro livros dos Diálogos de São Gregório*. 1971. 4 v. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.
- MAURER JR., Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959. p. 125-127.
- MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Honoré Champion, 1948. 334 p. [1. ed. 1912].
- MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera (Orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de Salvador*. Salvador: CDU, 1994. v. I. (Diálogos entre informante e documentador do Projeto NURC).
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, Maria Helena de Moura; BRAGA, Maria Luíza. Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e de condição. *D.E.L. T.A.*, São Paulo, v. 14, número especial, p. 191-208, 1998.
- POGGIO, Rosauta Maria G. F. Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim. 1999. 3 v. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

192 do português arcaico ao português brasileiro

POGGIO, Rosauta Maria G. F. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. melhorada e aumentada de lexeologia e formação de palavras e sintaxe do português histórico. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SVOROU, Soteria. *The grammar of space*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. v. 1.



A mesóclise no português arcaico

Ilza Maria Ribeiro



Introdução

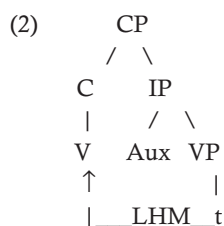
Neste texto desenvolvemos uma análise sobre o fenômeno de colocação de clítico conhecido como “mesóclise” e propomos uma interpretação desse fenômeno na tentativa de fornecer mais algumas informações sobre uma questão que tem sido um quebra-cabeça para vários lingüistas.

Rivero (1993)¹ propõe distinguir dois tipos de línguas românicas arcaicas: as línguas V2², com movimento germânico de V finito ([+f]) para o núcleo Complementador (C), como se observa no francês medieval, e as línguas LHM³, com movimento longo do V não-finito ([-f]) para C, observado em línguas românicas arcaicas como catalão, italiano, português, provençal e espanhol.

Nos termos de Rivero (1993) e Lema & Rivero (1989) (doravante L&R), LHM é um tipo de construção em que o verbo principal [-f] precede o verbo auxiliar [+f], como nos seguintes exemplos do português europeu (PE) e do espanhol antigo (EspA) (dados de L&R, p.1):

- (1) a) **DIR** - se - **ia** um povo predestinado (Her 9)
b) Si yo vivo, **DOBLAR** vos **he** la soldada (Cid 80)

Rivero (1993:223) propõe a seguinte representação para construções desse tipo:



em que o núcleo V [-f] se move para o núcleo C, pulando o núcleo interveniente Aux, que, por sua vez, foi alçado para a posição núcleo AGRs (I, na terminologia usada por Rivero). O clítico, não representado em (2), está adjungido a IP, como proposto por Rivero (1992). No romance arcaico, LHM de V para C é desencadeado pelo clítico pronominal, devido à restrição Tobler-Mussafia (T-M)⁴. Assim, LHM é uma regra de último recurso (*least resort*), e tem como efeito impedir que o clítico esteja em posição inicial de sentença.

Os efeitos T-M são gerais nas línguas românicas arcaicas, e são encontrados quer em línguas V2, como o francês arcaico (FrA), quer em línguas LHM. Contudo, Rivero (1993)

argumenta que, nas línguas V2, LHM é excluído, e que outros processos são escolhidos para fornecer um constituinte inicial nas construções em que, de outra forma, o clítico seria inicial. São duas, portanto, as propriedades de LHM, nas palavras de Rivero (1993: 222-223): a) *the process places a non-finite verbal head in the same landing site required for finite V2, and (b) the Spec-of-CP must be empty for LHM to produce a grammatical output.*

Tentamos aqui desenvolver uma análise que mostra que as conclusões de Rivero (1993) e L&R (1989) não podem ser mantidas quando se comparam os dados do FrA e os do EspA aos do português arcaico (PA). Além do que, a análise deles é problemática quanto à caracterização de LHM como um processo de último recurso para salvar a estrutura (para impedir que o clítico seja inicial em CP). No programa minimalista, todos os movimentos são em proveito próprio (o Princípio da Cobiça - *Greed*), o que significa que o movimento do núcleo verbal [-f] para o início da sentença deve ter uma motivação própria.

Depois, o movimento do V[-f] sobre o Aux[+f] (como movimento de núcleo) viola a restrição sobre movimento de núcleos de Travis (1984) (doravante HMC, por *Head Movement Constraint*), que especifica que um núcleo não pode se mover pulando um outro núcleo. Desse modo, LHM é uma operação custosa para a gramática.

Isso nos leva a um terceiro ponto, o de que não é evidente que o movimento da forma verbal [-f] nessas construções seja um movimento de núcleo. Na realidade, nossa hipótese é que as conjugações invertidas não devem ser tratadas como movimento de núcleo, seja ele curto ou longo. Pensamos ser possível se caracterizar o movimento da forma verbal [-f] como movimento de um constituinte máximo XP⁵ para SPEC/C', como os demais movimentos de topicalização ou focalização de um constituinte XP para SPEC/C', característico das línguas V2. Apresentamos argumentos para essa proposta a seguir.

A organização deste texto compreende quatro partes. No item 1 são tecidas algumas considerações sobre o desenvolvimento dos tempos futuro e condicional no romance; em 2 apresentamos a proposta formal de Rivero (1993) para distinguir as construções com mesóclise das construções V2. No item 3 esboçamos a formalização da análise aqui proposta e em 4 procuramos apresentar evidências empíricas que a corroborem.

1 A formação do futuro e do condicional nas línguas românicas

As construções tradicionalmente denominadas “condicional” ou “futuro analítico” se realizam com um infinitivo precedendo o auxiliar relacionado ao *habere* do latim. Este padrão românico arcaico contrasta com as formas variantes do futuro e condicional sintéticos, como se pode observar nas construções com clítico, em que o clítico pronominal precede o complexo verbal, e o infinitivo aparece incorporado ao auxiliar.

Os fatos básicos do desenvolvimento do futuro perifrástico e do futuro sintético românicos podem ser sumariados como segue. As formas sintéticas do futuro⁶ de línguas românicas modernas como francês (*chantera*), espanhol (*cantara*), italiano (*canterà*), português (*cantará*), etc, se originaram da construção latina infinitivo + habere⁷. O desenvolvimento desses tempos tem sido esquematizado em três etapas (cf. Lema (1991: 204)):

- a) um estágio analítico, que corresponde ao latim, em que a construção perifrástica começa a coocorrer com o futuro sintático (*cantare habeo / cantabo*), e em que o infinitivo e o auxiliar se realizam como formas livres;
- b) um estágio misto, em que os dois elementos se realizam ou como formas separadas, em construções analíticas, ou unidas, em construções sintéticas (nesse caso a forma do verbo *habere* foi reduzida a um afixo), e que caracteriza o romance medieval;
- c) um estágio sintético, em que as formas de futuro se realizam só com *habere* formalmente reduzido a um afixo que marca evento futuro, característico do romance moderno.

Embora de forma circular, a posição dos pronomes clíticos em relação ao infinitivo e ao auxiliar tem sido tomada como evidência na distinção das formas sintéticas e analíticas de futuro, sobretudo no período misto. Assim, a forma **dar l~~h~~e ia** é uma realização do futuro analítico e **l~~h~~e daria** do futuro sintético. A idéia básica dessa análise é a de que a mesóclise só é possível num sistema lingüístico que analisa a forma do verbo *haver* como uma palavra independente. A gramaticalização dessa forma verbal como afixo implica impossibilidade do clítico ser realizado em mesóclise. Observa-se que a identificação de um período misto significa que as duas formas variantes podem coexistir num mesmo sistema lingüístico.

Roberts (1992b) analisa o desenvolvimento dos tempos do futuro e do condicional das línguas românicas como um caso típico de gramaticalização da forma verbal plena *habere*, formalmente reduzida a um afixo e semanticamente reduzida a um marcador de tempo futuro / condicional. Portanto, a noção de gramaticalização é definida como um processo de mudança de uma categoria lexical para uma categoria funcional, associada a um esvaziamento semântico do elemento verbal, o que implica perda da sua estrutura temática.

Na sua análise, a gramaticalização de *habere* no desenvolvimento dos tempos de futuro e condicional românicos passa pelos seguintes estágios (p. 12):

- (3) a) V_[+θ] — verbo lexical⁸
- b) V_[-θ] — auxiliar lexical
- c) I — auxiliar funcional, afixo de tempo/concordância

Os reflexos de *habere* como verbo lexical sobrevivem nas línguas românicas nas formas de (*h*)*aver* (português), *avoir* (francês), *avere* (italiano), e outros. *Habere* foi gramaticalizado como marcador de futuro nos contextos em que ocorria com um infinitivo⁹. Em perífrases do tipo *cantare habeo*, *habere* é um verbo auxiliar lexical, um constituinte do sintagma verbal (VP), que se move para os núcleos funcionais de tempo e concordância. No exemplo seguinte, segundo Roberts (1992b:23) considerado a primeira atestação do futuro sintético românico:

- (4) Iustinianus dicebat: “**Daras**” (Fredegario, 7th c.)

habere é um auxiliar funcional, gerado como elemento da flexão (INFL), mas não necessariamente um afixo.

Auxiliares funcionais podem ser formas livres (como os modais do inglês) ou formas presas (os afixos marcadores de tempo)¹⁰. Aqui se enquadra o estágio misto da forma do futuro

nas línguas românicas. As construções com mesóclise são evidências de que o auxiliar derivado de *habere* é uma forma livre, por permitir interpolação do clítico. Se mesóclise não é possível, o auxiliar derivado de *habere* é uma forma presa, um morfema de tempo e de concordância afixado ao verbo.

2 A análise de Rivero (1993)

Em relação ao EspA, Rivero (1993: 218-237) observa o seguinte padrão na distribuição dos complementos clíticos nas construções com o verbo no tempo futuro:

- (5) a) **Dezir-vos he** cosa que vos **ser-á** pro (CD 146)
- b) **Poder lo as** fazer (Astr 199r54)
- c) Señor, a quién nos **dar-edes** por cabdiello? (Zif 163)
- d) E por mayor firmeza **firmar-lo hemos** con el sello de nuestro señor (Zif 108)
- e) Et yo **ir-te (he)** ver (CD 349)
- f) E si durmieren dos, **escalentar-án-** se uno a otro (Rossi 1975)

Os exemplos acima mostram que o futuro ocorre em três diferentes estruturas, distintas pela ordem do infinitivo em relação ao Aux, aos pronomes clíticos e à ausência ou presença (e o estatuto sintático, quando presente) de um constituinte antecedendo o verbo.

Os exemplos em (5a) e (5b) são casos de mesóclise em sentenças iniciadas por uma forma verbal (V1), resultantes de movimento do infinitivo para uma posição anterior à forma verbal flexionada. A ordem V+CL surge da proibição geral de clítico em primeira posição nas línguas românicas medievais, a lei T-M, que ainda sobrevive no PE moderno e no galego (Uriagereka, 1990). A idéia comum a essas abordagens é que o verbo se move para o núcleo funcional C, num processo de último recurso, sempre que nenhum constituinte precede a posição do clítico, criando, assim, um contexto para ênclise. Na sentença completiva em (5a), o clítico *vos* ocorre proclítico ao Aux ou enclítico ou infinitivo. Casos de mesóclise não são atestados nas sentenças encaixadas. Rivero (1993) assume como evidência forte de que a mesóclise resulta de movimento do V[-f] para C o fato de esta ordem só ser atestada em sentenças raízes, com base na proposta de den Besten (1983), de que movimento típico de sentença raiz é movimento para C.

O exemplo em (5c), uma interrogativa–QU, apresenta a ordem **QU Cl Inf Aux**. Como nenhum caso de mesóclise é atestado nesse tipo de construção, Rivero conclui que interrogativas–QU se realizam sempre com o futuro sintético. Este padrão das interrogativas–QU pode ser generalizado para outras construções em que um constituinte XP ocorre em primeira posição, precisamente em SPEC/C', como nas interrogativas–QU. Nesses tipos de construção, também, só formas do futuro sintético são atestadas.

Por outro lado, elementos iniciais de sentença podem ocupar uma posição externa a CP, como a posição para TÓPICOS, que não é computada para o posicionamento do clítico, como ilustrado nos seguintes exemplos, em que os advérbios *depues* e *desi* estão fora de CP (exemplos de Rivero, 1993: 231):

- (6) a) *Depues* [_{CP} [_C **tornar**] lo-**as** assu logar] (Pic 32r21-23)
- b) *Desi* [CP [C **venir**] -me **he** para tí (CD 261)]

Nesses casos, como as representações mostram, LHM se aplica e o infinitivo é deslocado para o núcleo C. Este movimento também é desencadeado por restrições relacionadas com T-M. A mesma análise Rivero (1993) propõe para as construções em (5d), (5e) e (5f) acima, em que os constituintes *por mayor firmeza*, *yo* e *si durmieren dos* estão externos a CP.

Por outro lado, num sistema V2 como o do FrA, a mesóclise não pode ocorrer, desde que a propriedade V2 requer que uma forma verbal [+f] se desloque para C. Os posicionamentos dos clíticos em sistemas V2, em relação às formas verbais do futuro, estão ilustrados abaixo (dados de Rivero, 1993: 219-240):

- (7) a) Rois, **voudr- oies** *le faire* issi? (Roberts 1990: (18b), 119)
- b) **Plair-oit** *vos oïr* un son d' Aucassin...? (Roberts 1990: (18a), 119)
- c) **Succurr-at** *nos* li reis (Hirschbühler & Junker 1988: (4b), 66)
- d) Et jo e vos *i* **ir-um** (Roberts 1990: (56), 147)
- e) Et qui *i* **ser-a**? (Roberts 1990: (60a), 146)
- f) Por le douçour de li et por s' amor **me descendr- ai** je ore ici (Renzi 1987:296)
- g) Si-*t* **guardar-ai** pur amur Alexis (Adams 1988b: (29c), cited from Wagner)
- h) Des chevaliers que *vos* **dir-oie**? (Roberts 1990: (45c), 138)

Só formas sintéticas são atestadas nos padrões V1 de interrogativas Sim/Não (exemplos em (7a) e (7b)) e de narrativa (exemplo (7c)), em que o futuro sintético é movido para C para impedir que o clítico seja CP-inicial, em respeito a T-M. Por outro lado, nos padrões V2 em (7d), (7e), (7f) e (7g), a seqüência Cl+V[+f] está locada em C, devido o efeito V2, desde que o constituinte inicial satisfaz T-M.

São dois os problemas da análise de Rivero que discutimos a seguir. O primeiro, como ela mesma observa (p. 240), é como a ordem V[+f]+Cl das construções V1 acima surge em FrA, em vista das evidências de que o complexo Cl+V[+f] está em C nas construções V2 apresentadas acima. Para dar conta desse problema, Rivero sugere duas possibilidades de explicação, deixadas em aberto. São as seguintes.

Nas línguas que aceitam LHM, como o EspA, a ordem V[+f]+Cl resulta de movimento curto do núcleo (SHM) do V[+f] para C, sem o clítico, que permanece dentro de IP. Isto explica a distribuição paralela de construções LHM e o padrão V[+f]+Cl, por ambas envolverem o núcleo C, e faz com que o desencadeador seja o mesmo para ambos os movimentos: impedir que o clítico seja CP-inicial (a lei Tobler-Mussafia). A seqüência Cl+V[+f] surge quando V[+f] permanece dentro de IP em que o clítico também está adjungido. Se nada força o movimento do V[+f] para C, isto implica que algum constituinte antecede o clítico.

Nas línguas V2 tipo FrA, as seqüências CL + V[+f] podem ser tratadas de duas formas: *In OFr V2 contexts such sequences are in C, while in OF non-V2 contexts they are presumably within IP* (p. 241). Tal dicotomia não é encontrada nas línguas que aceitam LHM. O desencadeador da ordem V[+f] + Cl é o mesmo, ou seja, esta seqüência se superficializa sempre que SPEC/C' é fonologicamente nulo. Duas possibilidades de derivação são propostas. Em uma delas o complexo Cl+V é alçado para C, o que é consistente com a caracterização V2 desta língua, e depois o V se adjunge a C ou a C', para satisfazer T-M, sendo, assim, um movimento de último recurso.

Talvez essa seja uma proposta problemática, por dois motivos: a) requer excorporação do verbo, não desencadeada por qualquer fator morfológico; b) requer adjunção a uma projeção

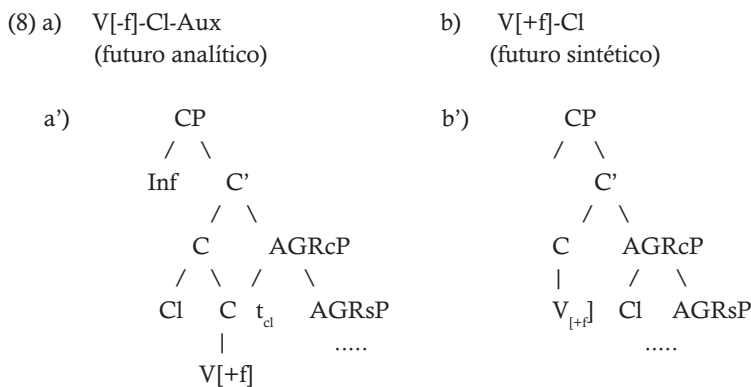
intermediária (C'), um recurso que tem sido banido das representações, desde que o nível intermediário não é "visível" para as regras que geram as representações de LF e FF. Excorporação de verbo do núcleo C com subsequente adjunção a esse mesmo núcleo é uma derivação que não encontra motivação em outros fenômenos lingüísticos. A ser possível tal derivação, esperaríamos que fosse observada em outras estruturas envolvendo movimento de núcleos.

Na proposta alternativa, o V[+f] se move para C sem o clítico, sendo a mesma análise proposta para as línguas que aceitam LHM. Mas, para que tal derivação seja possível, Rivero (1993) precisa levantar a hipótese de que o complexo Cl+V pode permanecer em IP. Assim, tem de postular a existência de duas posições para o clítico, distinguindo-as como de contexto V2 e contexto não-V2¹¹.

3 Conjugações invertidas como movimento de projeção máxima XP

Nossa proposta sobre a colocação dos clíticos nas línguas V2 permite oferecer uma explicação uniforme para os fatos relacionados com as conjugações invertidas, descritos acima, sem a necessidade de recorrer a estratégias teoricamente problemáticas, sobretudo no que diz respeito ao movimento do V[-f] para C. Em Ribeiro (1995), propomos uma dicotomia em relação à colocação dos clíticos nas línguas românicas arcaicas e modernas e consideramos que o clítico se aloja em AGRc (núcleo funcional relacionado com o sistema CP) nas línguas românicas que observam T-M, essencialmente identificadas como sistemas V2, e em AGRs (núcleo funcional relacionado com o sistema IP) nas línguas românicas que admitem clítico em primeira posição, o que as caracteriza como sistemas não-V2. Nesta visão, o FrA, o EspA e o PA são sistemas V2, contrariamente ao que Rivero (1993) diz em relação ao PA e EspA.

Propomos que existem essencialmente dois padrões de colocação dos clíticos com verbos no futuro, nas línguas em questão, cujas derivações estão representadas abaixo:



A representação em (8a) ilustra as estruturas com mesóclise, na realidade uma construção V2 do mesmo tipo que as demais construções V2 em que um complemento ou um adjunto verbal ocupa SPEC/C'. Portanto, na nossa análise, o infinitivo se move para SPEC/C' como um caso de topicalização verbal, e o verbo Aux para o núcleo C; para a ordem X CL V, AGRc se move para C para checar os traços-N de SPEC/C' (cf. Ribeiro 1995), levando o clítico consigo, por este estar alojado em AGRc¹².

Evidentemente, construções com tal estrutura só devem ser atestadas em línguas em que é possível analisar a forma verbal derivada de *habere* como palavra independente. Isto significa que a língua em questão deve se encontrar ao menos no estágio misto do desenvolvimento das formas de futuro, já que parece não haver evidências de um estágio do futuro essencialmente analítico, nas “filhas” do latim. E ainda, estar no estágio misto significa também que o falante dispõe de duas formas de futuro, a sintética e a analítica. Desse modo, construções com fracionamento do infinitivo para SPEC/C' são opcionais (assim como topicalização é opcional), pelo simples motivo de que o falante pode selecionar do léxico a forma sintética do futuro, caso em que o fracionamento para SPEC/C' é impossível, por se tratar de um núcleo e não uma categoria sintagmática maior.

Na representação em (8b) o V[+f] está em C. Só a forma sintética do futuro permite tal representação. Vale a pena lembrar que assumimos que as formas verbais [+f] estão sempre em C nas sentenças raízes dos sistemas V2. Assim, não precisamos estipular mais nada para explicar o posicionamento da forma verbal do futuro em C, na representação em (8b). Como já proposto anteriormente (cf. Ribeiro 1995), AGRc só se desloca para C quando precisa checar os traços-N do constituinte XP em SPEC/C'. Se SPEC/C' é fonologicamente nulo, AGRc não precisa se mover e, assim, derivamos a ênclise, não só com as formas do futuro, mas espera-se que com qualquer forma verbal, em qualquer construção em que ocorra no PA.

O futuro no PA ocorre em quatro diferentes estruturas, distintas pela ordem relativa do infinitivo:

- (9) $[_{CP} \text{ infinitivo } [_{C'} \text{ } [_{AGRc+C} \text{ Cl - aver}] \cdot [_{AGRc} \cdot t \text{ } [_{AGRs} \dots]]]]$ (futuro analítico)
- a) contar-**ch'** as-ei (DSG.1.1.37)
b) e teer-**lh'o**-hia em serviço (CDP.20.19-20)
- (10) $[_{TOP} \text{ YP } [_{CP} \text{ infinitivo } [_{C'} \text{ } [_{AGRc+C} \text{ Cl aver}] \text{ } [_{AGRc} \cdot t \text{ } [_{AGRs} \dots]]]]]$ (fut. analítico)
- a) E enton dar-**lh'** ia Deus lume de seus olhos (Mattos e Silva:850)
b) e nós agradecer-**vo-lo**-emos (CDP.2.49)
c) d'outra guisa mostrar-**se**-hia seu rregno cheo de boas leis e maaos costumes (CDP.P.55-57)
- (11) $[_{CP} \text{ XP } [_{C'} \text{ } [_{AGRc+C} \text{ CL infinitivo+aver}] \text{ } [_{AGRc} \text{ t } [_{AGRs} \dots]]]]$ (futuro sintético)
- a) Dest' un miragre vos **darei** recado (C.M.96.11)
b) Muito **me** prazeria (Mattos e Silva:846)
c) eu **ch' o** darei (DSG.1.5.47)
d) non **ch'as** daremos (DSG.1.28.20)
- (12) $[_{TOP} \text{ (YP) } [_{CP} \text{ } [_{C'} \text{ } [_{C} \text{ infinitivo+aver}] \text{ } [_{AGRc} \text{ CL } [_{AGRs} \dots]]]]]$ (fut. sintético)
- a) direi-**ch'o** eu (DSG.1.7.5)
b) Direi-**tí** os nomes d'algüüs (DSG.1.2.3)
c) Aquesto, Pedro, que tu dizes diria-**se** dereitamente (Mattos e Silva:846)

A forma sintética do futuro se realiza com as ordens X CL V (representação em 11) ou (TOP) V-CL (representação em 12, exemplo (12c) com TOP realizado). Com a forma analítica do futuro, as ordens (TOP) V[-f] CL V[+f] (representações e exemplos em (9) e em (10)).

Essas são as idéias gerais de nossa análise. Passamos agora a apresentar argumentos que permitam validá-la teórica e empiricamente. Inicialmente, procuramos justificar o fronteamento do infinitivo como movimento de XP e não de X; em seguida, apresentamos algumas evidências para a existência no PA de formas do futuro sintéticas e analíticas. Então, discutimos os casos de ênclise e mesóclise em construções com ordenação linear V1 e V2. Finalmente, abordamos os casos, embora raros, de mesóclise em subordinadas.

4 A mesóclise como fronteamento de XP

O fronteamento de formas verbais[-f] é atestado em diferentes tipos de construções do PA. Alguns exemplos de fronteamento em sentenças raízes são como:

- (13) a) **Amostrar-nos** debes carreira / por gäär en toda maneira/ a sen par luz e verdadeira (C.M.100.15-17)
 b) -Ai eu! Ai eu! **Morto** he aquel mesquinho! (DSG.1.18.9) item 3.2.2
 c) Santa Maria **guardar me** quis por merecimento non meus (C.M.33-65-67)
 d) Dest' un miragre **dizer-** / **vos** quero e retraer, / ond' averedes prazer (C.M. 99.8-10)

Seguindo nossas hipóteses sobre as características V2 do PA, concluímos que essas construções podem bem ser analisadas como resultantes do movimento da forma verbal[-f] para SPEC/C', o verbo[+f] estando alojado no núcleo dessa projeção; AGRc se adjunge à esquerda de C para checar os traços-N de SPEC/C', derivando a colocação do clítico observada nos exemplos em (13a), (13c) e (13d).

O fronteamento de uma forma verbal[-f] também é freqüentemente atestada nas sentenças encaixadas no PA:

- (14) a) aquele que **ordinhado** tiinha (DSG.1.16.24)
 b) a segurança que lhe **feita** tiinham (CDP.17.65-66)
 c) e veer o que sse **despender** pode (CDP.12.58-59)
 d) segundo **veer** podem os que desejam de o saber, leendo parte de sua estoria CDP.P.80-82)

Contudo, L&R (1989) dizem que esse tipo de construção, comumente denominada “VP preposing”, é diferente de LHM por duas razões: fronteamento de VP (a) não se restringe a sentenças raízes e (b) é licenciada por auxiliares fortes¹³. O fronteamento de VP é analisado como movimento de XP, e é atestado no romance arcaico e em línguas germânicas modernas, mais frequentemente com o pretérito perfeito perifrástico:

- (15) a) **Gelezen** HEEFT hii het boek niet (Koster 1987) (L&R, p.10)
 (lido tem ele o livro não)
 b) **Het boek gelezen** HEEFT hii niet (ibid.) (L&R, p. 11)
 (o livro lido tem ele não)

Para o exemplo do holandês em (15), L&R (1989) assumem a análise de Koster (1987), em que o verbo auxiliar está em C (movimento de núcleo Aux-para-I-para-C) e a forma verbal[-f] está em SPEC/C', por movimento de preposição de VP. A construção em (15 b) pode ser analisada

da mesma forma, em que objeto+verbo estão em SPEC/C'. Segundo eles, esse tipo de construção só é licenciada com auxiliares fortes.

Os **auxiliares fortes** (auxiliares lexicais na terminologia de Roberts 1992b), como poder, podem licenciar o traço do VP preposto; por outro lado, **auxiliares fracos** (os auxiliares funcionais de Roberts 1992b), como ia do condicional, só permitem movimento de Aux-para-C¹⁴. Esse contraste pode ser ilustrado com os seguintes pares de sentenças (exemplos de L&R 1989: 12):

- (16) a) **Leer** ese libro María no **puode**
 b) ***Leido** ese libro María no **ha**
 c) **Lire** ce livre Marie ne **peut** pas
 d) ***Lu** ce livre Marie n' a pas

As diferentes possibilidades ilustradas em (16) acima são evidências de que poder, um auxiliar forte, licencia preposição de VP e haver, um auxiliar fraco, não o licencia.

A questão que se coloca é a de saber se a distinção entre auxiliares fracos e auxiliares fortes se mantém diacronicamente. L&R (1989) mostram que para os auxiliares fortes há evidências de que eles permanecem inalterados diacrônicamente, como nos exemplos abaixo (L&R 1989:13):

- (17) a) Quien los castigar **puede** e **deve** (Zif 252)
 b) Si lo fazer non **quisierem** (DLE 135, Alava)

Desse modo, os exemplos do PA em (13) e em (14), apresentados acima, são também evidências de que querer, ter e dever são auxiliares fortes no PA. De modo semelhante, os exemplos abaixo indicam que aver é um auxiliar forte no PA:

- (18) a) por se queixar d' o que lhe **feito avia** (CDP.9.13-14)
 b) Mais aquel dia que **sayr / avia** sabad' era (C.M. 237.34)
 c) que a nave foss' a aquela cidade / u **portar avia** (C.M.267.91-92)
 d) por moravidis tallados / Que **pagar avia** çedo (C.M.83.50)
 e) o povo que **guardar / avia** (C.M.28.12)
 f) como pode ficar viva / quen daqui a **caer á** (C.M.107.19)

Na realidade, essas construções evidenciam dois fatos. Primeiro, o verbo aver é um auxiliar forte; segundo, o verbo aver licencia preposição de particípio e de infinitivo em sentenças raízes e em encaixadas. Em termos da análise de L&R (1989), o comportamento simétrico dessas construções em sentenças raízes e encaixadas indica tratar-se de movimento de XP e não de X.

Rivero (1993: 229) diz que uma construção como em (19) abaixo, em que o infinitivo segue o auxiliar *han*:

- (19) El Campeador a los que **han lidiar** tan bien los castigó (Cid 3523) (p.229)
 o Cid a os que têm(devem) combater também os castigou

não é a contraparte *in situ* do futuro, mas sim uma construção modal com haber de “obrigatoriedade”¹⁵. A questão é que se essa construção indicasse “futuridade”, a análise do

204 do português arcaico ao português brasileiro

auxiliar *haber* como auxiliar fraco perde uma das suas motivações básicas, a de que ele e o infinitivo estão obrigatoriamente incorporados em AGR, exceto quando LHM se aplica.

Contudo, julgamos que os exemplos abaixo ilustram contextos que permitem analisar aver como um auxiliar forte no PA, sem haver incorporação das formas do infinitivo + aver:

- (20) a) Senor, peçouos por merçee que tenades por bê que seria // eu hüu dos que **am a lidar** por uos (C.G.C.630.20-21)
- b) Et assi andava a casa do Çide ordinada, que cada hüu sabia hu se **auia asentar** a comer (C.G.C.539.30)
- c) Esto fazia el atreuendosse en el rrey don Afonso, que lle **auia ajudar** a gaanar Valença et Santa Maria d' Aluarim...(C.G.C.467.9)
- d) pois que soube que **avian** / as reliquias y **andar** (C.M. 362.17)

Em (20d) temos evidência clara da realização do futuro analítico, em que o infinitivo não forma uma palavra com o auxiliar, desde que outros constituintes podem intervir entre os dois elementos. Observa-se nesse exemplo que há incompatibilidade semântica entre uma leitura do auxiliar aver como modal (o *ter de* do PB) e o sujeito *as reliquias*. Para o exemplo em (20c), também julgamos ser possível imaginar que a perífrase não indica obrigatoriedade; ao contrário, o exemplo permite uma leitura de “futuro”, muito próxima da hoje realizada com a forma *ajudaria*. Assim, embora indicando “futuridade”, o verbo aver é um auxiliar forte. Os exemplos em (20a) e em (20b) podem ter a mesma análise. E, evidentemente, uma análise de incorporação dessas formas verbais não procede para essas construções.

Um dos mais fortes argumentos de L&R (1989) e de Rivero (1993) de que a mesóclise resulta de movimento do V[-f] para C é que essa ordem só é encontrada em sentenças raízes. Segundo Rivero (1993: 224), o futuro analítico pode ocorrer em sentenças encaixadas que se comportam como sentenças raízes, ou seja, em completivas de verbos ponte, como em (21) abaixo:

- (21) a) Et sabudo es q<ue> quando passaren .cvj. annos **adelantar** se a la hora de revolución (Alb 18v14)
- b) Et dixo Dios que quien se desviase del bien, **desviar-se ha** el bien de él (Zif 27)

Em construções desse tipo, o nóculo CP encaixado é recursivo, com o núcleo C mais alto preenchido pelo complementador que e o núcleo C mais baixo preenchido pelo V[-f] adelantar / desviar, através de LHM. Como a autora ainda comenta, *analytic Futures or Conditionals are not attested in relative or temporal clauses* (p.224)¹⁶.

Os dados do PA e do português clássico contradizem essa afirmação, desde que mesóclise é atestada em encaixadas substantivas, adjetivas e adverbiais, como nos exemplos abaixo:

- (22) a) e disse-lhe em segredo ... e que se fosse com elle e **dar-lhe-hia** o senhorio d'aquella terra (CDP.21.7-8)
- b) dise ocapitam que fosemos e **veersia** bem o rrio quejando era (CPVC.F6v.2)
- c) E em tal maneira he graciosa que querendoa aproueitar **darsea** neela tudo per bem das agoas (CPVC.F13v.19)

- d) **porque**, querendo de maneira que pareça que eu Recebo nisso merce (como me tem mandado dizer per vos), **avellohey** por muito boa ventura 89,30 (Lobo, 1993: 70)
- e) E porque eu anteparey pollo Recado que sua alteza e vos, senhor, me mandaste or meu filho **que** se tardar, desmancharse **mehaa** tudo, Rellva me a vida ser Francisco de Mello comiguo dentro nesta somana com boa reposta, ou com maa, ou sem ella 97,31 (Lobo, 1993: 71)
- f) E porque a duquesa tẽ alguãas joyas d'ouro e assy prata de servir **que** nã he muita quantidade, **e serlhehaa** necessaria pera seu serviço 119,32 (Lobo, 1993: 77)

Os exemplos em (22a) e (22b) são completivas de verbos ponte, o que está de acordo com as hipóteses de Rivero (1993). Observa-se que não é necessária a realização lexical de um TOP ensanduichado para a mesóclise ocorrer. A não-realização do complementador **que** evidencia que o nóculo CP está envolvido no licenciamento dessas construções. Na nossa análise, elas são derivadas de topicalização V2 (estrutura com duplo CP) do V[-f] para SPEC/C' e de movimento do V[+f] para o núcleo C. AGRc, o núcleo funcional que divide com C a checagem dos traços-N de SPEC/C', se desloca para C, tendo-se como efeito visível desses movimentos a mesóclise.

Em (22c) e (22d) temos sentenças encaixadas adverbiais com mesóclise; em (22e) e (22f), a mesóclise se realiza, respectivamente, em uma completiva nominal e em uma relativa. A análise para essas construções é essencialmente idêntica à das completivas, desde que, de acordo com as hipóteses que apresentamos neste item, a possibilidade de recursividade de CP não é definida pelas propriedades do verbo da sentença matriz¹⁷.

O fato de essas construções serem raramente atestadas não anula a sua existência específica. Observa-se ainda, que, embora raras, são atestadas em diferentes tipos de textos e em diferentes épocas, o que, no nosso entender, torna-as bastante legítimas. Assim, consideramos que, dada a forma como idealizamos os diferentes tipos de subordinação, a mesóclise não é uma realização estranha ou exótica em sentenças encaixadas. Por resultar de uma estrutura idêntica à das demais construções V2, o maior ou menor uso das construções V[-f] CL V[+f] depende exclusivamente da seleção do falante quanto ao constituinte a ser topicalizado (e, evidentemente, das formas do futuro serem analíticas).

Falamos até agora em movimento do infinitivo para SPEC/C' mas não procuramos dar uma definição técnica desse movimento. Passamos a essa questão no que segue. Como hipótese de trabalho, consideramos que o movimento do infinitivo para SPEC/C' nas sentenças raízes não é distinto à topicalização V2. Quanto às encaixadas, pensamos que dois tipos de topicalização estão em jogo nessas construções: a topicalização V2, com recursividade de CP e o *stylistic fronting*, com frenteamento para SPEC/ Σ P.

O fato de essas construções serem mais atestadas em relativas e adverbiais indica que *stylistic fronting* é o processo de frontalização de V[-f] mais usado no PA. Desse modo, as construções com a ordem V[-f] + AUX não são distintas das construções abaixo:

- (23) a) e se **alguas cousas das eygreyas uendudas** acharẽ (FR.1.5.74v)
 b) se **estas cousas fazer** nom quisesse (CDP.18.43)
 c) como quer que ende **o prazer comprido** non ouvensen (DSG.2.35.2)

em que AGRoP (ou AspP)¹⁸ é frontalizado para SPEC/ Σ P (cf. análise de *stylistic fronting* em Ribeiro 1995).

Evidentemente, a opção por *stylistic fronting* implica que, se ocorrer um clítico, a ordem derivada deve ser realizada como CL + V[-f] + AUX, desde que o clítico está em AGRc, como nos exemplos abaixo:

- (24) a) a segurança que **lhe feita** tiinham (CDP.17.65-66)
 b) e veer o que **sse despender** pode (CDP.12.58-59)
 c) Eu o vingarey de ti, que **o matar** foste por nos cofonder (C.M.5.100-101)

A opção por topicalização V2, por outro lado, dará origem à ordem V[-f] + CL + AUX, com movimento de AGRoP para Spec/C', quer em sentenças raízes quer em encaixadas. Como nesse caso os traços-N do tópico em CP deve ser checado com a participação de AGRc, o clítico estará proclítico ao AUX em C¹⁹.

Portanto, a conclusão a que chegamos, apesar do pequeno número de dados com mesóclise, é que a distribuição do pronome complemento com as formas verbais de futuro e condicional não é essencialmente diferente de a com as demais formas verbais. Isto quer dizer que a mesóclise, quando ocorre, só ocorre nos mesmos ambientes lingüísticos em que encontramos a próclise (e não a ênclise) ao V[+f], quer em sentenças raízes, quer em sentenças encaixadas.

A distribuição dessas construções nos sistemas lingüísticos considerados aqui pode ser sumariada como:

(25)	PA	FrA	EspA
a) ([TOP YP]) [CP AGRoP [C' Cl Aux ...]]	+	-	+
b) ([TOP YP]) [CP -- [C' V [AGRc Cl ...]]]	+	+	+
c) [CP XP [C' Cl V ...]]	+	+	+

A estrutura em (25a) se realiza em línguas V2, em que o processo de gramaticalização do auxiliar tipo *haver* como afixo temporal não está ainda concluído, ou seja, a língua em questão se encontra ainda no período misto do desenvolvimento das formas de futuro. As estruturas em (25b) e (25c) se realizam com o futuro sintético, mas, evidentemente, só nos sistemas V2 em que AGRc é a posição do clítico e V se move para C na sintaxe explícita.

As diferenças entre as possibilidades de realizações das ordens (TOP) V[-f] + Cl + V[+f], (TOP) V[+f] + Cl e X + Cl + V[+f] estão na relação entre a reanálise diacrônica que converte o auxiliar lexical *habere* em auxiliar funcional e a perda do efeito V2. Roberts (1992b) observa que, em espanhol, as duas coisas ocorrem mais ou menos na mesma época, fins do século XVI. O FrA se encontra num estágio mais avançado em relação à reanálise do auxiliar. No primeiro documento escrito em francês, os *Serments de Strasbourg* (842), não se encontram evidências de um futuro analítico, com separação de *habere* + *infinitivo* (Roberts (1992b))²⁰. Assim, embora sendo um sistema V2, a mesóclise não se realiza por que *avoir* na forma verbal do futuro é um auxiliar funcional.

Não queremos dizer com isto que, quando a restrição V2 deixou de ser operante, a sequência Infinitivo + auxiliar foi reanalisada e o auxiliar se tornou um afixo. A possibilidade de o auxiliar ser um afixo já está presente no FrA, como no EspA e no PA. A mudança

desencadeia a obsolescência das formas com mesóclise que resulta do movimento do infinitivo para SPEC/C'.

Desse modo, é possível reconstruir as três situações: uma em que o infinitivo e o Aux se alçam independentemente; e as outras duas, em que infinitivo+Aux formam uma única palavra no léxico. A correlação entre a proibição de clítico em primeira posição e a perda de mesóclise em EspA pode ser explicada dessa forma e é consistente com a retenção de Cl-2 e mesóclise em EspA e no PA.

Em termos de aquisição, não é preciso nada específico para a criança gerar a mesóclise, porque o frenteamento de um constituinte qualquer para SPEC/C' e da forma verbal[+f] para C é uma propriedade da gramática V2. Assim, a criança não precisa aprender nada especial sobre a ordem V[-f] CL V[+f].

¹ Cf. também Lema & Rivero (1989) e Lema (1991).

² V2 significa que o verbo [+finito] ocupa a segunda posição da sentença matriz, sendo antecedido por um constituinte de qualquer natureza sintática.

³ *Long Head Movement*.

⁴ O fenômeno conhecido na literatura lingüística como “Lei Tobler-Mussafia” importa na impossibilidade do clítico pronominal ocorrer em posição inicial de sentença. A generalização T-M pode ser simplificada como:

(1) Em posição inicial de sentença próclise é agramatical, sendo a ênclise obrigatória.

⁵ Rögnvaldsson & Thráinsson (1990) analisam movimento de participio em islandês como movimento de constituinte XP. Acreditamos que o mesmo seja verdadeiro para o frenteamento de infinitivo.

⁶ Usamos a denominação “futuro” englobando ambos, o futuro e o condicional.

⁷ Nem todas as línguas românicas derivaram os tempos do futuro e do condicional da perífrase infinitivo + *habere*, como acontece em alguns dialetos do romeno, que tem um futuro perifrástico com um auxiliar defectivo, originalmente significando “querer” (*velle*), do sardo, em que o futuro perifrástico é formado com um reflexo do *debere* latino), do reto-romano, que tem um futuro formado com “*vegnir* + a + infinitivo”. (Cf. Vincent 1988:57 e Roberts 1992b:18).

⁸ V[+θ] e V[-θ] significam, respectivamente, verbo que atribui função semântica a seus argumentos (+θ) e verbo que não a atribui (-θ).

⁹ Para a gramaticalização de *habere*/(*h*)*aver* nos contextos com participio, em português, cf. Mattos e Silva (1989/1990) e Ribeiro (1993).

¹⁰ Roberts (1992b) distingue auxiliar funcional forma livre como um elemento verbal gerado em I e um auxiliar funcional forma presa como um elemento essencialmente morfológico, marcador de tempo de concordância.

¹¹ Rivero não define o que chama de contexto não-V2. Nas propostas que defendemos, todas as construções de uma língua V2 são contextos V2, quer as construções se superficializem como linearmente V1 ou como V>2, desde que definimos a propriedade V2 como a do sistema que requer o V[+f] em C° em todas as sentenças raízes.

¹² Observa-se que a representação resultante dessas operações mostra que o clítico está sintaticamente próclítico ao Aux e não enclítico ao infinitivo, como tem sido assumido.

¹³ L&R (1989) admitem uma outra razão, a saber, frenteamento de VP não é desencadeado pela proibição de clítico em primeira posição.

¹⁴ Os auxiliares fortes têm conteúdo semântico de V de atitude proposicional e não têm valor temporal; os auxiliares fracos têm valor temporal e são semelhantes a afixos dos tempos sintéticos.

¹⁵ Rivero (1993) diz apresentar argumentos semânticos, sintáticos e morfológicos para essa análise em Rivero (1991). Infelizmente não tivemos acesso a esse texto, o que nos impossibilita de confrontar os detalhes das análises.

¹⁶ Granberg (1988) registra alguns casos de mesóclise no EspA em sentenças comparativas e consecutivas. Citamos um dos seus exemplos abaixo:

(i) La uertud desta piedra es atal **que** si la mete el omne en la boca, en quanto la y touiere, **enderesçar se lá** ¹¹⁵ el miembro uaronil, et iazrá con la mugier quantos uezes quisiere, que non se le abaxará ni enflaquesçra nil fará mal (Lap:69) (p.103)

A questão com esse tipo de construção é que se tem tentado analisar as comparativas / consecutivas como sentenças tipo raiz e não tipo encaixada. (a nota 115 dá a leitura da forma verbal em negrito no EspM: se le enderezará).

¹⁷ Uma estrutura de CP ampliado pode estar envolvida nesses tipos de construção, à la Rizzi 1997. Esta é uma questão a ser estudada posteriormente.

¹⁸ AGRoP significa uma posição funcional relacionada com a verificação de Caso do objeto do verbo; AspP, aquela relacionada com valores aspectuais de formas verbais.

¹⁹ Rivero (1993) argumenta contra a idéia de topicalização V2 das construções com mesóclise com base em dados do romeno como:

(i) Cine **spune-mi-va** poezia pe dinafarâ?

quem dizer-me-ira poema+a by heart?

em que o sintagma-Wh está em SPEC/CP, não havendo, portanto, lugar disponível para o infinitivo posar. No entanto, não consideramos esse tipo de dado como contra-exemplo à nossa proposta por o romeno permitir mais de uma palavra-Wh no início da sentença, como em:

(ii) Cine ce a SPUS?

quem que tem dito (quem disse o quê?)

Se múltiplos WHs são possíveis, então o romeno dispõe de mais de uma posição para hospedar esses elementos frontalizados, o que não exclui a possibilidade de um elemento-Wh coocorrer com um V[-f] topicalizado para SPEC/CP.

²⁰ Os *Serments de Strasbourg* contêm dois exemplos de infinitivo + *aio*, que, segundo Roberts (1992b), não é diferente do afixo de futuro do FrM, exceto por questões fonológicas.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, S. (1993). "Wackernagel' s revenge: clitics, morphology and the syntax of second position". *Language*, 69:68-98.

AUTHIER, J-M. (1992). "Iterated CPs and embedded topicalization". *Linguistic Inquiry*, 23:329-336.

BENINÇÀ, P. (1992). "Complement clitics in Medieval Romance: the Tobler-Mussafia Law". (In A. Battye & I. Roberts (eds.) *Language Change and Verbal Systems*. N. York, Oxford).

den BESTEN, H. (1983). "On the interaction of root transformations and lexical deletive rules". In: W. Abraham. *On the formal syntax of the Westgermania*. Amsterdam. John Benjamins.

CARDINALETTI, A. & ROBERTS, I. (1991). Clause structure and X-second. A publicar em W. Chao & G. Harrocks (eds.). *Levels of representation*. Dordrecht, Foris Publications.

- CHOMSKY, N. (1977). "On WH-movement". In: P. W. Cullicover, T. Wasow & A. Akmajian (eds.) *Formal syntax*. New York, Academic Press. 71-132.
- CHOMSKY, N. (1981). *Lectures on government and binding*. (The Pisa Lectures). Dordrecht, Foris Publications.
- CHOMSKY, N. (1992). *A minimalist program for linguistic theory*. MIT Occasional Papers in Linguistics. Vol. 1. Cambridge, Massachusetts, MIT.
- CHOMSKY, N. & LASNIK, H. (1992). The theory of principles and parameters. MIT, mimeo.
- DIESING, M. (1988). Verb movement and the subject position in Yiddish. University of Massachusetts. mimeo.
- FERREIRA, J. de A. (1987). *Afonso X. Foro Real*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica. 2v.
- GALVES, C. (1990). Double AGR in Portuguese. UNICAMP, mimeo.
- GRANBERG, R. A. (1988). *Object pronoun position in medieval and early modern Spanish*. Tese de Doutorado. UCLA.
- HAIDER, H. & PRINZHORN, M. (eds.) (1986). *Verb second phenomena in Germanic languages*. Dordrecht, Foris Publications Publications.
- IATRIDOU, S. & KROCK, A. (1992). The licensing of CP-recursion and its relevance to the Germanic verb-second phenomenon. University of Pennsylvania. mimeo.
- KAYNE, R. (1990). "Romance clitics, verb movement and PRO". mimeo. (publicado em *Linguistic Inquiry*, 22:647-686. 1991. MIT).
- LEMA, J. (1991). *Licensing conditions on head movement*. Tese de Doutorado (versão preliminar). University of Ottawa.
- LEMA, J. & RIVERO, M. L. (1989). "Inverted conjugations and V-second effects in Romance". Comunicação apresentada em *XIX Linguistic Symposium on Romance Languages*, Columbus, Ohio. mimeo.
- LORENZO, R. (1975). *La traducción gallega de la Cronica General y de la Cronica de Castella*. Orense, Instituto de Estudios Orensianos Padre Feijoo. 2v.
- MACCHI, G. (1966). *Crônica de D. Pedro de Fernão Lopes*. Roma, Ateneo.
- MALING, J. (1990). "Inversion in embedded clauses in modern Icelandic". *Syntax and Semantics*, 24:71-91.
- MARTINS, A. M. (1993a). "Clitic placement from old to modern European Portuguese". Comunicação apresentada em *Eleventh International Conference on Historical Linguistics*. (a publicar nas atas).
- MARTINS, A. M. (1994). *Clíticos na história do português*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- MATTOS e SILVA, R. V. (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos “Quatro livros dos Diálogos de São Gregório*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 4 vs.
- MATTOS e SILVA, R. V. (1989). *Estruturas trecentistas; elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa, Estudos gerais; Imprensa Nacional.
- MATTOS e SILVA, R. V. (1990). “Caminhos de mudança sintático-semânticas no português arcaico”. V Encontro Nacional da ANPOLL, Fortaleza.
- MATTOS e SILVA, R. V. (1991). “Caminhos de mudanças sintático-semânticas no português arcaico”. *Cadernos de estudos lingüísticos*, 20:59-74. Campinas, IEL-UNICAMP.
- MATTOS e SILVA, R. V. (1994). “Para uma caracterização do período arcaico do português”. *DELTA*, 10:247-276.
- METTMANN, W (ed.). (1972). *Afonso X, o Sábio. Cantigas de Santa Maria*. 4 Vols. Coimbra. Acta Universitatis Conimbrigensis.
- POLLOCK, J-Y. (1989). “Verb movement, universal grammar, and the structure of IP”. *Linguistic Inquiry* 20: 365-424. MIT.
- RIBEIRO, I. (1990). Estruturas V2 do português antigo; um estudo contrastivo. mimeo.
- RIBEIRO, I. (1992a). Evidências para uma fase V2 no português arcaico. mimeo.
- RIBEIRO, I. (1992b). “A sintaxe da ordem na “Carta de Pero Vaz de Caminha”. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 13; 500 anos de América. Salvador, UFBA
- RIBEIRO, I. (1992c). Colocação dos complementos clíticos e a estrutura sintática do português arcaico. mimeo.
- RIBEIRO, I. (1992d). “Um estudo da ênclise nas estruturas completivas do português arcaico”. Apresentado ao Grupo de estudos sobre clíticos na história do português - *ABRALIN*- Reunião anual. mimeo.
- RIBEIRO, I. (1992e). O fenômeno V2 no português antigo. Porto Alegre, ANPOLL. mimeog.
- RIBEIRO, I. (1993). “A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter*, *haver* e *ser*”. In: Ian ROBERTS & Mary A. KATO. *Português brasileiro*. Uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp. Pág. 343-386.
- RIBEIRO, I. (1994a). “Evidence for a V2 fase in Old Portuguese”. In: A. Battye & I. Roberts (eds.) *Language Change and Verbal Systems*. N. York, Oxford.
- RIBEIRO, I. (1994b). “A ordem das palavras no francês e no português arcaico. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 16:63-81
- RIBEIRO, I. (1995). A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2. Tese de Doutorado. Unicamp.
- RIVERO, M. L. (1980). “On left-dislocation and topicalization in Spanish”. *Linguistic Inquiry*, 11:363-393.

- RIVERO, M. L. (1992). "Clitic and NP climbing in Old Spanish". In: H. CAMPOS & F. MARTÍNEZ-GIL. (Eds.). *Current studies in Spanish linguistics*. Washington, D. C.: Georgetown University Press. Pág. 241-82.
- RIVERO, M. L. (1993). "Long head movement and V2 vs null subject in old Romance". *Lingua*, 89:217-245.
- RIZZI, L. (1990a) "Speculations on verb-second". In: J. Mascaró & M. Nespór (eds.)
- RIZZI, L. (1990b). *Relativized minimality*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.
- RIZZI, L. (1991). "Residual verb second and the Wh criterion". *University of Geneva Technical Reports in Formal and Computational Linguistics*, nº 2.
- RIZZI, L. (1997). "The fine structure of the left periphery". In: L. HAEGEMAN (Ed.). *Elements of grammar: handbook of generative syntax*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers. Pág. 281-338.
- ROBERTS, I. (1985). "Agreement parameters and the development of English modal auxiliaries". *N L L T*, 3(1):21-58.
- ROBERTS, I. (1989). "Case-assignment parameters and the history of French inversion". *GLOW Newsletter*. Dordrecht, Foris Publications.
- ROBERTS, I. (1991). "Excorporation and minimality". *Linguistic Inquiry*, 22:209-218.
- ROBERTS, I. (1992a). *Verbs and diachronic syntax*. Dordrecht, Kluwer.
- ROBERTS, I. (1992b). A formal account of grammaticalisation in the history of romance futures. University of Wales. mimeo.
- ROBERTS, I. (1992c). Two types of head movement in Romance. University of Wales. mimeo.
- ROBERTS, I. & KATO, M. (1993). *Português brasileiro; uma viagem diacrônica*. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: Editora da UNICAMP.
- RÖGNVALDSSON, E. THRÁINSSON, H. (1990). "On Icelandic word order once more". *Syntax and Semantics*, 24:3-40. San Diego: Academic Press, INC.
- SALVI, G. (1990). "La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica". *Medioevo Romanzo*, 15:117-210. Società editrice Il Mulino Bologna.
- TARALDSEN, K. T. (1986). "On verb second and the functional content of syntactic categories". In: H. Haider & M. Prinzhorn (eds.).
- TOMASELLI, A. (1990). "COMP° as licensing head: an argument based on cliticization". In: J. Mascaró. & M. Nespór (eds.).
- TRAVIS, L. (1984). *Parameters and effects of word order variation*. Tese de Doutorado. MIT.
- URIAGEREKA, J. (1992). A focus position in Western Romance. mimeo.
- WANNER, D. (1987). "The Tobler-Mussafia law in Old Spanish". In: H. Campos & F.

212 do português arcaico ao português brasileiro

Martínez-Gil (eds.). *Current Studies in Spanish Linguistics*. Washington D.C., Georgetown University Press. 313-378.

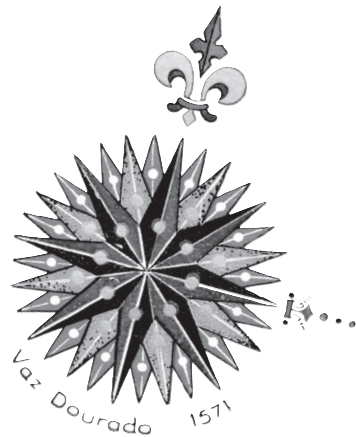
ZWART, C. J-W. (1993). "Verb movement and complementizer agreement". *MIT working papers in linguistics*. Vol. 18: *Papers on case and agreement I*. Cambridge, Massachusetts, MIT. 297-340.

VINCENT, N. (1982). "The development of the auxiliaries HABERE and ESSERE in romance. In: N. VINCENT & M. HARRIS. (eds.). *Studies in the Romance verb*. Londres: Croom Helm.

VINCENT, N. & HARRIS, M. (1988). *The Romance languages*. New York, Oxford University Press.

O imperativo no português do século XVI

Dilcéia Almeida Sampaio







Introdução

O uso do imperativo ocorre “quando o falante dirige-se a um ouvinte na tentativa de fazer com que este realize o processo expresso pelo verbo”. Essa é a conclusão a que chegaram Faraco e Moura (1998: 350), mas não difere do pensamento dos outros gramáticos e estudiosos da língua acerca desse modo verbal. Em verdade, o que tem despertado o interesse dos pesquisadores da lingüística com referência ao imperativo é a sua possível variabilidade nos campos morfológico, sintático e semântico, perpassando pelo discurso e manifestando-se através do diálogo.

Nesse sentido, o emprego do imperativo tem servido de objeto de estudo a várias pesquisas, como as de Faraco (1982 e 1985-1986), Scherre (1999), Alves (1997 e 2001), Bonfá, Pinto e Luiz (1997) e a que realizamos em 2001. Com exceção de Faraco (1982) que se refere à história da língua, embora se atenha a um estudo de caráter bibliográfico, com alguns exemplos colhidos assistematicamente, sem análise de um *corpus* representativo da época elucidada, os demais concentram-se na atual sincronia.

Assim, com o objetivo de encontrar subsídios que possam explicar o fenômeno de variação do imperativo no português contemporâneo, notadamente, no português do Brasil, resolvemos investigar o emprego do imperativo nos séculos anteriores ao século XX, pesquisa que ainda se encontra em andamento. Para o presente artigo, destacamos a primeira parte dessa pesquisa, que tem como amostra as ocorrências do imperativo em peças teatrais do século XVI, para testar as semelhanças e/ou diferenças de sua manifestação no português europeu e no português brasileiro, no que se refere a esse século. A escolha por esse tipo de texto (peça teatral), deve-se ao fato de não haver registros sonoros da língua falada naquele período, bem como, ao fato de o discurso do teatro aproximar-se da fala real. Outro aspecto, não menos importante, é a existência constante de diálogos nas peças, forma que favorece o emprego do imperativo.

1 O *corpus*

O *corpus* selecionado constituiu-se de 5 peças teatrais: quatro escritas na primeira metade do século XVI por Gil Vicente e uma escrita por José de Anchieta na segunda metade desse mesmo século, uma vez que não se teve acesso a outras peças desse mesmo autor. Embora possa parecer que não se estabeleceu uma simetria, a quantidade de versos da peça de José de Anchieta é bastante representativa, como se pode constatar nas informações contidas no quadro abaixo:

Autores / Peças analisadas	Data	Nº de versos	Nº de ocors. do Imperativo
1ª metade			
Gil Vicente			
Auto de Uma Visitação	1502	112 vs.	01
Auto do Pastoril Castelhana	1504	426 vs.	12
Auto da Barca da Glória	1519	860 vs.	17
A Farsa de Inês Pereira	1523	1107 vs.	44
2ª metade			
José de Anchieta			
Auto representado na festa de São Lourenço	[ca.1583]	970 vs. ¹	38
TOTAL:		3475 vs.	112

Quadro 1 - Século XVI (Pesquisa da autora)

Foram registradas, portanto, 112 ocorrências da forma imperativa, cuja análise será apresentada a seguir.

2 Análise e considerações sobre as peças

2.1 As peças de Gil Vicente

As peças de Gil Vicente, embora tenham sido escritas no século XVI (entre 1502 e 1536), como já foi ressaltado anteriormente, podem ser enquadradas no período medieval, uma vez que refletem, criticamente, as classes sociais do fim da Idade Média.

Vale ressaltar que o século XVI marca o início do Renascimento, período que recebeu, na Literatura, a denominação de Classicismo. Nesse período, isto é, no período clássico, as manifestações teatrais abandonaram o *auto*, tipo de composição medieval, passando a adotar, preferencialmente, a comédia e a tragédia, segundo os modelos gregos.

Retomando-se o século anterior, séc. XV, verifica-se a existência dos seguintes gêneros: os mistérios, as moralidades, os milagres, as farsas e as *sotties*, espécie de farsas cujos protagonistas eram “parvos”², o que permitia críticas livres e acirradas. Havia ainda representações mais breves, como os “sermões burlescos” que se constituíam em monólogos recitados por atores ou jograis mascarados com vestes sacerdotais.

A princípio, Gil Vicente não aparece ligado a esses gêneros tradicionais acima citados. Costuma-se filiar sua primeira peça (Auto de uma visitação) a representações de outro poeta palaciano, o castelhano Juan del Encina, até mesmo no que diz respeito à linguagem. Atribui-se essa filiação não só ao fato de a corte portuguesa ser, à época, bilingüe, já que as esposas dos reis tinham procedência castelhana, mas também à familiaridade da corte com os poetas de língua espanhola.

Talvez sejam também essas as razões para os primeiros pastores de Gil Vicente apresentarem, na fala, não o português rústico, mas um dialeto semicastelhano, semileonês, o saiaçuês, que Juan del Encina havia trazido para o palco. Entretanto, à medida que vai avançando e enriquecendo as suas formas e repertório teatral, Gil Vicente integra novos elementos, alguns dos quais tradicionais: o sermão burlesco, gênero existente na literatura espanhola do séc. XV e nas representações populares portuguesas da mesma época; a farsa; imitações jocosas de atos religiosos, como ladainhas; despropósitos de *parvos* com raízes no parvo carnavalesco. Além desses, integra também as moralidades e os mistérios franceses e ingleses, e vai, principalmente, inserindo a realidade nacional, na medida em que os seus pastores habitam-se a falar o português rústico, e trazem aos espectadores as preocupações e os desejos próprios da sua condição.

Assim, pode-se interpretar a posição crítica de Gil Vicente, como uma tentativa de volta ao passado, se se considerar o fato de que esse autor é contemporâneo das modificações operadas na sociedade portuguesa, em função do desenvolvimento comercial, gerado pelas conquistas ultramarinas; entretanto, como ressalta Saraiva e Lopes (1975: 193), “a despreconceituosa diversidade das suas fontes, estruturas e tonalidades comunica a esse tão saboroso teatro uma vivacidade que, por vezes, o torna extraordinariamente moderno [...]”. Esse artista pauta-se na vida cotidiana, representando os problemas de seu tempo. Nesse processo, mesmo sendo freqüentador da corte, não se limita às personagens que se reportam aos reis e às rainhas, mostra-se profundamente enraizado nas tradições populares, elencando uma galeria de tipos humanos da sociedade portuguesa, e incluindo, entre outros, os camponeses e as alcoviteiras. A linguagem das suas personagens mostra-se, portanto, variada, uma vez que as mesmas representam origem e posição social diferenciadas.

Com efeito, as colocações de Cintra (1986: 38) confirmam a importância lingüística do teatro vicentino: “[...], precisamente por se tratar de teatro, reflete a linguagem falada da época, e a linguagem falada pelas várias camadas que constituíam a sociedade contemporânea do autor [...]”.

Como já foi descrito anteriormente, para este trabalho, dentre as mais de quarenta peças teatrais escritas por Gil Vicente, selecionamos quatro, as quais se concentram na crítica social, havendo apenas uma de cunho religioso, *A barca da glória*. Essa seleção foi realizada tomando-se por base a cronologia organizada por I. S. Révah (*apud* SARAIVA; LOPES, 1975, p. 195-196); assim, incluem-se, na amostra, a primeira peça encenada (1502) e mais três peças (Cf. Quadro 1). O fato de termos optado por peças teatrais, como também já foi dito anteriormente, deve-se à peculiaridade deste estudo (análise do emprego do imperativo, do séc. XVI), uma vez que os diálogos são a forma de manifestação desse modo verbal; e as peças vicentinas favorecem seu emprego nas cenas em que as personagens manifestam uma hierarquização de tratamento, decorrente da estratificação social por elas representada.

A primeira peça de Gil Vicente encenada, *o Auto da visitação*, é um monólogo em que um homem simples, do campo (vaqueiro) expressa sua alegria pelo nascimento do príncipe. Em verdade, uma *visitação* não era de fato uma simples visita, mas sim uma cerimônia abrangendo elementos verbais, políticos e até coreográficos.

Na segunda peça escolhida, *o Auto do pastoril castelhano*, ocorrem diálogos cômicos entre pastores, cuja linguagem ainda se apresenta como um dialeto semicastelhano. *O Auto da Barca da Glória* que é o terceiro auto, dentre os três que compõem os *Autos das Barcas*, os quais, de acordo com a classificação metódica dos filhos e editores de Gil Vicente (Luís e Paula Vicente, *apud* SARAIVA; LOPES, 1975), incluem-se no grupo de peças que, sob forma mais pronunciadamente alegórica, transmitem um ensinamento religioso ou moral. Nessas peças, as virtudes são premiadas e os vícios castigados; suas personagens são personificações alegóricas ou tipos reais caricaturados.

A outra peça analisada, intitulada *A farsa de Inês Pereira*, como o nome já indica, inclui-se no grupo das farsas e, diferentemente de outros autos desse gênero, que não apresentam uma estrutura organizacional com início, meio e fim, essa se mostra mais desenvolvida, evidenciando uma história completa. Como explicam Saraiva e Lopes (1975, p. 202) visa ilustrar, através de uma história dialogada picante, o dito popular “antes quero burro que me leve que cavalo que

me derrube”, e, no seu desenrolar, a personagem central - Inês Pereira - ainda solteira, mostra-se ansiosa por casar com Pero Marques.

Na análise do emprego da forma verbal imperativa, especificamente, nessas quatro peças de Gil Vicente, observa-se a correlação existente entre essa forma verbal e a forma de tratamento pertinente aos diferentes contextos dialogais, inseridos nos contextos sociais. Acreditamos na coerência dessa perspectiva, não apenas pelo que foi observado em cada uma das peças, mas também pelas afirmações de Saraiva e Lopes (1975: 205): “No palco vicentino não perpassam caracteres individuais, mas tipos sociais agindo segundo a lógica da sua condição fixada de uma vez para sempre; [...]”. E esses autores complementam:

Na época de Gil Vicente devia existir maior diversidade idiomática, segundo não só a diversidade das regiões, mas também a das condições sociais. O dramaturgo acusa esta diversidade, variando a expressão fonética ou sintática, o vocabulário e **as fórmulas de tratamento** conforme a origem das personagens³. (SARAIVA; LOPES, 1975: 222)

Passaremos agora para a análise das ocorrências do imperativo nas peças de Gil Vicente, seguida da análise do imperativo na peça de José de Anchieta.

No *Auto da visitação* (AV), também conhecido como *Monólogo do vaqueiro*, ocorre apenas uma passagem em forma de diálogo:

- (1) - He, zagal!
- Digo, *dize*, salté mal? (AV - 6ª estrofe)

Benveniste (1989: 87-8) afirma sobre o monólogo:

[...], o ‘monólogo’ é um diálogo interiorizado, formulado em ‘linguagem interior’, entre um eu locutor e um eu ouvinte. Às vezes, o eu locutor é o único a falar; o eu ouvinte permanece entretanto presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar significante a enunciação do eu locutor. Às vezes, também, o eu ouvinte intervém com uma objeção, uma questão, uma dúvida, um insulto.

Parece que, no exemplo (1), estamos diante de um diálogo interiorizado, isto é, de uma transposição do diálogo em “monólogo”, quando o EGO assume dois papéis, ou melhor, se divide em dois. Poder-se-ia considerar, assim, um desdobramento provocado pela “inspiração”, que, segundo Benveniste (1989: 88), é uma possibilidade facultada pelo aparelho lingüístico da enunciação, *sui-reflexivo*, formando um jogo de oposições entre o pronome, como primeira pessoa do discurso e o antônimo que seria o pronome de primeira pessoa, representando a 2ª pessoa do discurso (*eu/me/mim*).

Pelo que se observa, especificamente, no contexto, o vaqueiro faz uma reflexão como se estivesse dialogando consigo mesmo, evidenciando-se uma perfeita sincronia entre a forma de tratamento (2ª p. do singular) e o nível do falante que a utiliza, bem como seu grau de intimidade com o suposto *interlocutor* (ele mesmo).

O fenômeno evidenciado pode ser interpretado, também, como uma *pergunta retórica*, que, na perspectiva bakhtiniana (cf. BAKHTIN, 1986: 170), situa-se, de alguma forma, na própria fronteira do discurso narrativo e do discurso citado (usualmente discurso interior), entrando, muitas vezes, diretamente em um ou outro discurso, como ocorreu na passagem acima destacada.

No tocante ao uso do imperativo e a respectiva forma de tratamento utilizada entre interlocutores iguais na escala social, verifica-se que, nos diálogos entre personagens pertencentes à mesma classe social e que possuem entre si um certo grau de intimidade, ocorre o emprego do pronome de 2ª pessoa do singular (*tu*) com a forma verbal correspondente, como pode ser constatado nos exemplos retirados do *Auto do Pastoril Castelhana* (PC) em que o imperativo ocorre várias vezes e sempre no diálogo entre dois pastores (Bras e Lucas), personagens amigos e que pertencem a uma estratificação social inferior. Empregam essa forma, nas suas falas, tanto para expressar um pedido como uma ordem, apresentando, portanto, um tratamento íntimo.

- (2) Gil: – Com favor de la ventura:
di, zagal
 qué se hizo su curral? (PC - 7ª estrofe - o pastor Gil, dirigindo-se ao pastor Brás)
- (3) Gil: – Tú muy prazeroso estás:
busca, busca las cabritas
 tras que tienes mui poquitas,... (PC - 12ª estrofe – o pastor Gil, dirigindo-se ao pastor Brás)

Esse emprego repetiu-se diversas vezes no *Auto do Pastoril Castelhana*, tendo ocorrido também, em contextos equivalentes, no *Auto da Barca da Glória* para indicar intimidade entre iguais, pertencentes a uma classe espiritualmente (socialmente) inferior, como em:

- (4) Diabo: – Patudo, ve mui saltando,
llámame la Muerte acá;
díle que ando navegando,
 y que la estoy esperando, ... (BG - 1ª estrofe, *Diabo* dirigindo-se a seu Companheiro)

Vale ressaltar que isso também se repete no auto *A farsa de Inês Pereira* (IP), nos diálogos entre os judeus casamenteiros (Latão e Vidal), personagens que parecem representar igualmente uma classe social inferior.

- (5) Vidal: – [...] Tu judeu e eu judeu?
 Não somos massa dum trigo?
 Latão: – *Leixa-me* falar.
 Vidal: – Já calo. (IP - 48ª estrofe, *Latão* dirigindo-se a *Vidal*, ambos judeus casamenteiros)

No tocante ao emprego do pronome de 2ª pessoa do singular (*tu*) com a forma verbal correspondente, indicando tratamento íntimo, não se observam, pois, diferenças sensíveis entre o estágio da língua no período vicentino e o português europeu contemporâneo, uma vez que ainda atualmente ocorre do mesmo modo (Cf. CINTRA, 1986: 39-40; FARACO, 1996: 63). O dado, acima, ratifica essa premissa.

Já com referência à forma de tratamento e o emprego do imperativo na fala das personagens que representam classes sociais diferentes entre si, o primeiro aspecto a se considerar refere-se ao uso da 2ª pessoa do singular da forma verbal imperativa em correspondência, portanto, ao pronome (*tu*), 2ª p. do singular, nos contextos em que uma personagem, socialmente

220 do português arcaico ao português brasileiro

superior, dirige-se a outra considerada inferior, na escala social e/ou na ordem *espiritual*, como no exemplo abaixo:

- (6) Duque: [...] *dizeme*, Señor, por qué
tan presto me derrocaste
de cabeça? (BG - 18ª estrofe - Duque dirigindo-se ao Diabo)

Entretanto, observamos que há uma particularidade, nessa passagem, uma vez que, ao lado da forma verbal correspondente à 2ª p. do singular, registra-se também, a forma de tratamento *Señor*, que poderia ser considerada uma variação, ou talvez, um distanciamento cerimonioso.

Nas situações em que um “superior” se dirige a um subordinado, registrou-se a forma verbal imperativa correspondente à 2ª p. do singular, como na passagem da *Farsa de Inês Pereira*, a seguir, em que o Escudeiro dá uma ordem ao seu auxiliar:

- (7) Escudeiro: –Tu hás-de ficar aqui,
olha, por amor de mi,
o que faz tua senhora, ... (IP - 90ª estrofe, Escudeiro dirigindo-se ao seu auxiliar
- Moço)

Na situação inversa, isto é, um subordinado dirigindo-se a alguém diretamente superior ocorre o emprego da 2ª pessoa do plural da forma verbal imperativa e seu respectivo pronome pessoal (*vós*). O maior número de ocorrências dessa forma foi registrado no *Auto da Barca da Glória*, o que pode ser justificado pelo fato de muitas personagens representarem uma escala superior na estratificação social (Papa, Cardeal, Arcebispo, Bispo, Imperador, Rei, Duque e Conde), como na passagem, abaixo, em que o *Diabo* dirige-se ao *Conde*.

- (8) Dos mil años há, y más
y no passo por dinero.
Entrad, Señor passagero. (BG - 10ª estrofe - o diabo dirigindo-se ao conde)

Essa forma verbal ocorreu também em outro auto analisado, em contextos equivalentes, como pode ser constatado no exemplo, a seguir:

- (9) *Olhai, olhai* como rimal!
E depois de ida a vindima? (IP - 91ª estrofe, auxiliar - Moço - dirigindo-se ao Escudeiro)

Nesses trechos, nota-se, nitidamente, uma hierarquização de tratamento, na medida em que o *Diabo* representa uma entidade socialmente inferior à figura do *Conde* (8), e o Escudeiro encontra-se em um nível social superior em relação ao seu auxiliar (9).

Esses dados confirmam as afirmações de Cintra (1986: 42):

[...], o teatro de Gil Vicente mostra-nos que, em nenhuma circunstância, o *vós* deixara de ser possível como tratamento respeitoso - isto é, fora completamente substituído por qualquer das fórmulas citadas [Vossa Mercê, Vossa Senhoria, Vossa Alteza, Vossa Excelência].

Posteriormente, Faraco (1996: 63) também apresenta algumas conclusões acerca do sistema de tratamento no português, concentrando-se não apenas na obra vicentina, mas também no uso geral da língua naquele período:

[...], pelo fim do século XV e começo do XVI, as formas de tratamento não íntimo do interlocutor singular em Portugal, eram *grosso modo*, as seguintes: *vós* como forma universal; e *Vossa Senhoria* e *Vossa Mercê* como formas socialmente mais específicas - a primeira, mais comum entre a aristocracia; e a segunda (com suas variantes), nos demais casos.

Esses exemplos e citações vêm confirmar, empiricamente, a correlação existente entre as formas de tratamento e as formas verbais imperativas empregadas por Gil Vicente.

Entretanto, em outra passagem da *Farsa de Inês Pereira*, ocorre uma variação na forma de tratamento, como pode ser verificado em dois momentos em que Inês Pereira se dirige ao auxiliar de seu marido:

(10) Inês Pereira: – Pois que te dá de comer,
Faze o que t' encomendou. (IP - 93ª estrofe, Inês dirigindo-se ao auxiliar do seu marido - o Moço)

(11) Inês Pereira: – *Mostrai cá*, meu guarda-mor,
e veremos o que i vem. (IP - 97ª estrofe, Inês dirigindo-se ao auxiliar do seu marido o Moço)

Na situação identificada pelo número (10), Inês Pereira emprega a forma verbal correspondente à 2ª p. do singular, mantendo a simetria com os outros contextos apresentados anteriormente (superior → inferior = tratamento correspondente à 2ª p. do singular), já no exemplo (11), a forma verbal empregada demonstra um tratamento mais cerimonioso (2ª p. do plural). A princípio, parece tratar-se da característica vicentina de transgredir o estilo vigente, mas ao analisarmos, mais detalhadamente, todo o contexto, observa-se uma certa ironia por parte de Inês Pereira, sendo a situação, portanto, o fator determinante desse uso de tratamento, consequentemente, dessa forma verbal.

Com referência ao tratamento mãe/filha, no auto *A farsa de Inês Pereira*, nos diálogos entre Inês e a mãe, esta dirige-se à filha, empregando o pronome *tu* associado à forma imperativa, quando imprime uma ordem:

(12) *Acaba* esse travesseiro!
E nasceu-te algum unheiro,
Ou cuidas que é dia santo? (IP - 5ª estrofe, mãe dirigindo-se à filha)

Entretanto, não se pode assegurar que a mãe sempre se dirige à filha dessa forma, uma vez que, na estrofe seguinte, 6ª estrofe, nota-se que acontece uma mistura no tratamento empregado pela mãe em relação à filha. Enquanto, no primeiro verso da estrofe a seguir, ocorre o emprego da forma verbal na 2ª pessoa do plural - *vós* -, no verso seguinte, a mãe de Inês Pereira emprega, com outra forma verbal, a 2ª pessoa do singular.

- (13) *Olhade* ali o meu pesar!
Como queres tu casar
Com fama de preguiçosa? (IP - 5ª estrofe, mãe dirigindo-se à filha)

Poder-se-ia levantar a possibilidade de oscilação do tratamento nos contextos em que há variação no sentido elocutivo; neste caso específico, a *mãe* emprega a forma verbal correspondente à 2ª p. do plural (*vós*) quando se trata de um apelo. Outra análise que parece viável é o fato de se considerar que a condição social representada pelas personagens (*Inês e mãe*), tipos de uma classe menos favorecida na escala social, seria a provável razão da oscilação na forma de tratamento.

Não obstante esses fatos, Cintra (1986: 55) afirma: “Mães e pais tratavam os filhos por *tu*. Sirvam de exemplo a mãe de Inês Pereira, dirigindo-se à filha, [...]”.

Os exemplos aqui apresentados vêm confirmar a forma peculiar dos textos vicentinos, no tocante ao tratamento entre interlocutores.

Quando se trata da relação marido/mulher, as personagens empregam o pronome *vós* com a correspondente segunda pessoa do plural dos verbos, confirmando as colocações de Cintra, quando afirma: “Assim: o tratamento corrente entre marido e mulher deduz-se, de farsas como o *Auto de Inês Pereira*, [...], que era *vós* com a correspondente segunda pessoa do plural dos verbos.” (CINTRA, 1986: 55).

Os exemplos, a seguir, também ratificam essa afirmativa:

- (14) I onde quiserdes ir,
vinde quando quiserdes vir,
estai quando quiserdes estar,
(IP - 109ª estrofe, Pero Marques dirigindo-se a Inês Pereira)
- (15) *Esperade* ora, *esperade*!
Olhai que lousas aquelas, ...
(IP - 122ª estrofe, Inês Pereira dirigindo-se a Pero Marques)

Vale ressaltar que, para esses interlocutores, não foram registrados contextos em que houvesse variação na forma de tratamento.

2.2 A peça de Anchieta

Na incipiente literatura colonial, José de Anchieta destaca-se com o exemplo do misticismo que toda obra religiosa deve pressupor, como bem ressalta Bosi (1976: 22-23).

As produções literárias de Anchieta aconteceram no séc. XVI, do mesmo modo que as de Gil Vicente, e, como ocorreu também com este, sua obra consta de autos a serem representados; entretanto, enquanto Gil Vicente reflete os costumes portugueses, Anchieta, não obstante sua origem portuguesa, procura refletir, em suas obras, a realidade brasileira, assim, seus temas são voltados para questões do Brasil, no período colonial, por ele vivenciadas durante o processo de catequese dos índios.

Outro aspecto que nos parece relevante na comparação entre o teatro de Anchieta e o de Gil Vicente, para o estudo que ora se apresenta, diz respeito à caracterização *pastoril* e *pastoral*: no

teatro vicentino, há personagens pastoris, isto é, campestres, enquanto o teatro de Anchieta caracteriza-se como pastoral, no sentido eclesial da palavra, reforçando o lado místico e religioso. Seus autos destinam-se à edificação do índio e do branco em certas cerimônias litúrgicas.

Segundo Bosi (1976: 26), são oito os autos atribuídos a Anchieta, e o mais importante deles é o *Auto representado na Festa de São Lourenço*, doravante *Festa de São Lourenço*, por essa razão, escolhemo-lo para proceder ao levantamento das formas verbais imperativas que por ventura existam e, posteriormente, analisá-las nos contextos em que ocorram.

Esse auto, constituído de cinco atos, apresenta, como já foi especificado, 1493 versos; o primeiro ato é escrito em castelhano, o segundo, em tupi, mas, na edição consultada⁴, apresenta-se traduzido para o português; no terceiro, há apenas um trecho também em língua portuguesa, enquanto o restante dos versos, ou está em espanhol, ou em tupi. O quarto ato apresenta-se ora em português, ora em castelhano, enfim, o quinto, em português.

Uma vez que, como dito anteriormente, o objetivo desta pesquisa é a análise do emprego do imperativo na língua portuguesa, o estudo concentra-se na versão feita para essa língua, a qual, pela sua extensão (970 versos em português), acreditamos estar, mais ou menos, em simetria com os dados levantados em quatro autos de Gil Vicente.

Outro fator que fundamenta essa escolha é a quantidade de peças atribuídas a um autor e ao outro, enquanto se tem o registro de quarenta peças vicentinas, as de Anchieta somam apenas oito.

Como afirma Bosi (1976: 26), nos autos de Anchieta, do mesmo modo que nos *mistérios* e nas *moralidades* da Idade Média, o rito litúrgico estende-se até o adro da igreja.

As figuras dos anjos e dos demônios materializam os pólos do Bem e do Mal, da Virtude e do Vício, entre os quais oscilaria o cristão, o que, à primeira vista, parece tratar-se de realismo, no entanto, trata-se de alegoria.

O auto da *Festa de São Lourenço* (FSL), embora se apresentando em cinco atos, um deles, precisamente o quinto ato, constitui-se em uma dança cantada; os outros narram, sem unidade de ação ou de tempo, a resistência de São Sebastião e São Lourenço aos ataques dos diabos, resultando na morte de São Lourenço. As cenas se passam em agosto de 1583, período da catequese dos índios no Brasil e o martírio de São Lourenço, o qual foi açoitado e queimado vivo sobre grelhas de ferro em brasa, presta-se bem ao teatro catequético no Brasil, onde eram habituais os sacrifícios de guerra em que índios costumavam *churrasquear* as suas vítimas.

Para a história nacional, FSL recorda episódios dos ataques dos tamoios, aliados dos franceses, desbaratados já há alguns anos antes da representação. Verifica-se, no entanto, que as informações se mesclam com as criações teatrais, ou seja, fatos não necessariamente históricos se mesclam com fatos reais, como, por exemplo, a intervenção de São Sebastião, que teria sido visto combatendo ao lado dos índios. Essa falta de rigor histórico repete-se no aparecimento de São Sebastião e São Lourenço como vítimas de Décio (imperador romano célebre por sua perseguição ao cristianismo, mas inocente daquelas condenações), já que a história registra a morte de São Sebastião, a flechas, por ordem de Diocleciano, enquanto São Lourenço foi morto sobre brasas, no império de Valeriano. Segundo Martins (1948: 08), parece que a forma de morte a que os dois foram submetidos aliada ao fato de terem sido padroeiros, respectivamente, do Rio de Janeiro e de Niterói, uniu-os, por relações com processos indígenas usuais, na representação.

224 do português arcaico ao português brasileiro

Com relação à composição das personagens, embora Anchieta conserve características habituais a seus personagens teatrais (cômicos, fanfarrões, exageradamente ridículos e, às vezes, sublimes), em FSL, talvez por não ter apenas a intenção de divertir o público, são enfocados, mesmo de forma contraditória, aspectos típicos do período quinhentista da colônia. Assim, ao lado de cantos, danças e da cena quase nativa de cremação de São Lourenço, há alusões a fatos que exigem conhecimento de história e martirologio cristão, como, por exemplo, o aparecimento dos imperadores romanos, seus discursos sobre conquistas e fatos do império. O público, portanto, não poderia, evidentemente, ser composto apenas de índios rudes ou recém-alfabetizados; as peças despertavam o interesse não só da população inculta, mas também dos letrados, o que explica a feição híbrida da representação.

Ainda tendo-se em conta o tipo de público que se interessava pela peça, no tocante à linguagem, Anchieta também demonstrou seu talento, agora associado à didática que lhe era peculiar, como catequético, uma vez que se observa, nos diálogos em que se registram formas imperativas, o emprego simétrico da forma verbal imperativa de 2ª pessoa do singular sempre em correspondência ao pronome também de segunda pessoa do singular (*tu*), repetindo-se, até mesmo nas situações em que haveria, aparentemente, uma hierarquização entre as personagens, como nos exemplos abaixo:

- (16) Aimberê: – *Olha!* Eles vêm açoiar-nos!
Tenho medo todos os meus músculos
tremem, estão ficando duros...
(FSL – vs. 284-286, Aimberê, criado do diabo rei, dirigindo-se a Guaixará, *o diabo rei*)
- (17) Guaixará: – Basta, Saravaia, eu falarei.
Saravaia: – *Não digas* o meu nome
a ele, para que não me mate.
(FSL - vs. 345-347., Saravaia, criado do *diabo rei*, dirigindo-se ao próprio *rei diabo*)
- (18) Aimberê: – *Olha!* Eles vêm açoiar-nos!
Tenho medo todos os meus músculos
tremem, estão ficando duros...
(FSL –vs. 284-286, Aimberê, criado do diabo rei, dirigindo-se a Guaixará, *o diabo rei*)
- (19) São Sebastião: – *Grita, lamenta-te*
Eu te prendi!
Aimberê: – Ai!
(FSL – vs. 481-483, São Sebastião, dirigindo-se a Aimberê, criado do *diabo rei*)
- (20) Anjo: – *Vem.*
Peste fedorenta,
borá, maricaca,
sangue-suga, tamarutaca!
(FSL – vs. 488-489, Anjo, dirigindo-se a Saravaia, criado do diabo rei)

Essa forma de tratamento uniforme, retratada através das formas verbais imperativas, vem confirmar o fato consciente de o autor querer ser entendido pela platéia mesclada (público

letrado e população inculta) que assistia às suas peças, mas, sobretudo atender ao seu público alvo - os índios, já que realizava um trabalho de catequese com relação a esses.

Conclusão

Ao se comparar as ocorrências da peça *Festa de São Lourenço* com as ocorrências do imperativo registradas nas peças de Gil Vicente aqui analisadas, verifica-se diferença no tratamento entre interlocutores via imperativo. Em Gil Vicente há hierarquização representada através do tratamento, enquanto em Anchieta essa hierarquização não ocorre. Outro aspecto é a variação na forma de tratamento em Gil Vicente e a simetria em Anchieta.

Além disso, em Gil Vicente registra-se o uso da 2ª pessoa do plural com referência a um só interlocutor, ao passo que em Anchieta, quando ocorre a 2ª pessoa do plural, é sempre com referência a mais de um interlocutor.

Vale ressaltar, também, que as peças analisadas representam respectivamente a primeira e a segunda metade do século XVI, mas não se pode esquecer que, enquanto Gil Vicente representa uma linguagem predominantemente do português europeu, Anchieta, apesar de português, aproxima-se do português do Brasil que, à época, já apresentava interferência das línguas com as quais teve contato, como o guarani. Além disso, por tratar-se de peça teatral, seu objetivo concentrava-se certamente no público alvo, nesse caso, os indígenas.

Por fim, no tocante ao contexto pragmático que determina o sentido da expressão do imperativo, verifica-se nos dados analisados que a maior ou menor intimidade não interfere na gradação semântica, já que a ordem, o pedido e o apelo ocorrem entre iguais na escala social e entre classes diferentes, a saber: superior para inferior e vice-versa. A exceção é verificada quando se trata do sentido de súplica, cuja ocorrência só é registrada de inferior para superior.

Através da comparação entre os *corpora* pôde-se verificar que o imperativo já apresenta, no século XVI, nuances que diferenciam o português europeu do português do Brasil.

¹ O Auto representado na festa de São Lourenço apresenta, no total, 1493 versos, dos quais, 523 estão escritos em espanhol, na edição consultada.

² Um tipo de palhaço. Indivíduo desprovido de inteligência, tonto, pasmado (Novo Aurélio Eletrônico - Séc. XXI)

³ Grifo nosso.

⁴ Cf. Referências.

Referências

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

ALVES, G. C. A construção do imperativo no falar pessoense. In: HORA, D. da, (Org.). *I Simpósio nacional de estudos lingüísticos (SNEL)*, João Pessoa: Idéia, 1, 1997, p. 93-97.

ALVES, Gilson Chicon. *Aspectos do uso do imperativo na linguagem oral do pessoense*. 2001. 98 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Centro de Estudos Humanos, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

ANCHIETA, José de. *Auto representado na festa de São Lourenço*. Tradução na parte tupi: M. de L. de Paula Martins. São Paulo: Museu paulista, 1948. Boletim I, Documentação Lingüística, 1, ano I.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 22. ed. São Paulo: Nacional, 2000.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BONFÁ, C. R. Z., PINTO, I. A.; LUIZ, I. *Imperativo: uma comparação entre Lages e Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, CEP, 1997. (inédito)

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1976.

BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997.

BUESCU, M. L. Carvalhão. *Compilaçam de totalas obras de Gil Vicente*. Lisboa: Nacional - Casa da Moeda, 1983. v. 1; v. 2.

CINTRA, Luís F. Lindley. *Sobre << formas de tratamento >> na língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1986.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Felipe Lindley. *Nova gramática do português*. 2. ed./ 24. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FARACO, C. A. Chapter three: history of the imperative sentence in portuguese. In: FARACO, C. A. *The imperative sentence in portuguese: a semantic and historical study*. 1982, 248 f. Ph.D. dissertation. Salford (U.K.), Salford University. (inédito)

FARACO, C. A. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. *D.E.L.T.A.* São Paulo, v. 2, n.1, p. 01-15, set./ fev. 1985/1986.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. de. *Gramática*. 11 ed. São Paulo: Ática, 1998.

SAMPAIO, D. A. *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*. 2001. 213 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, UFBA, Salvador. (inédito)

SARAIVA, A. José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1975.

SCHERRE, M. M. P. et alii. *Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil*. Brasília: UnB, Instituto de Letras, 1999. (inédito)



Alguns provérbios no período arcaico da língua portuguesa

Eliete Oliveira Santos



Comer e coçar, é só começar

Os provérbios, expressões formulares correntes na língua de qualquer comunidade da fala, têm sido registrados pela escrita ao longo da história de seu uso. Não obstante sua característica formular, por força da sua veiculação eminentemente oral, sujeitam-se, como qualquer fenômeno da língua, a mudanças no âmbito da sua composição lexical, sua estruturação sintática ou correlação semântica. A observação dessas mudanças resta, entretanto, aos registros escritos da documentação remanescente das diversas fases da história, afinal *verba volant, scripta manent*¹.

Vale ressaltar que pesquisadores têm se debruçado ainda com certa timidez sobre a observação histórico-diacrônica das mudanças ocorridas com os provérbios, nomeadamente na língua portuguesa, sendo ainda pequena a bibliografia relacionada ao tema. Nesse sentido, o presente trabalho propõe-se a observar alguns provérbios na história da língua portuguesa, buscando identificar mudanças ocorridas no arco temporal que engloba os séculos XIV e XVI. Para isso, o *corpus* utilizado compõe-se das seguintes obras: uma edição do *Flos Sanctorum* (século XIV), *Crônica de D. Pedro I*, de Fernão Lopes (século XV) e a obra pedagógica de João de Barros (século XVI).

Destarte, provérbios são expressões concisas que refletem situações e anseios universais e eternos. Essa palavra tem origem latina, cuja etimologia é atualmente discutida pelos estudiosos do folclore. Para alguns, a palavra surgiu de “*probatum verbum*”, sendo que, para a maioria, a palavra é o resultado de “*pro verbum*”. Sob essa denominação há ainda uma série de termos conhecidos como: adágio, aforismo, apotegma, anexim, axioma, brocardo, ditado, máxima, princípio, sentença, parábola, dentre outros – formando, todos, o conjunto estudado pela paremiologia.

Embora seja difícil definir todas as designações acima citadas pelo fato de as mesmas serem “tão aparentadas e interligadas” (Mota, 1974: 44), cabe aqui uma tentativa de conceituá-las, classificando os provérbios segundo a sua origem – clássica ou popular. Os provérbios clássicos (adágio, aforismo, apotegma, brocardo e máxima) são expressões de conteúdo ético-doutrinal, procedentes do meio erudito – ora dos sábios filósofos, ora dos Doutores da Igreja, – conforme os seguintes exemplos: “o perjúrio de quem ama está livre de castigo”, “olho por olho, dente por dente”, “nenhum segredo há onde reina a embriaguez”, “a palavra é prata, o silêncio é ouro”. Os provérbios populares, cujas designações mais utilizadas são *ditados* e *anexins*, geralmente nascem da boca do povo e caracterizam-se pela informalidade e espontaneidade, utilizando situações vivenciadas no cotidiano muitas vezes próprias do meio rural e, não raro,

constituídos de expressões rudes e preconceituosas, como nos exemplos a seguir: “cão azeiteiro nunca é bom coelho”, “homem pequenino: malandro ou dançarino”, “a mulher e a galinha só até a casa da vizinha”, “não se deve contar com o ovo no ‘interior’ da galinha”, “do branco o salão, do negro o fogão”.

Porém, vale ressaltar que, segundo Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1986: 40), as denominações acima citadas, antigamente não eram diferenciadas semanticamente. Não obstante, “provérbio tinha o significado mais amplo e designava qualquer sentença, de origem bíblica, ou clássica, ou oriental, ou nacional”.

1 Da discussão nasce a luz

Os provérbios, apesar de serem uma das mais antigas tradições lingüísticas utilizadas pela humanidade, pelo que se sabe, parece ter se transformado num objeto à margem de qualquer interesse da pesquisa. Apesar disso, existem algumas obras antigas dedicadas ao assunto, as quais Carolina Michaëlis de Vasconcelos, num artigo publicado em 1986 na *Revista Lusitana*, chama de “preciosidade de difícil obtenção” (1986: 30), cujos autores são Frei Aleixo de Santo António, em 1640; António Delicado, em 1651²; e Bento Pereira, em 1655. Outro interessado no tema foi Teófilo Braga, que publicou na *Revista Lusitana*, em 1914 e 1915, estudos baseados nos dados obtidos a partir de textos anteriores ao século XVI.

Em 1987, José Mattoso publica a sua interessante obra *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*, na qual o autor, utilizando a recolha feita por Teófilo Braga para o trabalho acima citado, vai juntar-lhe os provérbios mencionados na *Demanda do Graal* de Garcia de Resende³, além de utilizar duas coleções inéditas de provérbios latinos – uma do século XIII e outra do século XIV –, encontradas no Mosteiro de Alcobaça.

Um dos trabalhos de publicação mais recente é o de Gabriela Funk, encontrado também na *Revista Lusitana* em 1996. Nesse estudo, a autora avalia o grau de transformação que sofre o significado dos provérbios na passagem da oralidade para a escrita, chegando à conclusão que

o processo civilizacional, que elimina muitas estruturas orais, não afecta aparentemente o significado do provérbio como tipo de texto tradicional. O mesmo não se poderá dizer das condições do seu emprego, as quais se alteram em alguns casos, especialmente quando um exemplar perde o seu elevado prestígio. Em geral, porém, não se detecta uma diferença significativa entre os empregos tipicamente orais e escritos do provérbio. (Funk, 1996: 37).

Salienta-se que esse “emprego tipicamente oral”, que revela uma manifestação primitiva da cultura popular, tem atraído pesquisadores de outras áreas. É o caso aqui dos trabalhos de Ático Vilas Boas e o de Antônio Henrique Weitzel, mais voltados para o campo dos estudos folclóricos. Enquanto este faz um vôo superficial sobre a paremiologia, inserida no âmbito do *folclore lingüístico*, aquele estuda a regionalidade presente nos *Provérbios em Goiás*, fazendo, a partir daí, uma compilação do material coletado.

Outras publicações muito úteis para esta pesquisa foram o *Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos*, de Magalhães Júnior, na qual o autor traz uma série de verbetes relacionados ao assunto com as suas respectivas explicações e uma coletânea de *Provérbios e máximas em 7 idiomas*, organizada por Josué Rodrigues de Souza, em que o autor inclui o material do Brasil

e de Portugal, além dos seus referentes na língua latina, espanhola, francesa, italiana, inglesa e alemã.

2 Se queres um bom juiz, escuta o que o velho diz

Os textos escolhidos para esta pesquisa estão inseridos no período arcaico da língua portuguesa, que compreende o intervalo entre o século XIII e meados do século XVI – de acordo com a taxionomia utilizada pelo PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa) –, tendo como marco inicial o *Testamento de Afonso II*, de 1214 e, final, as duas primeiras gramáticas do português; a primeira de Fernão de Oliveira, de 1536; e a segunda, de João de Barros, de 1540.

A eleição do *corpus* justifica-se pela diversificação do material, cujo conjunto é formado por textos de caráter hagiográfico, narrativo-histórico e metalingüístico. Com isso, além de observar os provérbios utilizados em diferentes épocas, tenta-se encontrar, também, o maior número possível de variedades que constituem a paremiologia do português arcaico.

O *Flos Sanctorum* é um texto em prosa de doutrina religiosa, o qual narra a vida de santos padres e monges que viveram no início do Cristianismo. A edição utilizada para esta pesquisa é um trabalho inédito realizado por Machado Filho (2001) para sua tese de doutoramento, defendida recentemente.

A Crônica de D. Pedro, referente aos dez anos de seu reinado – de 1357 a 1367 –, escrita por Fernão Lopes, primeiro cronista oficial do reino, encarregado, por volta de 1434, de escrever a vida dos reis portugueses. Além dessa obra, é também de sua autoria *A Crônica de D. Fernando* e *A Crônica de D. João I*.

A obra pedagógica de João de Barros, publicada na primeira metade do século XVI, é constituída de uma *Cartinha*, na qual se encontram o alfabeto ilustrado e as orações da Igreja Cristã, a *Grammatica da lingua portuguesa*, composta de quatro partes – ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe ou construção –, o *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* e o *Diálogo da Viciosa Vergonha*, nos quais o autor conversa com seu filho António.

A coleta de provérbios a partir das referidas obras resultou, não raramente, em dificuldades de se afirmar a legitimidade de algumas frases proverbiais. Com efeito, o conteúdo e a forma de algumas expressões, seguidas muitas vezes pela similaridade com respectivos provérbios da atualidade conduziram ao desenvolvimento desta pesquisa.

3 Sem se partirem ovos não se fazem omeletes

Foram encontrados 07 provérbios no *Flos Sanctorum*; a mesma quantidade na *Crônica de D. Pedro I*, de Fernão Lopes; e 33 ocorrências na obra pedagógica de João de Barros, especificamente, 02 na *Grammatica da lingua portuguesa*, 03 no *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* e 28 no *Diálogo da Viciosa Vergonha*, sendo que na *Cartinha* não houve nenhuma ocorrência.

Os provérbios encontrados no *Flos Sanctorum* foram os seguintes:

- (1) **Quête ferir na destra face. para lhj tu aoutra.** (fól. 11vº, col. 2, l. 27-28);
- (2) **Lediça uê de pos chorar.** (fól. 27rº, col. 1, l. 30).
- (3) **da auondança do coração fala aboca.** (fól. 34vº, col. 1, l. 17).

- (4) **Quando huu) quer. dous non Baralham.** (fól. 43rº, col. 2, l. 27-28).
 (5) **Pela medida per que medirdes aos outros. per essa medirã Auos.** (fól. 54vº, col. 1, l. 35-36).
 (6) **Muytos ue)e oargueyro no olho alheo. e nõ ue)e atraue que trage) noseu.** (fól. 69vº, col. 1, l. 05-06).
 (7) **Melhor he dentrar cõhuu) olho no Reyno de Deus. ca cõ ambos no Inferno.** (fól. 75vº, col. 1, l. 33-34).

Dos provérbios acima relacionados parece que apenas a ocorrência (4) não é baseada em textos bíblicos. Com isso, além de tais parêmiat refleterem o caráter hagiográfico do manuscrito, retratam, por outro, o comportamento da sociedade daquele período, a qual tinha como modelo os dogmas da Igreja e a vida dos santos como meio de pregação dos valores morais. Nessa época, sendo os livros de difícil acesso, a aprendizagem era apoiada nas obras religiosas, como bíblias, missais e antifonários – mais acessíveis à população que sabia ler e escrever –, nos quais eram encontrados, dentre outros assuntos, provérbios e pequenas histórias moralizantes. É válido ressaltar que essa classe alfabetizada era representada apenas por uma pequena parte da aristocracia e do clero, cuja ação junto às camadas populares foi responsável pela difusão da cultura por “via auditiva e por tradição oral” (Marques, 1964: 11).

Na análise dos provérbios acima relacionados, observa-se que a ocorrência (1) refere-se às partes do Evangelho de S. Mateus 5:39 e S. Lucas 6:29 que diz “Ao que te ferir numa face, oferece-lhe também a outra”. A ocorrência (2) parece ser uma forma antiga das variantes “depois da tempestade, vem a bonança”, “depois do sofrimento, a bonança” e “após a tempestade vem os dias serenos”. Camões, em *Os Lusíadas*, utilizou esse provérbio, fazendo o seguinte desdobramento poético: “Depois de procelosa tempestade, / Noturnas sombras, sibilante vento, / Esperança de porto e salvamento.” Em um dos livros da bíblia encontra-se a seguinte passagem:

E aconteceu que, num daqueles dias, (Jesus) entrou num barco com seus discípulos (...). E navegando eles, adormeceu; e sobreveio uma tempestade de vento no lago, e enchiu-se d'água, estando em perigo. E chegando-se a ele, o despertaram dizendo: Mestre. Mestre, perecemos. E ele, levantando-se, repreendeu o vento e a fúria da água; e cessaram, e fez-se a bonança. (S. Lucas, 8:22-24).

A ocorrência (3) é uma variação do provérbio “a boca fala da abundância do coração”, pertencente ao Evangelho de S. Mateus 12:34. A ocorrência (4) tem como variante atual a forma muito utilizada “quando um não quer, dois não brigam”. As ocorrências (5) e (6) são frases do Evangelho de S. Mateus, capítulo 7. Esta última, no entanto, tem como variantes atuais as seguintes formas: “a palha no olho alheio, não a trave no meu”, “ninguém vê a trave no seu olho” e os provérbios com sentido aproximado – “corcunda não vê a sua corcova, mas vê a do seu vizinho” e “macaco não olha para seu rabo” –, ou seja, é difícil vê os próprios erros e vícios, mas facilmente são observadas e censuradas as deficiências alheias. A sentença (7) também é baseada numa passagem do Evangelho de São Mateus, que diz “se o teu olho te escandalizar, arranca-o e atira-o para longe de ti. Melhor te é entrar na vida com um só olho, do que, tendo dois olhos, seres lançado no fogo do inferno” (S. Mateus, 18:9).

As ocorrências encontradas na *Crônica de D. Pedro* foram as seguintes:

(8) **Se boa cousa he tomar amizades e novas conhecenças, muito melhor he**, segundo diz o sabedor, **renovar e conservar as velhas**. (pág. 128, l. 25-27);

(9) **O amigo novo nom he igual nem semelhante ao de longo tempo**. (pág. 128, l. 27-28)

(10) **De pequena faisca se acende grande fogo**. (pág. 170, l. 28)

(11) Se dizem que **o que faz nojo a outrem escreve o que faz no poo, e o enjuriado em pedra marmor**. (pág. 177, l. 3);

(12) **a verdade**, que **non busca cantos**. (pág. 219, l. 99);

(13) **O fruto principall da alma**, dizem que **he a verdade**. (pág. 221, l. 4-5);

(14) disserom os antiigos que **nêhũu he tam verdadeiramente amado como aquell cuja morte nom tira da memória o grande espaço do tempo**. (pág. 279, l. 5-7).

No texto de Fernão Lopes, a ocorrência (8) vem logo seguida da ocorrência (9) – no entanto parecem ser dois provérbios que se complementam. Para esta última foram encontrados, atualmente, os seguintes provérbios com a mesma acepção: “azeite, vinho e amigo, o mais antigo”, “amigo velho vale mais que dinheiro”, “não há melhor espelho que amigo velho”.

Uma das características do provérbio é a sua forma constituída de palavras contrárias. Nesse caso, a sentença (10) acima relacionada pode ser inserida no material paremiológico. Na narrativa de Fernão Lopes, o autor utiliza essa expressão para explicar como começou a guerra entre Castela e Aragão, cuja passagem é a seguinte:

O capitam das galees por todo isto nom o quis fazer, e vendeo logo alli os baixees por setenta dobras, e foi-sse seu caminho sem mais fallar a el-rrei. E el-rrei ouve d'esto grande menencoria, e nom sem rrazom, mas a vingança foi desarrazoada: porque, assi como *de pequena faisca se acende grande fogo*, achando cousa desposta em que obre, assi el-rrei dom Pedro, com destemperada sanha, por tomar d'aquello vingança moveo crua guerra contra Aragom de sangue e fogo per muitos anos. (pág. 170, l. 24-32).

Para o registro (12), apesar da incerteza de que esse pudesse representar um provérbio, a recolha foi utilizada pelo fato de haver, atualmente, uma possível variante para o mesmo, sendo esta: *a verdade não se quer dissimulada*, encontrada na compilação organizada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1986: 57), referente aos provérbios portugueses.

A ocorrência (11) é baseada no provérbio latino “In vento scribit laedens, in marmore laesus” (Quem ofende escreve no vento, o ofendido, no mármore), o qual utiliza como metáfora as figuras do pó e do mármore – fugacidade e perenidade –, significando que uma ofensa praticada é facilmente esquecida, enquanto que a recebida, sempre será lembrada. A variante atual corresponde a “escrevem-se na areia os favores e gravam-se no metal as ofensas”.

As ocorrências (13) e (14) foram inseridas nesta coleta devido às expressões que introduzem ou intercalam os possíveis adágios, tais são “dizem que” e “disserom os antiigos que”. Esse método também é utilizado nas sentenças (8) e (11), cujas expressões correspondentes são “segundo diz o sabedor” e “se dizem que”. Sobre esse assunto, Mota (1974: 55) faz a seguinte assertiva: “Durante a conversação costumamos usar formas que precedem a enunciação. São geralmente formas estereotipadas, sintagmáticas e, como eles próprios, cristalizadas.” O autor lista os seguintes exemplos: “É como lá se diz...” / “Mas é como diz o povo...” / “É como diz a voz do povo...” / “Assim diz o provérbio...” / “É como diziam os antigos...” / “Já diziam os antigos...” / “Como diziam os velhos...” e outros.

Como já foi referido, na obra pedagógica de João de Barros foram encontradas 33 parêmiias. No entanto, em sua *Grammatica da lingua portuguesa* houve apenas duas ocorrências:

234 do português arcaico ao português brasileiro

(15) maior o capelo que a cápa. (pág. 345)

(16) ainda o pái nam é nádo, já o filho anda pelo telhádo. (pág. 368)

Para esses provérbios não foi encontrada nenhuma variante atual. No entanto, considerando o contexto, a ocorrência (15) oferece a seguinte explicação: João de Barros evita citar as inúmeras regras dos tempos e modos presentes no verbo “ser”, afirmando que “[h]á i tanto número, que seria, como diz o provérbio, maior o capelo que a cápa: e (...) antes sejamos brève que prolixo”, ou seja, pela extensa quantidade de exemplos, estes não caberiam dentro da obra. Assim, arrisca-se a afirmar que poderia haver uma possível semelhança desse caso com o provérbio atual “maior a tampa que o balaio”.

As ocorrências encontradas no *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*:

(17) Espanhóes chóram, Italianos uivam, Françeses cantam. (pág. 399);

(18) As plantas nóvas, pera prender[em] com viva raiz, nam quérem logo o férro ao pé. (pág. 408);

(19) Nam se amansam e trázem ao jugo os novilhos como os touros, nem assi reçébe o freo o potro como o cavalo. (idem);

Dessas, apenas a ocorrência (17) é, sem dúvida, um provérbio. Essa afirmativa encontra-se apoiada nas palavras de António, filho de João de Barros, quando diz: “Daí viria lógo o *provérbio* que dizem: *Espanhóes chóram, Italianos uivam, Françeses cantam.*” Em outro período, João de Barros, ao criticar o modo severo com que são tratados os noviços no primeiro ano de doutrina, utiliza os ditados (18) e (19) formadas por um léxico representativo do meio rural, indicando, nesse caso, ao que parece, uma das características primitivas dos provérbios populares, ou seja, a recorrência a comparações com animais domésticos e o cotidiano de uma sociedade eminentemente agrícola.

No *Diálogo da Viciosa Vergonha* foram encontradas 28 ocorrências de provérbios, sendo as seguintes:

(20) A vergonha nos olhos. (pág. 418);

(21) Melhor é entrár fráco e manco no paraíso, que, com duas mãos ou pés no fogo eternal. (pág. 425);

(22) Melhor é, com um olho entrár na vida etérna, que com dous ser lançádo no inférno. (idem);

(23) Na cápa se conhéce seu dono. (pág. 428);

(24) A gêraçám de ùa cousa é corruçám doutra. (idem);

(25) Quem não tem vergonha, todo mundo é seu. (idem);

(26) Bem aventurado o filho cujo pái está no inférno. (pág. 443);

(27) Amor e majestade nam se ajuntam bem. (pág. 450);

(28) O hómem vergonhoso, seu pecádo ô levou ao páço. (pág. 452);

(29) Sem proveito é a vergonha em hómem neçessitádo. (idem);

(30) Sinal de sapiência, temor de Deus. (pág. 455);

(31) Nam julgemos por nam sermos julgados. (pág. 459);

(32) Aparemos ùa fáce a quem der na outra. (idem);

(33) Pela medida per que medirdes, per éssa vos medirám. (pág. 461);

(34) Quem nam suár nam beba. (pág. 462);

- (35) **Conhéce-te a ti mesmo.** (pág 463);
 (36) **Todalas cousas com tempo.** (idem)
 (37) **Apréssa-te devagár.** (idem);
 (38) **Sejas semelhante a ti.** (idem);
 (39) **De nenhũa cousa muito.** (idem);
 (40) **Despende com proveito.** (idem);
 (41) **Quem nam trabalhár nam coma.** (idem);
 (42) **Cada um reçaeba a mercê segundo seu trabalho.** (idem);
 (43) **Nam será coroádo senam ô que ligitimamente pelejár.** (idem);
 (44) **Ordem desordenada é ante do mereçimento demandar o prêmio e ante o trabálho tomár o mamár.** (idem);

De acordo com alguns historiadores, o ano de 1492, data da Descoberta da América, é usado para marcar o fim da Idade Média. No entanto, muitas características lingüísticas ultrapassam esse limite, uma delas caracteriza-se pelo fato de que “a prosa religiosa continua sempre, como companheira da Igreja Católica por toda a Idade Média e nos séculos seguintes” (Mattos e Silva, 2002: 38). Assim, embora a obra de João de Barros tenha sido escrita após essa data, vários provérbios encontrados no *Diálogo da Viciosa Vergonha* caracterizam o comportamento próprio de uma sociedade medieval, que, além de se basear em textos bíblicos, como já foi mencionado, baseia-se também em autores clássicos da Antigüidade como Sêneca, Aristóteles, Cícero, Horácio, dentre outros, bastante citados por Barros e seu filho António. Por fazer uso de muitas sentenças em sua obra, o autor explica que:

Páulo (...), trazendo no peito aquéla doutrina divinál, em suas epístolas alegou ô que Menandro, Epiménides e Aráto poétas disséram, porque, como doutrináva gentios, judeus e a totalas bárbaras nações, queria-ôs ganhar com a doutrina que antre'les éra máis conheçida. (pág. 434).

E diz mais adiante que

Este artifício me ensinou Augusto Iero Latânção e outros santíssimos barões, com o quál eles ganháram sérvos ao Senhor. E però que algũas vezes, em matérias gráves, deçessem a cousas jocósas e fizéssem digressões, reçitando ditos e opiniões gentias, nem por isso ôs envergonhou o juizo alheo. (pág. 435).

Dentre as ocorrências apresentadas por João de Barros há dois provérbios estrangeiros: um grego — “A vergonha nos olhos” — e um italiano — “bem aventurádo o filho cujo pái está no inférno”. Para o primeiro, a expressão equivalente encontrada nos dias atuais corresponde a “os olhos são espelhos da alma”, reprodução da passagem de S. Mateus 6:22, “a candeia do corpo são os olhos”.

As ocorrências (21), (22), (30), (31), (32), (33) e (36) são referentes a passagens bíblicas. Enquanto que a sentença (21) é citada em S. Mateus 18:8, a de número (31), no mesmo Evangelho, capítulo 7, versículo 1. A ocorrência (30) faz parte do Livro de Provérbios 1:7 que diz “O temor de Deus é o princípio da ciência” e a (36) parece referir a Eclesiastes 3:1, cuja passagem é “há tempo para todo o propósito debaixo do céu”. As demais, observadas anteriormente no *Flos Sanctorum*, evidenciam pequenas alterações lexicais sofridas no espaço temporal.

A ocorrência (23), utilizada para afirmar “que pela parte se conhece o todo, ou pelas ações se conhece o homem” (Magalhães Júnior, 1974: 246), possui as seguintes variantes: “pela casca se conhece o pau”, “pelo fruto conheço a árvore” e “pela carruagem se conhece o dono” ou

“pela carruagem se sabe quem vem dentro”. A ocorrência (24) é, como afirma o próprio João de Barros, uma máxima de Aristóteles. A ocorrência (25) parece equivaler ao provérbio “quem tem boca vai a Roma”, cujo sentido evidencia a facilidade de chegar a qualquer lugar quando não se tem vergonha de pedir informações. A ocorrência (27) é uma expressão muito utilizada em Portugal no período da monarquia, cuja variante é “o amor e o reino não querem parceiro”. Os provérbios (28) e (29) parecem ter o mesmo sentido, sendo que para esta última há a variante “a pobre e necessitado, não compete vergonha”.

Ao falar de um provérbio utilizado por um rei a um de seus servos, João de Barros defende o uso das parênticas e pronuncia uma série de sentenças e ditos, os quais “andam çelebrádos pelo mundo como se fossem máximas do Avangélho”.

Barros diz que o provérbio “quem nam suár nam beba” pode ser substituído por outros ditos com mesmo sentido e uso popular, como os de número (41), (42), (43) e (44) acima relacionadas. O autor ainda cita uma série de provérbios que são mais utilizados pela elite cultural, por terem “máis magestáde”, cujas sentenças são: “conhéce-te a ti mesmo”, “apréssa-te devagár”, “sejas semelhante a ti”, “de nenhũa cousa muito”.

O provérbio “conhéce-te a ti mesmo” é originado da expressão latina “nosce te ipsum”. Segundo Magalhães Júnior (1975: 211) “no Novo Testamento, há uma frase aproximada, que consta do Evangelho de São Lucas: ”Médico, cura-te a ti mesmo”. Em latim: “Medice, cura te ipsum”.

A sentença “apréssa-te devagár” significa que a pressa também requer prudência. Atualmente, há algumas variantes da mesma: “mais devagar, menos velocidade”; “a grande pressa, grande vagar” e “vá depressa vagarosamente”.

O que é bom dura pouco

A partir do *corpus* utilizado para o presente estudo observou-se que, apesar da transmissão primordialmente oral dos provérbios, passados de geração em geração, desobedecendo aos limites geográficos e sociais, parece haver em alguns casos uma relativa cristalização que admite pouca mudança sintática ou lexical em relação aos provérbios atuais, como no exemplo encontrado no século XIV “quando huñ quer. dous non Baralham”, ou mesmo nenhuma mudança, como é o caso do provérbio encontrado no século XVI “quem nam trabalhár nam coma”. Não obstante, quando há renovação lexical, evidenciando o desuso da antiga forma, o sentido da expressão continua inalterado.

Em outros casos, a mudança do léxico por um sinônimo garante aos provérbios o seu conteúdo original, sem perda de significado – fazendo uso da metáfora como estratégia – como no exemplo “o que faz nojo a outrem escreve o que faz no poo, e o enjuriado em pedra marmor”, tem-se para o vocábulo “pó”, sinônimos como “areia”, “vento” e para “mármore”, o sinônimo “metal”.

Quanto à estrutura sintática dos provérbios encontrados no *corpus*, o único fato que merece comentário se refere a uma inversão registrada em uma ocorrência do século XIV, cuja correspondência atual é “a boca fala da abundância do coração”.

Em relação ao espaço temporal escolhido para a recolha dos dados, percebeu-se durante a pesquisa a presença de algumas sentenças bíblicas encontradas no século XIV com sua forma

correspondente ao século XVI. Nesse caso, como todas as ocorrências são pertencentes aos textos sagrados, as diferenças talvez sejam resultantes das variações existentes nos livros da Escritura.

Os provérbios, particularmente têm a função de conscientizar no processo de interlocução, visando, a partir de quem o utiliza, justificar, resumir ou doutrinar de acordo com os valores culturais e morais de uma sociedade. Além da obediência da sociedade aos preceitos da Igreja Cristã, da recolha obtida nesta pesquisa observou-se ainda o comportamento dos reis portugueses, baseado no adágio “amor e majestade nam se ajuntam bem”, revelando que os interesses econômicos estavam acima dos interesses sentimentais.

Não foi possível observar, nesse material, provérbios que fossem mais voltados ao comportamento da plebe do meio urbano. Assim, tendo como guia as palavras de Mattoso (1987b: 50), “a mentalidade popular das cidades (...), como longínqua antecessora da cultura burguesa, permanece em Portugal um tema de estudo praticamente desconhecido”, fica, então, a promessa de posteriormente, observar, a partir de um *corpus* específico, o comportamento das classes populares. Nesse caso, vale aqui utilizar o provérbio “o prometido é devido”.

¹ Provérbio latino, que significa: *as palavras voam, a escrita permanece*.

² Obra reeditada por Luís Chaves em 1924.

³ A primeira recolha já havia sido feita por Teófilo Braga no artigo aqui citado.

Referências

- A BÍBLIA Sagrada: o Velho e o Novo Testamento*. Edição revista e corrigida. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988.
- BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Reprodução fac-similada. In: BUESCU, Maria L. (1971) Gramática da Língua Portuguesa, Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (1540) 1971.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FUNK, Gabriela. O provérbio entre a oralidade e a escrita. *Revista Lusitana* (Nova Série), Lisboa, n. 15, p. 29-38, 1996.
- LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (orgs.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.
- LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro*: edição crítica, con introduzione e glossario a cura de Giuliano Macchi. Roma: Ateneo, 1966.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio. *Um Flos Sanctorum do século XIV: leitura, estudo lingüístico e glossário*. Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2001 (Exame de qualificação inédito).

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Documentário, 1974.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1964.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia e MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: Edufba, 2002. p. 27-41.

MATTOSO, José. *O essencial sobre os provérbios medievais portugueses*. Lisboa: INCM, 1987a.

MATTOSO, José. *O essencial sobre a cultura medieval portuguesa (séculos XI a XIV)*. Lisboa: INCM, 1987b.

MOTA, Ático Vilas Boas da. *Provérbios em Goiás: contribuição à paremiologia brasileira*. Goiânia: Oriente, 1974.

SOUZA, Josué Rodrigues de. *Provérbios e máximas em 7 idiomas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. Mil provérbios portugueses. *Revista Lusitana* (Nova Série), Lisboa, n. 7, p. 29-71, 1986.

VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. Bauru: EDUSC, 1999.

WEITZEL, Antônio Henrique. *Folclore literário e lingüístico: pesquisas de literatura oral e de linguagem popular*. 2. ed. Juiz de Fora: EDUFJF, 1995.



A referenciación do *onde* em textos do português arcaico e em dados de língua falada contemporânea

Emília Helena Portella Monteiro de Souza





Apresentação

Neste texto vai-se tratar da referenciação do ONDE, isto é, da relação que esse item estabelece com outros elementos no discurso, como item fórico, proporcionada por fatores de ordem cognitiva e comunicativa. As escolhas dos itens da língua não se dão aleatoriamente pelo falante, mas de acordo com a forma como categorias cognitivas, como a visão, o movimento, o espaço, se codificam lingüisticamente no discurso.

Identifica-se o ONDE, do ponto de vista categorial, como um pronome de sentido genérico, portanto de carácter lacunar a ser preenchido por elementos discursivos e situacionais. O ONDE categoriza um sentido espacial, uma referência a espaço físico, primeiramente. Concorrem com esse valor fundante e canonicamente estabelecido, outros valores mais abstratos, como a referência a tempo, a metáfora mais direta do espaço, a noção, que é um espaço virtual, posse e outros valores ainda mais abstratos. Como pronome, o ONDE tem também a função de estabelecer nexos na cadeia discursiva.

Para verificar como se processa a referenciação do ONDE, nesta sincronia, vão-se utilizar dados de dois *corpora* de língua falada, o PEPP/90 (Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador) e o NURC/SSA/90¹, objetos de pesquisa em Tese de Doutorado. Posteriormente, serão tomados alguns exemplos do português arcaico, retirados de edições de dois manuscritos do século XIV, *Os Diálogos de São Gregório* (Mattos e Silva, 1989) e o *Flos Sanctorum*, edição inédita por Machado Filho (2001), para se proceder à comparação. Pretende-se identificar como os elementos da gramática são usados na referenciação do ONDE na codificação do espaço, como cognitivamente esta organização espacial se configura, e como isso se processa nas duas sincronias.

1 Pressupostos para a análise da referenciação do ONDE

Para se falar de espaço, algumas categorias cognitivas estão envolvidas e são codificadas em formas lingüísticas. Como, por exemplo, a forma como se percebe uma cena do ponto de vista fixo, ou móvel, vai gerar, do ponto de vista do observador, estruturas sintáticas diferenciadas. A cena captada através da visão corresponde a um espaço, existindo alguns modelos para a sua configuração, como o modelo do corpo humano e dos pontos de referência - *Landmarks*. Vai-se considerar o ONDE, no modelo dos pontos de referência.

O ONDE e seus referentes concorrem para a “construção da organização espacial” do falante, ao narrar, ao descrever cenas, ao se situar e situar o interlocutor em relação a algum ponto do espaço. A noção de lugar vai ser vista como Região, tal como postula Svorou (1993), a Região do *Landmark*, que diz respeito a um entendimento de espaço pelas relações que existem entre os objetos naquele espaço, o que provê noções de tamanho, mobilidade, atributos interacionais e funcionais dos objetos. Ainda segundo Svorou (1993), nas situações diárias fala-se sobre situações, localizando-as, e é da natureza do ser humano locar objetos de uma forma relativista. Existem observações de que a maneira como se locam objetos em relação a outros envolve o conhecimento de alguma espécie de relação assimétrica. Se não há assimetria entre a entidade que se quer locar e a entidade de referência, o falante impõe sempre algum tipo de assimetria. Na verdade, é levada em consideração a localização de um observador, a sua perspectiva.

Para descrever a relação entre entidades numa situação espacial, Svorou (1993) utiliza os termos *Trajector* - o objeto a ser locado - e o *Landmark* - a entidade com respeito ao qual o *Trajector* é locado. A locação não se dá apenas de objetos físicos, mas também de pessoas, sensações, emoções, sentimentos, situações e relações abstratas de conteúdo variado (relações temporais, posse, comparação etc.).

Uma organização espacial de duas entidades pode ser descrita linguisticamente numa quantidade de maneiras diferentes, cada uma delas constitui uma “construção da organização espacial” pelo falante. Se uma entidade vai se constituir em *Trajector* (*TR*) ou em *Landmark* (*LM*), vai depender do arranjo mais adequado, para expressar o ponto de vista do falante. Svorou (1993) dá um exemplo bem interessante para ilustrar um arranjo espacial de duas entidades, o *bebedouro do passarinho e a mesa*. Primeiro arranjo: *O bebedouro do passarinho está sobre a mesa*.² O *bebedouro do passarinho* é tratado como *TR*, a entidade a ser locada, e *sobre a mesa* é tratado como *LM*, entidade com respeito ao qual o *TR* é locado, funciona como objeto de referência. Em outro arranjo em que a mesa fosse escolhida como *TR*, ficaria assim: *A mesa está sob o bebedouro do passarinho*³. O primeiro arranjo é dado como o mais adequado para esse tipo de descrição espacial, do que o segundo.

Considera-se, entretanto, que algumas características fazem com que certas entidades sejam mais apropriadamente *Trajector* ou *Landmark*. Por exemplo, objetos largos, edificações, são bons *LMs*, como cidades, grandes edificações, monumentos, prédios etc. Também a escolha de *LMs* recai sobre aquilo que é culturalmente significante, certos prédios pequenos podem ser escolhidos como *LMs*, pelo seu valor cultural reconhecido. Um outro parâmetro é a frequência de encontro com um objeto particular, por exemplo, numa cidade, os monumentos, a costa, são como pontos de referência e, conseqüentemente, um *LM*. Também entidades salientes são mais facilmente tomadas como *LMs* com respeito a outras menos salientes.

Ao se observarem os referentes do ONDE, em contextos de uso, esses podem ser identificados à esquerda - ONDE anafórico - e à direita - ONDE catafórico. Como elementos da gramática que codificam as relações espaciais podem se destacar sintagmas nominais, sintagmas preposicionais, dêiticos adverbiais espaciais, locuções adverbiais, locuções prepositivas, assim como orações e também referentes situacionais não explícitos no contexto. Esses elementos fazem a referenciação do ONDE e, juntamente com ele, “falam” de espaço.

A pesquisa realizada nos *corpora* da língua falada evidencia que esses elementos operam, ou separadamente, ou de forma conjugada, dependendo do que cognitivamente o falante deseja expressar, e do que pode ficar mais explícito para a sua intenção comunicativa.

2 Lidando com os dados da língua falada

Como resultado do levantamento das ocorrências nos *corpora* de língua falada referidos, observam-se percentuais altos de referentes do ONDE com valor espaço físico, condicionando o valor espaço físico desse item gramatical⁴. Os Sintagmas Preposicionais (S Prep) e Sintagmas Nominais (SN) são os de frequência maior, se apresentam sozinhos ou conjugados com dêiticos, por exemplo, pois são esses elementos lexicais que concorrem para o preenchimento do sentido do ONDE. Há um número elevado de referentes oracionais, o que se explica por serem freqüentes, em caso de catáfora, segmentos seqüenciados mais extensos de localização, muitas vezes com retomadas de referentes à esquerda.

Seguem alguns exemplos do ONDE com valor de espaço físico encontrados nos *corpora* de língua falada. Vai se identificar o tipo de relação que esse item estabelece com seus referentes, verificando, do ponto de vista cognitivo, como eles se arranjam, ou constituindo a entidade a ser locada – *Trajector (TR)* – ou a região de localização, o ponto de referência – *Landmark (LM)*. Também vão ser identificados os elementos da gramática que codificam esse processo de localização.

(1) INF ...É as pessoas prejudicadas por departamento de terras da Bahia e por algumas entidades federais provaram que as ilhas do Rio São Francisco são trezentas e tantas ilhas ...

DOC – E ficam mais aonde?

INF – Ficam mais no curso médio do rio, de Bom Jesus da Lapa até Casa Nova na Bahia, há ilhas enormes, por exemplo, na, na frente de Xique Xique, Ubarra **onde há a ilha do Miradouro, Amarra Curvo e tantas outras**, eu conheci muitas delas, fazendas de gado (*inint*), né? [H4U12R]⁵

A Região de localização se define como um todo, a partir da primeira fala do informante, no uso de lexemas de significado espacial, topônimos, topológicos⁶, palavras gramaticais. Na segunda intervenção do informante, o antecedente do ONDE, *na frente de Xique Xique, Ubarra*, funciona como o *Landmark*, o ponto de referência, como objeto assimétrico, com região frontal, com respeito ao qual *a ilha do Miradouro, Amarra Curvo e tantas outras*, na estrutura com o ONDE, vão ser locadas - esses sintagmas funcionam como *Trajectors*, uma referência dêitica, localizada na região frontal do *LM*. Nesse contexto, são usadas relações assimétricas na locação dos objetos, identificadas explicitamente com o uso da locução prepositiva, *na frente de*.

(2) DOC - Eh, a ladeira que é grandona, né?

INF -É, não, pra gente totalmente não, é que a gente é nova, (...*inint*...) minha mãe, que ela é doída pra sair de lá de baixo por causa da ladeira, ela é doída pra morar no fim de linha, assim no final de linha porque não tem ladeira, também se quiser comprar uma coisa só é ali perto.

DOC - Ah, esse lugar onde vocês moram não é no fim de linha.

INF - Não, não, a gente mora na baixa, lá na baixa, **lá onde passa o rego**, tem um rego lá na baixa, aí pra chegar lá no fim de linha tem que subir ladeira, sobe ladeira... [H1F47]

No exemplo (2), muitos elementos lexicais e gramaticais são usados para situar a região de localização, o *Landmark*. Fixando-se na segunda fala do informante, observa-se que os referentes do ONDE se compõem, do ponto de vista gramatical, de Sintagma Preposicional (*na baixa*), Dêitico Adverbial mais Sintagma Preposicional (*lá na baixa*), mais Dêitico Adverbial (*lá*). Esses elementos espaciais, à esquerda do ONDE, se apresentam num grau crescente de especificação, concluída com a oração encabeçada por esse item. Os antecedentes do ONDE (*na baixa, lá na baixa, lá*) constituem a área maior; a especificação é dada pela oração com o ONDE, *lá onde passa o rego*, que é o ponto saliente de identificação. O ONDE e seus referentes constituem o ponto de referência, o *Landmark*. O agente e o verbo da oração principal, *a gente mora*, constituem o *Trajector*, a entidade a ser locada.

Os dêiticos espaciais ocorrem frequentemente combinados com o ONDE, como no exemplo (2), *lá onde*. Ao funcionar como antecedentes, eles formam um todo com esse item, especialmente o *lá*, levando o ONDE também a adquirir uma função dêítica.

No texto da língua falada, alguns elementos que formam a localização são muitas vezes retomados, como uma necessidade do falante de se certificar de sua informação. É o que pode se observar nesse trecho analisado.

O ONDE, nos exemplos (1) e (2), é anafórico.

Observe-se o exemplo a seguir.

(3) DOC – *E você que deu bobeira, você não conhece método nenhum de evitar filho?*

INF – *Lá onde eu tive...*

DOC – (superp.) – *alguém orientou em alguma coisa.*

INF – *Lá onde eu tive no Roberto Santos. Lá a moça disse que faz preventivo, sabe? Aí é até para eu ir, eu estou querendo ir, não é?* [M1F43]

Nesse exemplo, o ONDE funciona como elemento anafórico e catafórico. O *Lá* é o referente do ONDE à esquerda, um Dêitico espacial, também como o ONDE não tem conteúdo de referência extralingüística. Ambos são preenchidos pelo contexto por um Sintagma Preposicional, *no Roberto Santos*, a expressão catafórica que especifica os dois elementos gramaticais. Uma necessidade comunicativa justifica a catáfora.

Do ponto de vista cognitivo, tanto o *Lá*, referente à esquerda do ONDE, quanto à oração com o ONDE, em que se encontra o elemento lexical (o SPrep), constituem o *Landmark*, o ponto de referência, em que *faz preventivo* vai ser locado, o *Trajector*.

Existem outros usos do ONDE Espaço Físico, em outros tipos de estrutura. Observem-se os exemplos (4), (5), (6) a seguir.

(4) INF - *Ah! Eu tenho hábito de tomar suco. Suco do... de... de laranja ou suco de lima, entendeu? E tomo café preto porque não gosto de leite. Não gosto de leite nem em pó, leite é condensado. Explico: quando criança eu tive coqueluche e alguém falou pra minha mãe que era bom dar o leite, como chama? O leite cru do peito da vaca, então nós morávamos no Tororó e no fundo onde hoje é a Estação da Lapa tinha várias hortas, inclusive com estábulo e... lá mamãe mandou a empregada levar, comprar, tomar o leite, só que o leite não foi puro não, foi com mastruz. O suco do mastruz. A partir daí eu nunca mais tomei leite, viu? (risos) não tolero leite (risos).* [M4U05R]

A oração que o ONDE encabeça, *onde hoje é a Estação da Lapa*, constitui, do ponto de vista gramatical, uma oração adverbial locativa, conferindo uma informação de localização primeiramente com referência à área maior, que é *ali no Tororó*, e, mais especificamente, à área menor, *no fundo*. A oração com o ONDE funciona, juntamente com as expressões locativas anteriores, como *Landmark*; e a entidade a ser locada, o *Trajector*, *tinha várias hortas inclusive com estábulo...*

(5) DOC - *Como era o trabalho assim da professora?*

INF - *Eu não sei descrever a você como era o trabalho dela, eu sei, o interesse dela... Eu tive outra professora A., eh ... mas essa foi a melhor delas, parecia que, que era uma mãe que nós tínhamos dentro do colé, da escola, ela foi do, da Escola Antônio Bahia, onde hoje é ali a Escola Belas Artes, subindo o São Francisco. Belas Artes era na Vinte e oito de setembro, Escola Belas Artes, subindo como quem vai pra Igreja de São Francisco, ali tem uma parte que era a Escola Antônio Bahia.* [H4F06]

Nesse exemplo (5), há todo um contexto de localização para situar a *Escola Antônio Bahia*. Esse sintagma nominal vai funcionar como o *Trajector*, a entidade a ser locada. A oração com o ONDE (*onde hoje é ali a Escola Belas Artes*), e a oração subsequente (*subindo o São Francisco*) constituem o *Landmark*. Outras informações que dizem respeito à escola Belas Artes são dadas, nas seqüências seguintes, para que se possa situar a Escola Antônio Bahia, como uma parte da escola Belas Artes.

Do ponto de vista gramatical, a oração com o ONDE é uma adverbial locativa, dando uma informação de lugar com referência à Escola Antônio Bahia.

(6) INF – *Eu ia a pé do Campo da Pólvora ao São Bento. Sabe onde é o Campo da Pólvora?*

DOC – *Sei...sei...*

INF – *Onde tem o fórum.* [H4F06]

Na primeira fala do informante, o ONDE faz parte de uma estrutura complexa. Esse item encabeça uma oração substantiva, em que funciona como complemento do verbo *saber*. É uma oração interrogativa, tipo “fechada”, em que se espera uma resposta como *Sim* ou *Não*, ou como é comum no português do Brasil, uma resposta com o verbo da questão anterior, como foi dada pelo documentador, *Sei...sei*. A resposta também é dada pelo próprio informante, com uma oração iniciada pelo ONDE, tipo adverbial locativa: *Onde tem o fórum. O Campo da Pólvora*, em (*sabe*) *onde é o Campo da Pólvora?* é a entidade a ser locada, o *Trajector*; e a oração *Onde tem o Fórum*, o *Landmark*.

Para explicar as relações espaciais, o informante lança mão de pontos de referência a fim de ser melhor entendido. Nesses casos, são sempre considerados como pontos de referência, como *Landmarks*, entidades salientes, conhecidas e significativas para a comunidade, como ocorre com a segunda fala do informante, no diálogo acima, exemplo (6), também como em (4) e (5). O ONDE, na primeira ocorrência do exemplo (6) é catafórico; na segunda ocorrência, exofórico, com valor dêitico, mostrativo, nesse último caso também o ONDE dos exemplos (4) e (5).

O ONDE ocorre não apenas com seu valor de espaço físico, o seu sentido básico, de origem, mas apresenta-se com outros valores mais abstratos. A metáfora Recipiente⁷, na base do sentido do ONDE se estende a outros domínios mais abstratos, relativos a tempo, a noção –

são situações, eventos, sentimentos, emoções; também posse, conceitualizados como um recipiente. Parte-se do princípio de que as representações conceituais espaciais são refletidas pela linguagem. O ONDE é um termo lingüístico que codifica uma representação conceitual espacial, um determinado lugar, primeiramente com relação ao espaço físico, o valor mais material, e por transferência metafórica, esse item é empregado com outros valores mais abstratos, seguindo os mesmos processos de locação de entidades. Observe-se o uso do ONDE com valor nocional nos exemplos (7) e (8) a seguir.

(7) INF - ...o Castelo Ratibum eh...eh... um programa da TV Educativa muito interessante nesse sentido, porque ele é um professor positivo, está. Um dia o caso da Monalisa, por exemplo, não é? Apareceu uma tela Monalisa, ele, "Oh! pai, a Monalisa! Sabe quem é a Monalisa?"

DOC - Sabe quem é a Monalisa.

INF - "Sei é do ...Da Vinci". Ai eu, **onde é que você aprendeu isso?** "Não, eu vi no Ratibum, não é?" Então quer dizer, você tem o ... [H2U10N]

Do ponto de vista cognitivo, o ONDE e seu referente, *no Ratibum*, são conceitualizados como recipientes, um conceito metafórico espacial. A estrutura com o ONDE, *onde é que você aprendeu isso?* constitui o *Trajector*, a entidade a ser locada, e *no Ratibum*, é o *Landmark*. O ONDE é, nessa estrutura, catafórico e seu referente é um Sintagma Preposicional.

(8) DOC - Hum, então lá isso valia.

INF - Isso valia, valia em casa, tinha aquela lei mesmo, inclusive na minha família quem mandava era as mulheres, homem não mandava não, homem não tinha direito de mandar não.

DOC - E vocês respeitavam isso?

INF - Às vezes viu, eu era, eu sempre fui um de quebrar a lei, **onde existia uma lei** eu queria quebrar, às vezes eu respeitava, às vezes não, mas eu hoje eu tenho uma, uma boa relação com as minhas irmãs né, também com os meus irmãos... [H2C13]

A oração encabeçada pelo ONDE, *onde existia uma lei*, é uma adverbial locativa, e o ONDE é exofórico, faz uma referência extra-texto. Do ponto de vista cognitivo, a relação que se estabelece é que a oração iniciada com o ONDE é o ponto de referência, o *Landmark*, e a entidade a ser locada é *quebrar a lei*, o *Trajector*.

O ONDE dos trechos destacados acima mantém a sua função de relativo, pela sua condição fórica. Apresenta-se com valor de espaço físico, o mais canônico, e também com valores mais abstratos, como o nocional, de uso freqüente nesta sincronia.

A fim de ilustração, serão apresentadas duas ocorrências em que o ONDE perde essa condição fórica, as relações de referência deixam de existir, o seu sentido se torna mais abstrato mantendo, apenas, a sua função de nexos. Observem-se os exemplos (9) e (10) a seguir.

(9) INF - ...Com o aparecimento da vassoura de bruxa, eles perderam o cacau e estão cerrando a madeira, e destruindo a Mata Atlântica, né?

DOC - Que falta de consciência...

INF - Completa, **onde** dizer: "Não, mas se você fosse fazendeiro e precisasse pagar suas contas, você fazia a mesma coisa". Em verdade eu não sei se isto não seria o caso, essa é que é a verdade... [H4U12R]

Nesta ocorrência, o ONDE compõe com o verbo uma expressão de natureza discursiva, analogamente à expressão “como dizer”, usada em alguns contextos coloquiais.

(10) INF - ... *então com isso eu cresci com aquela... ressentimento no meu coração, porque eu chegava, quando eu ia trabalhar, por exemplo, no Stiep, que eu via o carinho daqueles pais com seus filhos, dentro de mim me constrangia, eu chorava, porque eu esperava ter um pai que cuidasse de mim, que me desse o carinho, qual o pai estava dando aquele filho, onde desde quando eu estava encerrando o pátio daquela casa, ai por dentro eu chorava.* [H2F40]

Nesta outra ocorrência, o ONDE é abstrato, é um elemento do discurso, funcionando como marcador conversacional, uma vez que segue a esse item a expressão conjuntiva que estabelece o nexos sintático.

3 Uma conclusão parcial

Os trechos de (1) a (8), analisados acima, evidenciam o comportamento do ONDE como item gramatical corroborando, juntamente com os elementos de referenciação, na organização das relações espaciais. Essa organização espacial reflete o ponto de vista de um determinado observador, a maneira como ele conceitualiza o espaço.

Nas ocorrências citadas, o ONDE, do ponto de vista de seu valor, se apresenta com o seu sentido mais básico, o relativo a espaço físico, mas também com valor mais abstrato, com sentido nocional. Do ponto de vista da foricidade, ele é anafórico, catafórico e exofórico. Quanto aos elementos gramaticais de referenciação, esses preenchem o sentido lacunar do ONDE, se arranjam sintaticamente, em consonância com as motivações cognitivas e pragmáticas da ação de locar objetos no espaço, e juntamente com o ONDE constituem parte de uma organização espacial. As orações encabeçadas pelo ONDE ou são *Landmarks*, ou *Trajectors*, dependendo do ponto de vista do observador, o que melhor possa traduzir o intento comunicativo.

A dinâmica da língua falada se efetiva no jogo discursivo na conversação. O falante, na interação, se esforça para ser bem compreendido, sendo comuns as repetições, as retomadas de elementos referenciais, em que também por vezes se inserem novos elementos junto aos já referidos. A língua falada é o ambiente propício para a criatividade lingüística, para o surgimento de novos usos, proporcionados por fatores de ordem cognitiva e também comunicativa.

4 Lidando com dados do português arcaico

Para verificar a referenciação do ONDE em outra sincronia, foram escolhidos dados de edições críticas de dois manuscritos do século XIV, *Os Diálogos de São Gregório* (Mattos e Silva, 1989) e o *Flos Sanctorum* (Machado Filho, 2001 – edição inédita). Nessa fase do português, existiam duas formas: HU equivalente aos atuais ONDE (“lugar em que”) e *para* ONDE (direção), e ONDE equivalente ao atual *de* ONDE (procedência). Progressivamente HU foi sendo substituído pelo atual ONDE, vindo a desaparecer.

Segundo Mattos e Silva (1989), a fase arcaica do português tem seus limites cronológicos entre os séculos XIII e XV. É uma fase medieval e os documentos remanescentes desses três séculos *testemunham reflexos das mudanças lingüísticas que ocorreram na língua de comunicação oral nesse período*. Essa documentação escrita é anterior à ação dos gramáticos, ortógrafos e

dicionaristas, também de uma “normativização”, o que justifica a diversidade não só ortográfica como gramatical, existente nos documentos (Mattos e Silva: 1989: 41).

Vão-se tomar alguns exemplos d’*Os Diálogos de São Gregório*⁸ e do *Flos Sanctorum* para verificar como se processa a referência do HU e do ONDE, atuais ONDE. Essas ocorrências vão ser vistas posteriormente com relação às identificadas no português atual, nos *corpora* de língua falada.

Exemplos de ocorrências do HU n’*Os Diálogos de São Gregório* e no *Flos Sanctorum*, identificados como (DSG) e (FS), respectivamente.

HU significando *onde* (“ponto em que”).

(11) 1.28.39⁹ ...e entrou ali **hu jazia o enfermo** (DSG)

(12) 1.12.6 ... tomaron o santo bispo Marcelino enas mãos e levaron-no pera aquel logar **hu ardia a cidade**. (DSG)

No exemplo (11), o referente do *hu* é um dêitico espacial, reportando-se a um determinado lugar, referido anteriormente na narrativa. O antecedente do *hu* (*ali*) e a oração encabeçada por esse item, do ponto de vista cognitivo, da locação de entidades no espaço, funciona como o *Landmark*; (*ele*) *entrou*, como o *Trajector*, a entidade a ser locada.

No exemplo (12), o antecedente do *hu*, um sintagma nominal (*aquel logar*) e a oração iniciada por esse item constituem o *Landmark*; e *levaron-no*, uma referência ao *santo bispo Marcelino*, o *Trajector*, a entidade a ser locada.

Nos exemplos (11) e (12) o HU (*onde*) é um relativo, com valor de espaço físico. Os referentes do HU, juntamente com esse item, concorrem para a organização do espaço descrito pelo narrador. O HU nesses exemplos é anafórico.

(14) 18rC2 *E algũs daqueles que veerom por veer sa morte filharom os corpos e meterom-nos desũũ em huũ moymento em hũa casa hu Deus fez e faz, des que hy foram metudos, miragres e muytas maravilhas a aqueles que os vã demandar.* (FS)¹⁰

(15) 18rC2 *Chegamos a Nitrea em huũ logar avondado de moesteyros. Ca a quareenta milheyros d’ Alexandria é esta Nitrea. E assi voou-me por huũ logar que é preto dela hu colhem hũa maneyra de sal que ha nome nitreo. Com este sal fazem o vidro.* (FS)

Na passagem (14), os referentes do HU, dois sintagmas preposicionais, *em huũ moymento em hũa casa* e a oração encabeçada por esse item *hu Deus fez e faz, ..., miragres e muytas maravilhas* constituem o *Landmark*, o ponto de referência, e a seqüência *filharom os corpos e meterom-nos desũũ* é o *Trajector*, a entidade a ser locada.

Na passagem (15), a região de localização é dada pelo narrador no início de sua fala em destaque, identificando-se esses elementos como referentes situacionais que vão ser retomados posteriormente, constituindo-se como antecedentes do HU, *por huũ logar que é preto dela*, uma referência a *Nitrea*. Esses antecedentes do HU, formados por um sintagma preposicional e uma oração adjetiva, juntamente com a oração iniciada pelo HU, são o *Landmark*, o ponto de referência, e o *Trajector* é identificado no sintagma verbal, *voou-me*.

As orações encabeçadas pelo HU, nos trechos acima, dão informações novas, salientes, sobre a área de localização – o *Landmark* - já referida pelos antecedentes do HU. Em ambas as passagens o ONDE é anafórico.

Segue um exemplo de HU, significando *para onde*.

(16) 1.28.30 ...e enviou-os con seus homens pera a cidade de Ravena **hu el queria ir**. (DSG)

Neste exemplo, o antecedente do HU, (*pera a*) cidade de Ravena, e o *hu* funcionam como o *Landmark*, a região de localização. A pessoa referida na oração com o HU, *el*, é o *Trajector*, a entidade a ser locada. O *Trajector* é identificado no interior da oração com o HU.

Nos dois manuscritos medievais são também encontrados usos do HU com sentido nocional.

(17) 9vC2¹¹ E pois assi é, guarda-te quanto poderes de virares nem a torto nem a dereyto. E a verdade, levar-te-à aa vida perduravil **hu viveras por sempre**. (FS)

Nessa passagem, a oração com o HU, *hu viveras por sempre*, e o antecedente, um sintagma preposicional, *aa vida perduravil*, são o *Landmark*, o ponto de referência; e *a verdade*, a entidade a ser locada, o *Trajector*. O HU, nessa seqüência, tem valor abstrato, nocional, é um anafórico de uma entidade abstrata, *vida perduravil*.

Existem ocorrências de HU e ONDE em sentenças interrogativas em que esses itens são catafóricos, como em:

(18) 2.32.18-20 - **Hu é o seu filho?** (DSG)

Nessa ocorrência de diálogo, a pergunta com HU supõe uma resposta com referência a lugar físico. A interrogativa com HU é o *Trajector* e a resposta (suposta) o *Landmark*, a localização, o ponto de referência.

(19) 1.28.4 ...perguntei-o mui de coração **onde era** e el mi respondeu que era da cidade de Tuderte. (DSG)

Tem-se, nessa passagem, duas ocorrências de interrogativa indireta, sendo a primeira: *perguntei-o mui de coração onde era*; e a segunda: *e el mi respondeu que era da cidade de Tuderte*.

A oração com *onde* é uma substantiva, completando o sentido da forma verbal *perguntei*. O *onde* é catafórico, seu referente é o sintagma preposicional, *da cidade de Tuderte*, pertencente à oração que completa o sentido da forma verbal *respondeu*. Quanto aos pontos de referência, a oração com o *onde*, *onde era*, é o *Trajector*, a entidade a ser locada; e *da cidade de Tuderte*, o *Landmark*.

Observe-se a ocorrência seguinte.

(20) 17rC1 E quando o levavam e que nom chegarom ainda **hu el-rey era**, meterom-no em huũ carcer e sarrarom bem de fora as portas. (FS)

A oração iniciada pelo HU, *hu el-rey era*, confere uma circunstância de lugar, é uma adverbial locativa. O HU é exofórico, o referente é situacional, reporta-se a um determinado lugar de conhecimento do interlocutor. Essa oração constitui o *Landmark*, a região de localização; e o *Trajector* diz respeito a *ele*, identificado na estrutura *o levavam*.

Há, nos textos em análise, também usos do ONDE em que esse elemento gramatical ocorre sem referentes, à semelhança do que existe no português falado desta sincronia. Observem-se os exemplos a seguir.

- (21) 2.3.61 **Onde**, *Pedro, podes conhecer ora muit' agiha se o quiseres ouvir de bõa mente, que...* (DSG)
 (22) 6rC2 *E el yndo-se assi cuydou muyto em hũa molher que vira ja peça havia. E por esta molher foy assi decebudo e enganado pelo enmiigo que mais nõ poderia seer. Onde haveo que el yndo per huũ logar deserto houve de passar hũu ryo...* (FS)

Observe-se que o ONDE (significando *de onde*, “ponto de que”), nos exemplos (21) e (22), funciona apenas como nexso discursivo, expressando uma conclusão, equivalente aos atuais *donde*, *logo*.

Pelos dados do português arcaico levantados, pode-se sintetizar o comportamento do HU e do ONDE: funcionam como relativos, como elementos anafóricos, catafóricos e exofóricos, e também como meros elementos do discurso, estabelecendo apenas nexos; encabeçam orações adjetivas, substantivas e adverbiais; e para situar objetos no espaço podem funcionar como *Trajector* ou como *Landmark*.

Considerações finais

Tratar da referenciação significa considerar que aspectos da experiência e da cognição estão implicados na estrutura e funcionamento da linguagem.

Para o estudo realizado com os *corpora* de língua falada e com dados do português arcaico foram considerados dois níveis da análise lingüística, o nível semântico-cognitivo e o nível gramatical. No nível semântico-cognitivo, se verifica como a organização do espaço é percebida a partir do arranjo dos elementos lingüísticos na superfície textual. Pesquisas neurobiológicas têm demonstrado que há um número relativamente grande de representações distintas ou “mapas” do espaço e informação espacial no cérebro, sendo espaço e lugar considerados primitivos lógicos e conceituais. Para verificar como o espaço é conceitualizado, a partir das relações que o ONDE estabelece no nível da expressão lingüística, toma-se o modelo dos pontos de referência proposto por Svorou (1993), em que se identificam o *Trajector*, o objeto a ser locado, e o *Landmark*, a entidade com respeito ao qual o *Trajector* é locado. O que se verifica é que o ONDE encabeçando orações tanto pode funcionar como *Trajector*, ou como *Landmark*, numa organização espacial. Essa assertiva é válida não apenas para as ocorrências do ONDE nos *corpora* de língua oral, mas também nas ocorrências do HU e do ONDE no *corpus* de língua escrita do português arcaico. Como exemplo, as passagens (1) e (2) com o ONDE e (11) e (18) com o HU.

Muitos séculos separam as duas sincronias, mas a forma de locar objetos no espaço, através da relação que se estabelece entre eles, é a mesma, isso porque as representações conceituais espaciais são da natureza mesma do ser humano. A equivalência entre as duas sincronias não se evidencia apenas nesse aspecto de natureza cognitiva, mas na forma como as relações espaciais se arranjam em termos dos elementos lingüísticos, na constituição das orações com o ONDE e também como esse item é percebido pelo falante. Sobre esses aspectos, serão levantados alguns pontos.

O ONDE, quanto a seu valor, é usado em seu sentido mais básico de espaço físico, o canônico, e também nos seus sentidos mais abstratos (uma referência a tempo, noção, posse), também por questões cognitivas, via transferência metafórica. Neste trabalho, foi destacado o sentido nocional do ONDE, por ser de grande frequência nesta sincronia, dentre os usos abstratos, conforme se observou em Souza (2003). As passagens (7) e (8), do português falado, exemplificam esse valor; do português arcaico, o exemplo (17).

Há, entretanto, usos do ONDE funcionando como nexos, mais abstratos, sem valer a sua condição primeira, de locativo espacial, com propriedades de item fórico. Nesse caso, o ONDE é apenas elemento do discurso, estabelecendo nexos, destituídas todas as suas outras propriedades. Como em termos semânticos não há apenas perdas, mas também ganhos, o ONDE, funcionando como conector, assume propriedades de outras categorias, como é o caso da conjunção, de elementos do discurso, marcadores conversacionais etc., numa evidência de que as categorias têm limites imprecisos, existindo usos mais prototípicos que inserem um elemento numa categoria mais do que em outra. Esse uso do ONDE, guardadas as devidas distâncias entre uma sincronia e outra, não pode ser visto como uma total novidade nos dados do português atual: o português arcaico já o testemunha, como nos exemplos (21) e (22). Apenas, parece que no português falado atual existe uma ampliação desses contextos de ocorrência, como pode se verificar nos exemplos (9) e (10). Essa questão, que envolve outros aspectos da mudança lingüística, fica para um trabalho posterior.

O ONDE pode ocorrer compondo orações adjetivas, as mais canônicas, como se verifica no exemplo (2) do português falado, e exemplo (14), do português arcaico; pode ocorrer compondo orações substantivas, como do exemplo (6), do português falado, e exemplo (19), do português arcaico; também pode compor orações adverbiais, como do exemplo (5), do português falado, e (20), do português arcaico. Essa diversidade na composição de orações evidencia opções sintáticas para traduzir uma determinada forma de conceber a organização espacial.

Quanto aos elementos de referenciação, são registrados sintagmas nominais, sintagmas preposicionais, dêiticos, seqüências inteiras e elementos situacionais, sugeridos pelo contexto. Esses elementos preenchem o sentido do ONDE de conteúdo material, por suas propriedades semânticas intrínsecas e por formarem com o ONDE um todo significativo na formação da organização espacial. Posicionam-se à esquerda, nesse caso o ONDE é anafórico; à direita, o ONDE é catafórico; ou esses elementos são inferidos pelo próprio contexto, nesse uso o ONDE é exofórico. Esses elementos de referenciação são identificados não apenas no português falado, mas no português arcaico, conforme se encontram nas passagens destacadas.

Há que se observar, em se tratando de análise, que não há uma total coincidência entre o arranjo cognitivo, a forma como o objeto é locado numa determinada região, e a forma como esses elementos são identificados no nível da gramática. A ação de locar objetos no espaço obedece à forma como as entidades são percebidas em suas relações, em termos de pontos de referência, e como se organizam para a criação de uma determinada distribuição espacial. No nível lingüístico, os elementos se organizam obedecendo às regras de estruturação da língua. Para cada organização espacial concebida, há uma forma que a estrutura, que é disponível na língua. Um exemplo é como o ONDE e seus referentes são percebidos, podendo se alternar como *Trajector* ou como *Landmark*.

O ONDE, nas duas sincronias observadas, mantém com seus referentes uma relação estreita na codificação do espaço, pelo seu caráter lacunar. A concepção do espaço, concebido como Região, a região do *Landmark*, em muitos contextos não se restringe apenas à estrutura com o ONDE e seus referentes mais estritamente relacionados, outras informações de natureza espacial, anteriores ou posteriores à oração com o ONDE compõem a localização e são percebidos como referentes mais amplos. Mas são as orações com o ONDE, em especial quando funcionam como *Landmarks*, que fazem o recorte da região, numa sub-região, evidenciando pontos salientes que oferecem informações importantes para orientar o interlocutor.

Quanto aos elementos lexicais e gramaticais que fazem a referenciação do ONDE, na língua falada, esses são muitas vezes retomados, podendo se apresentar em outros arranjos, com a adição de novos elementos, o que faz supor que essa seja uma estratégia do falante para assegurar a informação. Não é por acaso que a língua falada é o ambiente propício para a criatividade lingüística, e o desencadeamento dos processos de mudança.

O ONDE e seus referentes, no nível da expressão lingüística, concorrem para configurar o espaço. E são diversas as estruturas em que esse item ocorre e também plurais as suas funções, ao competir com outros elementos da língua, ao ocupar outros espaços no discurso, tornando-se, assim, um elemento multifuncional, ficando evidenciada essa característica ontem e hoje.

¹ Os *corpora* de língua falada constam de 66 inquéritos, sendo 18 do NURC/SSA/90 e 48 do PEPP (Programa de Estudos do Português Popular de Salvador) década de 90. Foram investigados usos do ONDE em quatro faixas etárias (faixa 1- 15 a 24 anos; faixa 2 - 25 a 35 anos; faixa 3 – 45 a 55 anos; faixa 4 – 65 anos em diante), em três níveis de escolaridade (1 a 4 anos de escolaridade; curso médio completo e curso superior completo) e gênero (masculino e feminino).

² “the bird bath is on the top of the table”

³ “the table is under the bird bath”

⁴ De 262 do total de ocorrências do ONDE, 215 são do ONDE espaço físico.

⁵ Os inquéritos estão codificados da seguinte forma: o primeiro valor é o Gênero H ou M; o segundo, Faixa etária 1,2,3,4; o terceiro, a Escolaridade F (Fundamental), C (Colegial) e U (Universitário); o quarto, o número do inquérito. Por exemplo, [M1C02] tem-se: Mulher, Faixa Etária 1, Escolaridade Colegial (Curso Médio completo), Inquérito 02. Quando os informantes forem do NURC/90, depois do número do inquérito vai existir, ou a letra N, significando informantes novos, ou R, significando retornados, que são informantes da década de 70, que foram recontactados. Por exemplo: [M3U12N], [H4U12R].

⁶ Topônimos, nomes com valor locativo implícito. Topológicos, nomes de lugares ocasionais. (Dervillez-Bastuji, 1982 *apud* Hadermann, 1993).

⁷ De acordo com a semântica cognitiva, o significado deriva dos esquemas sensorio-motores. A significação lingüística emerge das significações corpóreas, do movimento dos corpos em relação com o meio em volta. As categorias não se encontram fora no mundo, também não as relações espaciais. O esquema de estar dentro ou fora de alguma coisa, estrutura a metáfora RECIPIENTE (Lakoff e Johnson, 1980; Lakoff, 1998; Oliveira, 2001).

⁸ *Os Diálogos de São Gregório* é um documento medieval português, batizado por Mattos e Silva, na sua edição crítica, como *A mais antiga versão portuguesa dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*. Incluem-se entre os textos literários medievais em prosa traduzidos, que visam à educação religiosa.

⁹ A numeração tem a seguinte seqüência: número do livro; história; períodos (Mattos e Silva, 1989)

¹⁰ A numeração tem a seguinte seqüência: número do fólio; reto; coluna; número da coluna (Machado Filho, 2001)

¹¹ A numeração tem a seguinte seqüência: número do fólio; verso; coluna; número da coluna (Machado Filho, 2001).

Referências

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994. p. 125-174.
- CAVALCANTE, Mônica M., RODRIGUES, Bernadete B., CIULLA, Alena (Orgs). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- BLOOM, Paul *et al.* (Eds.). *Space and language*. Cambridge/London: The MIT Press, 1996.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Os mostrativos no português falado. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). *A gramática do português falado: as abordagens*. Campinas: Ed. da UNICAMP/ São Paulo: FAPESP, 1993. v. 3. p. 119-147.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Língua falada e gramaticalização. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, São Paulo, v. 1, p. 107-120, 1997a.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Introdução à lingüística cognitiva*. Relatório Científico submetido à FAPESP (Proc. 99/10399-9). Brasília: CNPQ / S. P.: USP, 2001.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Reflexões sobre a teoria da gramaticalização. Contribuição ao debate sobre a teoria da gramaticalização no contexto do PHPB. DAS BRASILIANISCHE PORTUGIEISCH: PERSPEKTIVEN DER GEGENWARTIGEN FORSCHUNG. Kolloquium in Miinster vom 17-18 Januar 2003.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; VOTRE, Sebastião. A integração sincronia/ diacronia no estudo da sintaxe. *D.E.L. T. A.*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 85-111, 1999.
- DE MULDER, Walter. La linguistique diachronique, les études sur la grammaticalisation et la sémantique du prototype: présentation. *Langue Française*, v. 130, p. 8-32, mai. 2001.
- FERREIRA, Lúcia Maria Alves *et al.* Uma abordagem pancrônica da sintaxe portuguesa. *Gragoatá*, Niterói, 2. sem., p. 135-153, 2000.
- FURTADO DA CUNHA *et al.* A interação sincronia/ diacronia no estudo da sintaxe. In: *D.E.L.T.A.*, São Paulo, Vol 15, No. 1, p. 85-111, 1999.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: CUP, 1993

254 do português arcaico ao português brasileiro

- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Trad. de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.
- ILARI, Rodolfo. Temas em funcionalismo: da organização temática ao processamento cognitivo. *Boletim ABRALIN*, São Paulo, v. 19, p. 39-49, 1996.
- KOCH, Ingedore Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.14, p. 169-190, 1998.
- KOCH, Ingedore Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors: we live by*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF, George. Cognitive semantics: in the heart of language. *Fórum Lingüístico*. Florianópolis, n. 1, p. 83-119, 1998.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. Um *flos sanctorum* do século XIV: leitura, estudo lingüístico e glossário. 2001. Exame de Qualificação (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Teorias contemporâneas da mudança lingüística. *Comunicação ao INTER-GT/ANPOLL*, 1996 (mimeo).
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.
- OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 17-46.
- SOUZA, Emília Helena P. Monteiro de. A multifuncionalidade do ONDE na fala de Salvador. 2003. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia
- SVOROU, Soteria. *The grammar of space*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1993.
- SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: CUP, 1990. p. 76-112.



Este livro foi publicado no formato 18x25cm
Com as fontes *Calisto MT* no corpo do texto e *Freefrm721 BT* nos títulos
Miolo em papel 75 g/m²
Tiragem: 400 exemplares
Impresso no setor de reprografia da EDUFBA
Impressão de capa e acabamento: Gráfica Bureau Ltda.

